UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MICHELL LEONARD DUARTE DE LIMA TOLENTINO

**O (DES)ENVOLVIMENTO NO PRONAF:
as contradições entre as representações hegemônicas e
os usos dos camponeses**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2013

MICHELL LEONARD DUARTE DE LIMA TOLENTINO

**O (DES)ENVOLVIMENTO NO PRONAF:
as contradições entre as representações hegemônicas e os
usos dos camponeses**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof. Dr^a. Marta Inez Medeiros Marques

Versão corrigida. O exemplar original se encontra disponível no CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”) da FFLCH-USP.

De acordo:

Prof^a Dr^a Marta Inez Medeiros Marques

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T649 (Tolentino, Michell Leonard Duarte de Lima
O (DES) ENVOLVIMENTO NO PRONAF: as contradições
entre as representações hegemônicas e os usos dos
camponeses / Michell Leonard Duarte de Lima
Tolentino ; orientador Marta Inez Medeiros Marques. -
São Paulo, 2013.
244 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Geografia . 2. Geografia agrária. 3.
Campesinato. 4. Políticas públicas. 5. Política de
crédito. I. Marques, Marta Inez Medeiros, orient.
II. Título.

Nome: TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima

Título: O (des)envolvimento no PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Aos camponeses com quem partilhei alegrias, tristezas, sonhos e vida.

AGRADECIMENTOS

Recordar:
Do latim *re-cordis*, tornar a passar pelo coração.

(Eduardo Galeano)

Agradecer, mais que a simples escrita de linhas é antes de tudo um recordar. Quando pessoas com as quais dividimos os mesmos momentos, no mesmo lugar, tornam a passar pelo coração. Mesmo que muitas estejam distantes e que não dividamos mais aqueles lugares, agora estas pessoas se fazem junto conosco. Tornam-se ausências presentes demais, passam permanecendo, habitam um espaço, o espaço da recordação, o espaço que passa pelo coração.

Dentre essas pessoas que me habitam estão três muito especiais, Vânia e Janduhy Tolentino, meus pais, e Mikael Tolentino, meu irmão. Foi com eles que aprendi o que é habitar, é a eles que me refiro quando digo “lá em casa”.

À FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo), por todo o apoio financeiro dado à pesquisa.

À tão especial Professora Emília Moreira, que me ensinou mais que teoria, métodos e metodologias nos nem tão distantes tempos da graduação na UFPB. Ensinou-me a tatear, ouvir, enxergar o mundo de maneira diferente...ensinou-me a senti-lo.

À Professora Marta Inez Medeiros Marques, minha orientadora, por ter partilhado junto comigo das angústias, ansiedades e momentos saborosos que compõem esta dissertação. Por ter me ensinado que eu poderia fazer meu próprio caminho, achar minhas pedras, colocá-las à beira do caminho, andar mais um pouco, voltar quando fosse necessário, descobrir novas pedras e caminhar.

Aos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Larissa Mies Bombardi e Margarida Maria Moura, com os quais cursei disciplinas durante esses momentos na USP e que me fizeram problematizar questões que já estavam adormecidas e foram de grande valia na composição dessa pesquisa.

À Professora Valéria de Marcos, que conheci mais de perto durante o estágio PAE e que sempre foi tão acolhedora.

A alguns dos professores do Departamento de Geociências da UFPB. À Professora Ana Madruga, da qual sempre me recordarei por sua doçura. À Professora

María Franco, a quem encontrei pela primeira vez nas aulas iniciais da graduação e que desde então sempre gostei de ouvi-la.

Recordo também dos sempre presentes amigos que fiz durante a graduação, tão distantes, mas tão próximos. De Lidiane Cândido, que conhece tanto de mim, que deixa que eu me mostre aflito, ansioso, até mesmo frágil, sabendo que não serei julgado só por isso. De Hugo Macena, com quem conversei sobre tanta coisa séria e sobre coisas nem tão sérias assim. De Deusia Ângelo, a moça que é tão diferente de mim, mas que somos tão parecidos nas nossas angústias frente a esse monstro simpático chamado vida. De Glayberson Pereira, o rapaz calmo, que ficava só ouvindo minhas ideias sobre o amanhã. De Leandro Henrique, que se assustava comigo de vez em quando. De Noemi Paes, a moça agitada que dança e nem percebe. De Silvana Correia, que sempre falou bastante, mais do que eu, e que gosto tanto de ouvir.

Recordo dos amigos que encontrei em São Paulo. De Raquel Simão, tão viva que seus bonitos olhos se tornam bem menores que ela. De Daniel Marcolino e Luciana Borges, por termos sentados tantas vezes juntos, os três em volta da *hoguera*. Sempre que me recordar de um dos dois estarei na verdade recordando dos três. De Thiago Santos, um paraibano com quem cruzei algumas vezes nos corredores da UFPB, mas que só fui conhecer de verdade em São Paulo, com quem tomar café é só um pretexto para partilhar. De Markelly Araújo, que tem um mundo distante, mas incrivelmente próximo do meu. De Claudia Blanco e sua festa.

Recordo de todos!

**“(...)Y ¿cómo vas a recoger el trigo
y alimentar el fuego
si yo me llevo la canción?”**

León Felipe

TOLENTINO, M. L. D. L. **O (des)envolvimento no PRONAF:** as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

RESUMO

A pesquisa que aqui apresentamos tem como objetivo analisar, a partir da atual conjuntura política e econômica, as contradições entre as representações de desenvolvimento que perpassam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), enquanto política de crédito, e os usos que os camponeses fazem dessa política, a partir da prática. Além da pesquisa bibliográfica e documental e da análise de dados secundários, este trabalho também se amparou em trabalho de campo. Sabendo que o PRONAF é uma política de desenvolvimento, julgamos necessário realizar uma reflexão acerca da prática e das representações mobilizadas pelo discurso do desenvolvimento, compreendendo-o enquanto discurso de dominação. Dessa maneira, situamos o PRONAF como uma política que veicula, a partir de suas ações, as representações de desenvolvimento, sem, contudo subsumir tal política ao movimento global, mas considerando a própria dialética inerente ao programa. Compreendidas as representações que dão sustentação ao PRONAF, partimos para um segundo movimento, que procura compreender os usos que os camponeses fazem do PRONAF. Assim selecionamos quatro comunidades camponesas do município de Sapé-PB, são elas: Barra de Antas, Padre Gino, Marau e Lagoa do Félix. Nestas comunidades, pudemos apreender subversões quase ocultas que os camponeses impõem ao programa, subversões produzidas a partir da vida cotidiana. É nesse segundo momento que o concebido se encontra com o vivido, na vida cotidiana, sem reduzi-la à sua norma.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Representação; PRONAF; Usos; Camponeses.

TOLENTINO, M. L. D. L.: **The ‘development’ in PRONAF:** contradictions between hegemonic representations and peasant uses. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

ABSTRACT

The present research aims to analyze, from the current political and economic situation, the contradictions between the representations of development that underlie the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), related to credit policies and its use by the peasants. Beyond the literature, documents and secondary data analysis, this paper also had been endorsed in fieldwork. Understanding PRONAF as a development policy, it was necessary to carry out a reflection on practices and representations deployed by development discourse, analyzing it as a discourse of domination. Thus, PRONAF is understood as a policy that conveys, from their actions, the representations of development, though without subsume such a policy to the global movement, but considering the very dialectics inherent to the program. As long as we understand the representations that support PRONAF, we are able to seek to understand the PRONAF's uses by the peasants. So we selected four rural communities in the municipality of Sapé-PB: Barra de Antas, Padre Gino, Maraú and Lagoa do Félix. In these communities, it was noticed some almost hidden subversions that peasants impose on the program, these subversions are produced from everyday life. In the second stage the conceived faces the lived in everyday life, without reducing it to its norm.

Keywords: Development; Representation; PRONAF; Uses; Peasants.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Sapé-PB	150
--	-----

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Sala de uma casa de camponeses, com televisão, telefone e receptor de antena parabólica.....	159
Fig. 2 – Comunidade Barra de Antas.....	168
Fig. 3 – Entre as casas de Barra de Antas	168
Fig. 4 – O cemitério e uma das capelas de Lagoa do Félix.....	169
Fig. 5 – “Seu Doda” em meio ao roçado arruinado	171
Fig. 6 – A casa e o roçado arruinado de Seu Francisco	172
Fig. 7 – “Os pés de milho quase não cresceram”	172
Fig. 8 – A casa e a produção (Maraú).....	175
Fig. 9 – Lugar para armazenar a produção (Maraú)	175
Fig. 10 – Cadeiras para conversar, bicicleta para brincar	176
Fig. 11 e 12 – Bois comprados com dinheiro tomado do PRONAF	176
Fig. 13 – Camponês em sua mercearia com alguns produtos financiados pelo PRONAF (Barra de Antas).....	187
Fig. 14 – Camponesa em sua pequena oficina de costura, empreendimento financiado pelo PRONAF (Lagoa do Félix)	187
Fig. 15 – Vila do Assentamento Padre Gino.....	206
Fig. 16 – Camponês indo trabalhar	207
Fig. 17 – Dona Maria e sua horta	221
Fig. 18 – Assessor de microcrédito e camponês beneficiário do PRONAF	223
Fig. 19 – Bois adquiridos “antes e depois do PRONAF”	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número dos estabelecimentos agrícolas segundo a categoria, Brasil, 1994 (estimativas).....	125
--	------------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – AgroAmigo- Quantidade de operações contratadas por setor de atividade	218
Gráfico 2 - AgroAmigo – Quantidade de operações contratadas por setor da pecuária.....	219
Gráfico 3 – Quantidade de operações contratadas acumuladas por setor da agricultura no AgroAmigo.....	219
Gráfico 4 – Quantidade de operações contratadas acumuladas por setor no PRONAF	219

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crédito Rural PRONAF – Financiamentos concedidos (números de contratos e valor) – 1996 e 1997 – Regiões e estados selecionados.....	127
---	------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEMTE- Assessoria de Grupo Especializada e Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão
AmBev – Companhia de Bebidas das Américas
BACEN – Banco Central do Brasil
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S. A.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CAI – Complexo Agroindustrial
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNH – Carteira Nacional de Habilitação
CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CONTAG – Confederação Nacional dos Agricultores
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DNTR-CUT – Departamento Central dos Trabalhadores da Central Única dos Trabalhadores
DRI – Desenvolvimento Rural Integrado
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
FMI – Fundo Monetário Internacional
GTA – Guia de Trânsito Animal
GTZ – Cooperação Técnica Alemã
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEC – Instituto Nordeste Cidadania
MAPA – Ministério da Agropecuária, Pesca e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPF – Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PB - Paraíba
PDRI – Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado
PIBIC – Programa de Incentivo aos Bolsistas de Iniciação Científica
PLANAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PMDR – Projeto Municipal de Desenvolvimento Rural
PNB – Produto Nacional Bruto
POLAMAZONIA- Programa de Polos Agrominerais e Agropecuários da Amazônia
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PRNA – Programa Nacional de Reforma Agrária
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool
PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF – Programa de Fortalecimento a Agricultura Familiar

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos Agroalimentares do Norte e Nordeste

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

RECOR – Registro Comum das Operações Rurais

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

USP – Universidade de São Paulo

UTH – Unidade Trabalho Homem

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. Construindo o objeto de pesquisa.....	17
2. Uma breve descrição do contexto de surgimento do PRONAF e suas representações.....	23
2.1. Problematizando as representações do PRONAF.....	26
2.2. “Mas o que são estas representações?”.....	29
2.3. “Mas o que tudo isso tem a ver com o PRONAF?”.....	32
3. Problematizando os usos dos camponeses.....	34
4. Inventando metodologias no campo.....	36
5. Estrutura da dissertação.....	40
1. DO DESENVOLVIMENTO COMO DOMINAÇÃO.....	43
1.1. “Mas por que falar de representações?”.....	45
1.2. Origens dos discursos e das representações de desenvolvimento enquanto mecanismos de poder global.....	52
1.3. Breves considerações teóricas acerca do conceito de “modelo de desenvolvimento”.....	56
1.4. Encadeamentos que levaram ao modelo de desenvolvimento fordista.....	58
1.5. O fordismo “vai ao mundo”!.....	62
1.6. Crise fordista e emergência da acumulação flexível enquanto modelo de desenvolvimento.....	66
1.7. Escalas geográficas em tempos de neoliberalismo e acumulação flexível.....	70
1.8. O rural como “candidato” ao desenvolvimento.....	76
2. REPRESENTAÇÕES HEGEMÔNICAS DE DESENVOLVIMENTO NO PRONAF.....	87
2.1. Da Revolução Verde “brasileira” ao discurso do PRONAF.....	90
2.2. Representações fordistas, pós-fordistas ou flexíveis no PRONAF?..	98
2.3. Mudanças no discurso do PRONAF: mobilizando outras representações.....	104
2.3.1 Uma luta para definir o discurso oficial ou seria para definir a “verdade objetiva”?.....	104
2.3.2 Ajustando as representações utilizadas no discurso oficial.....	111
2.3.3 Novas linhas do PRONAF: ações que mobilizam representações disseminadas no pós-fordismo.....	116
2.4 A categoria “agricultor familiar” e a veiculação de uma representação de eficiência.....	119
2.4.1 Criando o “agricultor familiar”.....	119
2.4.2 A categoria “agricultor familiar” no âmbito do PRONAF.....	123
3. CONTRADIZENDO REPRESENTAÇÕES: OS USOS QUE OS CAMPONESES FAZEM DO PRONAF.....	139
3.1. Lugar e resistências cotidianas.....	140
3.2. O espaço rural e os camponeses de Sapé.....	150
3.3. A “natureza” do crédito do PRONAF em meio aos camponeses.....	158
3.4. O “empréstimo da vaca”.....	167

3.5.	Pluriatividade no PRONAF?	183
3.6.	Discursos ocultos como resistência ao PRONAF.....	190
3.6.1.	Os rumores como discursos ocultos.....	190
3.6.2.	Os desvios do PRONAF: fala-se uma coisa e se faz outra.....	199
3.7.	O PRONAF A no assentamento Padre Gino.....	205
3.8.	O AgroAmigo como solução ao PRONAF?.....	212
3.8.1.	A concepção do AgroAmigo.....	212
3.8.2.	O AgroAmigo na prática.....	216

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	225
---------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	234
-------------------	-----

APÊNDICES

ANEXOS

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

1. Construindo o objeto de pesquisa

A pesquisa que aqui apresentamos tem como objetivo analisar, a partir da atual conjuntura política e econômica, as contradições entre as representações de desenvolvimento que perpassam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), enquanto política de crédito, e os usos que os camponeses fazem dessa política, a partir da prática.

Para explicarmos como se deu a construção do objeto de estudo desse trabalho, que nessa introdução já apresentará conceitos, citações e toda uma problemática de pesquisa, voltemos a nossa graduação, realizada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Antes que o leitor pense que iremos detalhar nosso percurso de maneira linear, como um *acúmulo* de conhecimentos e experiências que acabaram culminando no texto aqui exposto, prevenimos que isto não será feito. Estaríamos “inventando” uma estória se disséssemos que nossas preocupações nessa dissertação já começavam a ser vislumbradas durante a nossa pesquisa no âmbito do Programa de Incentivo aos Bolsistas de Iniciação Científica (PIBIC). Muito embora já tivéssemos nos deparado com alguns problemas que aqui aparecem, estávamos desatentos.

Na verdade, no nosso “caminho” houve alguns conflitos acadêmicos, de ordem teórica e prática. Nesses conflitos acabamos duvidando de algumas certezas e diante da dúvida algumas questões foram problematizadas novamente. Refletindo, houve negações de alguns posicionamentos e reafirmações de outros. Algumas questões ainda permanecem sem resposta.

Voltando ao nosso percurso durante a graduação, desenvolvemos uma pesquisa de Iniciação Científica sob orientação da Professora Dr^a Emília Moreira. A pesquisa intitulava-se: “Terra de trabalho, terra de produção, terra de vida: a organização da produção e do trabalho na agricultura camponesa paraibana”. Seu objetivo era a

“caracterização dos aspectos diferenciadores da agricultura camponesa paraibana, representados tanto na forma de organização da produção e do trabalho como nos processos de comercialização da produção e nas relações estabelecidas entre o homem e a natureza no processo produtivo.” De início ingressamos neste projeto como voluntário, tendo como sujeitos da nossa pesquisa o campesinato do município de Belém, no agreste paraibano. A partir desse primeiro contato com a pesquisa acadêmica, publicamos alguns artigos em eventos e o mais importante, tivemos uma ideia, ainda embrionária, do que realmente é a pesquisa acadêmica. Aprofundamos a pesquisa que estávamos realizando e ela acabou tornando-se nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Passado algum tempo candidatamo-nos à seleção de mestrado na Universidade de São Paulo (USP). Ingressamos no mestrado com um projeto que se intitulava “Espaço agrário e diversidade camponesa no Agreste e na Zona da Mata Paraibana: os casos de Belém e Sapé”. O mesmo apoiava-se, em parte, na pesquisa que havíamos realizado na graduação, incorporando novas questões.

A escolha pelo município de Sapé, além do de Belém, se devia a duas razões, a saber: 1) a grande importância que Sapé tinha no contexto das lutas camponesas no país e; 2) o fato de ainda na graduação termos participado de uma pesquisa, solicitada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tinha por objetivo analisar a penetração da cana-de-açúcar nas áreas de assentamentos rurais.

Ao participarmos dessa pesquisa visitamos vários assentamentos rurais da Zona da Mata da Paraíba, inclusive em Sapé. Alguns assentados, até mesmo de assentamentos considerados por alguns órgãos públicos como problemáticos, tinham uma “clara” compreensão do processo que estavam enfrentando, o que nos intrigou sobremaneira. A partir daí começamos a compará-los com os camponeses do município de Belém, o qual estudávamos no nosso PIBIC. Em Belém, nunca se empreenderam ações de maior envergadura contra o latifúndio, que também os explorava.

Durante toda nossa pesquisa de PIBIC o “conformismo” dos camponeses em Belém sempre nos causava algum espanto e ao encontrarmos em Sapé alguns camponeses que já tinham um discurso mais politizado, queríamos de algum modo rastrear as origens dessas diferentes posições. A partir daí já começamos a nos inteirar de trabalhos que falavam um pouco sobre a racionalidade camponesa.

Entretanto, iniciado o mestrado, encontrando-nos com a nossa orientadora e reunindo contribuições de outras disciplinas, fomos modificando o projeto aos poucos, até que decidimos alterar o projeto amplamente, reestruturando-o de maneira que o mesmo passasse a incorporar questões que estivessem postas para o campesinato no momento atual.

Nesse movimento de reestruturação do projeto, a contribuição das reflexões realizadas nas disciplinas que cursávamos foi fundamental, principalmente as disciplinas “Vida cotidiana, espaço e reprodução da classe trabalhadora sob o capitalismo”, ministrada pela Prof^a Marta Inez Medeiros Marques, orientadora desta pesquisa; e “Campesinatos Comparados”, ministrada pela Prof^a Margarida Maria Moura no âmbito do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da USP;

De maneiras diferentes, ambas nos faziam refletir sobre uma dialética entre os “de dentro” e o que vem “de fora”, o conflito entre as classes oprimidas e o poder que se impõe a partir de processos desencadeados pelos “de fora” e que, de diversas formas, tentam interferir profundamente em suas vidas.

Na disciplina ministrada por Marta Inez Medeiros Marques havia uma discussão do cotidiano enquanto resistência, já na disciplina ministrada por Margarida Maria Moura, havia uma reflexão sobre os diversos campesinatos do mundo postos em conflito a partir de uma lógica que lhes era exterior e que violentava o vivido.

A partir disso começamos a pensar sobre a maneira como o Estado tratava o campesinato no Brasil. Entretanto não focalizávamos na violência das armas, nem em nenhum conflito aberto, mas na maneira como a sua atual política pública de crédito, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), concebia o camponês, a partir de categorias economicistas.

Ao atentarmos para estas questões, começamos a nos remeter a trabalhos de campo realizados ainda durante a nossa graduação e discutindo sobre o projeto com a nossa orientadora, a mesma, a partir do nosso relato, nos chamou atenção para um fato que sempre nos passava despercebido. Este fato diz respeito ao que até então chamávamos de uma “cultura de não pagamento” dos camponeses de Belém com relação ao PRONAF. De alguma maneira sempre subestimamos o campesinato de

Belém pensando que essa “cultura do não pagamento” se devia a uma “deficiência” daquele campesinato, a uma falta de visão de futuro, a uma ingenuidade.

Saímos da nossa reunião de orientação pensando sobre esse aspecto. Foi então que nos recordamos de antigas pesquisas de campo realizadas na comunidade de Barra de Antas, em Sapé.

Há algum tempo atrás, havíamos acompanhado uma colega de curso na pesquisa que esta realizava sobre o Acampamento Antas, um acampamento que recebe apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e que lutava por terras de uma grande propriedade que se situa ao lado da comunidade de Barra de Antas.

Além dos acampados, também conversamos com pessoas da comunidade e acabávamos falando sobre outras coisas que não tinham relação direta com a pesquisa. Recordamos então, que durante os relatos, alguns nos falaram sobre empréstimos do governo que tomaram, mas nunca pagaram, e sobre certos rumores que diziam que não se devia pagar o PRONAF.

Ao recordarmos esse fato, que no momento da nossa conversa não nos pareceu importante, percebemos, durante as sessões de orientação, que havíamos subestimado o campesinato de Belém e que na verdade “a cultura do não pagamento” não era um comportamento apenas do campesinato daquele município. Além disso, começamos a compreender que isso não era uma “deficiência” ou “ingenuidade” do campesinato de Belém, uma vez que na comunidade de Barra de Antas, que guarda proximidades com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o que poderia sugerir maior facilidade de acesso à certas informações, a “cultura do não pagamento” também se fazia. Foi a partir daí que o objeto da nossa dissertação começou a se delinear.

Fomos ao campo, lá pudemos perceber algo do qual já desconfiávamos, que o PRONAF, enquanto política pública de desenvolvimento, não interferia de maneira decisiva na vida dos camponeses estudados. Tudo parecia transcorrer, em Barra de Antas, como sempre se fez. Entretanto, o número de camponeses que haviam acessado o PRONAF não era de nenhuma forma insignificante. Por que então o PRONAF aparentemente não havia produzido nada, embora houvesse muitos camponeses beneficiários do programa? Além disso, por que a grande maioria deles só tomava crédito para comprar bois e não algo mais “inovador”? O que tudo isso queria dizer?

Que o PRONAF era um grande fracasso? Que os camponeses endividados eram meras vítimas do tão alardeado programa de desenvolvimento rural do governo federal? Que havia uma cultura do não pagamento?

Perguntávamo-nos, no entanto, até que ponto nossas questões estavam formuladas da maneira correta, já que estávamos fazendo-as a partir da observação de uma única comunidade, ainda mais uma comunidade tida pelo Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB) como problemática e com dificuldades de acesso a terra, como Barra de Antas¹. Tudo isso nos levou a aumentar o número de comunidades pesquisadas em Sapé.

Ademais, ficamos sabendo por meio do presidente da associação de Barra de Antas, ex-membro da CPT, que há tempos atrás havia tido uma orientação do MST para que os camponeses dos seus assentamentos não pagassem dívidas contraídas por meio do PRONAF. Isto se dava porque compreendiam que o crédito era resultado de uma dívida social do governo para com os camponeses. Uma professora do Departamento de Geociências da UFPB também havia nos alertado para tal fato. Logo questionávamos se essa seria a origem da tal “cultura do não pagamento”.

Levando em conta essas várias indagações escolhemos mais duas comunidades para nosso estudo: Assentamento Padre Gino e a Comunidade de Maraú. A primeira por ser um assentamento e, portanto, por possuir articulações com movimentos sociais, podendo daí se rastrear a origem desse rumor; a segunda por ser uma comunidade com uma quantidade considerável de camponeses em condição de pequenos proprietários, o que nos poderia levar a análises diferentes daquelas que estávamos realizando em Barra de Antas.

A última comunidade pesquisada foi Lagoa do Félix. Decidimos incluí-la na pesquisa porque tivemos a informação de que a mesma se tratava de uma comunidade com uma configuração curiosa. A comunidade possuía muitas famílias que habitavam “terras de herança”. Muitos camponeses eram irmãos e na impossibilidade de o pai dar

¹ Em Barra de Antas, a maior parte das pessoas possui identidade camponesa, mesmo que uma parte já não plante mais, pois não tem acesso a terra. Outra parte planta nas terras de um assentamento vizinho à comunidade e ainda há aqueles que plantam em terras de um grande proprietário como parceiros. Mesmo tendo terra para plantar, o fato de empreenderem certo deslocamento até chegarem às suas plantações é uma limitante.

terra para cada um, eles passaram a dividir o mesmo pedaço de terra. Isso nos chamou a atenção pelo fato de Lagoa do Félix ser uma comunidade formada por camponeses “proprietários”, no entanto com pouquíssima terra. Assim poderíamos colocá-la como uma comunidade em situação intermediária entre Barra de Antas e Maraú. Era uma comunidade que não tinha tantos camponeses sem-terra como Barra de Antas, mas que também não possuía pequenos proprietários com uma extensão de terra relativamente considerável, como Maraú.

Como já dissemos algumas das indagações só nos apareceram depois de iniciarmos o campo. Apesar de, de certa forma, já esperarmos por isso, essa situação não foi vivida por nós de maneira tranquila. Em campo, muitas das nossas hipóteses iniciais se esvaíam aos nossos olhos. As angústias, sentidas durante o campo, faziam-nos pensar sobre a problemática, questioná-la, reelaborá-la. E este foi um momento fundamental da construção do nosso objeto. Como diria Bourdieu (2011) “*o homo academicus gosta do acabado*”, e o fato de não termos nem de perto esse acabado nos angustiava sobremaneira. A construção do objeto, no entanto, era realizada a cada dia, sem que mesmo percebêssemos que o processo estava ocorrendo. Retoques, rabiscos e “emendas” foram realizados durante a trajetória de construção do objeto. No momento em que escrevo esse texto, tudo isso parece muito tranquilo, mas no momento em que foram vividos, tudo parecia assustador. O fato de termos de várias vezes de reavaliar o trabalho de campo e a pesquisa enquanto a mesma está em curso foi angustiante, entretanto riquíssimo.

Muitas das questões que apareceram só foram melhor refletidas quando nos sentamos e nos forçamos a pensar sobre tudo que tínhamos visto, ouvido e sentido. Algumas questões, confessamos, não sem certo tom de lamento, permanecem insolúveis para nós. Entretanto, muito foi revelado no decorrer do campo, quando começamos a perceber que os camponeses com os quais estávamos lidando não eram meros receptores de políticas públicas, nem eram tão somente vitimados pelas estruturas deficientes do PRONAF. Eles eram sujeitos e não apenas objetos das representações do PRONAF. Suas práticas cotidianas ensejavam uma resistência silenciosa ao discurso hegemônico de desenvolvimento do PRONAF com suas representações. A partir de toda leitura acumulada acerca do PRONAF, percebemos que as representações difundidas pelo discurso do PRONAF acabava por esbarrar em um *habitus* camponês.

Foi, então, com base nessas leituras aliadas a um primeiro trabalho de campo que percebemos que havia contradições entre o PRONAF e as representações camponesas. Já havia aí um primeiro esboço da problemática que aqui abordamos.

Mas o leitor deve estar se perguntando: “o que é o PRONAF?”. Para explicar do que se trata esse programa passemos ao próximo tópico.

2. Uma breve descrição do contexto de surgimento do PRONAF e suas representações

De início, remetamo-nos ao ano de 1996, quando ocorre a regulamentação do PRONAF a partir do decreto nº 1946/96 de 28 de junho de 1996, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). De acordo com essa lei, o programa tem como objetivo “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (PRONAF, 1996, p. 01).

Entretanto, apesar de seu objetivo “bem intencionado”, o programa guardava uma determinada interpretação do campo brasileiro que foi alvo de polêmicas desde o seu início.

Para entendermos melhor isso voltemos um pouco mais aos acontecimentos que antecederam o PRONAF, em meados da década de 1990. Naquele momento, o campo brasileiro encontrava-se em um período de grande efervescência, os movimentos sociais por diferentes vias desafiavam, com maior força que hoje, o latifúndio e toda a estrutura política e econômica que o sustentava. Principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ainda jovem, porém maduro, dava demonstrações bastante aguerridas, realizando ocupações em grandes propriedades e exigindo Reforma Agrária. A imprensa noticiava com frequência os conflitos no campo. A Reforma Agrária, enfim, estava em pauta novamente e o governo de orientação direitista de FHC não tinha como ignorá-la.

Ainda nesse contexto, outros movimentos como a Confederação Nacional dos Agricultores (CONTAG) e o Departamento Nacional dos Trabalhadores da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT), também tendo a Reforma Agrária como

“bandeira de luta”, porém com diferentes ações, faziam suas reivindicações através das várias versões do “Grito da Terra Brasil”². Foi justamente a partir desse evento que se elaboraram pautas reivindicativas que abarcavam diferentes temas como: infraestrutura, meio-ambiente, assistência técnica e crédito. Entretanto, segundo Bittencourt (2003), quando as negociações se iniciaram o crédito sempre aparecia como o principal ponto a ser discutido. Os camponeses sempre alegavam: *“não podemos discutir assistência técnica se não tivermos créditos para produzir”*; *“não podemos discutir alternativas de diversificação se não tivermos crédito”*; *“o meio ambiente é importante, mas precisamos ter renda para discutir a sua preservação”*. Dessa forma, o crédito assumiu posição central nas discussões que acabaram levando ao PRONAF³.

Ainda nesse contexto, mas no plano teórico, vários intelectuais do porte de Ricardo Abramovay, Maria Nazareth Baudel Wanderley e José Eli da Veiga envidavam esforços com o objetivo de fortalecer a categoria “agricultor familiar”. Os seus argumentos sempre advogavam a importância econômica do agricultor familiar, sujeito este que até bem pouco tempo fazia parte das preocupações do Estado somente de maneira muito tímida, pontualmente. Utilizando, principalmente, o argumento da eficiência produtiva de tais sujeitos, estes intelectuais tentavam trazer para o primeiro plano das políticas públicas os chamados agricultores familiares.

Na esteira dos acontecimentos, os sujeitos da agricultura familiar já eram também alvo de estudos realizados no âmbito institucional da esfera estatal, no contexto dos estudos realizados pela cooperação técnica entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Tais estudos tinham por principal objetivo traçar um perfil da agricultura familiar no Brasil, tendo em vista a elaboração de políticas públicas. Para

² O Grito da Terra Brasil constituía-se em uma manifestação coordenada de maneira conjunta pela CONTAG e o DNTR-CUT. O evento conta com a participação de outras entidades representativas dos camponeses. Foi organizado anualmente em vários estados e na capital federal, sendo entregue e negociada uma pauta de reivindicações aos governos estaduais e federal.

³ Essa é uma das razões pelas quais enfocaremos nesse trabalho o PRONAF-Crédito, abordando apenas de maneira rápida o PRONAF Infraestrutura e Serviços, uma outra linha do PRONAF. Além disso, estas duas linhas não possuem um “diálogo” mais consistente ao nível dos discursos, sendo que esse “diálogo” se dilui completamente quando o PRONAF é posto em prática. Caso elaborássemos um trabalho a partir das duas linhas de ação isso acabaria bipartindo a dissertação de maneira tal que chegaríamos a um ponto que o trabalho teria de abordar questões das mais variadas, tornando-se um trabalho com enfoque quase horizontal. Não estamos colocando aqui, contudo, que seja impossível um trabalho consistente a partir do enfoque nas duas linhas de ação do programa. Estamos apenas justificando que, a partir da problemática que queremos abordar, isso se tornaria extremamente complicado.

isso foi realizada uma série de pesquisas, na qual os gráficos e tabelas se sucedem quase que “infinitamente” atestando com dados quantitativos o quão produtiva é a agricultura familiar do Brasil e, portanto, passiva de receber investimentos.

Números expostos, tínhamos agora a prova que faltava para que o governo lançasse finalmente a “já atrasada” política de crédito para a agricultura familiar brasileira.

Vale salientar que os estudos realizados no contexto da cooperação técnica entre FAO/INCRA se iniciaram pouco tempo após a publicação do relatório “Brasil: o gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais”, de autoria do Banco Mundial (BM). De acordo com Vilela (1997, p. 4), “na década de 90, após cada diagnóstico, o Banco procura delinear as bases teóricas que visam superar as deficiências das políticas analisadas”. Neste ínterim a CONTAG foi apoiada por instituições como a FAO e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BIRD).

Como bem resume Neves(2007):

(...) no Brasil, o termo agricultura familiar corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, **mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)**. Consagrando para dar visibilidade ao projeto de valorização dos agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário. Nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer a racionalidade econômica e social da pequena produção agrícola; a capacidade adaptativa dos agentes produtivos e novas pautas éticas de conduta econômica (NEVES, 2007, p. 230) (grifos nossos).

A partir dessa concatenação de esforços, os camponeses passaram a ser objeto de um renovado interesse, fosse por parte da academia, dos órgãos do Estado e até de instituições que atuam na esfera global. No meio disso tudo, estes sujeitos até ganharam uma categoria para si no âmbito estatal, passam agora a serem chamados de “agricultores familiares”. Não se utilizava mais a imprecisa denominação de “pequeno produtor”.

2.1. Problematizando as representações do PRONAF

No entanto, em meio aos estudiosos e mesmo em meio aos movimentos sociais, as discordâncias eram crescentes sobre o PRONAF. Alguns o apoiavam, outros faziam severas críticas ao programa. Até mesmo a nova categoria “agricultor familiar” era criticada.

O leitor pode questionar-se: *“críticas? Mas por que fazer críticas ao PRONAF? Não foi uma reivindicação de movimentos sociais? Não está certo ter um programa que fornece crédito aos agricultores familiares? E a categoria “agricultor familiar”, não é um ganho?”*

Na verdade, é sabido que o PRONAF se constitui em uma resposta do governo FHC aos movimentos sociais. No entanto, a nosso ver essa resposta foi dada de duas maneiras. Por um lado, é dada à CONTAG e ao DNTR-CUT quando, de fato, o governo negocia e elabora a nova linha especial de crédito, embora seguindo os preceitos do Banco Mundial (BM). Por outro lado, a resposta (ou seria a reação?) também é dada a outros movimentos com ações mais radicais, hoje ligados à Via Campesina, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para estes últimos, a resposta é até certo ponto contrária às suas reivindicações. Isso ocorre porque o PRONAF, apesar de trazer para o centro de suas preocupações a agora “badalada” “agricultura familiar”, é uma política que não trata de questões essenciais, como a profunda desigualdade no campo brasileiro. Fazendo isso, o PRONAF não se propõe a contribuir para o enfrentamento dessa contradição, essencial para a superação da problemática agrária. A questão agrária passa a ser entendida como simplesmente um problema de desenvolvimento.

Nesse sentido, intelectuais como Fernandes (2001, 2002) e Oliveira (2007) passam a criticar a substituição, na esfera do governo federal, das políticas relacionadas à questão agrária (como o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA, por exemplo) por políticas que tentavam subordinar de maneira estreita os camponeses ao capital, assim como o próprio uso da categoria “agricultor familiar”.

Oliveira (2007) chega a defender o fim do PRONAF, o qual chama de política neoliberal de FHC e propõe a sua substituição por um Plano Camponês para a agricultura, que preze pela soberania alimentar, de modo que se constitua um fundo de

recursos com o objetivo de dar sustentação tanto à agricultura camponesa quanto à implantação de novos assentamentos.

Fernandes (2001), que está entre os principais críticos dos estudos que diferenciam agricultores familiares e camponeses, por sua vez, ao discutir o paradigma que produziu a categoria “agricultura familiar”, coloca:

Nesse paradigma defende-se que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está *altamente* integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se, assim, um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. (...) *O que está em questão nesses estudos é a defesa da tese em que a agricultura familiar está inserida na lógica do desenvolvimento do capitalismo* (...). (FERNANDES, 2001, p. 29-30) (grifos nossos).

Abordando a maneira como a categoria “agricultura familiar” conseguiu legitimidade no meio acadêmico, Fernandes (2002) ainda explicita:

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de agricultura familiar, é necessário demarcar bem o território (FERNANDES, 2002, p. 3)

Entre os teóricos que utilizam “agricultura familiar” e “camponesa” de maneira distinta estão os intelectuais que envidaram esforços para a legitimação do agricultor familiar enquanto alvo de políticas públicas. Abramovay (1992), por exemplo, coloca que “uma agricultura altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (p. 22).

Há assim uma tentativa de “minar” o conceito de camponês, colocando-o como sinônimo de atraso. Tenta-se relegar a algo menor um conceito que não só descreve uma

categoria profissional, mas invoca toda uma história de lutas e conflitos no campo, engendrados pela desigualdade social que ainda hoje marca o espaço rural brasileiro. Além disso, o conceito de “agricultura familiar” ignora grande parte das peculiaridades inerentes ao modo de vida camponês. Utiliza-se uma categoria economicista em detrimento de um conceito de grande complexidade e abrangência como camponês, que amalgama questões das esferas políticas, econômicas e culturais.

Ao diferenciar camponeses e agricultores familiares, apenas por sua inserção no mercado ou por outros critérios provenientes deste mesmo mercado, esquece-se que outros critérios os unificam, como por exemplo, o trabalho familiar⁴. O simples fato de o campesinato se valer do trabalho familiar já apresenta desdobramentos importantes em diversas esferas de sua vida, não só na econômica.

Neste trabalho, utilizaremos o conceito de camponês a partir da compreensão do campesinato enquanto classe social, ideia já esboçada por estudiosos como Shanin (1983), Oliveira (1999), Marques (2008) entre outros.

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (...). O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, 2008, p. 58 -59).

Consideramos, pois, agricultura familiar enquanto categoria economicista que não nos ajuda a compreender as especificidades do campesinato em toda sua complexidade, ocultando a conflitualidade dos processos que ocorrem no campo brasileiro no que diz respeito à questão agrária.

⁴ Apesar de a categoria agricultura familiar também incorporar o trabalho familiar, esta o entende somente como uma forma de organização do trabalho diferenciada, que o “agricultor familiar” utiliza para se inserir nos mercados.

São vários os discursos (assentados também em diferentes práticas) sobre o espaço rural. São, pois, várias as *representações* (cf. LEFEBVRE, 1999, 2006) transmitidas por estes discursos. Tais representações passam a se defrontar, buscando ser a representação oficial sobre a problemática em questão. Uma verdadeira luta pelo *poder simbólico* (cf. BOURDIEU, 2011) se trava. Todos querem ter o poder de nomear e dizer o que é cada coisa. Quem tem a representação mais coerente? Ou seria quem tem a verdade? Vocabulários próprios (camponês x agricultor familiar, latifúndio x agricultura patronal etc.) são utilizados nessa luta que faz parte da luta de classes.

2.2.“Mas o que são estas representações?”

Mas o leitor deve estar questionando-se: o que você quer dizer com representações?

Respondamos tal questão, a partir de Lefebvre (1999) quando este coloca: “há de início a apresentação dos fatos e dos conjuntos de fatos, o modo de percebê-los e agrupá-los. Em seguida, há a re-presentação, a interpretação dos fatos.” (p. 36). Tais representações (interpretações) acabam gerando diferentes tipos de discursos.

De repente, todos estão interpretando uma mesma situação de maneiras diferentes. Somos surpreendidos por questões como: “qual a diferença entre um camponês e um agricultor familiar?”, “o que é um agricultor familiar?”, “mas todo camponês não é um agricultor familiar?”. Estas questões não eram feitas até então e passam agora a cobrar um posicionamento cauteloso, uma vez que guardam representações derivadas de diferentes posições de classe, portanto interpretações de classe⁵.

Fica claro que o PRONAF mais do que uma simples linha de crédito para agricultores familiares se apresenta como resposta a uma série de representações sobre os problemas existentes no espaço rural brasileiro. Entretanto, não advogamos

⁵ Fernandes (2010) em seu texto “Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial” discute as diferenças entre dois paradigmas sobre a questão agrária. Sobre isso Fernandes (2010) coloca: “A amplitude e a complexidade deste problema possibilitam várias leituras, porque os cientistas que pensam a questão agrária constroem diferentes paradigmas que projetam suas visões de mundo (FERNANDES, 2010, p. 02-03).

nesse trabalho que o PRONAF seja estático quanto às representações que materializa, nem que o mesmo guarde apenas posições advindas somente de grupos dominantes, muito embora tais grupos sejam hegemônicos. Ao se tornar um vetor de materialização das representações, o PRONAF se coloca como uma verdadeira **arena política**, um verdadeiro **campo de lutas** (cf. BOURDIEU, 2011). Discursos que transmitem representações de grupos hegemônicos se debatem com outros discursos contra-hegemônicos de maneira processual e produzem algo diferente, que estamos chamando aqui, metaforicamente, de “discurso do PRONAF”, que por sua vez abarca diversas representações.

Nesse sentido, o discurso que parte da representação hegemônica, que obviamente parte de representações de classes dominantes, sempre aparece com *vontade de verdade* (cf. FOUCAULT, 1970). São discursos que aparecem sempre com a máscara do que seria necessário fazer para que tudo melhorasse:

O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que *a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la*.

Assim, *só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal*. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história - procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade. (p.07-08) (grifos nossos).

A partir desta compreensão pretendemos identificar a origem das representações presentes no PRONAF e seus desdobramentos posteriores. De que conjuntura política e econômica emerge esta política pública? Que processos espaciais e temporais produziram as representações que se concretizam na proposta do PRONAF? Que representações, aí não contempladas, se colocam enquanto conflitantes à representação hegemônica? E que concessões o paradigma hegemônico já realizou no interior do PRONAF?

Essas questões serão desvendadas ao longo do trabalho. Mas destaquemos de antemão um dos “pontos nevrálgicos” do PRONAF, já apontado na nossa exposição: **o fato de fazer parte de uma estratégia de substituição da questão agrária por uma**

simples questão de desenvolvimento sem contradições. Isso já é uma mudança nas representações sobre as quais as políticas públicas do governo federal se amparavam.

Mas o que quer dizer mesmo desenvolvimento?

Sobre isso, W. Sachs (2000) nos dá uma pista quando coloca:

O farol do desenvolvimento foi *construído pouco depois da Segunda Guerra Mundial*. Com o colapso dos poderes europeus, os Estados Unidos encontraram a oportunidade de dar dimensões globais à missão que lhes havia sido legada por seus fundadores: ser “a luz no cimo do monte”. *Lançaram o conceito de desenvolvimento* com um apelo para que todas as nações seguissem seus passos. A partir desse momento, as relações entre o Norte e o Sul passaram a ser formuladas segundo esse modelo: o “desenvolvimento” forneceu o marco de referência fundamental para aquela mistura de generosidade, chantagem e opressão que caracterizou as políticas dirigidas ao Sul. Durante quase meio século, a política de boa vizinhança no planeta foi formulada à luz do “desenvolvimento”. (W. SACHS, p. 11) (grifos nossos).

O que Sachs (2000) explicita é que apesar de o “desenvolvimento” parecer algo bastante “natural” e desejável por todos, esse discurso é produto de representações perversas e difunde representações também perversas, que tentam colocar determinados saberes como únicos e verdadeiros, desconsiderando as diversidades a partir de uma visão etnocêntrica que tenta subordinar tudo e todos.

Nessa representação do mundo, os países do chamado Terceiro Mundo estão atrasados em relação ao Primeiro Mundo, que por sua vez já encontrou o “caminho certo”, aquele que deve ser seguido por todos a despeito de suas diferenças. Cria-se, portanto, uma norma padrão a ser seguida. Tudo que não se encaixa nessa norma deve ser abolido. Nas representações hegemônicas do desenvolvimento, há apenas “países avançados” e “países atrasados”, não há “países exploradores” e “países explorados”. Há apenas a perspectiva temporal e uma verdadeira negligência com a problemática espacial.

Entretanto, as representações das quais o “desenvolvimentismo” se serve não são estáticas. Embora o “essencial” se mantenha, há mudanças significativas observadas ao longo do tempo. É como se a “norma-padrão” mudasse, mas ainda continuasse a existir, muito embora modificada.

Assim, neste trabalho, as mudanças das representações do desenvolvimento serão vistas a partir de uma perspectiva macro que privilegia a focalização em diferentes *modelos de desenvolvimento* (LIPIETZ, 1991) hegemônicos. Fordismo e acumulação flexível são a nosso ver, além de *regimes de acumulação* (cf. LIPIETZ e LEBORGNE, 1988), verdadeiros modelos hegemônicos de desenvolvimento que operaram em diferentes momentos da história, e que servem como norma para indicar o caminho do tão sonhado desenvolvimento. Se antes algumas das palavras-chave do desenvolvimento era “industrialização” e “rigidez”, após a crise de rigidez do fordismo, a palavra passa a ser “flexibilidade”.

Nesse sentido, na época atual, em que a flexibilidade se coloca enquanto “norma” nas representações hegemônicas do desenvolvimento, julgamos ser necessário pensar as posições tanto do espaço rural quanto do camponês nessa mudança da representação do desenvolvimento.

Contudo, apesar das mudanças no nível global e no modelo de desenvolvimento, os países centrais do capitalismo, bem como as *organizações globais* (as quais são protagonizadas pelos países centrais) e o próprio Estado brasileiro continuam preconizando o desenvolvimento sob uma perspectiva reducionista: o economicismo.

2.3. “Mas o que tudo isso tem a ver com o PRONAF?”

Tudo. Primeiramente, porque o “bem intencionado” PRONAF é entendido nesse trabalho como um elemento fundamental para compreendermos as mudanças de orientação (e representação) das políticas públicas de desenvolvimento do Governo Federal no que tange o espaço rural brasileiro. Se antes os camponeses não serviam para a industrialização brasileira, agora eles passam a ser um grupo importantíssimo para a flexibilização das relações de trabalho. Se em um período anterior, os camponeses pecavam pela falta de rigidez, exigida pelo regime fordista, sendo sua desapareição tida como iminente, agora sua falta de rigidez se tornou a sua maior “qualidade” para o capital, no modelo flexível. Se as políticas públicas, há algum tempo atrás, pensavam o camponês apenas de maneira imprecisa, agora há uma categoria para que se enquadrem aqueles que são considerados agricultores familiares. **O PRONAF se torna, pois, no**

caso brasileiro, uma política de extrema importância para se ler esse momento de inflexão das políticas públicas para o campo, de mudança nas representações sobre o espaço rural brasileiro.

Entretanto, para que os camponeses entrem de vez no circuito do capital, é necessário que assumam uma racionalidade empresarial. É justamente essa racionalidade que é apregoada nas representações do PRONAF como necessária para o desenvolvimento. Essas representações, como já dissemos, não são gestadas somente no Estado brasileiro, mas no nível global, entre os países centrais, em instituições que agem globalmente como é o caso do Banco Mundial. Não esqueçamos que, apesar de o PRONAF ter contado com o esforço de grupos e movimentos que agem nacionalmente, este programa conta com premissas que partem de instituições como o Banco Mundial, utilizando uma verdadeira estratégia para subjugar o campesinato ao movimento do capital. Tal instituição, por sua vez, preza pela lógica redutora do economicismo, o que também ocorre com o PRONAF.

Ignora-se que o econômico no seio do campesinato não é apenas uma esfera autônoma, mas encontra-se imbricada a outras. O econômico para o camponês faz parte de um habitar, que por sua vez pertence ao *nível P* (cf. LEFEBVRE, 1999). Nível este, “considerado “equivocadamente” modesto, senão negligenciável” (LEFEBVRE, 1999, p. 78). Entretanto, é a partir desse *nível P*, tantas vezes negligenciado, que queremos entender a dialetização que se dá entre as representações do PRONAF (que prima pelo concebido, *nível G*) e o vivido dos camponeses, sua vida cotidiana (o nível P, o habitar).

Ao abordarmos o *nível P*, estamos falando do vivido (cf. LEFEBVRE, 1991), da vida cotidiana. Estamos também falando de uma prática, portanto de um *habitus* (cf. BOURDIEU, 1994), daquilo que se faz todos os dias, daquilo que se faz no lugar, de algo que o corpo não estranha, mas se faz com o corpo. Falamos de uma ordem próxima (cf. LEFEBVRE, 1991), vivida, dialetizando-se com uma ordem distante (cf. LEFEBVRE, 1991) que prima pelo concebido (cf. LEFEBVRE, 1991) em detrimento do vivido.

Assim, realizaremos dois movimentos nesse trabalho: **1) Um primeiro que busca apreender as representações presentes no discurso do PRONAF.** De que cenário global emergem as representações do PRONAF? Quais são estas representações? Uma vez compreendido o cenário global e nacional do qual surgem as

representações presentes no PRONAF e entendidas as representações em si, partamos para um segundo movimento. **2) E um segundo movimento, no qual tensionaremos estas representações com os usos que os camponeses fazem do PRONAF.** Como os camponeses utilizam o crédito desse programa que possui representações sobre eles mesmos? As representações do PRONAF sobre o campo estão em conformidade com seus usos? Como se dá essa tensão entre o *nível G*, *nível P* e o *nível M*? *Nível M* que aqui se dialetiza com os outros níveis a partir das ações dos bancos, dos técnicos e dos movimentos sociais.

“Mas como você fala de tensão entre o nível P e o nível G se sabemos que atualmente o habitar, a vida cotidiana, ou seja, o nível P do qual você tanto fala, está subordinado ao nível G?”

Bem, não façamos um discurso terrorista. Recordemos que o cotidiano não é só miséria, mas também riqueza. Lembremos que a explorada classe operária, com seus trabalhos enfadonhos, ainda guarda o sentido da festa no cotidiano ao mesmo tempo em que este último é programado. Não nos esqueçamos das rachaduras no muro, por onde o desejo passa. Não nos esqueçamos do irredutível. Também não esqueçamos que a classe camponesa, aquela a qual Shanin chamou de “a classe incômoda” (cf. SHANIN, 1983) resiste ao capitalismo. E essa resistência não se faz somente com ocupações de terra ou prédios públicos, se faz também todo dia de maneira quase despercebida, na sua vida cotidiana, no seu habitar (que também é trabalhar), *nível P*, no seu lugar, por meio de seu *habitus*, nos seus usos. O camponês, com sua racionalidade, que parte de um *habitus* gerado na prática e não de uma representação institucional ou acadêmica (de uma ideologia!), resiste à racionalidade dominante, predominante nas representações do PRONAF. Ao resistir, às vezes chega a subvertê-las silenciosamente.

3. Problematicando os usos dos camponeses

Estas resistências silenciosas, sub-reptícias, que não abrem luta aberta contra o Estado, são feitas a partir de alguns usos da política pública que contradizem as representações difundidas pelo discurso do PRONAF. Tais usos, como se verá a seguir,

acabam desencadeando ajustes e modificando o programa, provocando fissuras nas representações hegemônicas e nas ações que elas sustentam.

Todavia, não superestimemos estas resistências. Como já dissemos, muitas dessas resistências, não todas, não são percebidas pelos próprios camponeses enquanto dirigidas ao PRONAF, são resistências realizadas sem se saber enquanto tais.

O leitor deve estar se perguntando, então, que raio de resistências são estas às quais estamos nos referindo. A essa pergunta apresentemos nessa introdução uma sucinta resposta.

Tais resistências são bastante simples e surgem de práticas comuns na vida cotidiana dos camponeses, do seu *habitus*. Dentre essas práticas, como já colocamos, a que inicialmente mais nos intrigou era o fato de haver um rumor entre eles que apresentava o PRONAF como um programa a fundo perdido, que dizia que “dinheiro de governo não se paga”, que “isso é nosso”.

Apesar de o rumor ser bastante nebuloso, até mesmo para os camponeses, muitos se serviam desse discurso oculto para se endividarem com o PRONAF sem grandes temores, ou até mesmo desviarem o crédito para algo que julgavam mais necessário naquele momento, não propriamente para atividades produtivas do ponto de vista econômico.

Outra questão que também nos intrigava e que já fizemos alusão era o fato de a grande maioria dos camponeses investirem tão somente em bovinos. O que para muitos poderia parecer um contrassenso tem suas razões de ser.

Os camponeses, ao direcionarem o crédito do PRONAF para adquirirem bovinos e não para outra atividade, utilizam o dinheiro na atividade menos arriscada. Isso se faz porque o PRONAF é um empréstimo, assim os camponeses que assumem a posição de devolvê-lo investirão naquela atividade que terá riscos menores, de maneira que o retorno do dinheiro seja garantido e, portanto, possam pagar o empréstimo tomado. Para camponeses com uma base de produção bastante simples, que se utilizam muitas das vezes de apenas uma enxada, uma foice, um enxadeco e quando muito de uma bomba para irrigação, as intempéries do clima podem levá-los à perda de todo um ano de trabalho. Caso percam suas produções, estes camponeses, além de ficarem limitados quanto ao consumo daquilo que produzirem “do roçado para casa”, também terão muito

pouco a vender e assim poder adquirir outros produtos. Dessa forma, como poderão fazer o crédito retornar?

Ao comprarem bovinos, os camponeses “investem” em uma poupança. Há, portanto, uma racionalidade que tenta minimizar os riscos, distante de uma racionalidade empresarial do grande capital, que utiliza bois para acumular capital. Dessa maneira, ao utilizarem o dinheiro para formar uma poupança e não para acumular em conformidade com uma lógica empresarial, os camponeses subvertem o discurso pronafiano e “traem” a representação oficial acerca deles.

É, pois, a partir dessas resistências silenciosas que o discurso hegemônico do desenvolvimento, sustentando uma determinada representação do PRONAF, é contradito.

Como podemos ver rapidamente, estas práticas se tornam verdadeiras táticas no sentido utilizado por De Certeau (1996), que se inscrevem sob uma estratégia.

Contudo, como compreender estas táticas? Como compreender estas “banalidades” que emergem da vida cotidiana do campesinato? Como compreender os discursos dúbios dos camponeses?

4. Inventando metodologias no campo

Tínhamos posto a nós questões que só seriam compreendidas se conseguíssemos penetrar no âmago daquelas relações. Assim, optamos pela pesquisa participante a fim de apreendermos no cotidiano como os camponeses lidavam com o crédito do PRONAF.

De acordo com Becker (1994):

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou. (BECKER, p. 47).

Mas seria isso que se espera que um geógrafo faça? Para respondermos a esta questão, recorremos a Kayser (2006). Este geógrafo, questionando-se sobre o objetivo da pesquisa de campo no interior da ciência geográfica, explicita:

É um objetivo espaciológico? Assim sendo o geógrafo só se interessaria pela delimitação do espaço, pela relação do homem com o espaço ou a propósito do espaço. Assim procedendo, ele só poderia obter resultados incompletos, parciais, superficiais, de vez que encararia a relação com o espaço como um componente dentre outros e indissociável destes no campo social. Na verdade, seu objetivo é mais amplo do que este, como têm feito os melhores geógrafos (os antigos, principalmente), pois trata-se de descobrir, dentro de sua complexidade e globalidade, a realidade de um sub-sistema social localizado. Neste caso trata-se de um verdadeiro levantamento de terreno. Se este levantamento deseja atingir o cerne da realidade para coletar elementos necessários à análise e à explicação, ele deverá penetrar nas forças e nas relações de produção, explorar os níveis ideológicos, político e cultural da dinâmica social. Dentro da lógica epistemológica não se pode pretender que isto seja “fazer geografia!”. Mas, no entanto, é isto que deve ser feito... (KAYSER, 2006, p. 95-96)

Foi, portanto, compreendendo que a pesquisa de campo deve abarcar outras instâncias que não somente o espaço, que realizamos nosso trabalho de campo.

Em campo, apesar de termos feito e gravado algumas entrevistas, logo de início percebemos que muito só seria dito de maneira informal. Foi, então, entabulando conversas que muitas das pistas foram dadas. Conversas aparentemente despretensiosas, realizadas nas calçadas, na sala de casa ou até mesmo ao redor da mesa, nos renderam bons frutos. Para nos inserirmos em muitas dessas conversas tivemos que desenvolver algumas técnicas de campo, “inventar” metodologias.

Tivemos que inventar, usar a criatividade, para que conseguíssemos nos aproximar de fato dos camponeses e assim descobrirmos o que só nos mostravam de maneira nebulosa ou escondiam, como os rumores. Começamos, então, a criar nossos próprios “métodos” para que pudéssemos estabelecer uma relação de confiança com os camponeses.

Como coloca Becker (1994)

(...) os sociólogos⁶ deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo. É como mandar construir uma casa para si. Embora existam princípios gerais de construção, não há dois lugares iguais, não há dois arquitetos que trabalhem da mesma maneira e não há dois proprietários com as mesmas necessidades. Assim, as soluções para os problemas de construção têm sempre que ser improvisadas. Estas decisões não podem ignorar princípios gerais importantes, mas os princípios gerais em si não podem resolver os problemas *desta* construção. Para fazê-lo, temos que adaptar os princípios gerais à situação específica que temos em mão (BECKER, p. 12) (grifo do autor).

O estudioso ainda continua:

Quando pessoas se dedicam à atividades que preferem manter em sigilo, elas não põem seus nomes em catálogos ou em listas de associados de modo a tornar a tarefa mais fácil. Ao contrário, se empenham para esconder o que fazem do conhecimento público, e isto oculta o que fazem também de nós. Quando estudamos as pessoas e organizações envolvidas em tais atividades “desviantes”, temos que conceber métodos novos e apropriados para o segredo que nos confronta (BECKER, 1994, p. 13).

Contudo, esses métodos não foram “inventados” como se tivéssemos criando um personagem que fosse a campo enganar os camponeses, para deles tomar informações. Muito do que fizemos foram constrangimentos e não uma atitude extremamente consciente para se aproximar deles. Nós não nos sentiríamos à vontade se ao falarmos com eles, fôssemos estranhos demais, se nossas roupas, nossos gestos e até mesmo o nosso falar demarcassem uma urbanidade que se arroga superior. Era como se estivéssemos entrando na casa de alguém e ali tivéssemos que agir com o máximo de respeito para que o dono da casa não se sentisse ofendido ou diminuído.

Assim abandonamos os tênis em favor do sapato, a camisa de malha pela camisa de tecido com botão. Em nossas vestimentas já estávamos mais próximos deles, porém não idênticos, até porque nunca foi nosso objetivo ficar idêntico. Queríamos apenas estabelecer uma relação de confiança, talvez de proximidade com alguns deles.

O andamento do campo nos fez “inventar” outras maneiras de nos aproximarmos deles. O fato de termos nascido e vivido boa parte de nossa vida em uma pequena

⁶ Apesar do livro de Howard Becker, “Métodos de pesquisa em ciências sociais” dirigir-se aos sociólogos, pensamos que o mesmo também pode ser compreendido por geógrafos, ainda mais os que trabalham com Geografia Humana.

cidade no Agreste da Paraíba, Belém, fazia com que o estranhamento não fosse tão grande. Sempre convivemos de um modo ou de outro com camponeses e de alguma maneira, mesmo incipiente, compreendíamos um pouco como eram, o que podia ou não podia se falar, o que podia ou não podia se fazer.

Além disso, nossos avós, mesmo sem nunca terem sido camponeses, haviam vivido boa parte da vida deles no campo, já que antigamente possuíam terras. Ao colocarmos isso nas nossas conversas, as distâncias se tornavam menores. Era como se tivessem alguém semelhante, mas nem de todo igual, à sua frente.

Outro aspecto que nos aproximava era a comida. Verduras não faziam parte de sua dieta e por algum motivo eles sempre achavam que pessoas vindas da cidade gostavam muito de verdura. Ocorre que sempre comemos muita pouca verdura e eles, ao verem isso, se familiarizavam. Uma camponesa, espantada com o prato que acabávamos de fazer, chegou a exclamar: “Olha, a comida dele é simples!”. Essa “simplicidade” da comida fazia com que ficássemos ainda mais próximos daqueles camponeses com quem dividimos a mesa. Começamos a entender, junto deles, que éramos muito mais próximos do que imaginamos em um primeiro momento.

Foi assim que nos inserimos em meio a eles. Por mais que essas pequenas práticas pareçam insignificantes elas diminuíram fortemente as distâncias entre nós e os camponeses.

Contudo, percebemos depois de algum tempo que as dessemelhanças também fazia com que alguns deles se aproximassem de nós. Em Barra de Antas, ao começarmos a conversar com um camponês, notamos que havia aqueles que queriam conversar conosco apenas porque éramos um visitante, alguém diferente na comunidade, um tanto quanto exótico, “um rapaz da cidade”. Esse pequeno “estranhamento”, que acabava criando certa curiosidade sobre nossa pessoa, era contrabalançado com as semelhanças já citadas.

Esse jogo do estranho e do familiar nos abria algumas portas, uma vez que parecia ser bastante interessante para eles que alguém que vinha da cidade e estava estudando em uma faculdade, pudesse também ser, de algum modo, cúmplice deles.

Apesar de todo esse trabalho para nos inserirmos em meio a eles, nem tudo o que iremos abordar são segredos ou esconderijos. Na verdade muito do que

colocaremos é tão banal⁷ e tão visível que custa a ser percebido. A racionalidade camponesa, seu *habitus* e os modos como os camponeses trabalham são tão banais e tão “naturais” que muitos não se interessam por eles, acabam, pois, se tornando tão visíveis que se escondem.

Nesse sentido, como Kayser (2006) bem coloca, apropriando-se de uma fala de Brecht, “sob o banal, descubra o insólito, sob o cotidiano, descubra o inexplicável” (BRECHT *apud* KAYSER, 2006, p. 99).

5. Estrutura da dissertação

A partir de todas estas reflexões, como já dissemos, faremos dois movimentos principais, um primeiro que tenta pensar a dialética espaço-temporal que fundamenta as representações de desenvolvimento do PRONAF, e um segundo movimento que já procura perceber a “subversão” da prática dos camponeses a estas representações. É nesse segundo momento que o concebido se encontra com o vivido, com a vida cotidiana.

No primeiro capítulo, então, discorreremos sobre como os discursos de desenvolvimento foram produzidos a partir de representações que se relacionam intimamente ao capital. Nesse sentido realizaremos todo um “desenho” da estrutura e do processo que as engendra. Isso será necessário, uma vez que o PRONAF não cria a representação de desenvolvimento da qual se serve, ele se apropria de representações hegemônicas produzidas a partir de uma dialética espaço-temporal exterior a ele, macroestrutural, muito embora elementos internos da política brasileira e do PRONAF também condicionem tal política. O discurso hegemônico de desenvolvimento é visto, neste trabalho, como ideologia e mecanismo de controle social e nesse sentido, ao se por em prática, modifica o espaço, além de utilizá-lo de maneira instrumental para alcançar os objetivos das classes dominantes.

⁷ Ao falarmos em “banal” não estamos colocando que abordaremos a vida cotidiana dos camponeses a partir de uma espetacularização sem sentido. O que queremos, na verdade, é tensionar essa vida cotidiana “corporificada” com as representações de ordem global.

Dessa maneira, ao pensarmos a dialética da relação entre desenvolvimento e espaço, traremos à baila problemáticas peculiares a modelos de desenvolvimento e suas representações, do fordismo à acumulação flexível. Refletiremos a partir de algumas teorizações da Escola de Regulação, como o fordismo e a acumulação flexível se tornaram modelos de desenvolvimento, além de como operou-se essa substituição de um modelo por outro.

Assim, se no primeiro capítulo “desenhamos” todo o cenário mais amplo que repercute sobre a maneira que o discurso do PRONAF se fez e se faz, ou seja, o “pano de fundo” que há por trás do PRONAF, no segundo capítulo iremos nos ater a evidenciar a maneira como o PRONAF, a partir desses modelos de desenvolvimento, verdadeiras representações do desenvolvimento, concebe o espaço rural e o camponês.

Já o terceiro capítulo terá um caráter diferente dos anteriores, mas nem por isso será um capítulo estranho aos demais. Se os capítulos anteriores fazem um primeiro movimento, isto é, a análise da construção de toda uma representação hegemônica com seus discursos⁸, no terceiro capítulo iremos explicitar as subversões dos camponeses sobre o discurso hegemônico do PRONAF e suas representações. Como os camponeses “traem” as representações oficiais? **Mais do que a prática de um programa, queremos evidenciar a prática dos camponeses a partir desse programa.** Que pequenas subversões estes camponeses realizam, de maneira consciente ou não, sob o PRONAF e suas representações? Que fissuras existem nesse programa que acabam sendo exploradas pelos camponeses? Como se valem dessas fissuras?

Para isso será necessário dar um caráter etnográfico a esse capítulo e articulá-lo à teoria. Uma teoria que se propõe a pensar o praticado, a vida cotidiana, que tenta pensar a partir de conceitos como vivido, *habitus*, táticas e lugar, questões acerca dessa organicidade que perpassa a vida dos camponeses. Camponeses que não são meros fantoches de uma representação transmitida por um discurso, de uma informação estrangeira, mas possuem uma relação ambígua com estas representações de uma ordem global, distante. Ambígua porque ao mesmo tempo em que a elas se submetem, também a negam, também a subvertem. Aqui, nos propomos a trazer as contradições entre um discurso que se propõe a organizar, a normatizar lugares que já possuem organicidade, e

⁸ Sempre pontuado, evidentemente, por representações contra-hegemônicas.

a maneira como esse orgânico produzido no lugar “zomba” da representação hegemônica e seus discursos. Obviamente, que estamos cientes de que os fatos, as reflexões e as análises que realizamos a partir das comunidades estudadas, não podem ser estendidos a toda e qualquer comunidade camponesa. As práticas são práticas do lugar, usos que se fazem no lugar, na vida cotidiana do lugar, por um *habitus* engendrado no lugar.

1. DO DESENVOLVIMENTO COMO DOMINAÇÃO

1. DO DESENVOLVIMENTO COMO DOMINAÇÃO

Neste primeiro capítulo faremos uma sucinta discussão acerca da dialética entre tempo e espaço, procurando evidenciar como o modo de produção capitalista engendrou diferentes modelos de desenvolvimento hegemônicos e assim diferentes representações de desenvolvimento. Dessa forma queremos delinear o “cenário de fundo” do qual o PRONAF emerge, para no decorrer da dissertação destrincharmos as representações que sustentam o PRONAF enquanto estratégia de desenvolvimento. Esse percurso se torna necessário, pois o PRONAF não produz uma representação a partir dele mesmo, seu discurso transmite representações disseminadas no contexto de modelos de desenvolvimento hegemônicos globais. O PRONAF apenas mobiliza as representações hegemônicas⁹ por meio de suas ações. Nesse sentido fazemos coro à assertiva de Peet (2007) quando explicita que:

as ideias por trás das práticas institucionais, tais como elaborar e implementar políticas, não são concebidas de forma neutra, como finge a ciência, nem são elas pensadas no interesse de todos, como espera o humanismo moderno, mas, ao invés disso, políticas são feitas para servir aos interesses político-econômico dominantes. Na teoria marxista, esses interesses são os das pessoas ricas da sociedade, poderosas porque possuem capital, definido como a propriedade da riqueza produtiva pelos acionistas e altos escalões de companhias e corporações (PEET, 2007, p. 23).

Enfatizemos, então, que o PRONAF é uma política de desenvolvimento, contudo o desenvolvimento, apesar de sua pretensa “naturalidade”, se dá a partir de representações complexas, que por sua vez são transmitidas por meio de um discurso que de maneira sutil incorpora uma vontade de dominar, de trazer para si tudo aquilo que de alguma maneira resiste à lógica do capital. *Mas de que maneira isso ocorre? O que quer dizer desenvolvimento? De que forma se esconde a vontade de dominar por trás do discurso? Quais as representações nas quais o discurso do desenvolvimento se*

⁹ Não esqueçamos, todavia, que a dinâmica do PRONAF se dá enquanto uma verdadeira arena política, de maneira que, ao incorporar as representações hegemônicas, o PRONAF também as reconfigura.

sustenta? Quem define o que é importante para se desenvolver? E o espaço? Como ele entra nesse jogo? Qual o modelo de desenvolvimento que se coloca como hegemônico?

Estas são algumas indagações sobre as quais tentaremos nos debruçar. Todas elas convergem para uma única questão: qual o modelo de desenvolvimento hegemônico nesse momento e em que representações se apoia?

Para atingirmos os objetivos desse capítulo, iniciaremos nossa discussão a partir de uma sucinta exposição acerca do conceito de representações, conceito basilar no nosso trabalho. Compreendido este conceito, realizaremos uma exposição destacando as origens das representações desenvolvimentistas e do próprio discurso do desenvolvimento, colocando-o enquanto difusor de representações que servem aos interesses dos países centrais.

Com isso enfatizaremos questões relacionadas à totalidade do contexto político e econômico que produziram, entre outras coisas, as representações de desenvolvimento que dão sustentação ao PRONAF.

1.1. “Mas por que falar de representações?”

Octavio Paz no seu importante livro “O arco e a lira”, ao abordar a linguagem nos fala da primeira atitude do homem diante da mesma: a confiança. Segundo Paz (1982)

(...) o signo e o objeto *representado* eram a mesma coisa. A escultura era uma cópia do modelo; a fórmula ritual uma reprodução da realidade, capaz de reengendrará-la. Falar era re-criar o objeto aludido. A pronúncia exata das palavras mágicas era uma das primeiras condições para sua eficácia. A necessidade de preservar a linguagem sagrada explica o nascimento da gramática na Índia. Porém, ao cabo dos séculos, os homens perceberam que *entre as coisas e seus nomes abria-se um abismo*. As ciências da linguagem conquistaram sua autonomia tão logo cessou a crença na identidade entre o objeto e seu signo (p. 35) (grifos nossos).

É, pois, sobre esse “abismo” do qual nos fala Paz (1982) que nos ateremos nesse primeiro momento. De repente os povos descobriram que o signo e o objeto não são coincidentes, que a forma não é idêntica ao conteúdo, que há um abismo, portanto. De alguma maneira, começamos a prestar mais atenção a essa “fresta” (ou esse “abismo”

como coloca Paz (1982)) entre o signo e o objeto, e percebemos que nesse “terreno” se trava uma verdadeira luta, uma luta simbólica. Nessa luta diferentes representações se negam mutuamente, procurando serem postas como verdades objetivas e não como representações.

O leitor pode argumentar: *“mas sempre haverá uma verdade e uma mentira, não? E a verdade sempre elucidará as coisas tais quais são. A mentira, que se contrapõe a verdade, seria somente ideologia. Este abismo entre o signo e o objeto, do qual você fala, não existiria quando a verdade aparecesse, correto?”*

Sobre as questões lançadas, não as respondamos de imediato. Mas reflitamos um pouco sobre elas, mais especificamente sobre a ideologia. O nosso amigo, que acaba de nos questionar, a coloca como contraposta a verdade, como se fosse uma mentira.

Vejamos de antemão a sucinta história do conceito de ideologia que Löwy (1985) nos traz. Prestemos atenção à maneira como a própria história desse conceito, faz um jogo de falso e verdadeiro.

O conceito de ideologia, segundo Löwy (1985), nasce com um filósofo francês, pouco conhecido, chamado Destutt de Tracy. De acordo com Löwy (1985), para este filósofo a ideologia seria o estudo científico das ideias e estas últimas seriam o resultado da interação entre o organismo vivo, a natureza e o meio ambiente, sendo a ideologia assim um subcapítulo da zoologia.

Anos mais tarde Tracy e seu grupo, todos adeptos do enciclopedismo francês, entraram em conflito com o imperador, Napoleão Bonaparte, que de maneira pejorativa os chamou de ideólogos. Para Napoleão, diferente de Tracy, ideólogos eram indivíduos que viviam em um mundo de pura abstração, especulativo. Daí então, segundo Löwy (1985), o termo passou a ser utilizado na linguagem do dia-a-dia com o sentido que o imperador havia lhe atribuído, isto é, de maneira pejorativa.

Há, assim, um primeiro movimento no uso do termo “ideologia”. Partindo de um mecanicismo vulgar, mas que lhe imputava um sentido favorável, o termo cai em desgraça com Napoleão, reverberando na linguagem corrente com um sentido negativo.

É com esse sentido pouco favorável, mas corrente, que Marx retoma o termo. Na “Ideologia Alemã”, Marx e Engels (2007) colocam a ideologia como consciência falsa da realidade, entretanto necessária aos homens em sua atividade social. Com essa

acepção negativa do termo, Marx e Engels (2007) nunca chamaram sua própria teoria de ideológica, era antes a reconstrução científica da realidade.

Há em Marx e Engels (2007), portanto, uma tentativa de opor ideologia à verdade. As ideologias seriam banidas tão logo a verdade, a teoria elaborada por eles, se colocasse na prática. A “fresta” ou “abismo” sumiria.

Contudo até mesmo no marxismo, o termo conhece posteriores desdobramentos. Lênin, por exemplo, fala de “ideologia socialista” como sendo o próprio marxismo, retirando o aspecto negativo que tal termo carregava de antemão. Apesar disso, Lênin também fala de ideologia burguesa, o que faz com que a ideologia seja definida na corrente leninista como qualquer conjunto de ideias sobre a realidade social que se vincule a uma classe. Assim, na concepção leninista a ideologia não é sinônimo de mentira, de “falseamento”, não se opõe à verdade. No entanto, desde então, de acordo com Lefebvre (2006), o termo cai em uma série de confusões, perdendo seus contornos definidos.

Löwy (1985), também marxista, se apoiando no modo como Mannheim, um não-marxista, utilizava o termo ideologia, coloca-o de maneira negativa, mas não como oposto da verdade objetiva. Este pensador reconhece de alguma maneira o “abismo” entre o signo e o objeto, porém a este “abismo” chama de visões de mundo e as classifica a partir de duas categorias: a) **ideologias**, aquelas que são conservadoras; b) e **utopias**, as que são revolucionárias. Percebamos, pois, que Löwy (1985), diferente de um marxismo ortodoxo, que opunha ideologia à verdade objetiva, faz um movimento no sentido de reconhecer que o “abismo” entre signo e objeto está presente até mesmo na utopia. No entanto, na abordagem de Löwy (1994) o proletariado é entendido como a classe revolucionária de onde se pode ter uma compreensão mais completa dos processos.

Lefebvre (2006) ao se indagar sobre essa distância, esse abismo entre o signo e o objeto, nos traz o conceito de representações. Em “A Revolução Urbana”, trata de maneira rápida desse conceito e o coloca como a interpretação da apresentação, isto é, a re-presentation. Já em “La presencia y la ausencia”, um livro inteiramente dedicado à teoria das representações, Lefebvre (2006) faz uma reflexão aprofundada sobre tal questão. O conceito, apesar de revigorado por este estudioso, já fazia parte dos escritos do próprio Marx, muito embora tenha quase desaparecido frente ao de ideologia:

En Marx, el término *Vorstellung* equivale casi (¿pero ese “casi no disimula acaso una gran diferencia?”) a la palabra *ideología*. Por ejemplo, en las primeras páginas de La ideología alemana. Desgraciadamente, Marx se dispensa de elaborar una teoría de las relaciones entre *Vorstellungen* y las ideologías, se contenta con atacar a estas últimas con su vigor acostumbrado. *Quiere trascender las ideologías, por lo tanto las representaciones. ¿Cómo? ¿Hacia qué? Por la verdad revolucionaria*, primero teórica luego práctica. (LEFEBVRE, 2006, p. 32) (grifos nossos).

Partindo da tríade, o representante, o representado e a representação, Lefebvre (2006) compreende as representações enquanto **mediações**. Segundo este pensador, a representação não seria somente um reflexo do mundo material, nem tampouco uma abstração qualquer ou uma “mentira de classe”, mas sim uma mediação. E, esclarecendo as representações, ele as exemplifica:

Es a veces un hecho o fenómeno de conciencia, individual y social que acompaña en una sociedad determinada (y una lengua) tal palabra o tal serie de palabras, por una parte, y por otra parte tal objeto o constelación de objetos. Otras veces es una cosa o un conjunto de cosas correspondiente a relaciones que esas encarnan conteniéndolas o velándolas. He aquí algunos ejemplos. Se puede decir que una curva y una función representan un fenómeno físico. Otros ejemplos menos claros: se puede decir que la arquitectura representa a una sociedad pero también que los miembros de la sociedad se representan los edificios que figuran entre ellos. También se puede decir que la propiedad o la paternidad se representan de una manera que las valora y tiende a perpetúalas en nuestra sociedad (LEFEBVRE, 2006, p. 26).

“Mas, enfim, as representações são verdadeiras ou falsas?”

Lefebvre (2006) responde que **não são falsas, nem verdadeiras**. São verdadeiras como respostas a problemas “reais” e falsas como dissimuladoras das finalidades “reais”.

De maneira próxima, mas não idêntica ao que Löwy (1985) faz com as ideologias e utopias, Lefebvre (2006) as distingue entre reativas e superáveis, entre estáveis e móveis, em alegorias e em estereótipos incorporados de maneira sólida em espaços e instituições (LEFEBVRE, 2006). Enfim, entre as que obstaculizam o movimento e aquelas que apontam para o possível.

Apesar da defesa que Lefebvre faz do conceito de “representações”, este pensador de maneira alguma abandona o conceito de ideologia, mas o retoma, utilizando-o a partir da teoria das representações. Diferenciando os dois conceitos, ideologia e representações, Lefebvre (2006) coloca que as últimas não se definem tão

somente pelo concebido, por aquilo que é posto como conhecimento, mas pela vivência, ao contrário da ideologia, que, embora também tenha seus pés fincados na realidade material, é posta como fazendo parte de uma superestrutura, de um reflexo. “La vivencia se llena de representaciones, y sin embargo se libra de ellas, puesto que es ella la que se representa” (LEFEBVRE, 2006, p.76).

Lufti et al. (1996), comentando o conceito de representações em Lefebvre, coloca que os pensadores que estão presos ao conceito de ideologia, acabam por fetichizar o saber puro, menosprezando o saber crítico e a crítica do saber. Simplificando, Almeida (2001) nos diz: “De acordo com Lefebvre, toda ideologia é uma representação, mas nem toda representação é uma ideologia” (p. 35).

A representação parte do relacional entre o vivido e o concebido e não de um fechamento somente do concebido, ela se dá, antes de tudo, a partir de uma vivência. Sendo assim, a representação inclui e envolve a ideologia, que por sua vez prima pelo concebido. O caráter relacional das representações faz com que as ideologias também possam ser representações, dessa maneira o concebido e o vivido não se excluem e ideologias e representações não se isolam, as primeiras são englobadas pelas últimas.

No concebido estariam tanto os conceitos teóricos quanto as ideologias, que por sua vez são trabalhadas a partir de um objetivo, de uma estratégia. A ideologia parte de uma sistematização, de uma elaboração meticulosa. Essa compreensão de Lefebvre (2003), colocando a ideologia no terreno do concebido, portanto do institucional, também se encontra, até certo ponto, em “A Revolução Urbana”. Neste livro Lefebvre (1999) diferencia a ideologia dos mitos e das utopias. Enquanto os mitos se dariam como discursos não-institucionais, não se submetendo às leis e/ou instituições, a ideologia se daria no âmbito institucional, justificando, legitimando, recusando ou até mesmo refutando as instituições que estão postas, *contudo dando-se ainda no âmbito institucional*. Já a utopia se daria a partir da transcendência do institucional, sendo a um só tempo mito, amparando-se na problemática do real e partindo para o possível-impossível. A compreensão lefebvriana acerca do conceito de ideologia desemboca sempre no entendimento que a mesma preza por um discurso “organizado”, “ordenado”, que prima pelo “concebido”, sistematizado, pois.

Como já deve ter ficado perceptível, ao não desconsiderar as ideologias, Lefebvre (2006), no entanto, não lhes imputa um sentido favorável. Se as

representações não são falsas nem verdadeiras, as ideologias são falsas. Contudo as representações ao se sistematizarem em doutrinas políticas também podem se tornar ideologia.

Entre las representaciones, unas son engendradas por las relaciones y el modo de producción; están a su servicio, *elaborándose-la en ideología y cientificidad*. Otras le llegan de más lejos, de más hondo: de las sociedades anteriores, de las mitologías y de las religiones. (LEFEBVRE, 2006, p. 85-86) (grifos nossos).

As representações não são, pois, apenas discursos, redutíveis ao concebido como as ideologias, nem tampouco são redutíveis tão somente aos atores sociais. Como diria Lefebvre (2006), “las representaciones no son simples hechos, ni resultados comprensibles por sus causas ni simples efectos. **Son hechos de palabra (o si prefiere de discurso) y de practica.**” (p. 104) (grifos nossos). As representações são essa mediação, esse “entre”, que não se encaixa em uma reflexão dual. Mas que também não se encontra como a terceira parte de uma reflexão que busque isolar os componentes da tríade. A tríade sempre é relacional.

É pois a partir da tríade - representante, representado e representação - que o movimento dialético se processa. A luta de classes também se dinamiza nesse movimento. No plano das representações, a própria representação tensiona e é tensionada pelo representante e pelo representado. As várias representações também se tensionam. Tudo é movimento.

Bourdieu (2011), utilizando-se de um arsenal teórico diferente daquele de Lefebvre (2006), colocaria a tensão entre as várias representações como uma luta pelo poder simbólico, como um verdadeiro campo de produção ideológica¹⁰, campo este homólogo à luta de classes. Em um elucidativo trecho da sua obra, Bourdieu (2011) explicita:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por

¹⁰ Para Bourdieu (2011) a ideologia não é utilizada necessariamente com um aspecto negativo, como uma mentira oposta a verdade.

meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), que dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários - embora ignorados como tais - da realidade social (BOURDIEU, 2011, p. 11-12).

Nesse jogo, nessa luta pelo poder simbólico, o Estado tem papel importantíssimo. Como bem coloca Bourdieu (2011), o Estado tem um poder quase criador, poderíamos até mesmo dizer que mágico. Afinal, não é ele que define o que é oficial ou não? O juiz só é juiz porque o Estado lhe reconhece assim. O médico só é médico porque o Estado lhe reconhece assim. A propriedade privada da terra só é válida quando assim um cartório, reconhecido pelo Estado, define-a. A terra do posseiro pode ser muito bem invadida por um latifundiário que chegou depois e o Judiciário reconhecerá o direito do último, uma vez que somente o latifundiário terá os ditos documentos, considerados oficiais pelo Estado. Enfim, se o Estado tem o poder de dizer o que é e o que não é oficial, a ele também lhe é conferido o poder de dizer qual a representação oficial.

Mas a representação oficial não é somente oficial, ela é posta como verdadeira, como a verdade objetiva, sem mediações, isto é, ela não é tida como representação. Como nos diria Paz (1985) com sua abordagem que privilegia a linguagem, “esquece-se com frequência que, como todas as outras criações humanas, os Impérios e os Estados estão feitos de palavras: são feitos verbais” (p. 36).

Reflitamos um pouco mais acerca da importância do Estado para as decisões. Lefebvre (1999) coloca o Estado no *nível G*, o nível global, nível decisório, *nível do Poder*, seja como vontade ou representação. Como vontade no que tange o fato de os homens de Estado possuírem estratégias políticas. Como representação, no sentido de que estes homens possuem concepções políticas ideologicamente justificadas. “Esse nível global é o **das relações mais gerais, portanto, as mais abstratas** e no entanto essenciais: mercados de capitais, política do espaço” (LEFEBVRE, 1999, p. 76) (grifos do autor).

É justamente nesse nível que se defrontam as estratégias e as representações que se constroem a partir da luta de classes. É no nível global que se constroem as representações hegemônicas do desenvolvimento, bem como suas ações. Não confundamos o desenvolvimentismo tão somente como algo puramente abstrato, pura

fraseologia, onde habitam somente discursos teóricos, somente ideologias. Mas entendamos este discurso, eivado de representações, como parte de estratégias construídas, principalmente pelos países centrais do capitalismo.

Até agora falamos de maneira abstrata sobre representações de desenvolvimento e do global como nível decisório. Passemos ao próximo tópico, nele iremos nos ater ao contexto político e econômico que gerou as ditas representações, no qual os Estados Unidos da América (EUA) foram o grande embaixador da estratégia.

1.2. Origens dos discursos e das representações de desenvolvimento enquanto mecanismos de poder global

Apesar da atual aura de neutralidade e de naturalidade que o discurso do desenvolvimento apresenta, o mesmo não tem nada de natural, nem muito menos de neutro, está longe de prezar por uma verdade objetiva. O desenvolvimento hegemônico até hoje foi um mecanismo de dominação, de poder do capital, que age sobre o espaço e a sociedade de maneira a moldá-los aos seus interesses.

“Mas como o desenvolvimento não tem nada de natural? Todos desejam o desenvolvimento, não?”

Bem, talvez sim, todos desejem. Mas quem define como se faz o desenvolvimento?

“Mas como você fala ‘quem define’? Todos sabem, grosso modo, o que é desenvolvimento.”

Para esclarecermos estas questões, remetamo-nos ao fim da Segunda Guerra Mundial e à posição de destaque alcançada pelos Estados Unidos ao final da mesma. Os Estados Unidos estavam indiscutivelmente ao centro do mundo, eram seu “senhor”. “Todas as instituições criadas naqueles anos reconheciam esse fato; a própria Carta das Nações Unidas era uma cópia da Constituição norte-americana.” (ESTEVA, 2000, p. 59).

Entretanto, como bem coloca Esteva (2000), estar ao centro do mundo não era o bastante. Era necessário consolidar sua hegemonia, daí lança-se toda uma campanha

com a marca dos Estados Unidos e um dos momentos emblemáticos ocorre quando em 20 de janeiro de 1949, Truman, presidente dos Estados Unidos, discursa:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas.

O antigo imperialismo – a exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN apud ESTEVA, 2000, p. 59-60) (grifos nossos).

Assim, os Estados Unidos lideravam a corrida para prover os países “subdesenvolvidos” de desenvolvimento. As representações que colocavam os países explorados como bárbaros e os países exploradores como civilizados foram substituídas, agora a representação corrente era que tínhamos subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos. Tudo ocorre como se os “pobres países pobres” necessitassem da ajuda do grande “amigo” do norte.

Façamos, entretanto, uma observação. Obviamente que o discurso de Truman é um marco no discurso do desenvolvimento, porém não podemos reduzir toda a complexidade dos processos sociais a este discurso, nem à data em que ele é pronunciado. Processos complexos, dos quais só trataremos sucintamente, ocorreram durante esse período e acabaram desembocando no discurso de Truman.

Nesse sentido, a crise de 1930 foi um divisor de águas. Até então o liberalismo reinava, o entendimento de que uma situação competitiva dos mercados alocaria os recursos de maneira ótima só passou a ser contestado quando a crise de superprodução ocorreu. Daí passou-se cada vez mais à compreensão de que o Estado deveria se portar como interventor, o que fez com que fosse aceita a noção de planejamento.

Santos (1979), apresentando a posição de Timbergen (1959) sobre o que seria a função do planejamento, expõe que o mesmo se referia ao planejamento como o que deveria garantir **dentro da lei e da ordem**, um mínimo de segurança e de estabilidade, **protegendo a segurança física e a segurança da propriedade**, promovendo o estímulo privado. Essa posição é criticada por Santos (1979) já que, de acordo com esse posicionamento, confiança, segurança e estímulos ao investimento privado deveriam ser

criados com o auxílio do Tesouro Público, portanto, com o pagamento de impostos. Tornou-se, desta forma, necessário justificar com argumentos de peso a transferência da poupança dos mais pobres para o bolso dos mais ricos. “E o que existe de mais apropriado para isto do que a linguagem científica?” (SANTOS, 1979, p. 6). Não seria a linguagem científica neutra, verdadeira, objetiva?

Na esteira dos acontecimentos, produziu-se a representação do Terceiro Mundo e os países que a eles pertenciam eram todos subdesenvolvidos. Assim discutiu-se o desenvolvimento destas áreas e a pobreza, um fenômeno qualitativo foi quantificado. Como sempre, os números são considerados provas cabais, necessárias à “cientificidade” e mais necessárias ainda às intervenções, à dominação.

As técnicas e práticas do planejamento foram essenciais para o desenvolvimento desde seu início. Simbolizando a aplicação do conhecimento científico e técnico ao setor público, *o planejamento deu legitimidade à tarefa do desenvolvimento e alimentou as esperanças nele depositadas*. De um modo geral, o conceito de planejamento implica a certeza de que mudanças sociais podem ser forçadas e dirigidas, ou até produzidas quando desejadas (ESCOBAR, 2000, p. 211).

Daí se depreendeu a necessidade de se adquirir tudo do exterior, sendo necessário que os países centrais “ajudassem” os países pobres.

Era preciso demonstrar que os países subdesenvolvidos eram incapazes de acumular internamente o capital para seus investimentos modernizantes e, portanto, provar a necessidade de lhes fornecer ajuda ou de lhes emprestar dinheiro, ou ainda de encorajar a entrada de capital privado (SANTOS, 1979, p 8).

Havia, assim, um discurso, um conjunto organizado de representações, que justificava os endividamentos massivos por parte de todo o Terceiro Mundo, tendo os países do Primeiro Mundo, principalmente os Estados Unidos, como seus credores, ou melhor, dominadores.

Além disso, se produziu a ideia de um determinado modo de consumo como ideal. Agora não eram somente modelos de produção, mas também modelos de consumo que contribuíam para o fortalecimento da dependência econômica.

Nessa representação, os países do chamado Terceiro Mundo se viam não como explorados, mas como subdesenvolvidos, atrasados em relação aos desenvolvidos. Toda a diversidade, tradições, racionalidades destes países foram postas de lado, tidas como

menores, quando comparadas a uma razão instrumental, modernizante e capitalista. Em nome de um pensamento único e de uma cultura única, tudo que vinha do Terceiro Mundo não passava de atraso a ser superado pelo tão propalado desenvolvimento. As representações hegemônicas do desenvolvimento davam conta de justificar tudo isso.

Assim, uma questão apresenta-se como particularmente importante para se pensar o desenvolvimento. As representações, que davam sustentação ao desenvolvimento, faziam com que os países do Terceiro Mundo de algum modo fossem seduzidos, significava uma dominação não necessariamente violenta, mas antes de tudo sedutora. Violências como aquelas vistas durante conflitos como a Guerra do Ópio e outras várias cediam cada vez mais terreno às formas de dominação situadas no plano simbólico, daí a importância das representações¹¹.

Para que a sedução se fizesse era necessário que o discurso incorporasse uma ideia de felicidade, uma representação. Lipietz (1991), abordando isso, coloca:

É verdade que, em dado momento, um “grupo de frente” definiu e impôs sua *visão de “progresso”*. Um modelo de desenvolvimento só consegue vingar se suas promessas coincidem com certa concepção possível de felicidade (LIPIETZ, op. cit., p. 29) (grifos nossos).

Se criando as representações do desenvolvimento já temos uma forte ferramenta capaz de influenciar as escolhas e visões de diversos governos, a dominação em toda a sua inteireza não se faz somente a partir de um discurso ou de uma representação de maneira isolada, apesar de ela ser importante para respaldá-la. O que queremos dizer é que o desenvolvimento tinha, pois, que passar do plano do discurso para a ação e para que isso ocorresse, era necessário que houvesse modelos de desenvolvimento capazes de servir como referenciais, a partir dos quais se orientariam as ações e resultados necessários à dominação dos países do Terceiro Mundo. O desenvolvimento, assim, sempre prescreveu um caminho que tinha como “modelo perfeito” os países centrais, de maneira que toda trajetória de desenvolvimento consiste numa tentativa de percorrer o mesmo caminho dos países do chamado “mundo desenvolvido”. Nesse sentido os regimes de acumulação hegemônicos que se consolidam a partir dos países centrais são sempre tidos pelos organismos internacionais como caminhos que levarão ao

¹¹ Não estamos aqui colocando que formas de dominação por meio de guerras foram extintas. Estamos apenas dizendo que agora passam a existir outros meios para se garantir a dominação.

desenvolvimento. É, pois, sobre as origens dos modelos de desenvolvimento dos países centrais que iremos nos deter no próximo tópico. Modelos de desenvolvimento que foram as vias encontradas para a continuação da dominação dos países do centro sobre os países periféricos, dominação em outros moldes, nos moldes do desenvolvimentismo.

1.3. Breves considerações teóricas acerca do conceito de “modelo de desenvolvimento”

Ao falarmos de modelos de desenvolvimento iremos nos referir de maneira enfática à “Escola da Regulação”.

Segundo Lipietz e Leborgne (1988), todo modelo de desenvolvimento, para ser coerente, deve se compor de três aspectos: uma forma de organização do trabalho (paradigma industrial); uma estrutura macroeconômica (um regime de acumulação) e um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais (modo de regulação). Lipietz e Leborgne (1988) assim conceituam os três componentes de um modelo de desenvolvimento:

Primeiro, o que às vezes é chamado de paradigma tecnológico ou modelo de industrialização: os princípios gerais que governam a evolução da organização do trabalho (...). Em segundo, o regime de acumulação: os princípios macroeconômicos que, por um período prolongado, descrevem a compatibilidade entre as transformações nas normas de uso do produto social. Em terceiro, o modo de regulação: a combinação das formas de ajustamento das antecipações e dos comportamentos contraditórios dos agentes individuais aos princípios coletivos do regime de acumulação. Essas formas de ajustamento podem incluir *tanto hábitos culturais quanto formas institucionais, como leis, acordos etc* (LIPIETZ e LEBORGNE, 1988, p. 13) (grifos nossos).

Estes aspectos se colocam de maneira separada muito mais na análise do cientista do que na realidade. Os três não nascem de maneira isolada, mas também não nascem de maneira unificada, já acabada. Há uma concatenação, um rearranjo que produz uma dialetização destes três aspectos de modo que acaba se conformando um dado modelo de desenvolvimento. Modelo este que, apesar de regular o processo de acumulação por certo tempo, não é de maneira alguma estático, nem quando se encontra fora de crises.

Além disso, por mais que uma estrutura como um regime de acumulação se forme, isto não se faz de maneira necessária, simplesmente impositiva. Um modelo de desenvolvimento é sempre formado e assegurado a partir de forças vivas, não há nenhum caminho prescrito. A não ser quando os países centrais tentam levar seus modelos para o Terceiro Mundo, mas até aí a norma encontrará as forças vivas.

Sabendo disso, antes de passarmos ao próximo tópico, façamos uma advertência: os teóricos que colocam o discurso do desenvolvimento enquanto um discurso de poder não fazem maiores referências ao que aqui estamos chamando de modelos de desenvolvimento, conceito bastante utilizado pela Escola de Regulação. Entretanto, compreendemos que estas duas perspectivas, guardadas suas discordâncias, possuem convergências. A escola pós-desenvolvimentista preza pelo entendimento do político, enfatizando a linguagem, sem necessariamente fazer uma discussão pormenorizada do contexto econômico. A Escola de Regulação foca na esfera econômica, sem, no entanto esquecer o político, entretanto, para estes últimos, a análise do discurso político não é o mais importante.

Entendemos, no entanto, que as duas esferas, política e econômica, devem ser apreendidas de maneira conjunta. Compreendemos que as representações e a luta simbólica, que se trava, também devem ser esclarecidas a partir do contexto político e econômico. Até porque a luta simbólica também é política e econômica.

O modelo de desenvolvimento, tal como proposto sob o capitalismo, pressupõe uma estrutura originada nos países dominantes que pode ser compreendida como veiculadora de representações que pressupõem uma dominação. Foram esses modelos, que para continuar a reproduzir o capital, tiveram de “ir ao mundo”, como uma norma que, ao mesmo tempo em que é impositiva, só se faz a partir do convencimento. Modelos de desenvolvimento são, na nossa compreensão, não apenas a forma como o capitalismo opera estruturalmente nos níveis econômico e político, mas portam também representações que o justificam. Enfim, os modelos de desenvolvimento hegemônicos guardam as formas ideológicas pelas quais o capital tenta nos convencer que é o melhor caminho.

Feita a ressalva, passemos agora a abordar o surgimento e as características do modelo de desenvolvimento fordista.

1.4. Encadeamentos que levaram ao modelo de desenvolvimento fordista

Uma breve apresentação do modelo fordista será necessária já que o movimento que nos leva a atual conjuntura econômica tem muito a ver com o desmantelamento deste modelo de desenvolvimento.

Harvey (2005), ao se ater ao fordismo, coloca que o mesmo nasce em 1914, quando Ford implantou o dia de oito dólares e cinco horas. Entretanto, um intelectual como Harvey não simplificaria toda uma série de processos sociais em uma única data, tampouco em um único homem. David Harvey (2005) passa então a explicar os diversos mecanismos a partir dos quais o fordismo foi produzido.

Antes de tudo, é importante colocar que o modelo de Ford não passava de uma extensão de uma série de processos que já estavam bem estabelecidos. O taylorismo, por exemplo, paradigma industrial do fordismo, já estava proposto na obra de Taylor desde 1911. Em suas reflexões, de acordo com Harvey (2005), Taylor já colocava que a produtividade do trabalho poderia ser aumentada se o processo de trabalho fosse decomposto em etapas. O modelo do taylorismo, segundo Moreira (1998), consistia em separar execução de concepção, de modo que retirava dos trabalhadores de ofícios, típicos do paradigma manchesteriano, a autonomia que ainda desfrutavam. Submetia, dessa forma, os trabalhadores à função exclusiva de executar, desqualificando-os.

Os alvos são os movimentos gestuais do trabalhador e as ferramentas que utiliza. Para isso, o trabalho manual é reduzido ao máximo da sua simplificação. Gestos e ferramentas são decompostos e reduzidos em seus aspectos mais simples, de modo a poderem ser reduzidos à especialização mais absoluta (MOREIRA, 1998, p. 02).

A separação entre execução, controle, gerência e concepção também já se encontrava estabelecida de maneira avançada em outras indústrias que não as de Ford. Então, o que havia de especial em Ford?

Vamos primeiro a Lipietz e Leborgne (1988), quando estes colocam que o fordismo, contrabalançando produtividade e consumo, arranhou-se enquanto um regime de acumulação inovador. A estrutura da evolução do salário direto deste regime de

acumulação é posta nos seguintes termos: crescimento do salário = crescimento dos preços + crescimento da produtividade geral¹².

Entretanto, mais do que o “criador” de uma estrutura “puramente” econômica (se é que algo é puro!) que contrabalançava produtividade e consumo, Ford foi especial, conforme Harvey (2005) nos diz:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, *uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista* (HARVEY, 2005, p. 121) (grifos nossos).

A explicação de Harvey (2005) é extremamente elucidativa de tudo o que representou o fordismo. Era bem mais do que um modelo aplicado em uma fábrica, era toda uma **concepção de mundo** que estava sendo engendrada a partir desse modelo. Havia, então, um “paradigma societal”, como coloca Lipietz (1991).

Em “paradigma” há, portanto, a ideia de um “tronco comum” suscetível de variantes, mas dentro de certos limites. A visão de mundo que, ao impregnar uma época, define o acordo quanto a certo modo de vida em sociedade – que pressupõe *certa concepção do que é moral, normal, desejável* – constitui um “paradigma societal” *que reforça, quanto às ideias e aos comportamentos, o modelo de desenvolvimento* (LIPIETZ, 1991, p. 36) (grifos nossos).

Harvey (2005) destaca a perplexidade de Gramsci quando em seu *Cadernos do Cárcere* enfatiza o esforço envidado tendo por objetivo a criação de não só um novo tipo de trabalhador, **mas também de um novo homem**. Dentro desse esforço não se presumia tão somente que fosse criado um homem altamente disciplinado à linha de montagem, mas também que houvesse tempo suficiente para que esse mesmo homem se

¹² Obviamente que uma análise da Escola de Regulação, que preza por conceitos como regime de acumulação, modo de regulação, entre outros, poderá dar um maior destaque à esfera econômica, entretanto não necessariamente o econômico terá que ser abordado como descolado de outras esferas. Também não se podem reduzir outras esferas a uma simples reprodução do econômico. Os próprios teóricos da Escola da Regulação, ao se referirem ao modo de regulação enquanto elemento importante para compor um modelo de desenvolvimento, sabem disso. Um modo de regulação, de acordo com Lipietz e Leborgne (1988), como já foi colocado, também se refere às *normas culturais*.

tornasse **um consumidor**, que todas as esferas da vida estivessem subordinadas ao capital.

Gramsci (2001) já estava atento ao binômio (relacional e não dicotômico) “fordismo e americanismo” e analisa tal fenômeno a partir de perspectivas que não eram óbvias. Entre os vários elementos analisados por Gramsci (2001), são exemplos: a regulação sexual ensejada pelo fordismo, o proibicionismo e a própria luta contra o que Gramsci (2001) chama de “animalidade”, a partir do industrialismo, difundido durante o período hegemonicamente fordista.

A história do industrialismo foi sempre (e se torna hoje de modo ainda mais acentuado e rigoroso) uma luta contínua contra o elemento “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, frequentemente doloroso e sangrento, *de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animalescos e primitivos) a normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão sempre novos, mais complexos e rígidos, que tornam possíveis as formas cada vez mais complexas de vida coletiva*, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo. (GRAMSCI, 2001, p. 262) (grifos nossos).

É justamente nesse período de pós-guerra, no qual o fordismo emerge, que segundo Lefebvre (1988) temos a primeira grande mudança na vida cotidiana, a queda na cotidianidade. A vida cotidiana que antes era negligenciada pelos filósofos, já que era entendida como conectada de maneira estreita à natureza (à animalidade no sentido de Gramsci?), passa a ser colonizada pelo capitalismo. A partir do modelo de desenvolvimento fordista, o cotidiano passa a ser cada vez mais programado. O valor de troca passa ao primeiro plano. O capitalismo já construiu boa parte de suas locomotivas e navios e agora passa a se reproduzir nos países centrais a partir do consumo, engendrando uma manipulação sobre o cotidiano, que de fato vai além do consumismo enquanto um fenômeno somente econômico.

Se refletirmos um pouco, veremos que a análise de Lefebvre (1988) acerca do controle da vida cotidiana, que surge no pós-guerra, se coaduna com a reflexão que Lipietz (1988) faz da adaptação contínua do consumo de massa aos ganhos de produtividade. Lipietz (1988) coloca que tal adaptação provocou uma mutação considerável do **padrão de vida** dos assalariados, acarretando sua **padronização e sua integração à acumulação capitalista**. Enfim, o fordismo, um regime de acumulação

pautado no consumo de massa, acabou por ser a via encontrada pelo capitalismo para controlar, para tentar padronizar, o que Lefebvre (1988) chama de vida cotidiana.

Para se ter uma ideia dos esforços empreendidos pelo próprio Henry Ford, o mesmo chegou a enviar assistentes sociais às casas dos operários para certificar-se de que estes tinham probidade moral, vida familiar e racionalidade de consumo compatível com os objetivos fordistas.

O fordismo trazia, então, à tona o consumo como meio necessário para o desenvolvimento da produção e com ele toda uma tentativa de se dizer o que era “certo” fazer, seja na escala global, nacional, da fábrica ou até mesmo do corpo.

“Mas como foi viabilizado o consumo? Nem todos tinham meios para consumir. Só o desejo de consumir não é suficiente para que se consuma. É necessário que as pessoas tenham minimamente condições financeiras para isso.”

Foi necessária, então, uma série de mudanças, de ordem estatal, no modo de regulação da economia. Mas como modos de regulação não mudam apertando apenas um botão, a crise de 1930 foi um fator extremamente importante para que ocorresse a mudança.

A crise de 1930 se deu fundamentalmente devido a uma crise de superprodução. Não havia, portanto, demanda para tanta produção, tinha-se então que criar meios para que as pessoas passassem a consumir. Nesse contexto, por mais que os vários países do centro do sistema capitalista tenham encontrado modelos diferentes para regulamentar os poderes do Estado, todos ou quase todos acabaram constituindo o Estado-providência. Assim, o Estado assumiu novas funções que pouco tinham a ver com aquelas características do período liberal e da confiança na mão invisível do mercado. Surge então, o Estado-providência, importantíssimo para o fordismo enquanto regime de acumulação e, portanto, modelo de desenvolvimento. Entre estes novos papéis desempenhados pelo Estado, está o fato de este garantir um salário mínimo fixado por ele para a economia em geral, além de uma garantia de rendimentos.

Foi a partir desse rearranjo, que aqui só expomos de maneira sucinta, que o capital produziu o fordismo, fazendo com que o mesmo se tornasse um consistente regime de acumulação. Dessa maneira, o capital conseguiu dar uma resposta capitalista

à crise de 1930, alterando apenas algumas estruturas, mas conservando as perversidades inerentes a esse modo de produção.

Sobre as formas reguladoras, Lipietz (1991), ao abordar o fordismo, faz uma advertência em seu trabalho que também cabe ao nosso, ele diz:

Outro grande erro a evitar: imaginar que o tecido das formas reguladoras tivesse sido implantado com o *objetivo de* “fazer funcionar” o fordismo. É claro que é assim, que depois dos fatos, acabo de apresentar o que se passou. Mas as convenções coletivas e a previdência social não foram “conquistas do fordismo” e, sim, conquistas operárias: o preço do sangue de Adalen, na Suécia, das lutas do novo sindicato CIO, sob Roosevelt, o preço do sangue da resistência francesa ou italiana, da tenacidade da classe operária britânica sob o Blitz (LIPIETZ, 1991, p. 33) (grifos do autor).

Esboçadas, de maneira sucinta, as características do fordismo enquanto modelo de desenvolvimento, vejamos a seguir o modo como esse modelo foi exportado para outros países enquanto discurso que difundiu representações dominantes, constituindo-se em uma norma imposta a todos os países. Uma norma avassaladora que prescrevia um caminho sem que houvesse respeito pela diversidade que marcava as diferentes sociedades. Os países centrais, em especial os Estados Unidos, empunhando a bandeira do desenvolvimento, tentaram impor um modelo de desenvolvimento ao mundo.

1.5. O fordismo “vai ao mundo”!

Apesar de o fordismo ter iniciado seus primeiros passos nos Estados Unidos antes do pós-guerra, somente após a Segunda Guerra Mundial esse modelo de desenvolvimento passará a se desenvolver de maneira mais consistente. Para isso, a posição que os Estados Unidos passaram a ocupar no mundo neste período, foi fundamental.

Segundo Harvey (2005), as corporações estadunidenses necessitavam expandir-se para o mercado externo, uma vez que já estava sendo extrapolada a demanda dos Estados Unidos. No período pós-guerra houve então a configuração ideal para que a Europa destruída abrisse o mercado para os capitais deste país.

O fordismo, então, sob o bastião dos EUA em sua posição hegemônica, se espalhava para os países centrais, passando estes a adotá-lo não apenas como paradigma

de produção, mas também como mercados consumidores. E consumidores não só de produtos, mas de todo um tipo de cotidiano programado, essencial para a reprodução do modelo fordista. Dessa maneira, o modelo de desenvolvimento passava também a agir sobre homens não-estadunidenses, e isso não se deu por mero capricho, mas antes por uma necessidade do capitalismo de se reproduzir, de tomar fôlego.

Assim, é importante ressaltarmos novamente que o fordismo, como bem coloca Moreira (1998), se expandiu por espaços além das fábricas.

Da cidade ao campo, o mundo como um todo espelha o paradigma industrial, porquanto as regras tayloristas-fordistas da regulação técnica e de trabalho extrapolam a fábrica e passam a ser norma de organização e administração dos espaços do mundo. Na cidade, *a arquitetura, o trânsito, os hospitais, os cemitérios, as escolas, o urbanismo, tudo passa se organizar de modo padrão, em série e em massa*, de acordo com os termos da organização e administração taylorista-fordista. (MOREIRA, 1998, p. 06) (grifos nossos).

O fordismo, contudo, e isso é extremamente importante, não ficou confinado apenas ao chamado Primeiro Mundo, também foi exportado ao dito Terceiro Mundo. Ou melhor, o capital “inventou” as representações do “Terceiro Mundo”¹³ para continuar se reproduzindo. Ao ir a este mundo sob a justificativa (a representação ideológica!) do desenvolvimento, o fordismo não desembarcou da mesma maneira que desembarcou na Europa, por exemplo. E é justamente nesse ponto que está o “x” da questão, é aí, a nosso ver, que se “costuram” as abordagens dos teóricos críticos ao discurso do desenvolvimento e da Escola da Regulação.

Se em um primeiro momento o fordismo expandiu-se pela Europa Ocidental e Japão, em um segundo momento ele se expandiu de maneira voraz para os países do chamado Terceiro Mundo sob a bandeira do discurso do desenvolvimento. Nesse momento, o capitalismo para se reproduzir já não chegava por caravelas e os massacres massivos às populações locais, como aqueles praticados contra as populações indígenas da América Latina, eles já não eram tão necessários¹⁴. O ajuste do capitalismo se modificava e nisso as representações que utilizava também tinham de se modificar. Os subdesenvolvidos tinham de se **convencer** de que era possível ser como os desenvolvidos, mas que para isso necessitavam da ajuda destes.

¹³ Nunca é demais lembrar que a representação do “Terceiro Mundo”, apesar de corriqueira nos dias atuais, é de origem recente. Origina-se do período do pós-guerra.

¹⁴ Embora saibamos que até hoje a guerra é um dos instrumentos utilizados pelo capitalismo para se reproduzir.

Tentando refletir um pouco mais sobre isso, vejamos um outro trecho do revelador discurso de Truman que Santos (1979) destaca. Vejamos o que o ex-presidente dos EUA fala sobre os objetivos do apoio tecnológico de seu país. São seus objetivos:

(...) a criação de condições pelas quais investimentos de capital se tornem frutíferos; investimentos de capital privado paralelamente aos dos organismos internacionais tais como o Banco Mundial: *a introdução de novas garantias para o capital americano no exterior* (TRUMAN apud SANTOS, 1979, p. 08) (grifos nossos).

“A ajuda de fato nada mais é do que uma forma, insuficientemente disfarçada, de conquista dos países pobres pelo capital e um veículo de dominação” (SANTOS, 1979, p. 08). Era, pois, necessário ao próprio desenvolvimento do capital e, portanto, à estabilidade econômica dos Estados Unidos, que o fordismo fosse uma norma exportável para outras partes do mundo. O desenvolvimento era, pois, a bandeira necessária para “enviar” para os países do Terceiro Mundo esse modelo. O discurso era sedutor e simplista: uma vez que todos os países tidos como ricos tinham as estruturas gerais do fordismo (não exatamente iguais) como hegemônicas, qualquer país que tentasse se tornar desenvolvido deveria adotar estas mesmas estruturas.

O Banco Mundial, uma instituição criada no pós-guerra a partir do acordo de Bretton Woods, em que os estadunidenses foram protagonistas, liberou em seus primeiros anos empréstimos apenas para países europeus que necessitassem se reconstruir. Somente após algum tempo os empréstimos se voltam aos países do chamado Terceiro Mundo. É aí que o discurso do desenvolvimento vai se aprofundar enquanto um discurso de dominação, uma vez que os empréstimos só se dão a partir de condicionantes dos organismos internacionais, a nosso ver condicionantes que naquele momento prescreveram um modelo fordista. Nesse momento são montadas verdadeiras políticas de desenvolvimento para o Terceiro Mundo em busca de sua “fordização”. A Revolução Verde está entre estas políticas.

A política estadunidense de “bem-feitores” do mundo se constitui, pois, em um elemento chave para que países do chamado Terceiro Mundo, também aprofundassem a experiência do fordismo sob o signo de sua dominação. Muito embora alguns destes países, como o Brasil, já tivessem realizado o que ficou conhecido como substituição das importações e, portanto, já possuíssem indústrias instaladas, somente na segunda

metade da década de 1960 o Banco Mundial passará a conceder maiores empréstimos a eles, viabilizando o “modernismo fordista” enquanto política desse organismo¹⁵. Entretanto, é importante destacar que, antes mesmo de o Banco Mundial liberar quantias maiores de empréstimo, a ideia do desenvolvimento já fazia parte dos governos dos países do Terceiro Mundo¹⁶.

No caso do Brasil, com a abundância de crédito o país conhecerá o que alguns autores chamam de “milagre econômico brasileiro” entre 1968 e 1973 (quando a economia do país cresceu vertiginosamente e, junto com ela, nossa dívida, nossa pobreza e a desigualdade na distribuição de renda). As políticas direta ou indiretamente fordistas que marcaram essa época parecem ter aumentado a pobreza não só do Brasil, mas de outros **países empobrecidos e não apenas pobres**.

É, justamente nesse momento, que o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, a “régua do desenvolvimento” até então, passa a ser contestado enquanto critério de medida. Isso é indicativo de um movimento na representação do desenvolvimento. Se antes o crescimento econômico era aceito como sinônimo de desenvolvimento, agora isso passa a ser contestado. O crescimento do PNB ocorria, mas a melhoria das condições de vida da população não o acompanhava. *Como se poderia imaginar que as políticas de desenvolvimento não tivessem levado os países ao desenvolvimento?*

Com o crescimento da pobreza ao invés da promoção do desenvolvimento no Terceiro Mundo, o insucesso das políticas que prezavam por tal modelo era inegável. Assim, McNamara em 1973, então presidente do Banco Mundial, declarava que “o progresso medido por uma única régua, o PNB, contribuiu significativamente para exacerbar a desigualdade nas condições de renda”.

¹⁵ Entre outros fatores, isso aconteceu quando os países do fordismo central, em especial os EUA, perceberam que estes países poderiam se converter em regimes comunistas.

¹⁶ Embora o Brasil, bem como outros países, tivesse experimentado a industrialização desde os anos 1930 - processo observado a partir da substituição das importações, um modelo que, como coloca Lipietz (1988), se deu a partir de uma tentativa “independente” do próprio país. Estamos, no entanto, pondo luz no desenvolvimentismo que nos chega por meio dos governos militares, uma vez que neste momento, tal processo conta com o financiamento por parte de organismos internacionais protagonizados pelos países centrais. Esse é um momento que se configura a partir de um ajuste espacial do capital em nível global para que continue se reproduzindo, é um momento em que o desenvolvimentismo se difunde pelo mundo como uma verdadeira estratégia. Segundo Lipietz (1988): “o que há de fordismo periférico no Brasil não abrange toda a realidade econômica brasileira, mas é entendido apenas no âmbito da configuração da economia mundial dos anos 1970-1980” (p. 15).

Além dos fracassos do fordismo evidenciados por sua crise que já se afigurava, outra questão merece ser ressaltada: diferente do que ocorreu com os países centrais, o fordismo que chegou aos “subdesenvolvidos” trouxe ganhos pífios para a população quanto ao consumo¹⁷. O fordismo que veio ao “Terceiro Mundo” permitiu que as multinacionais, que aqui se instalaram, encontrassem um celeiro de mão-de-obra barata, sendo os ganhos salariais reduzidos e acessíveis a apenas alguns setores-chave do regime de acumulação fordista. Até mesmo nos países centrais, o fordismo só privilegiava alguns setores. No caso específico do Brasil, como Araújo (2003) bem coloca, o Estado brasileiro era desenvolvimentista, não um Estado de Bem-Estar Social, e preocupava-se então com um crescimento econômico pela via única da promoção da industrialização. As relações sociais características do fordismo não haviam, portanto, desembarcado em toda sua inteireza no Terceiro Mundo.

1.6. Crise fordista e emergência da acumulação flexível enquanto modelo de desenvolvimento

Apesar de o modelo de desenvolvimento fordista ter conseguido dar conta da regulação do processo de acumulação do capital por certo tempo, ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, este ajuste já se mostrava obsoleto para controlar as tendências de crise do capital.

Ao criar toda uma sociedade voltada ao consumo, mas atingindo apenas alguns setores da economia (prioritariamente a indústria), o fordismo só podia gerar descontentamentos por parte de amplos setores da população, mesmo nos países centrais. Além disso, a geopolítica do mundo tinha se transformado, tornando-se extremamente diferente daquela que deu origem a este regime de acumulação.

Se o fordismo erigiu-se a partir da hegemonia econômica e cultural estadunidense, a mesma não poderia se sustentar por toda a eternidade, e foi o que aconteceu. A geografia política do mundo se modificou, Japão e Europa Ocidental se recuperaram da Segunda Guerra Mundial e seus potenciais produtivos necessitavam se expandir para além de seus territórios nacionais. Isso gerou um problema para os

¹⁷ Sobre o “fordismo periférico” consultar Lipietz (1989).

Estados Unidos, uma vez que parte do consumo de seus produtos dependia das populações desses países. Mesmo assim, eles conseguiram assegurar sua estabilidade econômica com o seu envolvimento na Guerra do Vietnã. Contudo, isso teve um fim e os Estados Unidos tiveram que lidar com o problema de assegurar o equilíbrio entre produtividade e consumo. Nesse ínterim, o governo estadunidense lançou mão da produção desenfreada de papel-moeda para garantir o consumo e assim o contínuo crescimento da produtividade, o que acabou gerando uma inflação em altíssimos níveis. Ao mesmo tempo, sua capacidade produtiva ficava inutilizada, levando as corporações a buscarem outros meios para produzir. O fordismo enquanto regime de acumulação e modelo de desenvolvimento dava sinais de desgaste.

Harvey (2005) traduz a crise do fordismo em uma palavra-chave: rigidez. Tudo era rígido no modelo de desenvolvimento fordista, desde os investimentos que se faziam em capital fixo em larga escala, passando pelos contratos de trabalho, até os compromissos do Estado.

Por trás de toda rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam em vez de garantir, a acumulação de capital. (HARVEY, 2005, p. 136)

À crise que se deu a partir da rigidez fordista se apresentou uma solução. Qual? A flexibilização.

Vale ressaltar que a flexibilização não foi uma resposta encontrada de antemão pelos capitalistas e que a partir daí todos seguiram a mesma receita como se fizessem a história a seu gosto. A flexibilização não nasceu de uma inspiração divina, mas foi antes resultado de uma série de experiências realizadas em face de constrangimentos econômicos e políticos. Antes de tudo, a flexibilização foi uma resposta para a crise de rigidez engendrada pelo modelo de desenvolvimento fordista. Entretanto, vale lembrar que a flexibilização do modo como se deu e vem ocorrendo é um dos caminhos possíveis, não é uma resposta ou caminho obrigatório.

Sendo assim, a flexibilização resultou de uma série de medidas tomadas, como:

a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, *a dispersão para zonas de controle de trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital* (Harvey, 2005, p. 140) (grifos nossos).

A partir destas e de outras mudanças se dá todo um período de reestruturação produtiva, um novo ajuste para tentar conter as tendências de crise. Se o fordismo colapsava, outro modelo de desenvolvimento emergia com a flexibilidade necessária aos novos tempos. O regime de acumulação flexível surgia no mundo em diversos formatos, contudo com algumas características gerais. A flexibilidade, como já apontamos, é a palavra chave desse “novo-velho” momento. Momento novo, porque o capitalismo teve que se reestruturar para continuar acumulando capital e, portanto, sobreviver, velho porque, dentre outras coisas, conservou e aprofundou perversidades para que continuar a acumular.

A flexibilidade, essa palavra “nova” que designa tantas mudanças no capitalismo, ao mesmo tempo aprofunda suas perversidades. Benko (1999) destaca as diversas formas de flexibilidade do novo modelo de desenvolvimento. Dessa maneira, chama atenção para sete formas de flexibilidade que não se excluem, mas são antes interativas, sendo a interação destas flexibilidades uma condicionante para que o novo regime de acumulação se estabelecesse. Aqui tomaremos apenas os pontos principais das “flexibilidades” destacadas por Benko (1999). A flexibilidade se faz presente nas técnicas de produção, nas estruturas industriais, na estrutura do capital, nas práticas da esfera do trabalho, no mercado de trabalho, nos modos de consumo, e nas formas de intervenção estatais¹⁸.

Tais flexibilidades engendradas pelo e para o capital geraram efeitos nefastos para o mundo do trabalho e consequentemente para a classe trabalhadora e para o sindicalismo. Com a queda do fordismo enquanto modelo dominante, a quantidade de operários fabris diminuiu. As várias facetas da classe trabalhadora se mostravam com mais força e de maneira mais clara que antes, não se restringindo aos operários brancos de sexo masculino, grupo de trabalhadores “privilegiados” no fordismo. Entretanto, as mulheres, imigrantes e negros, que haviam permanecido, até certo ponto, marginais aos setores líderes do fordismo, e que foram mais amplamente incorporados aos novos

¹⁸ Ver apêndice.

sistemas de produção flexíveis, não alcançaram nem de longe os mesmos “benefícios” que os operários fordistas possuíam. A incorporação desses novos contingentes à classe trabalhadora, ou como diria Antunes (2003) “classe-que-vive-do-trabalho”, se deu pelas vias da precarização. A terceirização, a subcontratação, o *part-time* e até mesmo os salários mais baixos que as mulheres ainda recebem, quando comparadas aos homens, foram a porta de entrada para esses sujeitos no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo processos perversos ocorriam nos interiores das fábricas, milhares de operários se viram expulsos e jogados ao mundo da precarização.

O setor de serviços cresceu em detrimento do setor industrial. Entre os motivos que levaram a um maior crescimento dos serviços está a maior flexibilização engendrada nesse setor.

Mudando o modelo de desenvolvimento nos países centrais, obviamente que o modelo de desenvolvimento “exportado” para os países do Terceiro Mundo também tinha que se transformar. As políticas públicas já não se faziam mais de acordo com o fordismo, mas até certo ponto, com a acumulação flexível. O capital inseria, por meio de suas estratégias, as parcelas da população negligenciadas pelo fordismo. Camponeses¹⁹ e mulheres passaram a se tornar alvos de políticas públicas e se tornaram até mesmo necessários para a flexibilização das relações de trabalho.

As estratégias capitalistas tentam reduzir o papel do Estado frente aos novos períodos flexíveis, a “mão invisível” do mercado volta a querer coordenar tudo, segundo os neoliberais, ao Estado resta utilizar o monopólio da violência para que tudo ocorra num “ambiente ideal” para o mercado. Nesse sentido, as políticas públicas dos países periféricos também passaram a prezar pela redução das tarefas do Estado e a crescente autonomia dos mercados, além de reforçar o setor de serviços em detrimento da indústria. Tudo concorre para potencializar as engrenagens do período flexível e neoliberal.

É, pois com a saída do Estado-providência e a emergência do neoliberalismo que, como coloca Benko (2001), passamos de uma ordem internacional para uma global no último quarto do século XX.

¹⁹ Vale salientar que a Revolução Verde não excluiu todos os camponeses, alguns segmentos do campesinato que possuíam maior integração com o mercado capitalista também tiveram sua base técnica de produção modernizada.

Desse modo, o novo modelo de desenvolvimento, que se gestava no plano econômico, se imbricava com uma nova ordem geopolítica. O período que alguns chamam de “pós-fordista”, “pós-industrial” e tantos outros pós, produz e é produzido por um aprofundamento da globalização, um fenômeno que não se fez do dia para a noite, mas durou séculos para se fazer e ainda hoje se faz. O novo período é marcado por novas configurações espaciais que pressupõem também novas configurações econômicas, políticas e culturais.

1.7. Escalas geográficas em tempos de neoliberalismo e acumulação flexível

Até aqui buscamos evidenciar as transformações que ocorreram com a passagem de um modelo de desenvolvimento para outro. Pretendemos agora nos centrar de maneira mais cuidadosa em considerações sobre as mudanças na produção das escalas espaciais durante esse processo. Mudanças estas produzidas pelo capital.

Ao falarmos dessa redefinição das escalas espaciais não estamos abordando isso por mero capricho, mas pelo fato de as respostas encontradas pelo capitalismo para continuar a dar conta do processo de acúmulo do capital, passarem por redefinições de suas escalas de operação. Os ajustes não são apenas econômicos e sociais, mas são também espaciais. Este é um tema bastante complexo, neste subitem nos ateremos a uma pequena parte de toda esta problemática: a redefinição das escalas.

Conforme afirma Harvey (2005): “há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de **compressão do tempo-espaço** na organização do capitalismo”. O modelo de desenvolvimento flexível produz, portanto uma reorganização do espaço, um novo ajuste. É esse novo ajuste que põe luz sobre a problemática espacial e faz Foucault (1967) vislumbrar esse momento, como a “época do espaço”.

“Mas como você fala dessas redefinições das escalas espaciais, da ‘época do espaço’ se segundo alguns estudiosos estamos vivenciando o fim da Geografia? Até mesmo em termos culturais e não puramente econômicos, a desterritorialização é um movimento contínuo, não? Estamos todos caminhando para isso. Não faz mais sentido

você falar de redefinição de escalas espaciais em tempos de globalização homogeneizadora!”

Bem, não podemos responder tais questões de maneira rápida, nossa resposta será um pouco longa. Iniciemos a responder tal questão, mais uma vez, a partir de Harvey (2004), na sua obra “Espaços de Esperança”:

As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte e de comunicação), bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas etc.). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta político-social, ao mesmo tempo que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes. (HARVEY, 2004, p. 109).

Harvey (2004) mostra-nos que as escalas espaciais não são naturais, mas sim produzidas socialmente. Na nossa compreensão, a redefinição de escalas que está ocorrendo nesse momento faz parte de uma totalidade dinâmica que tem alguns momentos como marcos para tais redefinições. As mudanças de modelos de desenvolvimento sem dúvida fazem parte desses marcos. Os processos que nos levaram do fordismo à acumulação flexível operaram dentro de escalas e as redefiniram sobremaneira. Benko (2001) percebe isso ao colocar o que chama de “deslizamento de escalas”. Segundo este autor, os espaços clássicos nos quais os sistemas políticos e econômicos funcionaram se deslocaram para cima e para baixo. Para cima com a criação e/ou reforço dos blocos econômicos, sob a forma de um mercado comum; para baixo no que tange o reforço das unidades territoriais.

Essa análise de Benko (2001) nos chama a atenção para dois movimentos, um movimento “para cima” e um movimento “para baixo”. Mas quais deles seria o dominante? O movimento para a escala global ou o movimento que vai para as unidades territoriais? Ambos ou nenhum? A globalização que homogeneíza ou os territórios que se diversificam?

“Obviamente que será o primeiro, o segundo não passa de uma ficção.”

Pedimos mais um pouco de paciência antes de tal afirmação. Como já foi dito, a crise do fordismo e a emergência da acumulação flexível trouxe em seu interior uma redefinição das escalas espaciais de operação do capital. Para explicarmos melhor isso remetamo-nos à ideia de aceleração do tempo de giro do capital (HARVEY, 2005).

Decrescendo o tempo de giro (sendo esse tempo de giro definido pela associação entre o tempo de produção e o tempo de circulação da troca) se acelera a reprodução do capital. Entretanto, ao passo que essa aceleração é processual e dinâmica, ela acabará por encontrar barreiras. A rigidez fordista, de acordo com Harvey (2005), passou a ser vislumbrada como uma barreira à aceleração, de maneira que sua derrubada foi um imperativo para o capital.

As formas de se derrubar as barreiras da rigidez se fizeram em diversos aspectos, “da linha de montagem (...) e da aceleração de processos físicos (...) à obsolescência planejada do consumo (...), ao sistema creditício, aos bancos eletrônicos etc.” (HARVEY, 2005, p. 210).

Nesse mesmo momento, marcado pela derrubada das barreiras pelo capital, o neoliberalismo emerge como paradigma, o capital tenta reduzir o papel do Estado no intento de criar fluxos que considerem cada vez mais somente a acumulação de capital. As instituições que passam a nos governar se tornam cada vez mais supranacionais, as fronteiras já são, pelo menos para o capital, cheia de poros.

Ora, esse foi um movimento necessário para que o capitalismo pudesse acelerar seu tempo de giro e assim conter, por certo tempo, o aprofundamento da crise. Não são as fronteiras dos países rigidezes? O Estado controlando, em última instância, a escala nacional, e com isso todo o fluxo de importações e de exportações, não seria rígido demais e acabaria atrapalhando a aceleração do tempo de giro do capital? A “justa” mão invisível do mercado não seria uma boa representação para que ocorresse a diminuição das atribuições do Estado e assim este deixasse de ser um empecilho ao capital? A diminuição das funções do Estado poderia abrir espaço para uma intensa globalização das relações e para uma aceleração do tempo de giro do capital. Há, portanto, uma interessante mudança.

Trata-se de uma importante mutação geopolítica das condições de produção, de competição e interdependência. O antigo regime internacional era caracterizado pela soberania dos Estados, a quem competia definir, entre outros, suas políticas monetárias e alfandegárias. A ordem que substitui aquela é uma ordem global difusa na qual as relações entre os Estados diluem-se, em uma certa medida, ao proveito das conexões entre economias regionais afastadas, ligadas entre elas por intercâmbios complexos feitos de competição e colaboração (BENKO, 2001, p. 02).

Ocorre que esta ordem global é dominada pelo modo de produção capitalista. A “mão invisível” do mercado, que em última instância acabaria por distribuir os recursos igualitariamente, é antes de tudo uma mão capitalista, já que o mercado é capitalista. E como poderia tal “mão capitalista” equilibrar as coisas se este modo de produção se funda no conflito capital x trabalho e na exploração do homem pelo homem? Tudo concorre para o bem do capital. A globalização capitalista acentua as perversidades. A “mão invisível” não pode distribuir os recursos de maneira ótima, ela se funda na desigualdade.

Malgrado todas as perversidades geradas pelo processo de globalização capitalista, diriam muitos que é inegável a homogeneização não só dos mercados, mas dos aspectos culturais e geográficos. Estaríamos em único mundo totalmente homogeneizado. Se isso é verdadeiro qual seria, pois, a necessidade de se pensar o espaço, uma vez que homogeneização do mundo, mesmo capitalista, seria a regra?

Ao nosso ver as coisas não se processam dessa forma. O aprofundamento das dinâmicas globais do capitalismo, intimamente relacionadas com a reestruturação produtiva e a emergência de um padrão de acumulação flexível, não só nos levou a uma ordem global homogeneizante, mas de alguma maneira também redescobriu os lugares e suas heterogeneidades. Lugares, no entanto, que não se constituem de maneira isolada. O espaço absoluto dialetiza-se cada vez mais, tornando-se um espaço relativo como diria Smith (1988). As vivências são cada vez mais perpassadas pela experiência global nos lugares, que por sua vez não são fechados em si mesmos. Santos (1996), destacando uma citação de Michel Serres, nos dá uma ideia do que acontece quando diz: “(...) nossa relação com o mundo mudou. Antes, ela era local-local; agora ela é local-global (...)”. Ideia bastante próxima à de Foucault (1967) que diz: “Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso.” (FOUCAULT, 1967, p. 01). São os lugares, articulados de maneira global, os quadros nos quais se dá a nossa experiência do espaço. Os lugares não foram abolidos pelo global.

Dessa forma, se as mudanças nos modelos de desenvolvimento foram elementos importantes na redescoberta dos lugares, no entanto estes modelos engendraram paradigmas de desenvolvimento que recolocam os lugares como susceptíveis ao controle. Daí emerge todo um discurso de desenvolvimento local, desenvolvimento

territorial, e todo um aporte teórico que pressupõe uma endogenia do desenvolvimento. Em um primeiro momento pode parecer que as coisas deixaram de ser feitas de cima para baixo²⁰, que o Estado não normatiza tudo, e que as coisas passaram a ser feitas de baixo para cima, a partir dos lugares. Será que realmente é assim?

Bem, pensamos que organismos como o Banco Mundial (BM), ao prescreverem o que é desenvolvimento local (territorial, endógeno etc) e como ele deve ser alcançado, utilizam as potencialidades do lugar, ou do território²¹, como exploráveis pelo capital, tentando subordiná-los a uma lógica global em que a acumulação de capital é dominante. A abordagem territorial do desenvolvimento é, portanto, normativa. A norma já vem dada e os lugares apenas têm que buscar segui-la. Há uma normatização global que tenta se apossar das dinâmicas já existentes no lugar, constringendo-as.

Schneider (2004), um dos estudiosos que mais têm envidado esforços no que tange à discussão acerca do desenvolvimento territorial, também reconhece a concepção de território da abordagem do desenvolvimento territorial como normativa. Isto fica claro no seguinte trecho:

Nessa perspectiva (...) a abordagem territorial assume a função de uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção no tecido social a partir de alguma escala, quer seja local, regional, microrregional, etc. Neste caso, o território passaria a ser uma unidade de referência, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social. Esta definição conferiria utilidade normativa e prática ao território, passando-se a entendê-lo como *a unidade de referência para a implementação e gestão das ações intervencionistas*. (SCHNEIDER, 2004, p. 110) (grifos nossos).

Remetendo-nos rapidamente ao modelo de desenvolvimento da acumulação flexível, destaquemos que para este modelo o território e/ou o lugar são importantíssimos. Muitos dos paradigmas nos quais se assenta o modelo flexível pressupõem características de desenvolvimento endógeno, de desenvolvimento territorial ou local. O crescimento econômico da Terceira Itália, o Vale do Silício e Flandres se tornaram verdadeiros modelos a serem seguidos por aqueles que advogam o

²⁰ Como era usual no período fordista, já que o Estado era a instituição controladora.

²¹ Nas abordagens recentes acerca do desenvolvimento endógeno, os termos local, lugar e território são utilizados quase que como sinônimos, diferente do que propõe a ciência geográfica.

desenvolvimento territorial. Todas estas áreas emergem enquanto regiões prósperas em um período em que a rigidez fordista entrava em crise. A prosperidade econômica dessas áreas em meio à crise fordista seria explicada pelo caráter endógeno de seu desenvolvimento, partindo do lugar, do seu capital social, da integração, da participação etc.

Atentando para o caso da Terceira Itália (talvez o mais famoso), podemos ver que o seu crescimento econômico se fez a partir de pressupostos flexíveis e não rígidos, como aqueles típicos do fordismo. Menores custos com direitos trabalhistas, flexibilidade às transformações do mercado, além do menor montante de capital a ser aplicado são alguns dos fatores que explicam a emergência da Terceira Itália enquanto uma região próspera do ponto de vista econômico. Enfim, a Terceira Itália é considerada um sucesso por suas características contrárias às rigidezes do fordismo. Afinal os custos com gastos sociais e o montante de capital aplicado eram ínfimos em comparação ao fordismo.

A partir de casos como a Terceira Itália, voltam à cena os estudos de Alfred Marshall, realizados em 1900, quando o mesmo pressupunha, de acordo com Benko (2001), a coordenação da divisão social do trabalho entre firmas pequenas a partir do mercado e de um sentido de comunidade.

Assim, ao se falar da Terceira Itália²², a comunidade cumpre também o papel de um verdadeiro modo de regulação. “A ‘atmosfera’ se materializa em outros modos de regulação no seio da sociedade civil: a família, a ‘lealdade’ entre empresários e assalariados, o papel das coletividades locais, numa palavra, a ‘comunidade’” (...) (BENKO, 1999, p. 60).

Esse sentido de comunidade, essa endogenia utilizada pela acumulação flexível em sua perspectiva territorial pode abrir espaço para antigos sistemas de trabalho que, se não são invenção do novo modelo, são incorporados por ele. Sistemas de trabalhos que podem desembocar em relações de trabalho menos rígidas que aquelas que as indústrias mantêm com seus operários. Nesse contexto, tudo ocorre como se as relações de trabalho não se fizessem dentro da oposição capital x trabalho. Essas relações são recentradas em situações em que se imbricam com relações de compadrio e parentesco,

²² Talvez o principal caso de sucesso utilizado pelo paradigma do desenvolvimento territorial

o que de alguma maneira diminui os custos com gastos sociais e pode até deprimir ganhos por parte dos trabalhadores, além de ser um eficiente modo de solapar qualquer iniciativa de organização sindical.

Portanto, o capital em sua dinâmica global redescobriu os lugares e as potencialidades que estes guardam para que seus objetivos possam ser atingidos. No entanto, ao serem acionados os usos, dinâmicas e relações que perpassam os lugares, estes respondem com conformismo e ao mesmo tempo com resistência, o que será assunto do terceiro capítulo da nossa dissertação. Os lugares não são de todo controlados, eles também são grandeza, para desespero daqueles que sonham com a homogeneização do mundo.

Entretanto, destaquemos que, com o modelo de acumulação flexível e seu paradigma de desenvolvimento territorial ou local, os planejadores entenderam que para o capital não era necessário que tudo o que existisse fosse destruído e se erguesse outra estrutura totalmente produzida conforme o plano para o desenvolvimento. Percebeu-se então que modelos que potencializam o que já existe poderiam servir ao capital. Dessa maneira, passou-se a buscar o controle do espaço e da sociedade a partir dos lugares.

1.8. O rural como “candidato” ao desenvolvimento

Montenegro Gómez (2006) ao abordar os discursos sobre o desenvolvimento de maneira crítica, coloca que o espaço rural brasileiro é duplamente candidato ao desenvolvimento. Em primeiro lugar porque o Brasil é um país considerado subdesenvolvido, em segundo lugar porque o rural simplesmente é rural, “parente pobre e atrasado” do espaço urbano.

O discurso do desenvolvimento coloca o espaço rural como sinônimo de atraso, de ignorância e de pobreza, enfim de subdesenvolvimento. Este rural teria, pois, que ser transformado. Mas qual seria a receita para desenvolver o rural? Que remédios seriam estes que “curariam” o rural?

Bem, as prescrições destas receitas só poderiam ser dadas por especialistas vindos dos países desenvolvidos, já que estes, segundo o discurso do desenvolvimento,

estão bem. As receitas, assim, sempre foram prescritas a partir do modelo de desenvolvimento que se coloca enquanto hegemônico e hegemonia quer dizer domínio.

O discurso do desenvolvimento se utiliza de representações de progresso que concebem o “*pobre*” ou “subdesenvolvido” como sinônimos de atraso, como se estivessem em um estágio atrás dos países “ricos” e “desenvolvidos”. Tudo não passa de uma questão de tempo para essas representações. Esquece-se, ou melhor, esconde-se que os “*empobrecidos*” estão nessa condição por terem sido explorados, condição esta fundamental para o enriquecimento de alguns. Enfatiza-se a problemática temporal em detrimento da problemática espacial. Afinal, como conseguiriam os pobres se tornarem ricos se até hoje a existência do empobrecimento de alguns países é condição para o enriquecimento de poucos países?

Nesse sentido, fazemos coro à análise de Porto-Gonçalves (2002) quando este expõe:

Há na tradição hegemônica do pensamento europeu ocidental uma supremacia do tempo em relação ao espaço, sobretudo na moderno-colonialidade. O progresso é, quase sempre, algo que se dá enquanto mudança qualitativa no tempo, daí poder dizer-se que aquele povo ou aquela região é atrasado/a ou adiantado/a, como se houvesse um relógio ou, mais precisamente, um cronômetro cultural. Não só a Europa ocupa o panteão da civilização diante dos outros povos e das outras regiões que vivem mais perto do estado de natureza, no *continuum* já aludido, como, também, o progresso está num polo ativo –a Europa Norte Ocidental, os Estados Unidos, o Japão– de onde se expandirá, ao longo do tempo, para os outros lugares que, assim, são passivos (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 226.)

São adotadas para o espaço rural políticas de desenvolvimento. Em um primeiro momento todas estas políticas vinham com a etiqueta “fordismo”. Nesse ponto o leitor pode se questionar se não haveria um problema.

“Como desenvolver o rural se o fordismo se baseava principalmente na indústria e a esta altura as indústrias já estavam na cidade?!”

O discurso do desenvolvimento mostra, pois, como isso é fácil de responder. De acordo com o paradigma do desenvolvimento fordista, o espaço rural só poderia ser desenvolvido se compreendido como apêndice do espaço urbano, ou melhor, a agricultura só poderia ser colocada na rota para o “desenvolvimento” se servisse como

apêndice da indústria. O espaço rural teria que passar por uma arrasadora industrialização-urbanização.

É com essa representação de desenvolvimento que, no contexto global, em meados da década de 1960, difundiu-se pelo mundo a Revolução Verde como estratégia de desenvolvimento.

O paradigma da Revolução Verde nasce no pós-guerra, sendo parte do discurso que difundia a representação do desenvolvimento. Sua concepção parte de uma teoria da modernização etnocêntrica que tenta promover transformações no espaço rural dos países do Terceiro Mundo para que assim eles alcancem maior eficiência e produtividade de acordo com parâmetros ditados por organismos internacionais, nos quais os países centrais do capitalismo sempre detiveram o protagonismo. Nessa representação de desenvolvimento, uma ciência dura e seus cientistas assumiam posição de destaque. Conhecimentos milenares, de diversos povos ao redor do mundo, acerca da agricultura foram desprezados e postos como irracionais. A única racionalidade admissível era aquela que partia dos cientistas respaldados por seus diplomas. Durante esse momento a representação de uma natureza posta como algo a ser dominado²³ era hegemônica, corrente, facilmente admitida por amplos setores²⁴. Sendo assim, para muitos, ao espaço rural só restava a alternativa de industrializar-se. De acordo com as representações hegemônicas correntes, a industrialização era o caminho para que o espaço rural superasse seu “atraso”, elas simplesmente silenciavam sobre o fato de que a Revolução Verde era na verdade, como explicita Montenegro Gómez (2006)

uma forma de incorporar os países pobres na trilha da alta e eficiente produção agropecuária, seguindo modelos formulados nos países ricos, nos organismos internacionais de controle que sediam, nos departamentos de suas universidades, nas redes de suas fundações e corporações e em seus gabinetes governamentais (MONTENEGRO GOMEZ, 2006, p. 184).

²³ Não é nosso objetivo fazer um debate aprofundado acerca deste tema. Mas recordemos de quando Gramsci nos fala acerca da luta contra a animalidade comandada pelo industrialismo. Apesar de Gramsci fazer alusão a uma animalidade humana, não é arbitrário fazermos uma analogia à luta do industrialismo contra a natureza propriamente dita, tentando dominá-la a partir de uma razão instrumental que antes de tudo servia a um modelo de desenvolvimento centrado na indústria.

²⁴ Vale sempre lembrar que apesar de hegemônica e largamente aceita, a Revolução Verde enquanto representação e estratégia sempre foi contestada por alguns.

Apoiando-se em uma representação produtivista, a Revolução Verde, um pacote que se lia com o nome do fordismo, conheceu sua falência²⁵ em um período próximo àquele do seu modelo de desenvolvimento, o qual já abordamos anteriormente. Nesse contexto de crise, camponeses, que a Revolução Verde no “Terceiro Mundo” considerou coisa do passado, próximos demais à natureza (à animalidade nos termos gramscianos), algo a ser extinto, passaram a se mostrar cada vez mais resistentes ao capitalismo. Corroborar para isso o fato de os empregos na indústria fordista já se mostrarem em colapso, devido à crise, e, portanto, os horizontes urbanos se encontrarem até certo ponto cerrados, de maneira que o emprego na indústria da cidade tornava-se cada vez mais distante.

Além disso, em nível mundial, no que tange às representações hegemônicas do fordismo, as várias representações que respaldavam o modelo pareciam agora amplamente contestáveis. As consequências da quimificação da Revolução Verde haviam produzido custos ambientais altíssimos, as sementes e alimentos resultantes de manipulação em laboratórios também levantavam e levantam suspeitas quanto aos seus efeitos na saúde humana. A representação da natureza enquanto algo a ser dominado pelo homem, sendo totalmente exterior a este, que havia sido importantíssima para respaldar o modelo de desenvolvimento fordista, já não gozava do mesmo prestígio, era cada vez mais contestada.

As cidades, “palcos” principais do fordismo, evidenciavam problemas sociais gritantes, seja no aumento da favelização, no aumento da criminalidade, nos problemas decorrentes da mobilidade urbana. A representação da cidade e do urbano como modernos em detrimento do campo e do rural, colocados como sinônimos de atraso e animalidade, também sofreram contestações. Entretanto, a representação da “volta ao campo”, o rural como um espaço mais próximo à natureza, o rural para os fins de semana, a espetacularização da vida do camponês seria algo menos urbano?²⁶

²⁵ Para isso contribui, no caso brasileiro, a retirada dos subsídios creditícios dados pelo Estado à grande propriedade, algumas vezes à média também.

²⁶ Apesar de todo exposto, uma ressalva deve ser feita. Mesmo em meio a tantas contestações que as representações “típicas” do modelo de desenvolvimento fordista sofreram, podemos dizer que as mesmas ainda continuam muito poderosas, respaldando estratégias bastante ativas até hoje e, muitas vezes até se transformam, tentando acolher outras representações.

Se o fordismo enquanto modelo de desenvolvimento, apesar de centrar no econômico²⁷, também passava pelo político e pelo ideológico, a sua crise também repercutiu nesses níveis, as crises das representações hegemônicas veiculadas durante o fordismo também estavam na ordem do dia²⁸.

Entretanto, o modelo de desenvolvimento fordista, malgrado suas contestações, ainda se mantém enquanto hegemônico e passa a incorporar em suas políticas públicas os camponeses²⁹, que já se mostravam resistentes. Formula-se, assim, em nível global, o que Escobar (2007) chama de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI). “De forma breve, podemos resumir a estratégia que os expertos formulam sob a denominação de desenvolvimento rural integrado como um intento de corrigir as distorções criadas pela Revolução Verde” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 188). Reafirmamos, assim, que, apesar de incorporar os camponeses ao discurso do desenvolvimento, tal pacote não passava de uma extensão do fordismo a estes.

O objetivo fundamental do DRI era incrementar a produção de alimentos dentro da população eleita, racionalizando a inserção do setor na economia de mercado. Capital, tecnologia, capacitação e infraestrutura – os fatores “ausentes” que explicavam o atraso da produção camponesa em pequena escala – deveriam ser fornecidos como pacote mediante uma estratégia sem precedentes no tocante a seu enfoque e seu estilo. O que se tentava era levar a revolução verde aos pequenos agricultores para convertê-los em empresários ao estilo dos agricultores comerciais, só que em menor escala (ESCOBAR, 2007, p. 237, tradução nossa).

O padrão fordista ainda se apresentava como modelo hegemônico de desenvolvimento apesar de se observarem algumas distinções em relação aos áureos tempos desse paradigma. Diferentemente do fordismo da Revolução Verde, a preocupação com o meio ambiente já estava colocada no paradigma do desenvolvimento rural integrado. O DRI colocava como uma de suas preocupações a exploração racional dos recursos naturais a partir de medidas como, por exemplo, a

²⁷ Uma vez que no capitalismo o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso.

²⁸ Vale ressaltar que estas não são representações exclusivas do fordismo, muitas destas são representações que dão respaldo à modernidade.

²⁹ Durante todo o trabalho, ao afirmarmos que os camponeses foram incorporados às representações pós-fordistas, queremos dizer que os mesmos, enquanto **sujeitos sociais**, agora integram uma “nova clientela” para o desenvolvimento, no entanto, segundo estas representações, os camponeses precisam se modernizar, precisam deixar de ser camponeses. Isso não quer dizer que o **conceito** de camponês também tenha sido incorporado.

conservação dos solos e o reflorestamento. Assim, o programa passava a fornecer assistência financeira e técnica a projetos que se preocupassem com o manejo sustentável dos recursos do meio ambiente. Entretanto, o DRI não foi o último formato de desenvolvimento proposto para o espaço rural.

A abertura de espaços para a participação dos camponeses em políticas como a do DRI, respaldadas pelo novo compromisso do governo com a *descentralização em todos os níveis* começava a gerar processos sociais de alguma importância (ESCOBAR, 2007, p. 243, tradução nossa) (grifos nossos).

O modelo coaduna-se cada vez mais com o novo modelo de desenvolvimento flexível e neoliberal. O Estado, nível extremamente importante para que a Revolução Verde fordista fosse levada a cabo, era cada vez mais deixado em segundo plano. O lugar deveria ser colocado como o nível ideal para ocorrerem as decisões, daí surge a representação do desenvolvimento local ou territorial, colocando o lugar como autônomo, mas paradoxalmente como algo a ser normatizado³⁰.

Refletindo um pouco sobre isso, podemos dizer que se, por um lado, temos um discurso de desenvolvimento assentado em representações que justificam uma estratégia que desça do Estado aos lugares³¹, trazendo para suas esferas os atores sociais que sentem e vivem o lugar, ao mesmo tempo, temos instâncias políticas não assentadas no local que ainda buscam determinar o que deve ser feito para que o lugar se desenvolva, tentam capturá-lo. É como se o *nível G* continuasse indicando para o *nível P* o que deve ser feito, qual o caminho. Se as decisões daqueles que estão no lugar não se dão conforme o prescrito, tudo é invalidado, posto como falho. O que acabamos de afirmar aproxima-se ao pensamento de Marques (2002):

A mobilização da base vem sendo estimulada pelo Estado em suas ações de desenvolvimento. No entanto, o caráter regulador do Estado entra em conflito direto com o potencial criativo que um real processo de descentralização poderia despertar, retirando-lhe legitimidade e propondo formatos institucionais (p. 111).

³⁰ O lugar controlado.

³¹ Mesmo que a concepção de lugar seja confusa e até vulgar

Abramovay (2001), um dos estudiosos que defendem o desenvolvimento local, ao abordá-lo no Brasil a partir dos Conselhos Rurais, provenientes da então embrionária política de desenvolvimento local do governo brasileiro, coloca que há nos conselhos uma “falha de transferência institucional”. Segundo ele:

Trata-se aí de um claro exemplo de “falha de transferência institucional” (GREIF, 2001) em tese a atribuição de poder aos conselhos e, no seu interior, a obrigatoriedade legal da presença dos agricultores deveriam assegurar a participação das forças locais. De fato, o formato organizacional dos conselhos está totalmente voltado a este objetivo. Na verdade não existe grande dificuldade em se transferir, do governo federal para o plano local, regras formais, estruturas administrativas e alguns procedimentos burocráticos. *O problema é que não se transferem, num passe de mágica, valores, comportamentos, coesão social e sobretudo a confiança entre os indivíduos que os estimulem a tomar em conjunto iniciativas inovadoras.* Isso significa que o risco de existir apenas como formalidade necessária à obtenção de recursos públicos é inerente ao próprio processo de descentralização, contra o qual não existe uma produção administrativa genérica

(...)

A questão é saber se o conselho tem a capacidade de representar mudança no “ambiente institucional” (Northe, 1990-1994) existente numa certa região. Neste sentido, talvez não seja inútil estabelecer a diferença entre organização e instituição. A organização reúne indivíduos para atingir certos objetivos. *A instituição são as regras do jogo, as normas, os valores, os códigos de comunicação que permitem aos indivíduos e aos grupos levarem adiante ações em comum a partir de certos significados e certos códigos mentais partilhados* (Denzau & North, 1994). O bar da esquina é uma organização: o McDonalds é uma instituição. A alimentação ali servida simboliza um certo modo de vida. O dinheiro, por exemplo, é uma instituição, mesmo não sendo uma organização (ABRAMOVAY, 2001, p. 123-124) (grifos nossos).

Ora! Se o desenvolvimento local se assenta em uma representação de autonomia das dinâmicas do lugar, não é paradoxal que o mesmo fale de transferência de valores e comportamentos? Tudo ocorre como se as dinâmicas do lugar não servissem e tivessem de ser substituídas ou coagidas, para que assim ocorra a chamada mudança no “ambiente institucional”, que por sua vez serviria ao capital.

Há, pois, uma descoberta dos lugares por parte das representações do desenvolvimento. Entretanto essa descoberta coloca o lugar como subordinado a instâncias globais. É o *nível G* que tenta impor aos lugares suas normas. O novo modelo

não trouxe aos lugares uma autonomia, mas sua subordinação por vias diferentes das dantes estabelecidas. As dinâmicas do lugar (de maneira diferente da de antes, mas nem tanto) ainda precisam ser dominadas pelo capital. Ainda há um resquício de “animalidade” no lugar que precisa ser domesticada, não necessariamente destruída, mas moldada por um “adestrador” chamado capital.

Os camponeses e os lugares, antes não tolerados pelo capitalismo, passaram a ser importantes no novo modelo, se antes “ilegalidades” ou “animalidades” a serem combatidas, o lugar e os camponeses foram incorporados às novas, mas velhas representações de desenvolvimento. Entretanto, por mais que estas ilegalidades sejam incorporadas às novas representações, elas precisam sempre ser coagidas, constrangidas pelo capital para que possam se modificar e assim atender a reprodução do capital.

Na verdade, algumas relações camponesas, por isso não tipicamente capitalistas, já vinham sendo utilizadas pelo capital desde o período hegemônico do fordismo de maneira a flexibilizar a produção. A parceria é um exemplo destas relações. Nela reside uma poderosa chave que pode subordinar o campesinato, de maneira mais intensa, ao movimento do capital.

A parceria pode se dar entre um camponês e outro, mas também pode ocorrer entre um camponês e uma agroindústria, e é isto que ocorre em algumas atividades agrícolas e pecuárias. Como exemplos temos a avicultura e a canavicultura que se utilizam da parceria como se a mesma fosse uma terceirização, o que permite aos agroindustriais repassar parte dos custos de produção aos camponeses, além de desverticalizar a rígida estrutura fordista em favor de uma estrutura flexível, mais horizontal. Além disso, essa relação é extremamente flexível por outros motivos. Primeiramente, o camponês não é um empregado da indústria, não sendo necessários que uma série de direitos trabalhistas sejam pagos. Segundo, o fato de os camponeses não fazerem parte dos empregados da fábrica ainda faz com que as agroindústrias possam “dispensá-los” quando quiserem, dependendo das flutuações do mercado. A agroindústria poderá simplesmente abrir mão da produção desses camponeses em momentos de retração do mercado e comprar suas produções quando o mercado estiver atrativo. Estas são algumas das razões pelas quais as políticas públicas passam a mirar o camponês. A nova representação do desenvolvimento não os vê como um “atraso” a ser

eliminado, mas antes como um “atraso” a ser moldado, a ser modernizado. Devem, pois se tornar modernos “agricultores familiares”.

Fora isso, diferentemente do DRI, o novo modelo não advoga apenas o produtivismo agrícola do camponês, mas passa a defender novas formas de o campesinato se inserir na esfera capitalista, por meio da chamada “pluriatividade”. Estas novas formas se dão também, muitas das vezes, sob o signo da precarização, que é recorrente no modelo de desenvolvimento flexível.

Entretanto, não façamos um corte tão duro da história. Também no período fordista, camponeses serviam à flexibilização das atividades dos grandes complexos. Tedesco (2001), ao abordar as relações entre os camponeses e a agroindústria de aves e suínos no sul do Brasil, coloca que o modelo de gerenciamento, adotado nestas empresas, subordina o produtor a partir de relações flexíveis de diversas maneiras, a saber:

(...) subcontratação a domicílio, remuneração pela produtividade, horizontalização dos processos, reinvestimentos internos, aperfeiçoamentos e inovações constantes, bem como pela inserção desses processos na redefinição do vivido do produtor como parte integrante de seu *ethos*, de sua racionalidade e suas estratégias adaptativas (TEDESCO, 2001, p. 126).

No que diz respeito ao debate acerca da pluriatividade, Alentejano (2001), ao expor de maneira sucinta o modo como esta tem se dado na região serrana do estado do Rio de Janeiro, citando Teixeira, afirma:

Teixeira observa que a forte densidade demográfica, a partilha por herança, a presença na unidade familiar de um número de consumidores superior a de produtores, a valorização das terras pela especulação imobiliária ligada à atividade turística, a ausência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar; as dificuldades de comercialização e os baixos preços agrícolas - principalmente após o Plano Real - dificultam cada vez mais a manutenção da agricultura familiar *stricto sensu*, levando que se desenvolva, além do êxodo rural, a pluriatividade. Essa é facilitada pela proximidade das indústrias e do setor de serviços do meio rural e, principalmente pelo crescimento turístico da região, pois os agricultores passam a combinar a agricultura com atividades de comércio - bares, restaurantes e pousadas - e serviço - caseiro, pedreiro, ajudante de obras, lavadeiras e faxineiras - ligadas ao turismo (ALENTEJANO, 2001, p. 167) (grifos nossos)

Perceba que sem apontar de maneira explícita, o que Alentejano (2001) acaba apresentando é um quadro de precarização das condições de trabalho e vida dos camponeses e mais do que isso, de inserção em circuitos que utilizam a precarização do trabalho (faxineira, pedreiro, ajudante de obras, lavadeiras etc.). A partir da análise de Alentejano (2001) podemos inferir que os camponeses da região serrana fluminense só passaram a se valer em maior medida da pluriatividade quando ocorreu a precarização de suas atividades que se pautavam na agricultura³².

Entendendo que os camponeses são importantes para a flexibilização, engendra-se todo um complexo de políticas que passam a incorporar camponeses a partir de atividades não-agrícolas, que sempre estiveram presentes no seio do campesinato e que em um determinado momento serviram de “escape” ao modelo produtivista. Tenta-se moldá-las de maneira a servir com eficiência à reprodução do capital.

...

Neste capítulo analisamos como as mudanças do contexto político e econômico capitalista transformaram as representações hegemônicas de desenvolvimento e como estas mudanças nas representações hegemônicas contribuíram para que o capitalismo realizasse seus ajustes.

É a partir desse contexto político e econômico, marcado pela hegemonia da dupla neoliberalismo e acumulação flexível que transformam as representações hegemônicas de desenvolvimento, que o PRONAF emerge enquanto política pública de desenvolvimento. O fordismo colapsa e da crise emerge a acumulação flexível que passa a moldar as políticas públicas. Advirtamos, no entanto, que seria ingênuo considerarmos que na história houve tal corte que dividiu o tempo em fordismo e acumulação flexível. Veremos que o que ocorre na verdade é muito mais uma dialetização de ambos na prática.

³² Não estamos aqui advogando que toda combinação de atividades não-agrícolas com agrícolas resulta de uma precarização das condições de vida.

Passaremos no próximo capítulo a analisar como o PRONAF incorpora em seu discurso determinadas representações inerentes a este novo contexto de desenvolvimento, sem esquecer as representações do período anterior. Ao mesmo tempo, veremos como outros atores, dotados de outros discursos, fazem frente ao que aqui estamos chamando por “discurso do PRONAF”. Lembremos sempre que a pureza dos modelos e das representações não ocorre com a prática.

2. REPRESENTAÇÕES HEGEMÔNICAS DE DESENVOLVIMENTO NO PRONAF

2. REPRESENTAÇÕES HEGEMÔNICAS DE DESENVOLVIMENTO NO PRONAF

No primeiro capítulo, tratamos de questões acerca do contexto político e econômico, que partindo de um modelo de desenvolvimento hegemônico fordista transformou-se até gerar um modelo de desenvolvimento hegemônico flexível. A partir daí, nesse segundo capítulo, queremos compreender como as representações que são mobilizadas pelo discurso do PRONAF se situam nesse contexto de mudanças, nesse processo.

Antes de tudo, processo indica movimento. Estamos cientes de que as origens das representações e seus movimentos são dialéticos, pois contraditórios. Temos a plena consciência de que as representações são bem mais “puras” no terreno das ideias do que na prática. Por vezes, veremos discursos, isto é, conjuntos de representações, diferentes se imbricarem. O discurso do fordismo com o da flexibilidade ao descerem à prática sofrem recombinações. O seguinte trecho da obra de Harvey (2005) é esclarecedor sobre esse processo.

A atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente (com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível) em alguns setores e regiões (como os carros nos EUA, no Japão ou na Coreia do Sul) e de sistemas de produção mais tradicionais (como os de Singapura, Taiwan ou Hong Kong) que se apóiam em relações de trabalho “artesaniais”, paternalistas ou patriarcais (familiares) que implicam mecanismos bem distintos de controle e de trabalho (p. 179).

Assim, não estamos defendendo uma concepção etapista da história. O surgimento da acumulação flexível não “enterrou” o fordismo. Ao contrário, a acumulação flexível surge a partir do fordismo e com ele se dialetiza.

O que aqui chamamos de discurso do PRONAF (que também se reveste de uma prática) também será abordado enquanto um *processo* e não como algo estático. O discurso do PRONAF não é fechado, definido *a priori*. Por estar no movimento da **totalidade**, o discurso PRONAF também é processo, também é dinâmico.

Por ser processo, portanto mutável, o discurso do PRONAF também se configura como uma verdadeira arena política. A dinâmica do PRONAF se dá a partir de lutas entre os diversos sujeitos implicados, constituindo um verdadeiro *campo* (cf. BOURDIEU, 2011).

Estas lutas se processam de duas formas:

a) uma primeira, situada ao nível dos conflitos abertos (“do barulhento”), abrangendo desde conflitos teóricos com representações sistematizadas (ideologias, o concebido) pelos estudiosos em suas diferentes posições, até a resistência dos movimentos sociais com suas representações que tentam transformar o discurso hegemônico, fazendo frente ao Estado;

b) uma segunda forma, situada ao nível do oculto (“do silencioso”) que parte de práticas (do vivido) sem qualquer discurso organizado, sem qualquer ideologia. Práticas que são sinérgicas ao lugar, que partem de um *habitus* que se faz com o próprio corpo na vida cotidiana, de um vivido que parece banal, mas se dialetiza com o concebido. Na nossa compreensão, estas práticas, estas vivências, sem organizarem, de maneira mais audaciosa, ideologias, sem produzirem nenhuma sistematização de representações, ou quando muito produzindo discursos ocultos advindo do vivido e não do concebido, podem impor-se enquanto barreiras à efetivação da estratégia hegemônica que sempre está respaldada por suas próprias representações. Tais práticas, ao se dialetizarem com as normas vindas do concebido, podem modificá-las, uma vez que a ele se opõem.

É assim, por meio dessas lutas, que acreditamos que o discurso hegemônico do PRONAF se tornou bem mais que um mero epifenômeno do modelo de desenvolvimento hegemônico do capital, mesmo se assentando nele. Como diz Moruzzi Marques (2004): “Em política pública, a coerência das iniciativas e a evolução das idéias se ajustam gradualmente à própria dinâmica da ação e à maturação dos debates” (p. 01).

Neste capítulo queremos entender quais são as representações que respaldam o PRONAF. Em que bases teóricas se assenta esse programa? Queremos apreender tudo isso a partir do movimento da realidade e não somente em um embate de discursos e representações.

Contudo, para compreendermos de fato as origens e transformações das representações do PRONAF, será necessário recuarmos ao primeiro grande formato de políticas de desenvolvimento que atingiu o espaço rural brasileiro, a Revolução Verde. Isso será necessário porque muito do PRONAF parte das frustrações do que Graziano da Silva (1982) chamou de “modernização dolorosa”.

Passemos então a abordar a estratégia da Revolução Verde “brasileira” e as posteriores transformações que levaram à criação do PRONAF.

2.1. Da Revolução Verde “brasileira” ao discurso do PRONAF

Inserido em um modelo de desenvolvimento fordista, as representações hegemônicas, difundidas durante a Revolução Verde, preconizavam a tão sonhada modernização a partir da industrialização da agricultura.

Partindo da quimificação e da mecanização como basilares para a modernização, o setor industrial (não era a indústria o *locus* primordial do fordismo?) passava a subordinar a agricultura. Essa submissão se dava a montante e a jusante do processo produtivo. A montante porque a agricultura teria de adquirir maquinário, implementos e insumos químicos das indústrias, criando assim um grande mercado para a aquisição de produtos industriais, a jusante porque deveria fornecer matérias-primas para a agroindústria, tanto no mercado interno quanto externo. É justamente neste momento que se instalam no Brasil uma série de indústrias sediadas no “Primeiro Mundo” e produtoras de bens de produção para a agropecuária como Ford, Shell, Ciba Geyge, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Union Carbide, Hoeschte, Monsanto, Rhodia, etc. Erigia-se assim o que ficou conhecido como Complexo Agroindustrial (CAI) brasileiro.

Na verdade, é consenso na literatura sobre as transformações no setor agrícola brasileiro “que o processo de tecnificação da base produtiva teve início na década de cinquenta e ocorreu com a importação dos meios de produção (sobretudo máquinas agrícolas)” (MARAFON, 1998, p.7). Contudo, somente a partir do final da década de 1960, é que:

foi implantado no Brasil um setor industrial produtor de bens de produção voltado para a agricultura. Paralelamente à implantação desse setor ocorreu a modernização e o desenvolvimento, em escala nacional, de um mercado para os produtos industriais do sistema agroindustrial. Esse processo ficou conhecido como "modernização da agricultura" e nele ocorreram modificações significativas na forma de se produzir (MARAFON, 1998, p. 7).

Para que o CAI se fizesse, toda uma estrutura foi criada pelo governo federal. Primeiramente criou-se o Serviço Nacional de Crédito Rural (SNCR) para que fosse fornecido o crédito necessário aos grandes proprietários, principalmente. “O crédito agrícola se transformou, sem dúvida, no maior impulsionador do processo de modernização das forças produtivas, em particular, da mecanização, chegando por vezes a subsidiar praticamente mais da metade do valor da maquinaria agrícola” (SORJ, 1980, p. 48).

O surgimento do CAI brasileiro, dessa maneira, pode ser visto enquanto “fruto” de uma série de embates e acordos entre o Estado brasileiro, órgãos multilaterais, capitais nacionais e transnacionais, sendo reafirmado por um discurso que se dava a partir de representações que defendiam a necessidade imperativa da industrialização da agricultura. Esta por sua vez se traduzia na subordinação de um espaço rural, identificado nas representações amplamente com a agropecuária, a um espaço urbano, por sua vez identificado com a indústria.

Outro fator que também reforça na prática o caráter urbano e industrial difundido pela estratégia da Revolução Verde é o fato de o governo brasileiro ter priorizado o apoio à modernização das grandes propriedades. Recordemos, no entanto, que apesar de a Revolução Verde fordista no Brasil ter privilegiado a grande propriedade, isso não é uma regra para o mundo todo. Na França, por exemplo, o fordismo modernizou a agricultura camponesa francesa, base da economia agrícola naquele país. No Brasil, embora a maior parte da população rural fosse formada por camponeses, a escolha foi majoritariamente pela grande propriedade.

“Mas por que isso?”

Na verdade, como nos diz Oliveira (1999) “a industrialização da agricultura brasileira vem sendo feita no interior do processo de internacionalização da economia brasileira” (p. 76). A partir desse processo de internacionalização engendrou-se todo um

mecanismo de dependência que, ao invés de desenvolver o país, como era propalado, nos tornou ainda mais subordinados aos países centrais

(...) diferentes governos brasileiros têm tomado dinheiro emprestado no mercado financeiro internacional, com a finalidade de ampliar a sua produção, particularmente no setor industrial. *Para pagar a dívida o país tem que exportar, isto é, tem que se sujeitar a vender seus produtos pelos preços internacionais.*

É por isso que, nas últimas décadas, tem ocorrido no Brasil uma rápida expansão das culturas de produtos agrícolas para a exportação (café, cana-de-açúcar, soja, laranja etc.), quase sempre em detrimento daqueles produtos alimentícios destinados ao mercado interno (arroz, feijão, mandioca etc.), produtos esses que deveriam servir ao consumo da população brasileira. (OLIVEIRA, 1999, p.77) (grifos nossos).

Ocorre que a maioria dos habitantes do campo, tanto nesse período quanto atualmente, não é formada por grandes proprietários, mas sim por camponeses que não possuem nem sequer médias propriedades.

Com a mecanização empreendida pela Revolução Verde nas grandes propriedades, antigas relações de trabalho que se davam entre o grande proprietário e o camponês começaram a ocorrer em condições cada vez mais difíceis para este último. Se antes o camponês era uma força de trabalho da qual o latifundiário não podia prescindir, agora o camponês não é tão imprescindível assim.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que as possibilidades de reprodução camponesa foram se tornando cada vez mais estreitas no campo, o emprego na indústria aumentava fortemente na cidade. A migração para a cidade com o intuito de trabalhar na indústria tornou-se cada vez mais um caminho a ser seguido pelos camponeses. Data desse período uma importante transformação na distribuição geográfica da população brasileira. Se antes, o Brasil era um país onde a maior parte da população morava no campo, agora a população brasileira passa a viver predominantemente nas cidades.

Dessa forma, o modelo de desenvolvimento é reafirmado na prática. Ele deixa de ser somente um discurso com representações organizadas. Os camponeses, considerados ineficientes pelas representações veiculadas no período em que imperou o modelo de desenvolvimento fordista, foram realmente levados, em sua grande parte, a migrarem para as cidades e lá se tornaram operários das fábricas. Nesse contexto, também houve muitos que se tornaram operários das indústrias do campo ou foram levados para as áreas de colonização na Amazônia, continuando a se reproduzir como

camponeses, tais como muitos que permaneceram nos seus lugares de origem. No entanto, tudo nos leva a crer que a Revolução Verde em seu discurso e em sua prática advogava muito mais uma territorialização do capital do que uma monopolização do território pelo capital, embora essa última também se ocorresse contraditoriamente na prática. (cf. OLIVEIRA, 1999).

Como expõe Oliveira (1999):

É verdade que existe uma forte articulação entre a indústria e a agricultura, como é verdade também que ocorre a expansão do trabalho assalariado no campo, mas não é verdade que o domínio absoluto do modo industrial de produzir se verifique juntamente com a expansão total do trabalho assalariado no campo. É fundamental explicar que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória (p. 77).

Entretanto, por mais contraditório que fosse o processo, aqueles que davam sustentação às representações de desenvolvimento fordista ocultavam suas contradições. Deste modo advogou-se que, país com agricultura moderna e desenvolvida era país com uma agricultura assentada em um modo industrial de produzir. E são “típicos” deste momento a expansão do trabalho assalariado, o aumento da população urbana em detrimento da população rural e o crescimento da indústria subordinando a agropecuária. Contudo, ao ocultarem as contradições do processo, as representações hegemônicas mobilizadas durante o modelo de desenvolvimento fordista ocultavam, até certo ponto, os limites desse modelo de desenvolvimento. Foram as contradições desse modelo que levaram ao esgotamento do mesmo enquanto modelo hegemônico.

Ocultando as contradições subjacentes a qualquer processo social, o discurso que justificava a prática da Revolução Verde tentava prescrever o destino dos camponeses. Seu destino já estaria traçado, planejado, a eles não caberia alternativa.

Entretanto não tardou muito para que se criassem políticas públicas que tentavam incorporar os camponeses ao desenvolvimento pela via fordista. Nessa esteira, ainda nos anos 1970, foram criados os Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI). Constituem-se em exemplos deste período políticas como o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), Programa de

Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (POLOCENTRO) e Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA).

Estes programas surgem a partir do paradigma do desenvolvimento regional, tendo como seus gestores órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). No mesmo período também foram levadas a cabo outras ações de caráter desenvolvimentista. Abordando o caso específico do Nordeste, Elias (2000) coloca:

Em meados do século XX, o Brasil atravessava um momento de efervescência com as teorias desenvolvimentistas, com amplos debates sobre as desigualdades regionais brasileiras. Criaram-se neste período, inúmeras instituições visando a intervenção federal no Nordeste, tais como a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), do BNB (Banco do Nordeste), da CODEVASF (Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco), assim como a construção de grandes fixos associados à infra-estruturas produtivas (ELIAS, 2000, p. 87).

Estes órgãos, que também viabilizaram grande parte da Revolução Verde, foram criados com o intuito de incentivar a industrialização, a construção de obras de infraestrutura e a modernização do setor agropecuário brasileiro. Enfim, foram órgãos criados para levar a cabo o modelo de desenvolvimento fordista.

Políticas como o POLONORDESTE, POLOCENTRO e POLAMAZÔNIA só vinham reafirmar ainda mais o modelo hegemônico. O POLONORDESTE, por exemplo, tinha entre as propostas, segundo Albano (2005), a reorganização agrária e a complementação da infraestrutura, pesquisa, assistência técnica, crédito e comercialização. Em cada polo, ter-se-iam ações para a construção de estradas, armazéns, obras de eletrificação, além do crédito, da extensão da pesquisa e da experimentação agrícola. Os polos seriam “pontos naturais” de recepção de investimentos que, uma vez potencializados, poderiam irradiar os efeitos dinamizadores, havendo o **estímulo à modernização industrial do Nordeste**. Havia, portanto, um claro favorecimento de um modelo economicista e de racionalidade empresarial. Sobre o POLONORDESTE, Andrade (1986) afirma que o mesmo é um “programa que teoricamente visa ao fortalecimento e à modernização da pequena e média exploração

agrícola” (p. 196). “O POLONORDESTE é o marco da intervenção do Banco Mundial na agropecuária nordestina” (ELIAS, 2000, p. 89)³³.

Apesar de suas inúmeras ações, o fordismo já vinha dando sinais de esgotamento há algum tempo em todo o mundo. No Brasil, o aprofundamento da crise fiscal do Estado brasileiro, entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980, fez com que ocorresse o fim do padrão de financiamento da modernização da agricultura consubstanciado no crédito rural oficial a baixas taxas de juros.

Os programas recessivos de ajuste de impostos pelo Fundo Monetário Internacional, a pretexto de combater o déficit público, impediram que o Tesouro Nacional, via Banco do Brasil, pudesse continuar bancando os volumes demandados de crédito rural nos anos 80. A saída foi reduzir os níveis de subsídios embutidos, basicamente trocando as taxas nominais prefixadas (numa conjuntura de ascensão inflacionária) por pós-fixadas (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 51).

As lutas dos camponeses contra a expropriação que o modelo de desenvolvimento lhes impunha se aprofundavam. O colapso do fordismo trazia as reivindicações ainda mais à tona, uma vez que todos os problemas desse modelo de desenvolvimento apareciam de maneira clara. Surgem movimentos importantes no campo, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) ganha força.

Com o passar dos anos, o MST, nascido em meados da década de 1980, se espalhou por todo o Brasil e na década de 1990 deu demonstrações cada vez maiores de força. Além do MST, outros movimentos surgiram. As ocupações de terras se avolumaram, os conflitos agrários estiveram na ordem do dia, a violência com que

³³ Apesar de fordista, devemos sempre lembrar que o POLONORDESTE, por exemplo, já era um contraponto à chamada “via prussiana”, a escolha da modernização das grandes propriedades. Antes do POLONORDESTE foi tentado, entretanto, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) com o objetivo de realizar, na Zona da Mata, a redistribuição parcial de terras, de maneira pacífica, **criando assim unidades de produção modernizadas** de tamanho médio, com produção voltada para o mercado interno.

Portanto, paralelamente ao modelo “prussiano” de “modernização conservadora”, há uma preocupação constante com a necessidade de se criar uma “classe média rural”, de produtores capitalistas de tamanho médio. “Este objetivo deveria ser alcançado, principalmente, através da **eliminação do setor minifundiário**, se bem que ocasionalmente se conceba sua implementação às expensas das propriedades improdutivas” (WILKINSON, 2008, p. 11-12).

O Proterra, na medida em que confrontava os grandes proprietários de terra, acabou por fracassar. Por isso, segundo Wilkinson (2008), criou-se o POLONORDESTE: “o POLONORDESTE tem uma preferência marcada pelo incremento da produtividade, ao invés da Reforma Agrária” (WILKINSON, 2008, p. 17).

foram reprimidos os camponeses em Eldorado dos Carajás e Corumbiara “chocou” o mundo, o latifúndio foi amplamente contestado pelos movimentos sociais, a questão agrária se impôs ao governo brasileiro. Não havia como negar que as desigualdades que marcavam o campo brasileiro haviam se tornado insustentáveis. Nesse contexto de acirramento das lutas que envolviam a questão agrária, o governo federal cria o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF).

Entretanto, o capital, em nível macroeconômico, com seus organismos internacionais, respondia aos camponeses com políticas de desenvolvimento que em nada transformavam suas contradições. O Banco Mundial (BM) já produzia estudos acerca da agricultura brasileira, nos quais delineava as bases teóricas (representações!) pelas quais as políticas de desenvolvimento deveriam ser criadas. Um símbolo desse momento é o relatório “Brasil. O Gerenciamento da Agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais”.

Nesse ínterim, a CONTAG e o DNTR-CUT, percebendo a relevância do debate da questão camponesa, fizeram reivindicações em busca de uma política que atendesse aos camponeses. As reivindicações se faziam de maneira insistente durante o Grito da Terra Brasil. Nesse sentido, é bastante relevante reafirmar que o PRONAF, mesmo sendo uma política de desenvolvimento com premissas do BM, foi criado também a partir das reivindicações de alguns movimentos sociais, trazendo em seu cerne essa contradição.

Na verdade, tais reivindicações se faziam desde o ano de 1992. Entre 1992 e 1996, de acordo com Bittencourt (2003), apesar da pauta de negociações incluir temas relacionados à infraestrutura, meio-ambiente e tecnologia, o que se colocava no centro das questões, por parte dos camponeses, era sempre o acesso a um crédito diferenciado. Isso acabou levando o Governo Federal a colocar em prática o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), ainda no ano de 1994. O PROVAP foi uma linha de crédito que adotou critérios que restringiam os empréstimos apenas aos agricultores familiares, classificados assim de acordo com o tamanho das suas propriedades e o tipo de mão de obra que utilizavam.

Em 1995, já no governo FHC, foi criado o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), que logo produziu o PRONAF. A institucionalização do PRONAF, só ocorreu em 1996, através da lei nº 1946 de 28 de junho de 1996.

O PRONAF se estabeleceu em seu início enquanto um programa de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Posteriormente, em 1999, passou a fazer parte das atribuições do recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por sua vez, substituiu o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), também no ano de 1999. Ainda nesse mesmo ano, foi criada também a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), da alçada do MDA, e que é responsável pelo PRONAF (crédito) atualmente.

Observemos que até mesmo os rearranjos ministeriais e das secretarias as quais o PRONAF encontra-se subordinado dizem algo sobre o contexto no qual o programa foi criado.

No seu início, o PRONAF é posto na esfera do MAPA, mesmo existindo o MEPF. A diferença entre eles é que enquanto o MAPA³⁴ é um ministério que sempre atuou com a produção agropecuária a partir da grande propriedade, sendo essencial no período da Revolução Verde, o MEPF foi criado a partir do contexto de acirramento das lutas no campo. Como declara Schneider et al. (2004), nesse período os vários movimentos do campo se insurgiam, gerando um “clima” de instabilidade.

O fato de o PRONAF estar no MAPA e não no MEPF diz muito acerca da estratégia adotada pelo governo com relação a esse programa. Parece paradoxal que “agricultores familiares” estejam em um ministério como o MAPA ao invés do MEPF, entretanto os paradoxos começam a se explicar quando entendemos que o PRONAF preza por uma incorporação dos camponeses (agricultores familiares) na rota do desenvolvimento, por isso está inicialmente na Secretaria de **Desenvolvimento Rural** (SDR). Isso fica ainda mais claro quando em 1999 há um rearranjo ministerial e o

³⁴ A sigla MAPA só passa a ser utilizada em 1992. O Ministério, no entanto, “nasceu” em 1860, como Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em 1892, pouco tempo após a Proclamação da República, a Secretaria transforma-se em Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Em 1909, foi criada de fato a pasta da agricultura, passando a se chamar Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1930 passa a se chamar Ministério da Agricultura. Em 1992 passa a se chamar Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, já revelando a problemática da questão agrária no início da década de 1990. Entretanto, em 1996, primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, passa a se chamar Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Não esqueçamos, no entanto, que apesar do MDA ser criado apenas em 1999, a partir da extinção do MEPF, a Reforma Agrária já havia sido posta em pauta a partir de ministérios anteriores, como por exemplo, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário criado em 1985, no período de redemocratização do Brasil e num contexto de ressurgimento da agitação no campo.

MEPF é extinto. Com sua extinção, a questão agrária quase que some das preocupações do Governo Federal, em seu lugar surge o MDA, um ministério que pensa a partir de uma certa concepção de desenvolvimento. Não é difícil pensarmos que o PRONAF passará para a alçada do MDA, mais especificamente na Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Até institucionalmente pode-se ler a mudança de orientação.

“Em pouco tempo o PRONAF encontrava-se consolidado no interior da esfera governamental e havia uma Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) que o resguardava. Os camponeses haviam tido uma grande conquista, certo?”

Sim e não. Sim, porque sem dúvida as reivindicações de alguns grupos de camponeses haviam sido atendidas e realmente havia uma política de crédito diferenciada para eles. Não, porque junto a isso também havia um modelo de desenvolvimento, que como veremos no decorrer desse capítulo, é extremamente favorável a utilizar os camponeses como um componente essencial para a acumulação de capital. Além disso, já haviam políticas fordistas que inseriam os camponeses “na rota do desenvolvimento”. Assim, os camponeses conseguiam aparentemente uma grande vitória, mas que, no entanto, tendia a colocá-los em uma situação de subordinação ao capital.

2.2. Representações fordistas, pós-fordistas ou flexíveis no PRONAF?

No momento das angústias decorrentes da construção desse trabalho, uma questão que nos afligia, que nos fazíamos a todo momento, dizia respeito a qual de fato era o modelo de desenvolvimento presente no PRONAF. A pergunta hoje nos parece um tanto ingênua, mas durante toda a pesquisa nos questionamos sobre a mesma. Só tardiamente percebemos que estávamos tentando classificar arbitrariamente, tentando colocar em uma “caixinha”, o que é movimento. O PRONAF, que em um primeiro momento pareceu-nos incorrer em inúmeras incoerências, um programa “mal resolvido” por ineficiência de seus elaboradores, revelou-se o resultado de um movimento. Por isso, muito do que aparecia como incoerente e paradoxal mostrou-se na verdade “fruto” de tensões.

Os modelos de desenvolvimento, aos quais estamos nos referindo desde o 1º capítulo, não devem ser entendidos como estruturas estáticas, que barram o movimento, como fechamentos. Como Lipietz (1988) bem argumenta: “esses nomes são apenas conceitos com os quais procuramos descobrir alguns aspectos da realidade, da mesma maneira como se usam tochas para descobrir uma caverna” (p. 12). A partir deste conceito estamos tentando compreender quais processos que estão na origem do discurso do PRONAF, que representações são veiculadas, sem, contudo subsumir o próprio processo de construção da política pública ao modelo de desenvolvimento.

É a partir dessa interpretação que queremos entender melhor as representações que são veiculadas pelo discurso do PRONAF em seu movimento, não tentando fechá-lo em um modelo acabado de desenvolvimento.

Entendido isso, analisemos o discurso do PRONAF desde o começo desse programa, quando ainda guardava inúmeras representações fordistas, apesar de ter sido elaborado em um período em que o modelo de desenvolvimento fordista já era algo plenamente contestável, sobretudo nos países centrais. Como veremos, em seu início, suas representações pouco tinham a ver com o modelo de desenvolvimento flexível.

A compreensão que perpassava o programa prezava por representações de espaço rural e de camponês diferentes daquelas que eram disseminadas sob o parâmetro da acumulação flexível. Era muito mais próximo de um “fordismo rural” do que de uma política para um espaço rural revalorizado, algo bastante presente nas representações do espaço rural difundidas pela acumulação flexível. O produtivismo agrícola, característico do fordismo, comparecia demasiadas vezes no texto que fundamentava o PRONAF. Trechos como os citados no 2º parágrafo da lei evidenciam isso

§ 2º As ações do Programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, *aumento de sua capacidade produtiva* e abertura de novas oportunidades de emprego e renda,

b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, *mediante estímulos à pesquisa*, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da *produtividade do trabalho agrícola*, conjugado com a proteção do meio ambiente;

(...)

d) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao *melhor desempenho produtivo* dos agricultores familiares (PRONAF, 1996) (grifos nossos).

Analisando tais diretrizes, Carneiro (1997) destaca:

As diretrizes do Pronaf têm como referência experiências européias, principalmente a da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural. Assim como na Europa, o padrão de organização da produção privilegiado pelo Pronaf e a sua função social no desenvolvimento econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo os formuladores desse programa, em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida da população rural (CARNEIRO, 1997).

Dessa forma, se inscreve no PRONAF um discurso fordista que se voltava para os pequenos. O modelo de desenvolvimento fordista, no entanto, apoia um protagonismo da cidade sobre o campo e o leitor poderia se perguntar se não seria um contrassenso chamarmos de fordista uma política de desenvolvimento que colocava camponeses como o seu alvo. Esclarecemos que o modelo fordista francês realmente propunha a mecanização da produção camponesa porque eles são a base da agricultura francesa. Todavia, esse mesmo modelo fordista francês adotava o padrão de 2 UTH (unidades de trabalho-homem), isto é, a força de trabalho empregada no estabelecimento resumia-se à do casal. Aos filhos dos camponeses era dirigido um programa educacional que os orientava para setores não-agrícolas. Assim, defendia-se uma agricultura moderna e produtivista, que empregava pouca mão de obra. No entanto, essa agricultura moderna era extremamente dependente de pacotes tecnológicos só adquiridos a partir da indústria. O espaço rural era, pois, identificado pelo fordismo a partir do produtivismo agrícola, sendo posto como secundário, a cidade é que era central, o não-agrícola, que em **uma sociedade industrial** só podia fazer referência ao setor fabril. Assim, Carneiro (1997) comenta os resultados decorrentes do fordismo francês no campo.

Os resultados econômicos, rapidamente alcançados, melhores que os esperados, ocasionaram, porém, um novo problema social e ambiental: *a desertificação do campo e o inchamento de algumas cidades, incapazes de absorver a mão-de-obra dispensada pelo novo padrão de produção agrícola*. (CARNEIRO, 1997, p 04) (grifos nossos).

Todos esses problemas, ocorridos na França, vieram à baila com a crise fordista e com a posição de centralidade que o espaço urbano tinha sobre o espaço rural.

Além disso, diferente do Brasil, todas as mudanças ocorridas no campesinato francês contaram com grandes investimentos por parte do Estado-providência, necessários à regulação fordista. No Brasil, como o Governo FHC possuía muito mais uma orientação neoliberal, não se utilizou de maiores aportes financeiros que procurassem dar uma maior assistência ao campesinato.

O discurso do PRONAF, entretanto, diferente das representações do modelo fordista, já contava em suas diretrizes com uma preocupação com o meio-ambiente. O que parecia de alguma maneira guardar distâncias com relação a uma representação da natureza enquanto algo a ser dominado pelo homem, tendo a produtividade enquanto palavra de ordem. Todavia, o programa em sua prática não tinha ações efetivas para que essa preocupação com o meio ambiente se materializasse em ações. O PRONAF, ao mesmo tempo em que reafirmava representações do modelo de desenvolvimento fordista, abria espaços para representações pós-fordistas. Recordemos, porém, que essa preocupação já se fazia presente no DRI, de marcada orientação fordista.

Apesar da “preocupação” declarada com o meio ambiente, não havia na lei que regulamenta o PRONAF qualquer menção a tecnologias alternativas na produção. Carneiro (1997) é taxativa nesse sentido:

O estímulo do Pronaf ao “uso racional de fatores ambientais” não parece se sobrepor ao objetivo, este sim constantemente reforçado, de aumento da capacidade produtiva e da renda. Além disso, não se define claramente o conteúdo dessa racionalidade que, no texto, parece estar restrita à questão da “proteção ambiental”. Torna-se, portanto, difícil reconhecer a real possibilidade do governo em romper efetivamente com as práticas desenvolvimentistas do passado, pautadas na tecnificação, para se orientar na direção de um “novo paradigma de desenvolvimento rural (CARNEIRO, 1997).

O PRONAF incorporava assim uma representação da natureza, típica do discurso ambiental que emergiu no contexto do pós-fordismo, entretanto, tal preocupação se inscrevia na política de maneira incipiente, não se sustentava, não havia diretrizes fortes o bastante para levar a cabo tais ações. Parecia apenas ser algo que não podia faltar no documento.

Além disso, se por um lado o PRONAF guardava elementos predominantemente fordistas, por outro, a descentralização do desenvolvimento local implementada pelo PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais já comparecia em seu primeiro formato, quando propõe:

Art. 3º Caberá ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento a coordenação do PRONAF, competindo-lhe, especialmente:

(...)

VI - assegurar o caráter descentralizado de execução do PRONAF e o estabelecimento de processos participativos dos agricultores familiares e de suas organizações na implementação e avaliação do Programa. (PRONAF, 1996).

Para que a gestão descentralizada ocorresse, deveriam ser montados conselhos nas escalas nacional, estadual e municipal. No caso dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR³⁵), os chamados “agricultores familiares”, para nós camponeses, teriam algumas incumbências, como: a) apresentar e priorizar suas demandas; b) participar da execução do PRONAF e c) aportar as contrapartidas de sua competência. Às organizações de agricultores familiares cabia: a) formular propostas de ação compatibilizadas com as demandas dos agricultores; b) participar da elaboração e da execução do PMDR (Projeto Municipal de Desenvolvimento Rural e do acompanhamento e fiscalização das ações do PRONAF; c) celebrar e executar acordos, convênios e contratos com órgãos de administração pública e entidades parceiras privadas e d) aportar as contrapartidas de sua competência.

Havia, portanto, diretrizes que tiravam de cena o Estado centralizador, principal planejador e executor de políticas públicas, que sempre se impunham de cima para

³⁵ Posteriormente os CMDR passaram a ser chamados de CMDRS, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

baixo. Prevalecia uma representação que prezava por um desenvolvimento autocentrado, endógeno, que se faz de baixo para cima. Esta ideia, que está presente no que estamos chamando de discurso do PRONAF, reconhece de algum modo as impossibilidades do capitalismo de fazer tudo se tornar seu mero reflexo e passa a entender que as resistências ao modo de produção podem ser modificadas, de maneira que sejam moldadas aos interesses do capital. A “animalidade” dos lugares não deve mais ser combatida de todo, mas antes transformada. Ocultam-se, mais uma vez as contradições subjacentes ao próprio modo de produção, que por sua vez se funda justamente no contraditório.

Essa representação de descentralização se coaduna com representações mobilizadas pelo discurso do Banco Mundial, quando este órgão afirma: “Há uma necessidade de se envolver, também, as comunidades locais no desenho e na implementação dos gastos públicos nas áreas rurais” (BANCO MUNDIAL apud VILELA, 1997, p. 5). Entretanto, também é importante nuançarmos um pouco isso, colocando que essa representação, ao reconhecer fatores endógenos enquanto vetores de mudanças, também responde a um anseio de representação de diversos atores.

Existia, no entanto, um PRONAF que ao se constituir enquanto política, utilizava-se de diversas representações, produzindo um discurso que unia representações difundidas no contexto de diferentes modelos de desenvolvimento, mas que de fato possuía um conteúdo muito mais fordista. Prova disso é a estrita identificação que se fazia do programa com a busca do produtivismo agrícola, de maneira que o espaço rural era concebido como sinônimo de setor agrícola, representação cara ao desenvolvimento fordista.

Na nossa compreensão, muitas dessas representações que acabavam se contradizendo no interior da proposta do PRONAF, podem ser explicadas pelo contexto em que ela é forjada. Ao mesmo tempo em que o programa surge das contestações e dos fracassos decorrentes da Revolução Verde, o mesmo se vale de premissas europeias, sobretudo francesas, para introduzir o campesinato na via fordista, uma via que já havia apresentado problemas na própria agricultura francesa.

“E por que incorrer no erro?” Simplesmente, porque enquanto no caso francês o campesinato havia sido incluído na via fordista, uma vez que estes sempre foram a base de sua agricultura, no Brasil, isso não ocorreu. É como se a solução fordista francesa

fosse aqui tomada tentando “corrigir” a opção pela chamada “via prussiana” que a industrialização da agricultura brasileira havia tomado. Os camponeses, que na década de 1990 já estavam lutando mais uma vez por Reforma Agrária, estavam se tornando problemáticos demais para o Estado brasileiro. Daí surgem políticas de desenvolvimento, marcadamente fordistas, para eles. Entretanto, a essa altura a totalidade do modelo fordista de desenvolvimento não era mais aceito e outras representações circulavam com força, seja na academia, nas instituições governamentais ou até mesmo no discurso cotidiano. A “solução francesa” agora tinha que abrir concessões a essas outras representações.

Apesar disso, nunca é demais lembrar que se o PRONAF parecia obsoleto frente às novas representações de desenvolvimento, o mesmo estava de acordo com as premissas do Banco Mundial.

As “incoerências” do PRONAF, no que diz respeito às representações que o sustentam, não demorariam a ser criticadas por vários estudiosos. Elas demarcam o ponto de partida do PRONAF, caracterizado por uma verdadeira luta simbólica pelo poder de definir o que é o espaço rural brasileiro. Vejamos a seguir os desdobramentos dessa luta.

2.3. Mudanças no discurso do PRONAF: mobilizando outras representações

2.3.1. Uma luta para definir o discurso oficial ou seria para definir a “verdade objetiva”?

Nessa luta simbólica pelo poder de definir qual o discurso oficial, aquele que por ser considerado “verdade objetiva” não é vista como representação, teóricos se confrontam. Nesse sentido, Graziano da Silva e Grossi (2000), sem citarem explicitamente o PRONAF, fizeram críticas ao modo como estavam sendo elaboradas as políticas de desenvolvimento rural até então. Sobre isso afirmam:

O grande problema é que ainda hoje as políticas agrícolas³⁶ e agrárias são desenhadas para agricultores "full time", ou seja, para as famílias que dedicam todo o seu tempo às atividades agrícolas internas ao seu estabelecimento. O não alargamento das diretrizes de políticas públicas impede o acesso dos pluriativos às políticas para o setor, e consequentemente contribui com a omissão do poder público para com esse segmento crescente de agricultores. (GRAZIANO DA SILVA e GROSSI, 2000 p. 167).

Ao inserir na discussão a questão das atividades não-agrícolas como essenciais para o desenvolvimento rural, chamando os agricultores (ou camponeses como advogamos!) de pluriativos, Graziano da Silva e Grossi (2000) descolam da representação estreita que confunde espaço rural com setor agrícola, predominante em tempos fordistas. Agora a representação passa a ser cada vez mais de camponeses pluriativos. Reafirmado, o que acabamos de explicitar, Graziano da Silva e Grossi (2000) ainda enfatizam:

No padrão fordista de organização do trabalho a atividade fora da unidade de produção era considerada como uma etapa do processo de proletarianização. As transformações mais gerais da economia, particularmente *a flexibilização do processo de trabalho industrial, facilitaram o crescimento da mão-de-obra pluriativa, que também interessa à indústria por ser mais econômica. A pluriatividade tornou-se permanente nas unidades familiares rurais, tendo em vista o novo ambiente social e econômico existente* (GRAZIANO DA SILVA e GROSSI, 2000, p. 166) (grifos nossos).

Quando Graziano da Silva e Grossi (2000) falam que a mão de obra flexível era mais econômica, leia-se mais barata para o capitalista, com salários deprimidos e, portanto, mais precarizada. Na nossa compreensão, ao defenderem a pluriatividade nesses termos, Graziano da Silva e Grossi (2000) defendem que as políticas públicas deveriam então estimular a utilização de uma mão de obra mais barata, isto é, um trabalho mais precarizado para que assim as indústrias, ou melhor, o capitalismo, se beneficie.

Nesse ponto, se demarca mais um confronto entre as representações iniciais mobilizadas pelo PRONAF e estes dois teóricos acerca do camponês. Se no modelo fordista as representações hegemônicas compreendiam que um camponês que se utiliza

³⁶ O artigo de Graziano da Silva e Grossi foi publicado no ano 2000, o PRONAF passou a incorporar atividades não-agrícolas em meados do ano de 1999. Acreditamos, pois, que Graziano da Silva e Grossi estejam fazendo alusão a um período de transição ou anterior à incorporação das atividades não-agrícolas no PRONAF.

de atividades não-agrícolas estava em vias de proletarização, agora isso muda. Ao produtivismo agrícola, rígido até certo ponto, se contrapõe as atividades não-agrícolas, flexíveis. As rendas não-agrícolas, que eram vistas como algo negativo, agora passam a ser vistas como importantes para a criação de flexibilidades. Ao mesmo tempo em que refutam o modelo fordista, que neste momento³⁷ ainda é hegemônico no PRONAF, Graziano da Silva e Grossi (2000) defendem a acumulação flexível e, assim, suas perversidades.

Toda essa defesa da pluriatividade ia então desembocar em políticas públicas que concebessem o rural para além da representação do produtivismo fordista. As representações hegemônicas mobilizadas no âmbito do fordismo, quase “endeusadoras” da cidade, tinham, *até certo ponto*, perdido força junto com a crise deste modelo e com os crescentes problemas urbanos. Não era mais necessário, nem recomendável, transformar espaço rural numa grande indústria produtivista subordinada à cidade. A “animalidade” do campo passava a ser vista com bons olhos pelas representações que emergiam e se tornavam hegemônicas. Antigas relações existentes no espaço rural, como a parceria, que outrora foram tratadas como atrasadas, passam a ser valorizadas. O assalariamento das indústrias poderia conviver com outras relações de trabalho. Enfim, se o urbano se encontrava com inúmeros problemas, a revalorização do espaço rural pelo capitalismo e pelo discurso do desenvolvimento se colocava como possibilidade.

Mas nesse “novo-velho” momento, como seria representado o espaço rural? Teria que se operar todo um movimento na tentativa de conceituar o rural de outra forma, distante da clara associação rural-agrícola que era posta pelas políticas públicas dominantes no período marcado pelo desenvolvimento fordista.

Dentro dessa perspectiva de desconstrução de representações e elaboração de outras representações sobre o rural, Graziano da Silva (1997), no Brasil, é uma referência importante. Junto com sua equipe, ele produziu sistematicamente um grande número de trabalhos sobre o que chama de “*o novo rural brasileiro*”. Graziano da Silva (1997) tenta ao longo de seus trabalhos provar, a sua tese central de que:

³⁷ Apesar de colocarmos o PRONAF, em seu início, como mais profundamente fordista, não esqueçamos que seu discurso guarda uma série de representações que nos parecem incoerentes com o paradigma fordista.

Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. *Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.* (p. 43)³⁸.

Perceba, pois, que como havíamos posto, Graziano da Silva procura descolar o conceito de rural da noção de agrícola, entretanto nessa nova representação, o rural ainda aparece como subordinado ao urbano, uma vez que é “*continuum do urbano*”.

Contudo, a subordinação agora ocorre de maneira diferente daquela do período fordista. Na “antiga” representação, o espaço rural, identificado com a agricultura, tinha de se submeter ao urbano, identificado com a indústria. O espaço rural deveria, então, de se tornar uma grande agroindústria. Agora, isso parece exagero e o rural não tem mais de se tornar uma grande indústria. Graziano da Silva (1997) esclarece:

Mas isso é apenas suficiente para explicar parte das transformações do mundo rural contemporâneo, em particular aquelas que se coadunavam com o paradigma da industrialização da agricultura, que previam as “*fábricas verdes*” como protótipo da organização social do trabalho nos campos. *Não há dúvida que poucas décadas atrás não se pensava que haveria um decréscimo gradual e persistente do emprego total dos setores industriais, à semelhança do que ocorria nas atividades agrícolas, nem que o emprego por conta própria e outras formas flexíveis de contratação típicas do mundo rural viessem a ser uma alternativa à estrutura fordista das fábricas modernas.* (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 43) (grifos nossos).

Haveria, portanto, uma forma de se revalorizar o rural, mesmo que subordinado. A urbanização do campo se daria por uma via diferente. A indústria não teria que transformar tudo à sua semelhança, teria apenas que integrar de maneira flexível as estruturas que resistiram à sua voracidade. O capitalismo tenta, pois, trazer tudo para si sem transformar em seu igual, até porque relações não-capitalistas podem ser utilizadas

³⁸ Ao falar de “novo rural brasileiro”, Graziano da Silva (2000) não está nos falando tão somente de um “novo” tipo de agricultor que aparece no “velho” rural brasileiro. Ele está produzindo toda uma nova representação do rural brasileiro. A palavra “novo” simboliza isto de maneira bastante forte, parece que tudo o que havia antes, toda desigualdade e todos os problemas ocorridos devido à Revolução Verde não mais existem.

para a acumulação sem implicarem tantos custos quanto relações e estruturas tipicamente capitalistas implicariam.

Estas relações e estruturas não-tipicamente capitalistas podem ser importantes para os tempos flexíveis e constituir situações de subcontratação ou terceirização com a fábrica fordista, que não desapareceu. O que desapareceu foi a forma fábrica enquanto representação hegemônica.

Alguns teóricos se opõem à definição dada por Graziano da Silva ao rural, propondo outras interpretações (representações!). Entretanto, assim como Graziano da Silva, estes estudiosos não dão maior visibilidade às contradições no campo brasileiro. Carneiro (1998), por exemplo, destaca:

Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. No entanto, tal processo não resulta, a nosso ver, numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana, como já foi formulado no tocante à realidade europeia (Lefebvre, 1972; Duby, 1984; Mendras, 1959; entre outros) e para a realidade brasileira (Graziano da Silva, 1996; Ianni, 1996, entre outros) (...) Ainda que os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo (p.53).

Perceba, pois, que as ideias de Carneiro (1998) têm um caminho que aponta para uma dissociação entre o rural e agrícola, no entanto, a mesma contesta a posição de Graziano da Silva que aponta para uma urbanização no campo.

Abramovay (2000), com um trabalho de cunho mais economicista também converge de alguma forma para a posição de Carneiro (1998), quando destaca a repercussão que posições teóricas que sustentam a urbanização do rural teriam sobre as políticas de desenvolvimento. Em um trecho de sua obra, Abramovay (1992) afirma:

Como definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de “urbanização”), como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)? Os impactos políticos da resposta a esta pergunta teórica e metodológica são óbvios: se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. *Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades — mas que estas próprias não podem produzir — então a noção de **desenvolvimento** poderá ser aplicada ao meio rural* (p. 03)(grifos nossos).

Na nossa compreensão, todas as posições apresentadas se opõem a uma desvalorização do rural nos termos que teorias elaboradas no período fordista propunham. A revalorização daquilo que é chamado rural passa a ser uma constante nos trabalhos de alguns estudiosos que defendem o desenvolvimento rural. “Novo mundo rural” (cf. GRAZIANO da SILVA, 1997, 1999, 2000), “renascimento do rural³⁹” (cf. WANDERLEY, 2001) e outras expressões dão conta desse momento. Os recentes trabalhos de Veiga (2002, 2004a, 2004b) criticando os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na definição do que é rural e do que é urbano no Brasil também são sintomas desse processo. Veiga (2002, 2004a) considera que o IBGE ao definir o rural pela negatividade, isto é, por aquilo que não é urbano, superestima este último em detrimento do rural. Este estudioso afirma que o Brasil é menos urbano e, portanto mais rural do que os números oficiais demonstram. Em seus trabalhos, Veiga (2002, 2004a, 2004b) se esforça por mostrar, a partir de gráficos e tabelas, que a migração campo-cidade decaiu nos últimos anos no Brasil. Enfim, há todo um esforço desses intelectuais em desconstruir uma representação do rural como desvalorizado e o negativo do urbano. Ao mesmo tempo, buscam de diferentes maneiras (inclusive confrontando-se muitas das vezes) fortalecer novas representações acerca do espaço rural. Vale sempre lembrar que a contradição não parece fazer parte das representações do rural que propõem.

Do exposto, podemos inferir que há entre esses intelectuais mais semelhanças do que diferenças. Todos eles apontam para a destruição de representações fordistas do rural e advogam um “novo rural”, “um renascimento do rural”, que se faz a partir da

³⁹ Inspirado nas ideias do geógrafo Bernard Kayser.

dissociação do rural e do agrícola. O que está posto de maneira diferente é a forma pela qual se dá a valorização do rural. A perspectiva de Graziano da Silva (1997, 1999), um tanto diferente das demais, trata da urbanização do campo como algo presente e procura refletir sobre a dissociação entre as noções de rural e agrícola. Dessa maneira, se Graziano da Silva rejeita a forma fábrica se expandindo por todos os lados, isso não quer dizer que o mesmo não pense em uma integração entre agricultura e indústria em padrões flexíveis.

Alguns poderiam, no entanto, considerar que Graziano da Silva pensa um fordismo em moldes europeus, uma “Revolução Verde dos camponeses”. Entretanto, ao dissociar o rural do agrícola, Graziano da Silva aponta para uma compreensão que acaba por defender uma reinserção flexível dos camponeses e não em termos produtivistas típicos da Revolução Verde.

Todos estes intelectuais, na verdade, estão propondo compreensões que estão de acordo com as novas representações mobilizadas sob o novo modelo de desenvolvimento hegemônico, a acumulação flexível. A construção dessas representações não se deu em um “piscar de olhos”, foram sendo construídas desde algum tempo em diálogo com formulações engendradas no *nível G*, e estão inseridas nos processos que reestruturaram produtivamente o capitalismo, ajustando-o após a crise fordista. A destruição das representações que defendiam a rigidez era necessária para que daí se construíssem as representações que justificam as novas flexibilidades. Uma representação que revalorizasse o rural em sua especificidade se torna algo imprescindível, pois o rural sempre teve relações de trabalho menos rígidas que a cidade. O rural se torna, neste novo modelo de desenvolvimento, um verdadeiro “celeiro” de flexibilidades. Se as representações fordistas combatiam estas relações, mesmo que o capitalismo se reproduzisse a partir destas, agora elas são positivadas nas novas representações. Mas se evita dizer que essas relações não são apenas flexíveis, elas também são precárias.

Ao final dessa breve leitura sobre a revalorização do rural e as mudanças nas concepções sobre o mesmo, o leitor pode estar se perguntando sobre qual nexos haveria entre essa discussão e a política do PRONAF. Diríamos que foram discussões pautadas em argumentos como esses que influenciaram, em alguma medida, as mudanças observadas nas representações hegemônicas difundidas pelo discurso do PRONAF e

também na prática⁴⁰ do mesmo. Recordemos que no início desse capítulo, foram apresentadas passagens em que Carneiro (1997) atacava as representações que embasavam o PRONAF e no início deste tópico, Graziano da Silva e Grossi (2000) também faziam claras críticas ao modo como estavam fundamentadas as políticas de desenvolvimento rural no Brasil. No próximo sub-tópico, veremos como o governo federal responderá a essas críticas. Veremos as mudanças verificadas no discurso oficial, em busca de uma nova “verdade objetiva”.

2.3.2. Ajustando as representações utilizadas no discurso oficial

No contexto brasileiro da década de 90, no qual emergiu uma série de conflitos no campo, debates como o que apresentamos sucintamente no tópico anterior expressavam a veiculação de discursos e representações que denotavam posicionamentos políticos. A partir desse contexto de crise, o governo brasileiro modifica o discurso oficial que organiza as representações, que por sua vez davam sustentação às políticas de desenvolvimento. O documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”, publicado em 1999, serve de marco referencial para entender as redefinições das políticas de desenvolvimento rural. Dessa forma, o PRONAF enquanto política de desenvolvimento também tem suas representações alteradas.

Uma primeira pista da representação sobre o espaço rural que tal documento adota, é dada no seu título ao incorporar a expressão “novo rural⁴¹”. Passemos a analisar que tipo de espaço rural o documento propõe.

O documento apresenta em seu início a seguinte proposição como central:

promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – *que compreendem pequenos e médios centros urbanos* –, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos

⁴⁰ Obviamente que essa discussão é bem mais extensa do que a que expomos nesta dissertação, aqui só a fizemos sucintamente.

⁴¹ Ao que nos consta, Graziano da Silva foi o primeiro estudioso brasileiro a falar em “novo rural” nesses termos e já expressava ideias como as que acabamos de expor desde meados da década de 1990.

terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, *não necessariamente agrícolas* (MEPF/INCRA/SDR, 1999, p.01) (grifos nossos).

Esta proposição por sua vez se assenta em 6 premissas, sendo a primeira a seguinte: “*O modelo de desenvolvimento focado na industrialização concentrada em áreas metropolitanas e na agricultura patronal encontra-se em crise*”(MEPF/INCRA/SDR, 1999, p. 01).

Há, portanto, claras mudanças entre o primeiro conjunto de políticas públicas da qual o PRONAF faz parte, que o fordismo era hegemônico, e o segundo, no qual já consta na proposição central o fortalecimento da agricultura familiar a partir de atividades que não são agrícolas. Além de apontar uma proposta um tanto quanto diferente do PRONAF, muito mais relacionada a um modelo de desenvolvimento de acumulação flexível, o documento não deixa de fazer críticas ao modelo fordista. Este é um movimento necessário, destruir as antigas representações hegemônicas para que as novas emirjam.

A revalorização do espaço rural, tida como condição básica para a inserção do rural no modelo capitalista de desenvolvimento da acumulação flexível, comparece explicitamente no documento no trecho que diz: “a proposta defende a revalorização do mundo rural firmando-se numa nova concepção do desenvolvimento sócio-econômico, formulada mais num quadro territorial do que setorial”. (MEPF/INCRA/SDR, 1999, p. 02).

Se no primeiro enfoque, o programa relacionava de maneira não explícita o rural ao setor agrícola, pautando-se assim em uma representação produtivista e setorial, disseminada fortemente no âmbito do fordismo; o documento lançado posteriormente passa a adotar uma perspectiva que procura compreender o rural **não como um setor, mas como um espaço, um território no qual se circunscrevem múltiplos setores de atividade**. É a partir desse entendimento que o PRONAF passará a financiar atividades que não fazem parte do setor agrícola.

O espaço rural passa a ser identificado a partir de 4 funções, são elas:

A de espaço produtivo, *dominantemente* agrícola e agro-industrial, mas com *crescentes* opções de múltiplas atividades;
A de espaço de residência, tanto para os agricultores como para trabalhadores urbanos que optam por um padrão de moradia diferenciado no cotidiano ou nos fins-de-semana;
A de espaço de serviços, inclusive os de lazer, turismo, etc.;
A de espaço patrimonial, como base de estabilidade das condições de subsistência, valorizado pela preservação dos recursos naturais e culturais (MEPF/INCRA/SDR, 1999, p. 02) (grifos nossos).

Perceba, pois, como estas funcionalidades do espaço rural se relacionam com as ideias de estudiosos como Kageyama (2004) que advogam um modelo de desenvolvimento que retire o agrícola do centro.

A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos: a) rural não é sinônimo de e nem tem exclusividade sobre o agrícola; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa (o que pode mesmo constituir sua própria definição legal); d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas (KAGEYAMA, 2004, p. 02).

Problematizemos sucintamente estas novas funções do espaço rural que o documento indica. Primeiramente, o documento relaciona o espaço rural com a produtividade agrícola e o agroindustrial, mas tem logo o cuidado de dizer que outras **múltiplas atividades** são crescentes no campo. Sobre esse aspecto, talvez já tenhamos falado muito. Abordamos como essa nova representação do rural tem a ver com o modelo de desenvolvimento flexível em contraposição ao modelo de desenvolvimento fordista. Vamos ao segundo ponto: espaço rural como “espaço de residência”. O documento logo ressalta o espaço rural enquanto a moradia dos trabalhadores rurais, mas se atem ao “espaço de residência” para trabalhadores urbanos no dia-a-dia ou nos fins de semana. Aqui se ressalta uma representação do espaço rural bastante em voga, em contraposição ao urbano caótico com todos os seus males, o espaço rural é revalorizado como um espaço mais próximo da natureza, não caótico, quase paradisíaco, um espaço de fuga, para onde fluem aqueles que tentam escapar da massacrante vida da cidade. Os neo-rurais (cf. GIULIANI, 1990) seriam os melhores representantes dos novos tempos, mas não os únicos. Indivíduos das classes médias urbanas, muitas vezes com formação acadêmica se estabelecem cada vez mais no espaço rural. Não são camponeses, embora alguns trabalhem com agricultura orgânica,

permacultura e outras formas alternativas de agricultura. Muito embora se estabeleçam no campo, seus hábitos são muito mais urbanos do que rurais. De alguma maneira, o terceiro (espaço de serviços, inclusive de lazer, turismo) e o quarto ponto (espaço patrimonial, como base de estabilidade das condições de subsistência, valorizado pela preservação dos recursos naturais e culturais) também se valem de representações nos termos que expomos. Embora sejam representações do rural revalorizado, não seriam estas representações, representações urbanas acerca do rural?

Por mais que estes sujeitos já estejam inseridos, de algum modo, no espaço rural brasileiro, a sua presença ainda é bastante tímida e contraditória. Se muitas destas representações nascem em contraposição ao capitalismo em seu momento fordista, elas não escapam de ser utilizadas pelo próprio capitalismo. O novo modelo de desenvolvimento consegue muito bem alocá-las no seu discurso. O espaço rural quase que naturalizado, a calma da vida rural e formas alternativas de agricultura são utilizadas pelo capitalismo enquanto representações utilizadas numa perspectiva de consumo do espaço, colonizando até mesmo o próprio lazer. O turismo rural não seria isso? O turismo rural não seria um negócio? No turismo rural não se utiliza trabalho precarizado também? Muitos produtos orgânicos não são simples mercadorias nas prateleiras das grandes redes de supermercado? O discurso do PRONAF, apresenta, pois, uma proposta que não pensa o contraditório, mas ao contrário, é uma estratégia para subsumir as contradições subjacentes ao processo de produção do espaço rural.

Analizadas, mesmo que de maneira rápida, as representações que sustentam as “novas” funções do espaço rural, passemos agora a outras mudanças nas representações que dão sustentação às políticas de desenvolvimento rural. Dentre essas mudanças, uma que começa ainda a se insinuar nas representações hegemônicas que sustentam o PRONAF diz respeito ao territorial enquanto nível de gestão⁴². Nesse sentido, o seguinte trecho é explícito “(...) o rural não se confunde com o agrícola **e a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial**, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local, **valorizadas pela dinâmica da globalização**”. (MEPF/INCRA/SDR, 1999, p. 02) (grifos nossos).

⁴² A incorporação do termo “territorial” não se contrapõe apenas ao “setorial”, mas se contrapõe também a formas de controle centralizadas no Estado, como as que ocorreram com a Revolução Verde.

O documento, apesar de ainda fazer maiores referências ao “desenvolvimento local”, inclusive no seu título, já utiliza o termo territorial enquanto forma de potencializar recursos dos lugares.

Montenegro Gómez (2006), estudando os vários discursos sobre o desenvolvimento, ao analisar as diferenças entre os discursos sobre desenvolvimento local e sobre o territorial, afirma que “não resulta fácil estabelecer uma fronteira entre um e outro, todavia, há um certo espaço comum onde ambos compartilham de um bom número de premissas, objetivos e instrumentos para pensar o desenvolvimento no meio rural” (p. 196).

Tendo mais semelhanças do que diferenças, as duas representações quando materializadas resultam em práticas similares. Parece ser muito mais uma mudança nos termos do que na prática, já que os dois fazem referência a um desenvolvimento autocentrado, endógeno, de baixo para cima.

O PRONAF já era desde o seu início um programa assentado em bases de desenvolvimento endógeno, a constituição de conselhos para a sua gestão é prova disso. Essa forma de controle sobre a gestão da política pública e, portanto, do espaço rural, já estava posta desde o primeiro PRONAF, sendo muito mais perceptível na linha do PRONAF – Infraestrutura, que não é objeto da nossa pesquisa.

Somente no ano de 2003, início do mandato de Luís Inácio Lula da Silva, a proposta de gestão a partir dos “Territórios” tomará maior “corpo”. Essa transformação no PRONAF começa com a transferência do PRONAF-Infraestrutura para a recém-criada Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), sob a responsabilidade do MDA. Nesse período a gestão do programa foi retirada dos Conselhos Municipais. Agora a gestão do desenvolvimento territorial passa para os “Territórios”. De acordo com Schneider et al. (2004), a SDT compreendia que o município era uma unidade pouco adequada à gestão das relações necessárias ao desenvolvimento rural, desta forma criou os Territórios, agrupamentos de municípios, como unidade gestora para que o programa pudesse ampliar o seu raio de ação⁴³. Existe, no entanto, uma mudança

⁴³ Schneider et al. (2004) afirma no entanto que desde 2001 havia um movimento que prezava por iniciativas inter-municipais. “A partir de novembro de 2001, começa a se esboçar uma reformulação no Programa no sentido de promover ações que não se limitem à esfera municipal. A Resolução nº 27 trouxe como novidade a previsão da utilização de 5 a 10% do valor da cota de cada estado para apoio a projetos de desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar apresentados por organizações

considerável quanto ao enfoque de desenvolvimento endógeno adotado no Governo FHC e no Governo Lula. Enquanto no primeiro o PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais visava sobretudo o provimento de infraestrutura, no segundo o enfoque passa a compreender o fortalecimento das organizações representativas dos agricultores familiares (camponeses!), passando a incentivar a participação dos mesmos.

Na acepção governamental do Governo Lula, o Território é

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais que se relaciona interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA/SDT/CONDRAF, 2003).

Dois elementos são, pois, centrais para se entender o território da proposta governamental: coesão e identidade. Esquece-se que territórios também são produtos de conflitos. Tudo parece convergir aprioristicamente para uma coesão, um consenso. Não há qualquer menção a respeito dos conflitos.

Mais uma vez, os problemas do “velho-contemporâneo” rural são esquecidos. Simplesmente não existem.

Essa acepção do território é coerente com a perspectiva de desenvolvimento endógeno que os novos paradigmas do desenvolvimento buscam trazer à tona, focando na identidade, na coesão, no consenso. Em nenhum paradigma de desenvolvimento territorial o conflito está suposto.

2.3.3. Novas linhas do PRONAF: ações que mobilizam representações disseminadas no pós-fordismo

Existe um movimento nas representações hegemônicas do PRONAF, há cada vez mais a tentativa de minar representações veiculadas sob a hegemonia do modelo de desenvolvimento fordista para que se abra espaço para representações da era pós-

intermunicipais e a exclusão do programa dos municípios com mais de 100 mil habitantes. Previu-se, porém, uma regra de exceção para os municípios com população acima desse patamar desde que integrados em ações intermunicipais e que os demais municípios parceiros tivessem menos de 100 mil habitantes.

fordista, não necessariamente flexíveis⁴⁴. Além de tentar “corrigir” as diretrizes do PRONAF, a mudança ainda se insinua no tocante a acrescentar linhas ao programa que mobilizavam representações difundidas no contexto de acumulação flexível.

Em 1999, o programa já havia iniciado ações nesse sentido, quando passou a financiar atividades não-agrícolas, o que já dista da representação do espaço rural enquanto puramente agrícola. Outra mudança que também aponta nessa direção se faz em 2003, início do Governo Lula, quando são criadas algumas novas modalidades do PRONAF que demarcam transformações importantes nesta política pública, evidenciando a efetivação de ações que veiculam um conjunto de representações pós-fordistas.

Dentre as novas modalidades de crédito, surge com a resolução 3001 do Banco Central o “PRONAF Florestal”, linha de crédito de investimentos para sistemas agroflorestais. Em 2003, criam-se as modalidades “PRONAF Agroecologia” e “PRONAF Semiárido”, a primeira com o intuito de apoiar a produção agropecuária que não se utiliza de quimificação e a segunda com o intuito de financiar projetos que prezem pela convivência com o semiárido. É criada também a modalidade “PRONAF Eco” que visa o financiamento de projetos de investimento em tecnologias de energia renovável e ambientais, silvicultura, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo.

Dessa maneira, se durante o período industrial, a representação da natureza que imperava era a de algo a ser dominado, em dicotomia com o homem, agora as novas linhas do PRONAF materializam uma perspectiva mais sensível a questões de sustentabilidade, com investimentos em formas alternativas de agricultura, como as agroflorestas e a agroecologia. O “PRONAF Semiárido” também caminha nesse sentido, se as antigas políticas da década de 1970, advogavam hegemonicamente o combate à seca, agora o “PRONAF Semiárido” se utiliza de uma concepção de convivência com a seca, de relação com a natureza que não se exprima pela dominação da mesma.

⁴⁴ Muitas dessas representações foram criadas em resposta ao capitalismo. Muitas dessas representações também são utilizadas pela esquerda, de maneira diferente das expostas no PRONAF. Tais representações não foram criadas para dar sustentação ao capitalismo, mas no movimento que resultou em um novo ajuste capitalista, muitas passaram a ser manipuladas pelo capitalismo para seus interesses.

Desse modo, o que aparecia de maneira incipiente nos primeiros discursos do PRONAF, aqui toma maior consistência ao serem criadas linhas específicas do programa que contemplem a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A representação do rural dissociado do agrícola também está presente nessas novas linhas. Se em 1999, o PRONAF deixa de financiar apenas atividades agrícolas, em 2003 será criada uma linha especial, o “PRONAF Turismo Rural” que como o próprio nome diz financia atividades ligadas ao turismo rural.

Além dessas modalidades ainda se cria o “PRONAF Mulher”, no ano de 2004, visando o financiamento de projetos propostos por mulheres camponesas. Vale salientar que este público estava fora da rota de desenvolvimento que o fordismo prescrevia.

A representação da mulher durante o fordismo era extremamente desfavorável a esta, posta como uma posse do homem⁴⁵. Não é nenhum delírio as analogias que fazem entre a mulher e a natureza, de alguma forma as representações de ambas convergem em alguns momentos da história. No período industrial estas representações também convergem, se a natureza devia ser dominada a mulher também devia ser. “La propiedad (privada) de **la mujer por el hombre**, así como la propiedad (privada) **del suelo**, simula y caricaturiza la apropiación” (LEFEBVRE, 2006, p. 201). Apesar dos protestos de maio de 68 não se restringirem tão somente ao modelo de desenvolvimento, nem tampouco ao Estado controlador, mas serem protestos que impactaram diversas dimensões da vida, é importante frisar que os movimentos feministas que surgiram durante aquele momento são movimentos que também problematizavam questões a respeito do modelo de desenvolvimento fordista e do Estado que o regulava. Modelo, no qual, a representação da mulher era extremamente desfavorável a estas.

Mas se estas lutas carregam representações e reivindicações que se defrontam contra a sociedade capitalista, o capitalismo sempre tentará trazer para o seu terreno tais reivindicações. No caso das lutas das mulheres, o capitalismo soube muito bem se valer de sua entrada no mercado de trabalho. Como Antunes (2003) lembra, as mulheres ganham salários menores que os homens e trabalham de maneira mais precarizada que estes. O discurso do modelo de desenvolvimento flexível também tenta cooptar as

⁴⁵ Não estamos com isso dizendo que as representações da mulher são desfavoráveis somente durante o fordismo. Mas estamos refletindo acerca dessa representação naquele momento.

reivindicações pela valorização e emancipação das mulheres. Dito isso, não é nenhum absurdo que haja uma linha do PRONAF chamada “PRONAF Mulher” inserido em um modelo flexível.

Além do “PRONAF Mulher” também foi criado o “PRONAF Jovem Rural” no ano de 2004. Nesse contexto, surgem ainda outras linhas como o “PRONAF Pesca” e “PRONAF Máquinas e Equipamentos”, além do “PRONAF Mais Alimentos”.

Observemos, pois, como o documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural” antecipa mudanças no discurso hegemônico antes mesmo de se criarem as novas modalidades. O espaço produtivo, o espaço de serviços e o espaço patrimonial enquanto diferentes funções do espaço rural encontram-se contemplados nas novas linhas do PRONAF. Entretanto, nenhuma dessas linhas enfrenta os fundamentos do conflito agrário como a concentração de terras e de riquezas nas mãos de poucos. Sem conceber suas relações com a totalidade as ações previstas por essas linhas se tornam, pois, muito limitadas.

As representações hegemônicas disseminadas pelo **desenvolvimento** sempre se pautaram em uma posição que ignora os conflitos latentes no campo. O desenvolvimento sempre tentou mudar para não mudar, desenvolver para não resolver. Dessa forma, no espaço rural do desenvolvimento há pobreza, mas não há conflito. Pobreza que, de acordo com o discurso do desenvolvimento, pode ser aliviada por um conjunto de intervenções, de políticas públicas que melhorarão a vida de todos ao convergirem para os modelos de desenvolvimento hegemônicos.

O governo federal, ao utilizar as representações hegemônicas do desenvolvimento faz uma clara opção por não reconhecer os conflitos em suas políticas.

2.4. A categoria “agricultor familiar” e a veiculação de uma representação de eficiência

2.4.1. Criando o “agricultor familiar”

Sabendo que as representações difundidas pelo discurso do PRONAF tentam tirar de foco a questão agrária e substituí-la tão somente por uma questão de

desenvolvimento não é de se estranhar que o conceito de camponês não seja empregado pelo PRONAF. Este conceito aponta para uma conflitualidade (cf. FERNANDES, 2010) que formuladores de políticas como o PRONAF fazem um enorme esforço para contornar, para ocultar.

O conceito de camponês chega ao Brasil, segundo Martins (1995), por meio da importação política em meados da década de 1950. Até então havia uma diversidade de termos para representar essa classe que nem era entendida, até então, como classe. Quase todos estes termos representavam o camponês de maneira pejorativa e associavam-no a comportamentos rudes, brutos, atrasados. Foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que trouxe esse conceito em um contexto de acirramento das lutas entre camponeses e latifundiários na década de 1950.

No Brasil, nas políticas públicas de desenvolvimento típicas do fordismo, esses sujeitos eram categorizados de maneira bastante imprecisa, quando eram colocados. O termo pequeno produtor, que era utilizado na esfera estatal era bastante impreciso. Contudo, com a mudança para a acumulação flexível enquanto modelo de desenvolvimento hegemônico, isso muda. Para este modelo de desenvolvimento que ensejou uma revalorização tanto das representações do espaço rural como também das representações favoráveis aos camponeses, enquanto sujeitos a serem moldados para o desenvolvimento. É necessária a construção de categorias que veiculem representações que não coloquem o caráter conflitivo dos camponeses (evidenciados nas diversas lutas dessa classe, como nas Ligas Camponesas e mais recentemente com o MST e outros movimentos), mas que veiculem as representações hegemônicas, que tragam os camponeses, enquanto sujeitos, para a “rota do desenvolvimento”. Na verdade, mais do que “pura” vontade de incluí-los enquanto “clientes do desenvolvimento”, o capitalismo teve de se haver com os camponeses e as suas resistências a este modo de produção, o seu ajuste não podia mais prescindir dos mesmos, as manifestações dos movimentos sociais camponeses se espalhavam pelo Brasil e o latifúndio, enquanto unidade de produção capitalista, era cada vez mais contestado. Foi assim que, em detrimento do conceito de “camponês”, eivado de conflitualidade, forjou-se a categoria “agricultor familiar”, disseminando representações hegemônicas desenvolvimentistas.

Entretanto, obviamente que só identificar os sujeitos do desenvolvimento rural pós-fordista ou flexível não basta, é necessário que estes sujeitos sejam legitimados

enquanto alvo das políticas públicas de desenvolvimento. No paradigma fordista, muitos dos camponeses do dito Terceiro Mundo eram compreendidos como ineficientes e condenados a mais cedo ou mais tarde desaparecer a partir da industrialização da agricultura. Contudo, mesmo com o crescimento do assalariamento no campo e a expropriação de parte dos camponeses, estes sujeitos resistiram à industrialização da agricultura, e no final na década de 1990, os conflitos passaram a explodir por todo o país ao mesmo tempo que a Revolução Verde estava esgotada visto a incapacidade do Estado brasileiro continuar subsidiando-a. Ao mesmo tempo, o capitalismo reconhecia os camponeses como excelentes sujeitos para que a acumulação flexível se reproduzisse, incluindo-os nos programas de desenvolvimento. Precisava agora legitimar representações dos camponeses, agora agricultores familiares, como economicamente racionais em vista dos objetivos capitalistas.

É a partir desse contexto, que surge todo o aporte teórico que irá respaldar a construção da categoria “agricultor familiar”. Os camponeses agora receberão nova nomeação. Não serão mais designados de forma imprecisa. Agora eles se tornaram importantes e, como que “por milagre”, uma multidão de indivíduos aparecem no âmbito estatal.

Agora estes sujeitos, que chamamos de camponeses, se constituem enquanto categoria para o Estado⁴⁶, são agricultores familiares, e esta categoria passa a mobilizar representações. Não são apenas ocultação, um esquecimento proposital. Essa nova categoria, no entanto, é fundamentada em toda uma construção teórica que visa legitimá-los a partir de sua eficiência econômica concebida nos moldes empresariais, capitalistas.

Para a construção teórica das categorias que darão conta da veiculação de uma série de representações hegemônicas, dois teóricos são fundamentais: Abramovay (1992) e Lamarche (1993).

No caso de Abramovay (1992), destaca-se sua obra “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, na qual esse estudioso demarca as diferenças entre agricultores familiares e camponeses. Em seu trabalho, Abramovay (1992) afirma que “uma agricultura altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços

⁴⁶ Vale ressaltar que o termo camponês nunca foi utilizado no âmbito do Estado, sempre foi um conceito usado pelos círculos da esquerda, mesmo assim nem todos da esquerda usam tal conceito.

técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (p. 22). Na visão de Abramovay (1992), a diferença fundamental seria, portanto, a eficiência que demarca distâncias entre um e outro. A seguinte citação de um trecho da obra de Abramovay (1992) é reveladora:

Integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: **de camponeses tornam-se agricultores familiares. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho.** O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: **a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social** (....)

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitucionais, bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1992, p. 126-127 e 131) (grifos nossos).

De acordo com esse argumento, os alvos das políticas públicas de desenvolvimento deveriam ser apenas os agricultores familiares, eficientes; em detrimento dos camponeses, ineficientes, asfixiados pelo capitalismo.

Lamarche (1993) também traz à tona o discurso da eficiência. Este estudioso produz uma classificação dos vários tipos de explorações familiares, decompondo a agricultura familiar em quatro grupos. Como critério de diferenciação entre os grupos estaria o seu maior ou menor atrelamento ao mercado. Os camponeses fariam parte do grupo com menor integração ao mercado, seriam apenas um dos tipos de agricultores familiares, os que possuem sérias restrições a se integrarem a um mercado eficiente.

Ambas as conceituações acabam representando os camponeses como sinônimo de atraso, de ineficiência. Entretanto, a proposta de Abramovay (1992) se torna mais radical por separar agricultores familiares e camponeses, para ele eficientes e ineficientes, respectivamente. Haveria, portanto, uma clara distinção entre aqueles que deveriam ser integrados ao modelo e aqueles que deveriam ficar de fora. Opera-se, pois,

a refutação dos camponeses por serem, segundo Abramovay (1992), sujeitos atrasados que não se integram de maneira eficiente ao mercado capitalista. Essa refutação, entretanto, ao partir do mercado capitalista como principal definidor das diferenças, não reconhece as similaridades entre os dois grupos. O autor não percebe, pois, que os camponeses não podem ser definidos tão somente em relação às distâncias que guardam do mercado, mas por outros tantos critérios, dentre os quais o trabalho familiar sobre uma terra de trabalho (cf. MARTINS, 1982) é apenas um deles, talvez o mais importante. Nestas construções teóricas, o camponês, um termo que traz a contradição para o centro do debate é sinônimo de atraso, de velho, agora o que conta é o novo.

Por todo o exposto, defendemos nesse estudo, com base em autores como Fernandes (2002), Marques (2008) e Bombardi (2003), a pertinência do conceito de campesinato e o reconhecimento de que tanto camponeses quanto agricultores familiares fazem parte de uma mesma classe, a camponesa. Ao mesmo tempo, é inegável que a categoria agricultor familiar passou a credenciar os camponeses como público de políticas públicas.

2.4.2. A categoria “agricultura familiar” no âmbito do PRONAF

Por tudo que até agora expusemos, ao adotar a categoria agricultura familiar (até na denominação do programa), o PRONAF se serve de uma representação de eficiência, de racionalidade empresarial, de integração ao desenvolvimento do capitalismo como único caminho para os camponeses (para eles, agricultores familiares), rejeitando caminhos que se confrontam com o capital.

Seríamos ingênuos, contudo, se pensássemos que o PRONAF apenas incorpora discursos tais quais definidos pelas construções teóricas dos intelectuais que a respaldam. Há diferenças entre o conceito de “agricultura familiar” respaldado por intelectuais e a categoria “agricultura familiar”, categorizada pelo Estado brasileiro, muito embora estas não se dissociem. No transcorrer do texto, veremos melhor isso.

De início ressaltemos, no entanto, que a representação de eficiência (do ponto de vista do capital), por exemplo, está patente nas diretrizes das ações estabelecidas ainda no primeiro formato do PRONAF, quando define que o programa deve “fomentar o

aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais”. (PRONAF, 1996). Essa busca por “agricultores familiares” cada vez mais “empresários” está de acordo com as diretrizes do Banco Mundial que coloca em seu relatório: “O Banco Mundial vê uma agricultura emergindo no futuro dirigida pela empresa privada oferecendo oportunidades para novos pretendentes e regulada por um conjunto mínimo e neutro (sic) de intervenções governamentais” (BANCO MUNDIAL apud VILELA, 1999, p. 07).

Quando da elaboração do PRONAF, para se definir o público deste programa e assim definir o que de fato seria a categoria agricultura familiar no âmbito estatal, foi utilizada uma série de estudos realizados no contexto da cooperação técnica entre FAO e INCRA (1995, 1996). Nesses estudos elaborou-se uma distinção entre agricultura familiar e agricultura patronal a partir da diferença existente entre o tipo de mão de obra predominantemente utilizada nos estabelecimentos. Considera-se que o trabalho assalariado é característico da agricultura patronal e o trabalho familiar da agricultura familiar, o que traz consequências no que tange à gestão dessas unidades. A partir dessa primeira diferenciação, operaram-se outras classificações no interior do grupo tido como de integrantes da agricultura familiar. Essa classificação, de acordo com Moruzzi Marques (2004), identificou três grupos de agricultores familiares:

Consolidados: integrados ao mercado e que possuem acesso às políticas públicas e inovações tecnológicas.

Em transição: Integrados de maneira parcial ao mercado e aos circuitos tecnológicos, fato este que favorece sua viabilidade econômica,

Periféricos: Grupo mais numeroso, entretanto considerados como não viáveis do ponto de vista econômico, o que acabaria por implicar políticas orientadas para atividades não-agrícolas e intervenções de reforma agrária.

Há, portanto, uma diferenciação a partir da integração com os mercados e com os circuitos tecnológicos. Apenas os dois primeiros grupos seriam viáveis do ponto de vista econômico, ao grupo dos periféricos restariam políticas voltadas a atividades não-agrícolas e intervenções da reforma agrária, consideradas pelos estudos da FAO/INCRA (1995) como políticas de último recurso.

De acordo com o estudo, os segmentos estão quantitativamente distribuídos da seguinte maneira:

Quadro 01 -Número dos estabelecimentos agrícolas segundo a categoria, Brasil, 1994 (estimativas)

Categoria	Número (milhões)
Patronal	0,5
Familiar Consolidada	1,5
de transição	2,5
Periférica	2,5
Totais	7,0

Fonte: FAO/INCRA, 1995.

A partir dessa classificação, o PRONAF deveria se voltar apenas para os agricultores familiares em transição, uma vez que estes teriam maiores possibilidades de ampliação de sua participação nos mercados agroalimentares modernos. Essa classificação, apesar de chamar todos os grupos pela designação geral de agricultores familiares, não elege todos para serem alvo de políticas públicas de desenvolvimento rural.

O grande desafio é a criação de instrumentos que gerem novas oportunidades de expansão e/ou *reconversão produtiva para o maior número possível de estabelecimentos que se encontrem na categoria transitória* entre a "periférica" e a "familiar consolidada". Muitos desses instrumentos ajudarão a agricultura familiar em geral. Mas seria ilusão imaginar que poderiam responder também às dificuldades das cerca de 2,5 milhões de famílias que vivem em estabelecimentos totalmente marginais.

Parte deste último contingente, principalmente os jovens, *deverá ser beneficiada pela política de reforma agrária, como ocorreu com pouco mais de 300 mil famílias assentadas nos últimos trinta anos. E a geração de empregos não agrícolas, de preferência rurais, bem como a prestação de serviços temporários, que surgirão da dinamização da agricultura familiar, abrirão oportunidades para os demais.* (FAO/INCRA, 1995, p. 09)⁴⁷.

Entretanto, abordando a classificação utilizada pelo programa para definir seu público alvo, Moruzzi Marques (2004) afirma que “sob diferentes aspectos, os autores

⁴⁷ Note-se que diferente da proposta de Abramovay (1992) que diferenciava agricultores familiares de camponeses, na proposta da FAO/INCRA (1995) todos são chamados de agricultores de familiares. Contudo, o grupo periférico pode ser compreendido como análogo ao que Abramovay (1992) chama de camponeses.

parecem inspirados na reforma das estruturas e na representação de três agriculturas, temas maiores em torno da modernização da agricultura francesa.” (p. 09). Na representação francesa do pós-guerra, de clara expressão fordista e que já abordamos rapidamente, uma das premissas era de que as unidades camponesas que se encontravam nas franjas estavam na iminência do desaparecimento⁴⁸.

De acordo com o documento FAO/INCRA (1995), para os periféricos restavam as atividades não-agrícolas ou a Reforma Agrária, consideradas políticas que não deveriam atingir o setor considerado mais dinâmico, do ponto de vista do mercado capitalista. Era uma ideia fordista, pois pautava-se numa concepção de que as políticas voltadas para atividades não-agrícolas eram marginais, políticas que incentivavam o produtivismo agrícola é que deveriam ser voltadas aos agricultores em transição para que se expandissem e se reconvertessem produtivamente.

Com um PRONAF formulado a partir de um discurso hegemônico que prezava pelos segmentos camponeses com maior integração ao mercado agroindustrial, acabou ocorrendo nos primeiros anos o previsível, uma forte concentração dos beneficiários no Sul do Brasil. Estes segmentos de camponeses privilegiados pelo PRONAF se caracterizavam por serem “aqueles cujos contratos com a agroindústria lhes fornecem garantias de comercialização, e também os que possuem base patrimonial para assegurar os empréstimos bancários e renda suficiente para oferecer contrapartidas aos bancos” (ABRAMOVAY e VEIGA, 1998).

Não era difícil prever que os créditos do PRONAF se concentrassem fundamentalmente nos estados e nos municípios em que a agricultura familiar tem maior força econômica. Oeste e sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina, Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, e Sul de Minas são as regiões onde mais a agricultura familiar conseguiu ligar-se a mercados dinâmicos. É nessas regiões, também, que a integração agroindustrial (contratual ou não) terá sua maior expressão. (ABRAMOVAY e VEIGA, 1998, p. 31).

A seguinte tabela revela bem esse comportamento.

⁴⁸ Em estudo posterior (GUANZIROLI e CARDIM, 2000), realizado pela mesma equipe de estudiosos que fez os estudos no contexto de cooperação técnica FAO/INCRA, mudam-se as categorias dos agricultores familiares, que passam a ser as seguintes: GRUPO A – capitalizados, Grupo B- em vias de capitalização, GRUPO C – em vias de descapitalização e GRUPO D- descapitalizados. A categoria “periféricos”, criticada por estudiosos, é retirada.

Tabela 01: Crédito Rural PRONAF – Financiamentos concedidos (números de contratos e valor) – 1996 e 1997 – Regiões e Estados selecionados

	1996				1997			
	Nº de contratos		Valor (R\$ 1000)		Nº de contratos*		Valor (R\$ 1000)	
	Custeio	Invest.	Custo	Invest.	Custo	Invest.	Custo	Invest.
Sul	259.134	Inexist.	420.252	Inexist.	267.905	64.402	593.693	455.145
Sudeste	16.364	Inexist.	67.342	Inexist.	46.616	14.457	169.372	134.929
MG	10.453	Inexist.	31.394	Inexist.	32.531	13.047	118.478	107.237
Nordeste	44.636	Inexist.	84.444	Inexist.	61.332	13.676	83.787	70.164
Centro-Oeste	3.922	Inexist.	11.252	Inexist.	7.861	8.247	29.266	84.842
Norte	3.872	Inexist.	65.974	Inexist.	4.024	912	11.738	7.729
Brasil	332.826	Inexist.	649.796	Inexist.	387.728	101.694	887.912	736.965

Fonte: Abramovay e Veiga (1998), a partir do MAPA, com base em dados do BACEN/RECOR, do Banco do Brasil e do BNDES.

Obs: Não se pode somar os contratos de custeio com os de investimento para se obter o total dos beneficiários do programa, uma vez que a esmagadora maioria dos tomadores de recursos de investimento também usa o crédito de custeio.

Apesar de em 1997 já haver uma desconcentração regional, os beneficiários continuavam sendo predominantemente os setores que se relacionavam de maneira estrita com o mercado, os “eficientes”.

Ao passar do discurso para a prática, o PRONAF mostrava sua face, aquela que já se inscrevia nas representações que utilizava, porém houve resistências contra o modo de o PRONAF proceder.

Realizou-se, por exemplo, uma greve de fome de camponeses com fortes vínculos com o MST, aproveitando-se da visita do Papa João Paulo II no Brasil. Os grevistas reivindicavam uma ampliação do público do PRONAF, uma massificação do programa. Dessa forma, conseguiu-se fazer com que o PRONAF passasse a atender não só os camponeses mais integrados ao mercado, mas também outros segmentos de camponeses.

A Resolução nº 2.436 do Banco Central instituiu o *PRONAFINHO*, pelo qual agricultores com uma renda bruta (na verdade, faturamento) de até R\$ 8.000,00 têm acesso a um crédito entre R\$ 500,00 e R\$ 1.500,00, do qual se rebate, quando de sua liquidação, R\$ 200,00 (ABRAMOVAY e VEIGA, 1998, p. 28).

Além desse público, que contava com camponeses pobres, posteriormente foram criadas condições para que o PRONAF chegasse aos agricultores mais pobres do Nordeste. Estavam definidos então os públicos para as parcelas do PRONAF B e C⁴⁹.

Houve, assim, uma importante mudança no PRONAF, que quase traía suas representações hegemônicas. Se o PRONAF deveria ser um programa voltado apenas a uma parcela dos chamados “agricultores familiares”, “os eficientes”, com a ampliação do programa para segmentos de camponeses com renda mais baixa o público do PRONAF se expande para além do que estava inicialmente proposto.

Entretanto a entrada desse público, sem tantas garantias para os bancos, não poderia ser feita apenas por decreto. O Estado teve de entrar com aportes financeiros.

O que pode se apreender desse conflito é o seguinte: as representações disseminadas no contexto do fordismo, extremamente fortes na origem do PRONAF desembocaram também em uma prática fordista. Assim acabou conflitando com sujeitos que queriam um PRONAF diferente, com algumas mudanças, que não contemplasse apenas os camponeses integrados ao mercado, os eficientes, os até então chamados “agricultores familiares”. Dessa forma, o PRONAF teve que ser alterado, com concessões ao que propunha o discurso hegemônico e sua prática, se não no todo, pelo menos em relação a alguns aspectos importantes.

Em primeiro lugar, o PRONAF, no início um programa com características fortes do discurso fordista, teve que integrar ao seu público camponeses que sua linha hegemônica prescrevia como prestes a desaparecerem, o que se constitui uma alteração em sua proposta de desenvolvimento. Em segundo lugar, o Governo FHC, de fundamento neoliberal, teve que liberar aportes financeiros para viabilizar a entrada desse público.

As representações hegemonicamente fordistas que fundamentavam o PRONAF só conheceram significativas modificações quando o governo lançou o documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”.

⁴⁹ A estratificação dos grupos de camponeses que passaram a acessar o PRONAF só ocorreu em 1999 quando são criados os grupos A, B, C e D em função da renda e da mão-de-obra. Apenas em 2000 foi criado o crédito de custeio para os assentados, o PRONAF A/C. O PRONAF E é criado apenas em 2004. Estas linhas conhecerão posteriores mudanças.

O documento trata de modificar o discurso empregado pelas políticas de desenvolvimento do governo federal, em especial o PRONAF, levando-as a adotar representações mais coerentes com o modelo de desenvolvimento vigente na acumulação flexível. Vejamos, pois, um trecho do documento que reposiciona os agricultores familiares no projeto de desenvolvimento.

Os agricultores familiares brasileiros, integrantes ou não dos projetos de reforma agrária, situam-se num contexto de rápidas e grandes transformações do meio rural. Novas atividades econômicas estão cada vez mais presentes na realidade dessa população, *a exemplo de indústrias, turismo, lazer, comércio, artesanato, serviços profissionais especializados, habitação, etc.* Ao mesmo tempo, a atividade agropecuária é cada vez mais dinâmica, tanto do lado tecnológico quanto em relação ao comportamento do mercado, *exigindo "agricultores" cada vez mais "empresários" para atuar no "agronegócio".* Já não basta agregar valor à produção por meio de agroindústrias; é preciso *verticalizá-la de forma competitiva e ter sempre presente a visão da cadeia econômica do produto, na qual o mercado corresponde, em geral, à fase mais decisiva.*

(...)

Igualmente, embora o principal mercado de nossa atuação seja o do agronegócio (sic), não se deve perder de vista outras atividades produtivas cada vez mais presentes no meio rural, como aquelas ligadas ao turismo, ao lazer, etc. (MEPF/INCRA/SDR, 1999, p. 05) (grifos nossos).

Perceba, pois, que existe um movimento voltado a retirar um conteúdo fordista do discurso das políticas de desenvolvimento do governo. Se na primeira classificação que serviu de embasamento ao PRONAF, atividades não-agrícolas só seriam orientadas para os agricultores familiares periféricos, aqui já se assume uma orientação que, apesar de pôr a agricultura como central, percebe outras atividades além das agrícolas como cabíveis numa política de desenvolvimento rural. **Todavia, observe também que mesmo o PRONAF já tendo incluído, como público do seu programa, camponeses menos capitalizados, a representação do camponês com tino empresarial, que possa se inserir no mercado capitalista de maneira competitiva, permanece nas orientações que se fazem às políticas de desenvolvimento.** O PRONAF continua tendo como foco a construção de uma agricultura familiar de racionalidade empresarial.

A seguinte citação, que trata de um dos objetivos gerais das políticas de desenvolvimento, esclarece o que acabamos de abordar. É, pois, um dos objetivos gerais das políticas de desenvolvimento:

Proporcionar as condições necessárias para que os agricultores familiares desenvolvam atividades produtivas *em níveis de competitividade*, dentro da realidade e das *perspectivas do negócio rural num mundo globalizado*. (MEPF/INCRA/SDR, 1999, p.06).

Veja, pois, que o “camponês-empresário” não é apenas um *a priori*, mas é também algo que ser desenvolvido pelas políticas de desenvolvimento. Observemos, então, que as representações do agricultor empresário continuam presentes. Essa representação de eficiência sempre foi na verdade algo que o capitalismo utilizou para readequar aos seus interesses os vários sujeitos. Como uma norma, uma imposição, oculta-se o fato dos camponeses darem sustentação a todo um modo de vida e não necessariamente a uma empresa. Não é porque a agricultura e o artesanato podem produzir valores de troca que o camponês é *homo economicus*. As esferas política, econômica e cultural encontram-se imbricadas no interior das práticas do campesinato. Não há, pois, entre camponeses uma esfera econômica autônoma, onde a eficiência é condição *sine qua non* para melhorar os resultados da produção. Há sim uma economia, mas uma *economia moral* (cf. THOMPSON, 1998) que não corresponde a um *homo economicus*. Há uma produção que também faz parte de um habitar, de um vivido.

Para além da conotação política que o termo camponês possui, ele também aponta para um modo de vida e não somente para questões “puramente” econômicas, como o termo “agricultura familiar” faz. Assim se a categoria “agricultura familiar” credencia os camponeses para acessar uma política pública, ao mesmo tempo tenta produzir um empresário, uma profissionalização do campesinato.

Seguindo a linha do “camponês-empresário”, ou melhor, do “agricultor familiar”, o documento ainda coloca que:

Na verdade, *ao invés do agronegócio, na realidade atual do campo o conceito mais adequado é o do negócio rural. E, se estamos tratando da agricultura familiar, o conceito mais específico é o do negócio familiar rural* (MEPF/INCRA/SDR, 1999, p. 05)(grifos nossos).

Vejamos, pois, que as alterações de agronegócio para negócio rural e de agricultura familiar para negócio familiar rural apenas diluem o papel da agricultura em meio às políticas públicas, a representação do espaço rural associado ao produtivismo agrícola apenas é substituída por uma representação de espaço rural constituído por diversos setores. Porém componentes do discurso como o modelo de camponês empresário e economicista, continuam presentes. Não é isso que o documento coloca quando fala de negócio no lugar de agronegócio?

Contudo, deve ser levado em consideração que em 2006, no Governo Lula, é promulgada a Lei 11.326, que define o que é “agricultor familiar” para o Estado brasileiro. A Lei expõe o seguinte:

(...)Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento⁵⁰;~~

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

⁵⁰ Trecho excluído também no original.

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.
V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º;
VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º(...). (CASA CIVIL, 2006, p. 01).

Tal trecho evidencia que a “agricultura familiar”, enquanto categoria de acesso às políticas públicas, passa a incorporar um leque extremamente diverso de produtores, tornando-se uma forma dos vários sujeitos sociais, muitos até então marginalizados no tocante às políticas públicas estatais, terem acesso a estas.

Apesar de abrir um leque para grande números de camponeses, a política, no entanto visa entre outros fatores, a educação, capacitação e profissionalização do camponês, por meio da agroindustrialização ou dos negócios e serviços rurais não agrícolas.

(...)Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;
II - infra-estrutura e serviços;
III - assistência técnica e extensão rural;
IV - pesquisa;
V - comercialização;
VI - seguro;
VII - habitação;
VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;
IX - cooperativismo e associativismo;
X - educação, capacitação e profissionalização;
XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;
XII - agroindustrialização. (CASA CIVIL, 2006, p. 02) (grifos nossos).

É, pois, dessa maneira que o PRONAF incorpora as atividades não-agrícolas enquanto geradoras de ganhos, a partir de uma *economicização da vida*, de uma

perseguida eficiência do campesinato, o que aponta para o uma representação do discurso difundido a partir do modelo de desenvolvimento flexível, a pluriatividade⁵¹.

Pluriatividade é dessas palavras novas, que há algum tempo atrás nem existia. Mais do que uma palavra, faz parte de uma representação. Faz parte de uma representação engendrada em contextos estrangeiros, a partir de processos que não são iguais aos ocorridos no Brasil.

O surgimento da noção de pluriatividade remonta, mais uma vez, à França da crise fordista. O período de modernização da agricultura francesa produziu camponeses especializados e produtivistas, o que acabou ocasionando uma crise de superprodução. Para continuar se reproduzindo, os camponeses se valeram de atividades não-agrícolas, dessa maneira, entre os técnicos franceses, surgiu o termo pluriatividade que só depois foi trabalhado teoricamente enquanto alternativa à especialização fordista. Entretanto, passível de ser cooptado pelo capitalismo flexível.

Abordando o caso francês, Wanderley (2001), uma das estudiosas que adota o a noção de pluriatividade, utiliza-se das reflexões de Muller sobre este campesinato e explica o seguinte:

Muller formula a hipótese de que as condições atuais da produção agropecuária e do desenvolvimento rural gestaram um novo modelo de agricultor, que integra o que chama de “verdadeiros sistemas profissionais”. *Estes teriam como principais características a aplicação, pelas empresas rurais, de “estratégias empresariais complexas”, entre as quais, o exercício da função comercial, juntamente com a função produtiva, obrigando o agricultor a adquirir uma competência no que se refere, sobretudo, à gestão de seu empreendimento e ao controle de um sistema que associa diversas atividades.*

Partindo desta concepção geral, este autor aponta três modalidades de empresas rurais, definidas em função da combinação que efetuem entre suas estratégias diversificadas:

- a) “agricultura-transformação da produção-comercialização”, combinação que exige do produtor uma “real pluricompetência”;
- b) agricultura-atividades turísticas no próprio estabelecimento familiar (pousada, restaurante, camping etc.), na qual será necessário um grande esforço no sentido da compatibilização entre as duas atividades;
- c) “agricultura-artesanato-serviços”, tipo que “é o menos difundido, porque é o que coloca mais problemas de coerência do sistema de

⁵¹ Apesar de não assumirmos a representação da pluriatividade, nem o documento fazer referência ao termo, optamos por usá-lo enquanto representação presente no documento uma vez que todo o referencial converge para ideias defendidas pelos teóricos que utilizam essa noção.

exploração e também de identidade profissional” (Wanderley, 2001, p. 123-124)(grifos nossos).

Por todo exposto, se por um lado a pluriatividade⁵² é uma negação do modelo de “agricultor profissional” do período fordista, por outro lado, a pluriatividade não se constitui enquanto uma negação total da profissionalização e sim uma recriação da mesma em outros moldes. O que acabamos de dizer é diferente do que Alentejano (2001) expõe, quando ao tentar validar o uso da noção de pluriatividade, a partir de sua pretensa novidade, diz que a combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas que a pluriatividade caracteriza resulta numa negação da forma moderna de agricultura: *empresarial e especializada*. Entendemos que por tudo o que até agora expomos, se a noção de pluriatividade se contrapõe à especialização, o mesmo não se pode dizer da profissionalização. Essa tentativa de reafirmar a pluriatividade como contraponto à profissionalização é, portanto, do nosso ponto de vista problemática⁵³.

Ao mesmo tempo é importante destacar que a reestruturação produtiva engendrou novos setores, como o turismo rural, que também passaram a fazer parte das combinações das atividades. Contudo, a inserção se faz a partir de uma tentativa de impor padrões empresariais e economicistas que são estranhos ao campesinato. Resta

⁵² Podemos dizer que nem toda atividade que possa, combinada a outras, ser chamada de pluriatividade é necessariamente empresarial. Por exemplo, um camponês que trabalhe em uma indústria, a atividade dele não é empresarial, mas o PRONAF não fomenta atividades não-agrícolas como esta. O PRONAF pensa no “fortalecimento” da agricultura familiar, de maneira que atividades como esta não são fomentadas. Assim, as atividades não-agrícolas fomentadas pelo PRONAF pensam a racionalidade empresarial como importante para o desenvolvimento de um negócio.

⁵³ Como se pode perceber essa noção aponta para um processo de mudança de um “camponês especializado” para um “camponês flexível”. Resta saber até que ponto a noção pode ser validada a qualquer contexto, pois como sabemos o fordismo no Brasil não se remete a um período de modernização das pequenas unidades camponesas, como ocorreu na França, mas sobretudo da grande propriedade, salvo algumas médias propriedades, principalmente as do Sul do Brasil. Seria, pois um despropósito fazer uma transposição mecânica de um conceito que surge das resistências da agricultura camponesa francesa modernizada durante o fordismo para um caso como o brasileiro, que foi muito mais expropriada pelo processo de Revolução Verde fordista que modernizada.

Na nossa compreensão, a combinação de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas sempre foi uma estratégia utilizada por camponeses para se reproduzirem socialmente, não sendo necessariamente uma novidade exclusiva de um período de crise do fordismo, como aponta o conceito de pluriatividade. Chayanov há muito atestava essa combinação de atividades realizada no seio do campesinato e a teoria marxista já apontava para o fenômeno do trabalho acessório. A nosso ver, a pluriatividade só é um fenômeno novo do ponto de vista do modelo de desenvolvimento, que só recentemente passa a ver as atividades não-agrícolas como funcionais ao capitalismo, por isso a criação dessa nova noção. Evidentemente que o movimento processual dessas combinações e sua relação com o modelo de desenvolvimento trouxe à tona novas atividades possíveis de combinação, como aquelas que se identificam ao turismo rural, entretanto o movimento da combinação não aponta para rupturas tais que se justifique uma nova noção.

saber até que ponto e como ocorre a dialetização entre racionalidade empresarial e racionalidade camponesa no seio do campesinato.

Nesse sentido, é interessante lembrar o estudo de Tedesco (2001) sobre camponeses integrados à agroindústria no Sul do Brasil e que experimentaram a modernização do período fordista. Tedesco (2001) destaca como ocorreu essa dialetização entre a economicização da vida e o *ethos* de colono.

O ethos de colono se (re)constitui hoje inserido nesse horizonte. As agroindústrias só se inseriram porque havia essa dimensão cristalizada, elas não começaram do zero (apesar da constante tentativa de lhe dar um dinamismo sob a ótica econômica). Essa dimensão foi redefinida e complexificada; tornou o agente do elo produtivo da cadeia mais exposto aos mecanismos empresariais, mercantis e de mercado, envolto num modelo que se ampara no produtivismo e na maximização de fatores econômicos, sem relegar, no entanto o mundo da vida a um grau de insignificância. (TEDESCO, 2001, p. 138) (grifos do autor).

Tedesco (2001) evidencia, pois, como a norma empresarial, que as representações dos modelos de desenvolvimento do capitalismo tentam impor aos camponeses, pode ser dialetizada com o “*ethos do colono*”, sem que o moderno implique a destruição completa do tradicional.

Sem dúvida, os camponeses analisados por Tedesco (2001) se encontram em uma relação de subordinação ao capital, mas não de total passividade. Se os camponeses foram apreendidos pelas estratégias fordistas ou flexíveis de diferentes maneiras, os mesmos ainda conseguem reproduzir todo um modo da vida, como aponta Tedesco (2001), não tipicamente capitalista subordinados à reprodução do próprio capital.

...

Antes de passarmos ao próximo capítulo, no entanto, esboçemos algumas considerações sobre uma mudança que ocorreu no PRONAF há algum tempo atrás e que de alguma forma incluiu nas preocupações deste programa a produção para autoconsumo dos camponeses. Nesse sentido, o Plano Safra 2004/2005 é um marco, pois passa a buscar compatibilizar a produção para o mercado e a produção para autoconsumo dos camponeses, de maneira que não há somente um discurso visando atrelar os camponeses ao mercado globalizado, preocupando-se inclusive com a maneira como ocorre a inserção dos camponeses nesse mercado. Esse movimento no discurso do

PRONAF é explícito quando o MDA explica o Plano Safra 2004/2005 da seguinte forma:

As ações do Governo Federal para o rural brasileiro estão pautadas em um novo modelo que visa permitir uma *inserção não subordinada das populações locais no mercado globalizado*, a partir de princípios preconizados no paradigma do desenvolvimento sustentável.

As ações buscam satisfazer a necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam à agricultura, em especial à agricultura familiar, uma maior capacidade de *compatibilizar a produção para o seu próprio consumo e o mercado* (MDA/SAF 2004/2005, 2004) (grifos nossos).

Não podemos, no entanto, perder de vista que, apesar de o PRONAF passar a se preocupar com a produção para autoconsumo e com a entrada dos camponeses no mercado por vias não subordinadas, ele não retira a orientação empresarial do programa. Além disso, não podemos esquecer que estas mudanças no discurso hegemônico do PRONAF não ocorreram por uma simples preocupação do Governo Federal, mas foi resultado de resistências importantes de movimentos sociais, que lutaram por uma ampliação da base social do PRONAF e nesse sentido produziram mudanças significativas nas representações que dão sustentação ao programa. Apesar de tudo, o PRONAF ainda se utiliza de uma ideia de profissionalização coerente com o discurso hegemônico em que se apoia.

Neves (2007), ao abordar a definição de agricultor familiar contida no PRONAF esclarece:

Considerando a definição de *agricultor familiar* contida no Pronaf (...) evidencia-se então o investimento no *processo de sua profissionalização*, inclusive pelo aprendizado e incorporação de um conjunto de práticas e regras que estruturam as relações coletivas, *institucionalizadas em regras formais, acordos, convenções, regulamentos, leis, normativos, planos de safra, documentos, fichas, cadastros e declaração de aptidão oficialmente reconhecida* (p. 250-251) (grifos da autora).

Dessa maneira, apesar de haver uma preocupação expressa no nível dos discursos com o autoconsumo, as formas de inserção dos camponeses no mercado, a partir da sua reconversão em um empresário ainda impera no documento. Resta saber, todavia, até que ponto a preocupação com o autoconsumo se expande para além do discurso, na prática.

Outro movimento que merece ser ressaltado no PRONAF diz respeito às alterações que aconteceram nos grupos do PRONAF. No ano de 2008, os grupos do PRONAF foram modificados, fundiram-se os grupos C, D e E, passando a formar um único grupo, o “PRONAF Agricultor Familiar”⁵⁴. Os grupos A e A/C, bem como o grupo B ainda permanecem, no entanto, sendo bastante comum o uso da expressão “microcrédito rural” fazendo referência ao grupo B. Obviamente que sabemos que o termo microcrédito faz referência à menor quantia que o grupo B pode obter. A nossa dúvida é se não estaria havendo um movimento no discurso, quando o PRONAF passa a diferenciar os agricultores do grupo B, que produzem muitas vezes para autoconsumo, e as outras linhas (C, D e E) tidas como mais “eficientes”. *Estaria havendo uma política pública com um discurso que sustenta uma divisão entre “eficientes” e “não eficientes”? Um PRONAF que divide os camponeses em dois grupos?* Ao colocar a denominação “PRONAF Agricultura Familiar” apenas nos grupos “mais eficientes” teríamos uma identificação do agricultor familiar apenas com esses grupos? Estas são indagações que cobram respostas, mas que ainda não podemos dar, uma vez que a realidade está em movimento, não podemos antecipar se estas hipóteses serão confirmadas no futuro.

...

Do exposto podemos perceber que as representações hegemônicas difundidas pelo discurso de desenvolvimento do PRONAF têm todos fundamentos economicistas e tentam colar o camponês ao mercado capitalista de maneira estreita.

Além disso, uma questão ainda se impõe: qual será o peso das resistências silenciosas em relação discursos hegemônicos que perpassam o PRONAF?

São as resistências silenciosas dos camponeses ao discurso hegemônico do PRONAF que queremos compreender no nosso próximo capítulo a partir das comunidades de Barra de Antas, Padre Gino, Maraú e Lagoa do Félix. A pergunta que

⁵⁴ O Grupo C ainda não foi completamente extinto já que camponeses titulares da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), válidas como grupo C e emitidas até 31/03/2008, que, até 30/06/2008, ainda não tinham contraído as seis operações de custeio com bônus, poderão obter financiamentos de custeio, isolado ou vinculado, até a safra de 2012/2013. (SEBRAE, 2011)

nos fazemos é: de que maneira os camponeses usam o PRONAF e de que maneira se submetem e / ou subvertem seus discursos hegemônicos, os quais destacamos neste segundo capítulo.

**3. CONTRADIZENDO
REPRESENTAÇÕES:
OS USOS QUE OS CAMPONESES FAZEM
DO PRONAF**

3. CONTRADIZENDO REPRESENTAÇÕES OS USOS QUE OS CAMPONESES FAZEM DO PRONAF

3.1. Lugar e resistências cotidianas

Como explicitamos na Introdução, faremos dois movimentos nesta dissertação. O primeiro se desdobrou durante os primeiro e segundo capítulos e buscou refletir sobre a produção das representações de desenvolvimento e de dominação que perpassam o PRONAF. O segundo, ao qual dedicaremos todo este terceiro capítulo, enfatizará os usos que os camponeses do município de Sapé-PB fazem do PRONAF. A nosso ver, estes usos podem ser considerados resistências que confrontam as representações hegemônicas mobilizadas nas ações do PRONAF, resistências estas produzidas a partir da prática, da vida cotidiana⁵⁵, do vivido. Não são confrontos abertos contra o PRONAF, atos como greves de fome ou piquetes, são formas “pequenas”, sub-reptícias, até mesmo silenciosas, mas que impedem que as representações de desenvolvimento que respaldam o PRONAF se realizem na prática tal qual no discurso.

Até agora falamos de representações que são incorporadas pelo PRONAF a partir de modelos de desenvolvimento profundamente enraizados à ordem capitalista global. São discursos que aparecem sempre afirmando o que seria necessário fazer para

⁵⁵ Em artigo intitulado “Hegemony and New Political Subjects: toward a new concept of democracy”, Lefebvre em uma nota de rodapé faz uma diferenciação entre os conceitos de cotidiano, vida cotidiana e cotidianidade. Lefebvre coloca “I have elsewhere distinguished *la vie quotidienne* (daily life) from *le quotidien* (the everyday) from *la quotidienneté* (everydayness): ‘Let us simply say about daily life that it has always existed, but permeated with values, with myths. The word everyday designates the entry of this daily life into modernity: the everyday as an object of a programming (*d’une programmation*), whose unfolding is imposed by the market, by the system of equivalences, by marketing and advertisements. As to the concept of “everydayness”, it stresses the homogeneous, the repetitive, the fragmentary in ‘everyday life’ (Le Monde, Sunday, Dec. 19, 1982, pp. ix, x). I have also stated that “the everyday, in the modern world, has ceased to be a subject (abundant in possible subjectivity) to become an ‘object’ (object of social organization)’ (*La vie quotidienne dans le monde modern*, Paris: Gallinard “Idees, 1968) (LEFEBVRE, 1988, p. 87).

que tudo melhorasse. São discursos, pois, que possuem vontade de verdade, como diria Foucault (1970).

Estes discursos, difusores de representações hegemônicas, que se apresentam como uma verdade incontestada, são produzidos no *nível G*, sendo necessários ao capitalismo enquanto modo de produção dominante. São discursos e representações importantíssimos para o capital, uma vez que este modo de produção busca submeter todos ao seu poder a partir de diferentes formas de violência, tendo um importante papel a *violência simbólica* (cf. BOURDIEU, 2011) que se vale da Informação.

Sobre a Informação, Chauí (1986), refletindo sobre a Cultura de Massa e a Cultura Popular defende que a primeira vive sob a magia da Informação.

O informante veicula e divulga a todos os conhecimentos como saberes que cada um de nós deve possuir se quiser participar validamente da vida social. Seu discurso – sempre discurso do especialista competente – nos diz o que as coisas são “objetivamente” e quais as ações que exigem de nós, se quisermos ser “racionais” e contemporâneos do nosso tempo. A Informação não se reduz ao aspecto do consumo nem ao da persuasão (...) mas se assenta no *desejo de sedução*. (CHAUÍ, 1986, p. 34-35) (grifos da autora).

Essa Informação que desempenha importante papel na Cultura de Massa, demarcando posições de produtores e consumidores, também pode ser apreendida na Ordem Global, no *nível G*, ordem distante que contribui para instaurar os produtores e os consumidores das suas normas, possuindo uma vontade de verdade assentada em um desejo de sedução. Santos (1996) apresenta posição semelhante em “A Natureza do Espaço” quando afirma que o lugar prima pela comunicação enquanto a Ordem Global prima pela Informação.

Ordem Global que é produzida a partir de países e classes dominantes, que envidam esforços no sentido de estabelecer uma normação do mundo, utilizando-se para isso de instrumentos poderosos como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua racionalidade (...). *A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade* (SANTOS, 1996, p. 12) (grifos nossos).

É, pois, o lugar, este espaço onde se dá a vida cotidiana, a emoção, a poesia, que acaba por defrontar o global. Entretanto, ao mesmo tempo em que os lugares se contrapõem à ordem global, o lugar também, dialética e contraditoriamente, a ela se conforma.

Dessa forma os lugares comportam processos ambíguos e ambiguidade não é falha, mas “é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas” (CHAUI, 1986, p. 123).

É, pois, ao concebermos o lugar como escala onde se realiza a vida cotidiana e por isso, como *locus* do vivido e da ambiguidade que o caracteriza, que retiramos qualquer viés romântico do mesmo, sem, contudo retirar suas especificidades, especialmente naquilo que nega a ordem global.

Se as forças hegemônicas que constituem o *nível G*, nível que prima pelo concebido, tenta se impor aos lugares, *nível P*, nível do habitar, nível da vida cotidiana. Os lugares não são estáticos, estão sempre em movimento e ao se conformarem também comportam formas de resistência à ordem distante. Se a vida cotidiana, que se passa nos lugares, foi envolvida pela cotidianidade, numa inautenticidade desde o fim da II Guerra Mundial quando se impôs o modelo de desenvolvimento fordista, ainda resta a poesia no lugar, naquilo que escapa ao cotidiano. Diria Lefebvre (1999) que “*o homem habita como poeta*”⁵⁶. Opondo o “habitar” ao “habitar”, Lefebvre (1999) destaca esse segundo conceito como um pseudoconceito que, a partir de um pensamento urbanístico, reduziu o “habitar” a atos elementares como comer, dormir, reproduzir-se.

Brandão (2009), valendo-se até certa medida das ideias de Heidegger, também problematiza o habitar.

Habitar. Criar um lugar onde pessoas, famílias, grupos e comunidades reúnem-se para conviver. Nós, os humanos, tornamos habitável um espaço múltiplo – entre a hora caseira, a casa que acolhe a horta e a catedral que consagra as duas – não porque o levantamos do chão materialmente, mas porque realizamos isto movidos por palavras e imagens, símbolos e sentidos, ideias e imaginários. E uma grande parte do labor e do trabalho de todos os dias, está dirigida a criar e perpetuar os lugares que, uma vez construídos, tornam-se o “aqui”

⁵⁶ Apoiado até certo ponto nas ideias de Heidegger, que por sua vez se inspirou no poeta alemão Hölderlin.

onde se vive e habita. *Por isso uma casa velha quase em ruínas é ainda um lugar ancestral e, quanto mais velha entre as gerações, mais ela é um “Lar”.* Por isso, depois de construída e habitada, ela é mais – mesmo hoje, mesmo agora – *bem mais que um bem material.* Uma casa torna-se um dom de sentido: um patrimônio. Neste lugar onde eu moro o valor de troca (o quanto ela vale em dinheiro) submete-se ao valor de uso (o quanto ela vale por ser onde eu habito) e, ambos, submetem-se ao valor do dom (o quanto ela vale como um símbolo chamado “a nossa casa”). Algo que acaba “não tendo preço”, mesmo que financeiramente esteja aos pedaços e não tenha valor (BRANDÃO, 2009, p. 21).

O leitor há de nos desculpar por tão longa citação. Mas é que, ao colocarmos este trecho, tal qual escrito pelo seu autor, pensamos sintetizar muitas das ideias que o conceito de “habitar” nos traz, principalmente a poesia, por mais que esta poesia esteja muitas vezes somente em vestígios. São estes vestígios que possuem potência.

“E por que você quer enfatizar a poesia do habitar?”

Para compreender a oposição que emerge à essa racionalidade instrumental que tenta reduzir-nos a números, a estatísticas, a equações, a códigos que nos homogeneízam. Para tensionarmos a vida cotidiana enquanto miséria e grandeza. Para compreendermos que nesse nível, nesse habitar, nem tudo foi colonizado, que ainda resta-nos poesia. Sobretudo, para tensionarmos a racionalidade da vida cotidiana, que carrega em si um *habitus* do lugar em relação a uma racionalidade global, homogeneizante, que nega o lugar e suas particularidades. “O predomínio do global, do lógico e do estratégico, ainda faz parte do “mundo invertido” que é preciso reinverter” (LEFEBVRE, 1999, p. 81).

E quem melhor que o camponês, enquanto sujeito enraizado ao seu lugar até certo ponto, para analisarmos a maneira como dialetizam suas práticas com a dita racionalidade empresarial (ou capitalista) que a Ordem Global visa impor. O camponês não está compartimentado em diferentes esferas, como bem quer uma razão instrumental presente nas representações do PRONAF, mas as diversas dimensões se imbricam na sua vida cotidiana.

Aqui não falamos de um campesinato fechado, de uma comunidade isolada, mas de uma estranha classe, de uma *classe incômoda* (cf. SHANIN, 1983), que carrega a contradição no seu cerne. É de dentro ou de fora do capitalismo? Possui uma autonomia ou é extremamente subordinada? Economias parciais? É conservadora ou

revolucionária? Enfim, como pensarmos um grupo eivado de contradições, de ambiguidades, como os camponeses? Como pensar um grupo que ao mesmo tempo que está na modernidade, apresenta características tão diferentes de um pensamento modernizante? De alguma maneira, todos aqueles que tentaram se utilizar de uma classificação fechada para compreender o campesinato apresentaram maiores ou menores fragilidades em suas argumentações.

“Mas você está sendo romântico. O campo já foi invadido por uma racionalidade empresarial, o campo já foi desencantado?”

Santos (1997) já dizia:

Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistérios onde cada gesto e cada resultado deve ser previsto, de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas de biotecnologia; as técnicas e serviços de produção de armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e da sua distribuição, respondem ao modelo mundial e são calcados em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claro for o cálculo na sua escolha e na sua implantação. É desse modo que se produzem nexos estranhos à sociedade local, e, mesmo, nacional e que passam a ter um papel determinante, apresentando-se tanto como causa, quanto como consequência da inovação técnica e da inovação organizacional. O todo é movido pela força (externa) dos mitos comerciais, essa razão do mercado que se impõe como motor do consumo e da produção (SANTOS, 1997, p. 242).

Diante desses argumentos, o leitor há de dizer: *“Está vendo como o que você defende não tem fundamento? Está vendo como esse campo poético já não mais existe?”*

Bem, pensemos sobre esse espaço rural descrito por Santos (1997), o qual parece estar sob o poder total da técnica e de uma racionalidade instrumental, empresarial, do cálculo. Seguramente que ele não é uma invenção de Santos (1997), todos nós podemos ver com frequência notícias sobre o agronegócio no Brasil, suas *comodities*, sementes e plantas manipuladas em laboratórios etc. Mas o campo seria só isso? Não haveria um desenvolvimento desigual no espaço brasileiro, abarcando diferentes temporalidades e espacialidades? Brandão (2009) nos alerta para sempre desconfiarmos da expansão sem limites da técnica desencantadora.

No nosso entender, o espaço rural (sempre em relação com o urbano) abarca diferentes territorialidades, que longe de se relacionarem harmonicamente, de maneira ordenada, quase apolínea, abarcam contradições, conflitos. E esses conflitos não são só explícitos, mas conflitos de todo dia, conflitos entre diferentes racionalidades, até banais.

Quando falamos de conflitos entre diferentes racionalidades não estamos apenas falando de algo que se processa somente no plano das ideias, sem relação com o concreto. A terra de negócio e a terra de trabalho, ao se conflitarem, não são conflitos explicáveis apenas por uma perspectiva economicista, mas guardam diferentes racionalidades, concepções de uso do território. Por mais que possamos explicar essas diferenças em termos econômicos, ou somente “objetivistas”, isso, a nosso ver, seria insuficiente, uma vez que a subjetividade permeia os usos, inclusive os usos do espaço.

O camponês, ao habitar, utiliza uma racionalidade que conflita com a racionalidade instrumental, típica da modernidade. Ao se *apropriar* de um dado espaço, ele não o faz com a separação das diversas esferas que compõem a vida.

Criar o espaço-do-habitar equivale a erguer do chão um lugar que conquistamos de que nos apropriamos e que transformamos, como querem alguns. Um *espaço político*, pois ali uma *polis* se instaura. Um *espaço econômico*, pois ali se produzem os bens da terra (as coisas da natureza tornadas objeto de cultura), ali eles circulam e ali, no *mercado* para onde de um modo ou de outro todos convergem, e onde são trocados bens, serviços e sentidos (...). Lugares onde trabalhamos e produzimos bens e serviços, como querem os economistas. E, no entanto, um multiforme cenário de símbolos, mais do que de pedras ou de barro. Símbolos é aquilo através do que transformamos um solo da terra em um chão de sentidos (BRANDÃO, 2009, p. 21) (grifos nossos).

Reflitamos um pouco acerca dessas várias esferas presentes no território camponês, a terra de trabalho a qual Martins (1982) se refere. Alguém poderia nos dizer que se pararmos para pensar, podemos sim dividir a terra do camponês. O roçado remeteria ao trabalho, logo ao econômico, a casa é que seria o habitar de fato, os bois também remeteriam ao econômico, uma vez que também se relacionam ao trabalho.

Isso não está de todo equivocado, as análises sempre costumam dividir a terra dos camponeses de acordo com alguns critérios, seja a partir da atividade praticada, seja a partir do gênero ou de qualquer outro critério. Mas será que a rigidez dessas análises

não acabaria sendo demasiado problemática? Muito embora o trabalho do homem seja considerado o principal no contexto da unidade camponesa, as mulheres também trabalham no roçado, mulheres e crianças são parte importantíssima em momentos como a colheita, em que o homem sozinho não daria conta. Além disso, o roçado, tido por alguns como um território do trabalho, também é um lugar do habitar. Afinal o trabalho do camponês é antes de tudo para a reprodução social da família, para a reprodução do seu habitar. Habitar, no sentido que estamos aqui colocando é algo amplo. A separação da casa e do roçado não é tão rígida, tudo implica um habitar (um modo de vida?). Tudo está amalgamado.

É a partir de um pedaço de terra que o camponês pode dar expressão ao seu habitar, à sua vida cotidiana, ao seu lugar, conformado de maneira tão diversa da ordem capitalista. Diferentes dos proletários, que não têm acesso aos instrumentos de trabalho, os camponeses possuem suas terras, seus instrumentos e são donos do seu trabalho. Nesse processo, ainda são donos do seu habitar. É a partir da sua terra enquanto condição do seu habitar, que os camponeses se relacionam com o capitalismo enquanto totalidade, enquanto ameaça. Essa ideia foi expressa por Martins, em seu belíssimo livro, “A sociabilidade do homem simples”.

Os camponeses vivem sob a ameaça da expropriação, porta de entrada da exploração e das relações capitalistas de produção. Para eles o capital e o capitalismo aparecem como totalidade e como antagonismo, mesmo quando figurados como entes míticos e maléficos, como é o caso da figuração da propriedade como Besta-fera. O operário já não tem a possibilidade de uma compreensão assim abrangente. Ele já entrou na rotina da reprodução, já foi engolido pelo capital, já não pode vê-lo em perspectiva. Um operário, no subúrbio ou na periferia, praticamente cresce dentro da fábrica. Seu corpo e sua mente são componentes da máquina e do processo de trabalho (MARTINS, 2011, p. 151).

Seria a nosso ver a terra camponesa, seu território, que permitiria ao camponês reproduzir todo um habitar, uma vida cotidiana com certo estilo, mesmo frente ao ataque da cotidianidade. Essa terra camponesa não seria somente o local onde ele reproduziria relações de trabalho ou relações de produção em sentido estrito, mas seria o lugar onde ele reproduziria todo um habitar, que guarda suas especificidades. O

território camponês (por que não o seu lugar?) é, pois, sempre contexto, tecido entre relações de parentesco e vizinhança na vida cotidiana.

E esses contextos não permanecem isolados, eles se transformam, eles comportam conflitos. Como dissemos, o campesinato, por vezes, parece escapar por entre os dedos daqueles que tentam tê-lo à mão a partir de classificações rígidas. As ambiguidades do campesinato parecem por à prova tais classificações sistemáticas, fechadas, “bem acabadas” diríamos. Os camponeses parecem ser sempre aqueles que escaparão das análises que se pautam pela lógica formal.

O habitar do camponês, sua vida cotidiana, é sempre conflitante com a modernidade capitalista. Talvez seja por isso, que o caipira ou matuto (camponeses) sejam sempre tidos por muitos, até pejorativamente, como sinal de atraso, como sinal de algo que “não conseguiu se adaptar” à modernidade. Entretanto, os camponeses estão aí, é inegável, e isso gera complicadores para a análise. O mundo não se tornou uma imensa indústria e os camponeses não se tornaram proletários. Hoje em dia, a ideia da industrialização total do espaço já não faz tanto sentido. Mas também não faz sentido dizer que os camponeses são os mesmos de antes, que permaneceram congelados, isolados dos processos sociais que se deram em todas as escalas, até em âmbito global. Eles se transformaram, é verdade, e muitas dessas transformações são tidas por alguns como sinal de que desapareceram ou de que se metamorfosearam tanto que já não podem ser chamados de camponeses. Os camponeses não estão isolados da modernidade capitalista e é justamente essa contradição que estamos explorando nesse trabalho. Os camponeses, tanto quanto os lugares que habitam, são ambíguos.

É nesses lugares que, a partir da poesia da vida cotidiana, dos seus resíduos, são produzidas formas cotidianas de resistência dos camponeses. Estas se configuram como “a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e lucros” (SCOTT, 2002, p.11). Tais formas de resistência se constituem de diversas facetas, segundo Scott (2002) são exemplos destas: “o corpo mole, a dissimulação, a condescendência, o furto, o surrupio, a simulação, a fuga, a fantasia, a difamação, a maledicência, o incêndio culposos” (SCOTT, 2002, p. 12). De alguma forma, são resistências feitas a partir de uma poesia cotidiana que uma *sociedade burocrática de consumo dirigido* (cf. LEFEBVRE, 1991) tenta dirimir. Sobre estas resistências, expõe Scott (2002):

Estas formas brechtianas de luta de classes têm certos traços em comum. Elas requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; elas sempre representam uma forma de auto-ajuda individual e, geralmente, evitam qualquer confrontação direta, simbólica com a autoridade ou com normas da elite (p. 12).

São todas resistências que se apoiam no silêncio enquanto cúmplice. Resistências feitas no oculto.

Entretanto a vida cotidiana não produz a nosso ver somente estas formas de resistência. O próprio *habitus*, produzido na prática vivenciada no dia a dia dos lugares, pode se contrapor à violência da imposição global, sem mesmo saber-se enquanto contraposição ao discurso dominante.

Bourdieu (1994) conceitua *habitus* como

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, p. 61, 1994)

Habitus são, pois, sistemas produzidos numa prática comunicacional e que podem por sua vez se contrapor à ordem global, ao mesmo tempo em que podem reafirmá-la. O *habitus* pode produzir uma racionalidade divergente da racionalidade dominante, tida pela ordem global como irracionalidade, mas que, no entanto, são bastante racionais às práticas cotidianas que se fazem em um determinado lugar. Estas racionalidades muitas vezes não se sabem enquanto resistências à violência do discurso hegemônico, que tenta produzir uma só racionalidade compatível com seus interesses. É por isso que entendemos que o *habitus* também pode contar com práticas de resistência.

Certas práticas do *habitus* constituem formas cotidianas de resistência e podem ser definidas como tática, de acordo com De Certeau.

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance (...). Em suma, a tática é a arte do fraco. (DE CERTEAU, 1996, p. 100).

Ao analisarmos os discursos de desenvolvimento do PRONAF, percebemos que eles se inscrevem a partir de uma ordem dominante, que possui representações estranhas ao que está posto na prática cotidiana vivenciada num território camponês. Há um conflito entre o concebido, produzido no *nível G*, e o vivido, produzido no *nível P*, o nível do habitar. Vejamos, pois, como o *habitus* dos camponeses, estruturas estruturadas e estruturantes, que emergem de um lugar, da prática, da vida cotidiana, contradizem essas imposições que as forças hegemônicas tentam colocar a partir do *nível G*. Imposição feita a partir de um discurso de desenvolvimento que se desdobra em um discurso de dominação. Que maneiras sub-reptícias são estas que contradizem, na prática, os discursos de desenvolvimento do PRONAF? Que acontecer é esse que barra as representações hegemônicas ao mesmo tempo em que a elas se conforma? Que *usos* os fracos fazem do que lhes é imposto? Como os camponeses “jogam” com o PRONAF e suas representações? Esta última é a principal questão que este capítulo trata.

Para elucidarmos tudo isso, tivemos que ir aos camponeses, indagá-los, escutá-los, saber deles. Fomos a 4 comunidades camponesas do município de Sapé, Paraíba, são elas: Barra de Antas, Maraú, Lagoado Félix e Padre Gino, só esta última é assentamento.

Antes de adentrarmos numa análise das resistências silenciosas ao PRONAF, vejamos uma breve exposição sobre como os modelos de desenvolvimento afetaram o espaço rural de Sapé e por consequência o seu campesinato.

Destaquemos antes que estamos em meio a camponeses nordestinos e nessa região a grande maioria dos projetos do PRONAF são do grupo do PRONAF B. Apenas em Padre Gino todos são do PRONAF A, uma vez que são assentados. Destaques também que estamos falando de lugares e que as dinâmicas aqui expostas não podem ser transplantadas mecanicamente para qualquer outro lugar.

3.2. O espaço rural e os camponeses de Sapé

Os camponeses que estamos aqui analisando estão todos inseridos nos limites do município de Sapé, estado da Paraíba. Apesar de esse município ser incluído como pertencente à mesorregião da Zona da Mata, o mesmo se situa em uma área de transição entre a Zona da Mata e o Agreste, o que faz com que o mesmo possua algumas áreas que mais se assemelham ao Agreste que ao Litoral.

Mapa 01: Localização do município de Sapé-PB
Elaboração: Pamela Stevens

Seu relevo é levemente ondulado e por ele se expandem além de centenas de hectares de cana-de-açúcar, alguns hectares de lavouras alimentares combinadas - como feijão, milho e fava, formando roçados cultivados por camponeses.

Camponeses que em outros tempos, em meados da década de 1950, formaram a Liga Camponesa de Sapé, que oficialmente se chamava “Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé”.

As Ligas iniciaram sua ação em Sapé a partir da luta contra o cambão, tendo em João Pedro Teixeira um verdadeiro líder que depois de assassinado a mando das oligarquias, tornou-se um símbolo da luta camponesa no Brasil.

Depois de alguns anos de fundação, muitos no interior das Ligas falavam de revolução camponesa, inspirados pela Revolução Cubana que havia instaurado um regime socialista em Cuba. No interior das Ligas, os “julianistas”, como eram chamados os adeptos das ideias do advogado Francisco Julião, pediam “*Reforma agrária na lei ou na marra!*”. Em Sapé, Assis Lemos representava uma fração mais moderada das Ligas enquanto Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro, era uma legítima representante do “julianismo”. Era inegável o crescimento das Ligas, principalmente no Nordeste.

Cresce o temor entre as forças conservadoras de que de fato se instaure um regime socialista no Brasil. A reação não tarda a vir. Em 1964 os militares tomam o poder por meio de um golpe de Estado e, como em outros países da América Latina, instala-se no Brasil uma ditadura militar com o apoio dos Estados Unidos. Essa foi a maneira encontrada pelos conservadores para conter o que chamavam de ameaça comunista.

Após o golpe, as políticas de desenvolvimento de caráter fordista desembarcam com mais força no Brasil e a modernização das grandes propriedades é cada vez mais incentivada pelo governo brasileiro.

É justamente nesse momento que a Revolução Verde ganha força enquanto estratégia de desenvolvimento e o município de Sapé também sente os seus efeitos. A produção de cana-de-açúcar e de abacaxi para exportação são as principais atividades incentivadas nesse período.

No que diz respeito à produção canavieira, em 1975 é criado o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL⁵⁷), apoiado em uma política de incentivos fiscais e creditícios. Baseando-se em um modelo de desenvolvimento fordista, os incentivos não se destinavam somente ao setor agrícola, mas também ao industrial.

Sobre o que representou o PROÁLCOOL em termos de investimentos no setor industrial, Moreira e Targino (1997) informam:

⁵⁷ De acordo com Moreira e Targino (1997) o PROÁLCOOL foi criado em novembro de 1975, através do Decreto Lei nº 76.593/75, no contexto de um esquema alternativo proposto pelo governo brasileiro para enfrentar a crise energética decorrente da alta dos preços internacionais do petróleo. O PROÁLCOOL visou também a recuperação do setor açucareiro (que vinha enfrentando séria crise com a queda do preço do açúcar no mercado internacional) e o estímulo ao setor automobilístico, o qual, por redução de demanda e queda de lucratividade, sentia-se ameaçado.

Os recursos dele provenientes para financiar a indústria sucro-alcooleira entre 1975 e 1985 representaram, aproximadamente, 40% do total dos financiamentos do FINOR, no mesmo período, para o conjunto do setor industrial paraibano. *O aumento da capacidade produtiva do segmento industrial da agroindústria sucro-alcooleira*, cuja realização da produção passou a ser garantida pelo Programa, estimulou o crescimento do segmento agrícola. Estímulo esse reforçado pelos recursos destinados à fundação ou reforma dos canaviais (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 106) (grifos nossos).

Dessa maneira modernizou-se o setor agrícola e o parque industrial, instalando-se enormes destilarias para a fabricação de álcool para combustível na Zona da Mata paraibana. Em Sapé inicia-se a produção de álcool, havendo a instalação de uma destilaria anexa à Usina Santa Helena, que já existia no município. No início dos anos 1980 instala-se também em Sapé uma destilaria autônoma de álcool, a UNA-Agroindustrial S/A.

Com os incentivos à produção de álcool e conseqüentemente à modernização da base técnica de produção das grandes propriedades, a cana-de-açúcar expande-se para além das áreas de várzea. A cana-de-açúcar passa a ocupar também as áreas de tabuleiros costeiros, antes desprezadas pelas grandes propriedades, pois os seus solos eram considerados menos férteis.

A expansão da cana-de-açúcar para os tabuleiros costeiros constituiu-se em um cruel processo do qual os camponeses foram as principais vítimas. Isso se deve ao fato de os tabuleiros costeiros, desprezados pelos latifundiários anteriormente, terem se tornado um verdadeiro refúgio para a agricultura camponesa. Nos tabuleiros costeiros o modo de vida camponês era reproduzido a partir da relação de “morador de condição”, que por sua vez se relacionava com o latifundiário em bases paternalistas.

Com a expansão da cana para áreas antes dedicadas à agricultura camponesa, os horizontes para a reprodução dos camponeses se fecham cada vez mais.

É justamente nesse período que aparecem nas cidades as chamadas “pontas de rua”. Em Sapé surge o aglomerado rural conhecido como “Nova Cuba”, uma ponta de rua que se fez à margem da rodovia estadual que liga a cidade de Sapé à de Cruz do Espírito Santo. A maioria da população dessa ponta de rua tem origem marcadamente camponesa.

Ao mesmo tempo em que os camponeses viam suas possibilidades de reprodução social se tornarem cada vez mais estreitas, o assalariamento crescia no

espaço rural da Zona da Mata, sendo assim também em Sapé. “Entre 1975 e 1985, o número de empregados assalariados temporários da Zona Canavieira cresceu 93,6%” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 113).

Na esteira da Revolução Verde, o Estado também incentivou a produção de abacaxi em Sapé. Na verdade, a cultura do abacaxi no município já se fazia desde a década de 1930, mas somente em meados dos anos 1960 é que se passou a produzir abacaxi para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, posteriormente sendo exportado para a Argentina. Nessa mesma década se introduziu, em Sapé, a variedade de abacaxi denominada *Smooth Cayenne* para fins de industrialização.

Apesar de Carvalho (1985) apontar controvérsias sobre quem introduziu essa variedade no município, a estudiosa afirma que não resta dúvida de que as maiores concentrações desse tipo de abacaxi estavam na Fazenda Buracão, de propriedade do grupo Cia. Souza Cruz, proprietária também da marca Maguary. Entretanto, mesmo que a produção da Maguary fosse sem dúvida a maior e mais moderna, o abacaxi também era cultivado por todo tipo de proprietários, desde os grandes até os pequenos.

Analisando o perfil dos produtores de abacaxi em Sapé, contudo, vê-se que a grande maioria é de grandes produtores. Carvalho (1985) afirma: “partindo de uma listagem de 39 produtores, procedemos a uma classificação por categoria, estando percentualmente assim distribuído: 12,8% como pequenos; 39,9% como médios e 51,3% como grandes” (p. 75).

A partir da Revolução Verde, o governo também passa a fornecer incentivos creditícios para a produção de abacaxi, entretanto estes créditos restringiram-se aos grandes e, dentre estes, sem dúvida a Maguary possuía destaque, produzindo um complexo que articulava *agricultura e indústria*.

Quanto aos grandes produtores destaca-se Frutas Tropicais Ltda., pertencente hoje, ao grupo Cia. Souza Cruz atual proprietário da marca Maguary, que fornece diariamente sua produção para unidade industrial de Bonito. *Isto denota que, no processo de agroindustrialização, o setor industrial procura interferir, subordinando o setor agrícola, através da criação de novas necessidades com relação à matéria prima.* Neste caso concreto, o setor industrial, indiretamente, administra e organiza a produção agrícola determinando, inclusive, a variedade do produto a ser plantada, a época apropriada, a quantidade a ser produzida (CARVALHO, 1985, p. 75-76) (grifos nossos).

O fordismo não se sentia na Maguary apenas no que tange à articulação entre agricultura e indústria, a “racionalidade” fordista na produção agrícola também era uma característica, incorporando assim a mecanização e a quimificação. Carvalho (1985) nos apresenta uma detalhada descrição do padrão produtivo praticado na fazenda da Maguary:

Na fazenda da Maguary o ciclo de produção é de catorze meses, devido especialmente – entre outros fatores – ao uso da irrigação, (...). Com relação ao tempo gasto, 14 meses é considerado o mínimo pelos produtores, como também pelo resultado dos estudos elaborados por técnicos sobre esta cultura.

O espaçamento – distância entre carreiras e plantas – vem diminuindo em função das observações feitas nos plantios da Maguary e outros produtores que lhe são mais vinculados. A implicação mais direta desta adoção é a do aumento do rendimento por área, que na fazenda da Maguary é de 30.000 a 35.000 frutos/ha muito superior a todas as categorias de produtores pois mesmo os grandes produtores obtêm vinte mil frutos por hectare e os pequenos e médios 15.000 a 20.000 por hectare.

A mecanização do solo é uma prática na fazenda da Maguary, assim como nas unidades produtivas dos pequenos, médios e grandes, sendo que os primeiros alugam o trator de alguns grandes produtores. Aparentemente, pode não fazer diferença o momento de utilização do trator, mas o fato de comumente não haver trator disponível no tempo certo – o que sempre ocorre – acarreta prejuízos para a quantidade e qualidade do fruto, e consequentemente para aqueles produtores dependentes de trator alheio.

O herbicida foi usado pela primeira vez em Sapé, na fazenda da Maguary, no início da década de 70, mas, não se tornou prática permanente entre os demais, devido a vários motivos.

(...)

Antes porém de colocar o carbureto, com a finalidade de provocar a indução floral, aplica-se o adubo na planta, método que contribui para maior crescimento e amadurecimento do fruto. Tal emprego é, hoje, em número de 3 a 4 vezes, mas era de apenas uma aplicação em períodos anteriores. O uso, atualmente, é indiscriminado – e do tipo mineral – para todas as categorias (p. 76).

Toda a modernização que se deu nas grandes propriedades, dentre as quais talvez a fazenda da Maguary tenha sido o exemplo mais bem acabado, também acarretou um estreitamento das possibilidades de reprodução camponesa em Sapé.

Tal como na produção da cultura da cana-de-açúcar, o crescimento do abacaxi contribuiu, de um lado, para o declínio do sistema morador e de outras formas de relações de trabalho não tipicamente capitalistas e, de outro, para expandir o trabalho assalariado temporário no Litoral e no Agreste (BRITO, 1980 apud MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 149).

Entretanto, mesmo havendo dificuldades para a reprodução, é importante ressaltar que a maior parte da população rural era camponesa. Em Sapé, até mesmo na produção de abacaxi, havia camponeses que produziam tal gênero, destinando a fruta para a venda ao mesmo tempo em que possuíam seus roçados para o consumo da família. Havia sim uma reprodução social camponesa no contexto da Revolução Verde, mesmo que em condições mais difíceis. A Revolução Verde não conseguiu se expandir por todo e qualquer lugar. O espaço rural de Sapé não se tornou uma grande indústria. Até mesmo muitos camponeses que foram expulsos do campo e, portanto partiram para viver nas cidades ou em pontas de rua continuaram trabalhando em seus roçados em regime de parceria ou arrendamento. A ida para a cidade ou mesmo para a ponta de rua não foi sinônimo de total expropriação. Até mesmo as relações de trabalho e produção na lavoura canavieira eram bastante diferentes das relações que os operários mantinham nas fábricas.

Apesar disso, não se pode perder de vista que a Revolução Verde se converteu em uma estratégia do grande capital estrangeiro aliado ao governo e ao capital nacional. Nesse processo, os camponeses foram as principais vítimas. Se muitos camponeses conseguiram se reproduzir contraditoriamente durante esse momento, foi muito mais por uma resistência dessa classe do que por uma cooptação da estratégia hegemônica do capital.

Em meio a um mar de contradições em âmbito global, num contexto de crise, a Revolução Verde, como sabemos, não se sustentou. Os incentivos creditícios não perduraram por todo o sempre. A retirada destes, por parte do Estado, contribuiu sobremaneira para a crise que acabava por se abater sobre os grandes produtores não só de Sapé, mas do estado da Paraíba e do Brasil.

Sobre os efeitos da retirada dos incentivos, Moreira e Targino (1997), no que diz respeito ao estado da Paraíba, afirmam:

Faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que esse avanço do processo de tecnificação da agricultura *não persistiu* com o mesmo ritmo e intensidade nos primeiros anos da década de 1980. Ao contrário, o que se observou, notadamente no que se refere ao avanço da mecanização, foi uma reversão de tendência. O número de tratores declinou de 3.109 em 1980 para 2.884 em 1985 (-7,2% no período) e o arado mecânico de 2.275 para 2.119 (-6,8% no período). Do ponto de vista espacial, a única região onde o número de tratores continuou crescendo foi a Zona da Mata, área de mais forte expressão do avanço

da cana-de-açúcar no estado e onde se concentra a produção do abacaxi, cultura que é grande absorvedora de tecnologia. Esse crescimento porém, foi expressivamente mais modesto que o observado no período anterior (p. 204) (grifos nossos).

É justamente durante essa crise, que atinge não só a Paraíba, mas todo o espaço rural brasileiro, que as reivindicações dos camponeses, tanto daqueles que foram expropriados quanto daqueles que eram ameaçados pela expropriação decorrentes das estratégias do modelo de desenvolvimento hegemônico configurado na Revolução Verde, se avolumam e assim surge o MST. Surgido no Rio Grande do Sul, o MST expande-se posteriormente por todo o Brasil. A CPT que já existia desde 1975 também se envolve na luta pela Reforma Agrária. A CONTAG, por outra via, também faz reivindicações, passando a exigir na década de 1990 uma política de crédito que contemple os camponeses.

Assim, se por um lado a Revolução Verde e seu modelo de desenvolvimento fordista fizeram-se presentes no município de Sapé, por outro lado, as lutas camponesas também se fizeram presentes no município. Tais lutas se avolumaram em meados da década de 1990 também em Sapé. Entretanto, lá como em outros lugares da Paraíba a CPT possuía maior expressão que o MST, devido aos setores progressistas da Igreja Católica, que apesar do atual enfraquecimento, sempre foram muito fortes neste estado.

O Assentamento Padre Gino é fruto destas lutas dos camponeses por se reproduzirem socialmente, reproduzindo todo um modo de vida, uma vida cotidiana, um *habitus*, um habitar em seus lugares. O Acampamento Antas, que se situa na comunidade de Barra de Antas também é fruto dessa trajetória de luta.

As comunidades de Maraú, Lagoa de Félix e Barra de Antas, assim como os camponeses de Padre Gino, também vivenciaram e vivenciam muito do pouco que relatamos.

Em Maraú e principalmente em Lagoa de Félix não faltam casos de camponeses que um dia tiveram de ir para lugares distantes, as metrópoles nacionais Rio de Janeiro e São Paulo. Muitos tiveram que partir quando a conjuntura não lhes permitia continuar, quando os horizontes estavam estreitos demais, quando a cana havia se expandido por quase todos os lados.

Em Lagoa de Félix, é extremamente curioso ouvirmos os sotaques nordestino e carioca misturados em muitos daqueles que agora lá vivem. Prova de que se um dia foram, também voltaram. Prova de que ao migrarem, não foram embora para sempre, mas voltaram.

Seu Mário⁵⁸, o dono da casa em que ficamos quando estivemos em Lagoa do Félix, havia perdido a conta de quantas vezes foi e voltou para o Rio de Janeiro de ônibus. A sua prima, Dona Luzia, até brincou dizendo que o Rio de Janeiro era para Seu Mário “o caminho do roçado”, aludindo ao fato de que aquilo havia se tornado por demais corriqueiro⁵⁹. Apesar de Seu Mário ter trabalhado de pedreiro, pintor e tantas outras atividades no Rio de Janeiro, quando fomos embora de sua casa, ele nos presenteou com algumas macaxeiras e uma sacola cheia de fava que ele acabara de colher do seu roçado. Foi com idas e vindas do Rio de Janeiro que seu Mário até hoje é camponês.

Estas estratégias de resistência somam-se a outras em que o conflito aberto ocorre, como aconteceu com os camponeses do agora Assentamento Padre Gino, que foram antes acampados e ocuparam a terra de um grande proprietário. O conflito de Padre Gino se deu justamente no momento em que os camponeses organizados em seus movimentos reivindicavam de maneira intensa a Reforma Agrária.

Entretanto, apesar das reivindicações, o governo federal decidiu pôr em prática um arsenal de políticas pautadas em modelos de desenvolvimento hegemônicos. Entre estas políticas, destaca-se o PRONAF. Ressaltemos, contudo, que o PRONAF se fez sobretudo por demandas dos camponeses, principalmente aqueles representados pela CONTAG.

Exposto tudo isso, passemos agora a compreender um pouco de como nas comunidades camponesas de Barra de Antas, Maraú, Padre Gino e Lagoa do Félix se realiza o PRONAF, para além das representações, por meio de práticas que se dialetizam com as representações hegemônicas, contradizendo-as.

⁵⁸ Como alguns dos depoimentos podem comprometer os informantes, optamos por utilizar nomes fictícios em todos os depoimentos.

⁵⁹ Sobre a migração como estratégia de resistência, ver “Sul: o caminho do roçado”, de Garcia Jr.(1989).

3.3. A “natureza” do crédito do PRONAF em meio aos camponeses

Em “O desencantamento do mundo”, Bourdieu (1979) ao analisar o crédito entre os cabilas, um grupo étnico tipicamente camponês na Argélia, coloca que nada é mais estranho à sociedade pré-capitalista do que a instituição do crédito, já que *o mesmo faz referência a um futuro abstrato*.

Uma vez que o PRONAF também se dá enquanto política de crédito, nos interessamos por entender como esta instituição se dava entre os camponeses⁶⁰ das comunidades pesquisadas. Questionávamos como os camponeses conseguiam dinheiro para investir em suas atividades, em que investiam e como investiam. Qual não foi a nossa surpresa quando nos deparamos com grupos que diziam que nunca haviam feito qualquer empréstimo antes do PRONAF. A própria palavra crédito despertava algum estranhamento, até mesmo quando se referia ao PRONAF. Os mesmos utilizavam apenas a palavra “empréstimo”, inclusive para o PRONAF.

Percebemos então que os empréstimos tomados junto a parentes e vizinhos eram as principais formas de se adquirir crédito. Dessa maneira, o crédito não se fazia ausente entre os camponeses, apenas aparecia de outra forma. Sempre era necessário fazermos alusão a tais formas, uma vez que tal prática era tão corriqueira, tão banal, que nem lhes parecia importante.

Além do crédito por empréstimo de vizinhos ou parentes, há também o crédito no qual se adianta não o dinheiro, mas o produto. É o caso do fiado e do crediário nas lojas, dos quais os camponeses há muito fazem uso.

Na verdade, as coisas costumam se passar a partir de uma lógica da imediaticidade, do lugar, e até mesmo do habitar. Os empréstimos só são pedidos quando as necessidades são sentidas no cotidiano. Os empréstimos obtidos com vizinhos são regidos pelas necessidades do momento, como por exemplo, um pagamento que o camponês teria de efetuar naquele dia ou em alguma data próxima.

O fiado também opera de forma semelhante aos empréstimos dos vizinhos, é antes a necessidade, sentida na imediaticidade do momento, que faz o camponês

⁶⁰ Não estamos considerando aqui o grupo de camponeses por nós estudado como pré-capitalista. No entanto, ao nos inteirarmos da análise de Bourdieu (1979) sobre os cabilas, algumas correlações podem ser feitas, não apenas do ponto de vista da teoria, mas vistas na prática.

recorrer ao fiado. Necessidades estas que podem dizer respeito tanto a questões imprescindíveis como alimentação, até questões menos urgentes, mas nem por isso desnecessárias. Roupas para as festas de São João e para as festas de final de ano podem ser consideradas necessárias nessas épocas. Contudo, apesar de necessárias, elas sempre são um tanto mais supérfluas do que a alimentação, por exemplo. Assim, um camponês dificilmente recorrerá a empréstimos com parentes e vizinhos para a compra de roupas, no entanto recorrerá ao fiado. No que diz respeito ao crediário, eles o utilizam para necessidades que não são urgentes como, por exemplo, móveis.

Não se deve esquecer que os camponeses não estão isolados da sociedade de consumo na qual vivemos e que, mesmo que o consumo se faça muitas das vezes de maneira restrita, mesmo assim, já se demarcam diferenças com tempos anteriores. O relato de uma camponesa revela isso:

Rosa: Antes eu lembro de que na casa da minha avó o móvel que ela tinha na sala era um tamborete e um silo, silo “é” uns negócios bem alto, grande. Aí naquilo ali armazenava feijão, farinha, milho, o ano todinho, e olha menino, que ela teve vinte e oito filhos.

Michell: E era o que se tinha?

Rosa: E era o que se tinha. Hoje não, hoje você não quer um silo na casa, no meio da cozinha, você quer sofá, quer mesa, quer estante, televisão. (Depoimento de Rosa, camponesa, setembro de 2011).

Fig. 01: Sala de uma casa de camponeses, com televisão, telefone e receptor de antena parabólica.
Fotografia: Michell Tolentino, janeiro de 2013.

Os móveis que Rosa fala são muitas das vezes comprados na loja, utilizando-se do crediário, o que demarca certa distância com relação a formas de crédito assentadas totalmente no lugar. O crediário não se vale das relações de vizinhança, parentesco ou compadrio, nem tampouco se pauta pelas necessidades imediatas. Há aqui uma dialetização das necessidades. Tanto necessidades que fazem parte de uma ordem próxima quanto necessidades criadas por uma ordem global entram em movimento. Uma dialética das necessidades originárias do *nível P* com aquelas produzidas a partir do *nível G* se mesclam na vida cotidiana do camponês, atravessando seu *habitus*, seu habitar.

É justamente nessa dialetização de diferentes necessidades, imediatas ou nem tanto, que se imbricam as várias formas de se adquirir crédito. Por exemplo, um camponês que toma empréstimo com algum vizinho para pagar um móvel que tenha comprado no crediário. O crediário pode ter sido feito para se adquirir algo que não é urgente ou imediato, entretanto, ao chegar o dia do pagamento de uma parcela, aquele pagamento se torna urgente.

O PRONAF é um crédito que adianta o dinheiro e não o produto, assim como também é o empréstimo com os vizinhos. Entretanto as semelhanças param por aí. Na verdade, o PRONAF é a forma de empréstimo mais estranha às relações tecidas pelo campesinato. E não dizemos isso somente pelo fato de não estar pautada em relações de parentesco, vizinhança ou compadrio, e trazer aos camponeses o banco, mas sobretudo por duas razões:

a) O PRONAF pauta-se em uma representação que prima por uma concepção linear do tempo⁶¹, um tempo sempre cumulativo e não numa representação do tempo cíclico. Essa representação de tempo linear e sempre cumulativo do PRONAF é avessa à representação do camponês, que prima pelo cíclico;

⁶¹ Ao afirmarmos que a representação de tempo do camponês **prima** pelo cíclico, não estamos dizendo que o ciclo seja repetitivo e que não haja mudanças, movimento. O camponês não está fechado em si, vivendo com sua família em uma comunidade isolada e se reproduzindo sem interferências de uma ordem distante, ele reelabora suas táticas a partir de elementos estranhos a seu modo de vida, nisso ele reconfigura o PRONAF, a partir do seu *habitus*. Sobre a representação de tempo do empresário capitalista, que **prima** pelo linear e cumulativo, lembremos que mesmo assim ainda existem ciclos. A reprodução ampliada do capital, mesmo cumulativa, também tem de realizar ciclos de reprodução, não é apenas linear, apesar de primar por este último. O que queremos dizer com tudo isso é que durante todo o texto que se segue, ao colocarmos expormos que o camponês preza por uma representação cíclica do tempo e o empresário por uma representação linear, estamos de certa forma “caricaturando” suas representações, realçando o elemento mais forte na representação do tempo que eles possuem.

b) O PRONAF é um tipo de empréstimo que representa a produção camponesa enquanto relacionada somente à esfera econômica. Entretanto, como já falamos ao longo dessa dissertação algumas vezes, no campesinato as várias dimensões não estão separadas.

Abordando primeiramente a questão das representações do tempo e do PRONAF, vejamos o que Lefebvre (1999) coloca quando fala da representação do camponês:

A produção agrícola e a relação do camponês com a natureza suscitam apenas uma imagem cíclica do tempo, o qual não tem sentido (direção), ou melhor, não tem outro sentido (interpretação) a não ser o Grande Ano e o Eterno Retorno (p. 97-98).

Com uma representação do tempo antes cíclica que linear, o camponês não tem porque utilizar o crédito visando a acumulação em direção a um futuro abstrato. Logo a racionalidade do empresário capitalista, utilizada na representação do “agricultor familiar”, em que o PRONAF se apoia, guarda distâncias da racionalidade camponesa. O PRONAF se pauta em uma representação que pressupõe o tempo enquanto um projeto, no qual se deve conceber a “melhor” alocação de recursos possível, no sentido de potencializar os ganhos em um futuro abstrato, é a representação em que se baseia o empresário capitalista e supostamente também o “agricultor familiar”.

É justamente essa representação linear do tempo do empresário que desemboca na representação do crédito como futuro abstrato, como projeto, enquanto para o camponês a representação do crédito se daria a partir do imediato, das necessidades do ciclo, podendo até haver um futuro, mas um futuro que se compreende a partir de um porvir, pensado a partir de esquemas apreendidos e não de esquemas somente planejados abstratamente. Por isso os camponeses por nós estudados dificilmente pedirão crédito para investimentos que possibilitem um futuro abstrato. É esse tempo cíclico que prescreve as necessidades enquanto necessidades da vida cotidiana.

Estas diferentes racionalidades se traduzem em diferentes temporalidades. A temporalidade que preside o PRONAF assenta-se na previsão, já a temporalidade dos camponeses, temporalidade referenciada na experiência vivida, se vale da previdência, que não exclui um futuro, apenas nega-o enquanto abstrato. Sobre a diferença entre estes dois termos Bourdieu (1979) nos explica:

A pré-vidência (como ver de antemão) distingue-se da previsão na medida em que o futuro que ela apreende está diretamente inscrito na própria situação tal como ela pode ser percebida através de esquemas de percepção e de apreciação técnico-rituais inculcados por condições materiais de existência, elas próprias apreendidas através dos mesmos esquemas de pensamento: a decisão econômica não é determinada pela tomada em consideração de um alvo explicitamente assentado enquanto futuro como aquele que é estabelecido, pelo cálculo dentro do quadro de um plano; a ação econômica se orienta em direção a um por vir diretamente assenhorado dentro da experiência ou estabelecido por todas as experiências acumuladas que constituem a tradição (BOURDIEU, 1979, p. 21-22).

O que Bourdieu (1979) expõe possui algumas semelhanças com as ideias de Chayanov (1985) quando o mesmo afirma:

Por supuesto que al hablar de la unidad económica campesina no necesitamos pensar en la naturaleza de su plan organizativo como en una estructura consciente, transcrita con todas sus tablas y mapas en un gran volumen in-folio. (...) La real ventaja o desventaja de cualquier iniciativa económica campesina no se decide por un cálculo aritmético de ingresos y salidas sino, la mayor parte de las veces, por la percepción intuitiva de la aceptabilidad económica de la iniciativa. De la misma manera, el plan organizativo de la unidad económica campesina actualmente se elabora no mediante un sistema de estructuras lógicas relacionadas y de cálculos, sino por la fuerza de la sucesión e imitación de la experiencia y por la *selección*, durante muchos años y a menudo subconscientemente, de métodos exitosos de trabajo económico (CHAYANOV, 1985, p. 133-134).

Se pensarmos até mesmo a questão dos móveis, que utilizamos como exemplo de necessidades “novas” para o camponês, veremos que tal demanda geralmente não está prescrita a partir de referências a um futuro abstrato. O móvel dificilmente possibilitará projetos a um futuro prescrito como na empresa capitalista. No entanto, o camponês poderá juntar móveis para quando do seu casamento, por exemplo. Algo que já foi feito por outras gerações, apreendido a partir das condições materiais de existência, produzindo um *habitus*. Isto é bem diferente da acumulação de capital que além de se valer da exploração da força de trabalho de outro, se faz a partir do valor de troca em detrimento do valor de uso. É antes utilizada para reprodução de uma empresa que para reprodução de um habitar e se utiliza antes um esquema nos moldes de um projeto do que da experiência vivida.

Enfim, o que queremos evidenciar é que costumeiramente a representação do crédito com a qual os camponeses lidavam estava situada no interior de suas relações de

reciprocidade. E até mesmo com o crediário, se impunha a lógica da necessidade, sentida seja nas urgências, ou até mesmo nas necessidades fabricadas por uma sociedade de consumo. É diferente, pois, da lógica das representações do PRONAF, que faz referência a um futuro abstrato a partir de um crédito para investimento na produção. O camponês, muitas das vezes, não tem nenhuma necessidade em vista e passa a operar com um dinheiro que de repente lhe é oferecido. Nesse sentido, o crédito vem antes da necessidade, o futuro abstrato vem antes do presente, o PRONAF abre espaço para a oportunidade ou até mesmo para o oportunismo. Nos outros casos, a necessidade vem antes do crédito, dessa forma o PRONAF é uma inversão do que havia desde então.

É o inverso do que ocorre com camponeses que vivem por uma lógica da previdência, já que suas reservas são parcas. Investir em algo que não é sentido como imediatamente urgente é muito arriscado, pois caso o projeto dê errado, até mesmo o provimento das necessidades estaria ameaçada. Não valeria a pena correr tal risco.

Grande parte do que discorremos aqui, embora apreendido no campo, se coaduna com as análises de Bourdieu (1979) acerca dos cabilas. Estudando esse grupo, o pensador coloca que nada é mais estranho aos mesmos do que o futuro abstrato. Tanto no que diz respeito aos grupos de camponeses por nós estudados, quanto aos cabilas, o presente subordina o futuro e não o contrário. Essa lógica difere da racionalidade e da lógica capitalista que se inscreve em um futuro abstrato que subordina o presente. Vive-se o presente pensando no futuro apreendido por esquemas abstratos, é isso que as representações hegemônicas que formam o PRONAF advogam, o projeto. É assim, que o PRONAF e seu “espírito empresarial” (em que o imperativo é dado pela unidade de produção), “espírito de cálculo”, tomando por sujeito o *homo economicus*, demarca distâncias de grande parte do seu público-alvo.

A outra questão que elencamos enquanto causadora de estranhamento é o fato de o PRONAF ser um tipo de política que considera as atividades produtivas do camponês como puramente econômicas. É uma representação economicista do campesinato, ou do agricultor familiar, como eles preferem chamar.

O camponês ao trabalhar dá sustentação a todo um habitar, todo um modo de vida que não é nunca puramente econômico, político ou cultural, mas é muito mais um amálgama destas diversas dimensões. A unidade de produção camponesa é muito mais

uma unidade de produção da vida camponesa (um habitar!) que uma unidade de produção economicista como quer a representação em que se apoia o PRONAF.

O campesinato dá sustentação a todo um modo de vida, um habitar que reúne as diversas esferas, uma vida cotidiana que ainda se passa sem que haja toda uma queda na cotidianidade. Na terra de trabalho camponesa, o valor de uso ainda se sobrepõe ao valor de troca. Sustenta-se, então, uma vida cotidiana espacializada a partir de um habitar. **As questões são: por qual razão o camponês veria a aplicação do crédito tão somente restrita às atividades ditas econômicas se em seu habitar, seu *habitus*, essa dimensão não se concebe necessariamente separada das demais da vida? Por qual razão o camponês tomaria crédito apenas para investir em sua produção?**

O camponês faz mais que somente trabalhar, e mesmo quando trabalha não é no sentido economicista. O camponês habita. E esse habitar amalgama diversas esferas, logo sua representação do espaço vai muito além do espaço econômico. É seu habitar que lhe constitui, a sua vida cotidiana, o seu *habitus*, embora para isso seja central a reprodução material a partir do trabalho, o trabalho nunca é “encaixado” na gaveta do “puramente” econômico. Nesse habitar, a terra é obviamente meio necessária para sua reprodução das relações de produção em sentido amplo.

O camponês, ao se reproduzir, conserva o valor de uso de maneira mais forte que o valor de troca e, com isso, pode acabar subvertendo as representações do PRONAF muitas das vezes. Para o camponês, ocorre que tudo aquilo que deveria ser antes de tudo para fins econômicos segundo o PRONAF, é aplicável às diversas esferas da vida.

Ao invés de ser isolado por ser estranho, o PRONAF é apreendido pelos camponeses e, mais do que isso, de uma maneira ou de outra o PRONAF é subvertido e acaba funcionando para servir à lógica das necessidades (em que o imperativo é dado pela família), lógica da previdência, e não a oportunidades abstratas. Quando o camponês opta por tomar o crédito do PRONAF e investi-lo na aquisição de um bovino, por exemplo, ele investe naquilo que compreende como poupança (e não é uma poupança em seu sentido estritamente econômico). Ao investir na sua poupança ele estará utilizando o crédito do PRONAF para atender necessidades de um porvir, apreendido por meio de experiências. Além disso, o boi, quando é vendido atende, muitas vezes, às necessidades do momento em que foi vendido, que pode ser o custeio

dos cuidados com algum caso de doença na família, entre outras demandas. Outras vezes, como já dissemos, os recursos adquiridos com a venda de bovinos vai em direção a um futuro que se delineia a partir das experiências apreendidas anteriormente, como no caso em que se acumula visando.

Também devemos entender que muitas das subversões que o *habitus* camponês instaura no PRONAF se devem às “deficiências” da própria estrutura organizacional do programa, como, por exemplo, a deficiente assistência técnica do programa e portanto a falta de um técnico que em alguns casos pode servir como um “fiscal” do programa⁶². Além desta, outras deficiências podem ser apontadas, como a falta de diálogo entre o PRONAF-Crédito e o PRONAF-Infraestrutura. Por mais que existam camponeses compondo os conselhos, não há qualquer relação entre os empréstimos tomados e as decisões tomadas pelos conselhos. A lógica do sistema financeiro, dentre outras questões, também corrobora para as limitações do programa.

Com um PRONAF de estruturas fragilizadas, o *habitus* camponês, com suas temporalidades e espacialidades, encontra maiores condições de subversão ao discurso hegemônico.

As diferenças entre o PRONAF e as outras formas de se adquirir crédito também se referem às formas como os créditos são avalizados. Nos empréstimos com vizinhos ou com parentes acionam-se as relações de parentesco e vizinhança, relações marcadas pela pessoalidade. Nestas relações, ao se emprestar dinheiro ao outro parte-se de uma expectativa relacionada à maneira como o outro irá proceder com base em reciprocidades, daí se concede o empréstimo em prazos imprecisos, com certa flexibilidade.

Tais operações, entretanto, não são avalizadas apenas pela boa-fé, credor e devedor sabem o quão constrangedor será o fato de este último não pagar seu empréstimo, podendo causar fissuras e até rompimentos nas suas relações com o vizinho ou “parente credor” e com outros que fazem parte das suas relações de vizinhança e parentesco. O fiado, assim como o empréstimo feito pelos mais próximos,

⁶² De acordo com o decreto que cria o PRONAF, o programa também viabilizaria a assistência técnica necessária: “**Art. 6º** O financiamento da produção dos agricultores familiares e de suas organizações será efetuado pelos agentes financeiros, no âmbito do PRONAF, segundo normas específicas a serem estabelecidas para esse fim nas instâncias competentes e de modo a atender adequadamente às características próprias desse segmento produtivo, **contemplando, inclusive, a assistência técnica.**” (PRONAF, 1996).

também se utiliza das artimanhas referentes à personalidade das relações e não somente da simples boa-fé. Um indivíduo que não paga suas contas é afetado moralmente por este fato. Ninguém quer ser “velhaco”, não somente porque isto dificulta a concessão de novos créditos no interior de suas relações de vizinhança e na comunidade em que vive, mas principalmente porque ser velhaco é uma desonra. Isto tem claro rebatimento nas reciprocidades.

São justamente essas reciprocidades que são tecidas na vida cotidiana, nas comunidades, no lugar. É essa rede de relações espacializada que dá sentido ao lugar, que faz com que haja uma poesia do habitar.

As reciprocidades, contudo, não permeiam as relações nas quais o PRONAF se assenta, assim esquece-se do lugar. O PRONAF é uma relação entre o indivíduo, o banco e o governo federal. Dessa forma, o PRONAF, com suas parcelas e prazos rígidos, desconhece as imprecisões só desfrutadas nas relações onde um sabe do outro. É, pois uma forma de crédito que não se adéqua às necessidades do tomador do empréstimo, o tomador é que deve se adequar a ela. É uma forma de crédito que vem de cima para baixo, não se constitui a partir das relações de proximidades constitutivas do lugar. Ora, em meio a grupos com aversão ao risco, os prazos rígidos também se afiguram como riscos, limitando a relação do camponês com o banco.

Outro aspecto que também limita a relação do camponês com o banco são os juros. Juros são a justificativa mais frequentemente apresentada pelos camponeses para não se relacionarem com os bancos. É que em meio a camponeses nordestinos, onde grande parte é bastante pobre, quantias que consideramos pequenas serão para eles bastante relevantes.

Entretanto não exageremos a estranheza que se estabelece na relação entre o camponês e o banco. Se os camponeses, na maioria das vezes, não vão ao banco, isso se deve em grande parte também ao fato de esse público nunca ter sido interessante para o banco, uma vez que não oferecia as garantias ditas necessárias para que se estabelecesse a segurança requerida por uma operação bancária.

No caso do PRONAF, a linha B só passou a ser operada quando o Estado passou a assegurar estas operações. Dessa maneira, se houver inadimplência o banco não perde com isso. Além disso, o Estado, para massificar o acesso ao PRONAF, concedeu

subsídios nas operações deste programa. Estes subsídios se reverterem para o camponês na forma de abatimento da dívida adquirida. Contudo, se o PRONAF chegou aos camponeses mais pobres, isso se deu antes de qualquer coisa devido a reivindicações camponesas.

É bastante interessante, todavia, atentarmos para o fato de como o PRONAF, uma política de desenvolvimento que emerge em um contexto neoliberal, conta hoje com subsídios e ações do Estado para a sua viabilização. A questão se torna ainda mais curiosa quando observamos que o público que mais se serve desses subsídios não é o público dos agricultores “em transição”, definidos como prioritários pelas primeiras versões do programa, mas os camponeses que a primeira classificação julgou como “periféricos”.

Passemos no próximo tópico então a entender como os camponeses que um dia foram classificados por estudiosos como “periféricos”, se valem do PRONAF, subvertendo-o; aceitando-o, mas resistindo.

3.4. O “empréstimo da vaca”

Barra de Antas foi a primeira comunidade a que chegamos e, portanto, a comunidade a partir da qual levantamos os “problemas” iniciais. Ao nos inserirmos nesta comunidade tínhamos consciência, devido às entrevistas feitas anteriormente com representantes do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), de que a mesma se tratava de um “problema” para o BNB, pois a inadimplência para com o programa é um fato bastante comum entre os camponeses desta comunidade.

No entanto, a questão que mais nos intrigava durante a pesquisa que lá realizamos era o fato de o PRONAF ter financiado, de maneira muito forte, a aquisição de bovinos. Além disso, outro ponto que nos chamava a atenção era o fato de muitos camponeses, principalmente os primeiros a tomarem essa modalidade de empréstimo, afirmarem que o programa só financiava bois.

A partir disso passamos a refletir sobre algumas questões. Por que tantos bois? Era uma demanda dos camponeses? Havia diretrizes do banco que privilegiavam o financiamento de bois? Havia interferência de terceiros, como vendedores de bois, que

poderia influenciar os camponeses a adquirirem esses animais? Mesmo se houvessem interferências, o que levava tais camponeses a adquirirem somente bovinos? Uma série de questões fervilhava na nossa cabeça.

Bem, algumas dessas questões só nos foram respondidas quando aprofundamos a nossa pesquisa junto a camponeses de outras comunidades.

Fig. 02: Comunidade Barra de Antas
Fotografia: Michell Tolentino, setembro, 2011

Fig. 03: Entre as casas de Barra de Antas
Fotografia: Michell Tolentino, dezembro, 2012

Fig. 04: O cemitério e uma das capelas de Lagoa do Félix
Fotografia: Michell Tolentino, janeiro, 2013.

Passados alguns dias em Barra de Antas, prosseguimos nosso trabalho em outras comunidades e nessas outras percebemos que uma grande parte dos camponeses falava do PRONAF como um programa que financiava outras atividades, entretanto os mesmos também haviam retirado empréstimos para a compra de bois. Questionamos então porque haviam retirado empréstimos para bois. Ao fazermos essa pergunta, houve um dos entrevistados que riu de maneira discreta. Foi então que percebemos que tomar empréstimos para adquirir bois era o comportamento mais comum, estranho seria se tivessem tirado para outra coisa. Parecia, então, que não havia nada a ser questionado em seu comportamento, que só haveria uma questão se ocorresse o contrário, isto é, se ele tivesse pegado o empréstimo para investir em outra atividade.

Esse comportamento só começou a se explicar quando percebemos que o PRONAF, por ser um programa direcionado às atividades produtivas e, mais do que isso, por exigir um retorno do dinheiro emprestado, mexia com o “cálculo” dos camponeses. É, pois, necessário que se invista na atividade mais segura, aquela onde os riscos são menores, mas não inexistentes, para que assim se possa devolver o dinheiro. É necessário “acessar” o *habitus*, produzido no lugar, para pagar o PRONAF.

Utilizar o dinheiro do PRONAF para a agricultura seria para os camponeses entrevistados uma verdadeira aventura. Isso se deve ao fato de a esmagadora maioria dos camponeses dessa região só plantar em época de chuva, uma vez que não possuem equipamentos de irrigação ou só possuem bombas para bombear a água, necessitando

assim de água das chuvas e sendo então bastante susceptíveis às intempéries climáticas. Alguns depoimentos colhidos no trabalho de campo explicam esse comportamento dos camponeses.

(...) eles (os funcionários do banco) não disseram para que utilizar o dinheiro, mas todo mundo tirou para boi, por que é mais fácil, na agricultura a pessoa fica com mais medo por que tem ano que dá e tem ano que não dá. Para você fazer uma conta grande, tem que ter uma segurança. No ano de 2009 moemos 900 toneladas de cana, em 2010 eu moí 220 toneladas, quebrou-se tudo, não houve inverno, a cana secou, morreu e quebrei. Ainda hoje estamos lutando para recuperar o prejuízo, porque a agricultura não tem garantia, pois quem vai dizer (se a agricultura dará algum ganho) é a natureza e o ano. Por exemplo, esse ano (2011) foi muito bom, pois choveu bastante e ainda está chovendo. Esse mês de setembro já é de seca e ainda está chovendo. (Depoimento de Seu Pedro, camponês, setembro de 2011).

Não sei se alguém daqui (comunidade de Maraú) fez (projeto para agricultura), pois tinham medo em investir na agricultura. O boi, você tira um garrote ou uma vaca, se cair o preço você ainda continua com ela a não ser que aconteça algo de doença e o animal morra. A agricultura não, você vai “atirar no escuro” por que se der errado já era. E o boi não tem como dar errado, pois em toda essa época que muita gente tirou só aconteceu um caso de uma mulher que tinha um garrote que morreu. (...) hoje em dia, é mais vantajoso animais do que agricultura, por causa de preço, apesar de que na criação de gado não tem dia sem trabalhar, o gado tem que ser alimentado todos os dias, na agricultura o descanso é no domingo. *Mas o gado é uma coisa mais certa, você vê o dinheiro com mais facilidade* e na agricultura pode dar uma praga na plantação ou outra coisa dessas e apodrece, aí perde tudo. (...) *O inhame, não dá mais lucro (sic) porque na agricultura se você for fazer as contas nada dá lucro.* Ou seja, em pequena propriedade não dá, se for ao pé da letra não dá, incluindo mão de obra, mas é o único rentável. Mas, se fosse optar por uma cultura só ficaria com o bovino e não trabalharia com agricultura. Projetaria o sítio só para os bois e a parte da agricultura só entraria mais como ração e a parte para o nosso alimento. (Depoimento de Henrique, camponês, setembro de 2011).

Dessa forma, se os camponeses empregassem o dinheiro para a agricultura, mesmo para uma agricultura predominantemente comercial, como é o caso do inhame naquela área, e acabassem “perdendo” sua produção, ficariam em dificuldades, teriam que optar entre dever ao banco ou comprometer a sobrevivência, uma vez que não conseguem ter grandes reservas. Esse é o caso de Seu Marcílio e Seu Severino, assentados em Padre Gino, que investiram o crédito do PRONAF na agricultura, pois segundo contam, não podiam utilizar crédito para criação de animais. Os camponeses dizem:

Ou devia ao banco ou ia passar fome, porque não tinha outra renda. Se tivesse outro pra arrumar esse dinheiro eu tinha pago, tinha arrumado só o dinheiro. O que trabalhava ia “tudinho” para o banco, eu trabalhava, mas eu tinha que viver, e na época a gente não tinha (outra renda). (Depoimento de Seu Marcílio, camponês, setembro de 2011)

Escute bem uma coisa, quando a gente fez o plano aqui, cada projeto desses tinha um objetivo, ou você ia plantar roça, plantar milho, plantar feijão, plantar inhame, agora só não podia desviar o dinheiro pra outras coisas, o próprio banco não dava dinheiro pra outras coisas. Se plantou feijão e milho (...) foi tudo (todo o investimento) com o dinheiro do custeio, mas aí nenhum deles (os investimentos) deram resultado, *além disso você tem que tirar seu consumo de casa, e o que sobrava não dava pra encobrir pra pagar o banco.* (Depoimento de Seu Severino, camponês, setembro de 2011).

Apesar da esmagadora maioria dos camponeses investirem em bois, ainda há alguns que investem em agricultura sem que sejam obrigados por ninguém. No segundo semestre de 2012 ao retornarmos às comunidades, em meio à seca, alguns casos foram sem dúvida tocantes. Seu Doda, por exemplo, que havia investido em inhame e acabou perdendo quase toda lavoura destinada a esse gênero. Seu Doda disse simplesmente que não havia como pagar o empréstimo e que tentaria ir à EMATER para que fizessem um laudo que atestasse perda total de sua lavoura para que assim pudesse ir ao BNB para ver o que poderia ser feito.

Fig. 05: “Seu Doda” em meio ao roçado arruinado
Fotografia: Michell Tolentino, janeiro, 2013.

Contudo, com a seca, não foram apenas aqueles que investiram em agricultura que foram prejudicados. Camponeses como seu Francisco, um “pronafigano antigo”, que sempre utilizou o crédito para compra de gado, também estava passando por

dificuldades. Conhecemos Seu Francisco desde a primeira vez que estivemos em Maraú, ele sempre havia pagado seus empréstimos, mas agora estava com inúmeras dificuldades para fazer isso. Ele havia comprado alguns animais com o dinheiro do PRONAF, mas a seca havia feito com que suas lavouras não rendessem quase nada. Desse modo, seu Francisco teve de vender os animais para suprir necessidades básicas, como alimentação. Chegou a falar: *“agora eu to tendo que comprar tudo, igualzinho ao povo da cidade”*. Seu Francisco não tinha com que pagar o PRONAF, se tornaria certamente um inadimplente.

Fig. 06: A casa e o roçado arruinado de Seu Francisco
Fotografia: Michell Tolentino, janeiro, 2013.

Fig. 07: “Os pés de milho quase não cresceram”
Fotografia: Michell Tolentino, janeiro, 2013.

Só depois, revendo os depoimentos transcritos quando da nossa primeira ida ao campo, vimos um depoimento de Seu Francisco de 2011, ano que ao contrário de 2012 havia sido “bom de chuva”, explicando esse comportamento (de vender os animais quando necessário).

Os animais, quando estão na idade, a gente às vezes vende para marchante, às vezes quando está precisando compra outro. *Quando a lavoura não dá para o sustento, o jeito é vender um animal para as necessidades da casa.* (Depoimento de Seu Francisco, camponês, setembro de 2011).

Se o leitor nos permite uma breve digressão, não poderíamos passar por esse breve relato de maneira fria. Ao falarmos com Seu Francisco, dessa vez, aquele homem muito distava do Francisco que conhecemos. Se antes ele explicava pormenorizadamente cada ponto do PRONAF com certo orgulho por alguém da cidade ter se interessado pelo “mundo” dele. Agora a conversa que se iniciou na sala de sua casa e terminou no meio de um roçado de milho, com plantas que mal haviam crescido, tinha um tom melancólico, triste. Tivemos algumas vezes a impressão de ver seus olhos marejados, prestes a chorar. Um tom de lamentação era sentido em todas as suas falas. Mais do que a tristeza por não pagar o PRONAF, o que já era algo bastante forte, havia uma tristeza por ver tudo frustrado, por não ter conseguido suprir necessidades básicas da sua família com o trabalho no roçado. Era mais do que a lamentação de um prejuízo econômico.

Disso tudo, podemos concluir que o risco é uma forte razão para que os camponeses não invistam em agricultura e sim na criação de animais. Entretanto, o risco nunca está ausente, os bovinos, como vimos e sentimos com seu Francisco, podem ser utilizados como recurso no caso da frustração de todo o roçado. O risco dos bovinos é então sempre menor que o da agricultura, uma vez que a falta de chuva, se dificulta a criação de animais, não a anula, eles sempre podem ser vendidos. Já com a agricultura, qualquer falta de chuvas poderá comprometê-la.

Percebemos aqui um claro comportamento de minimização dos riscos apreendido por meio de experiências anteriores. Mas esse comportamento não se manifesta apenas no fato da criação de animais ser menos arriscada. Esse comportamento também se expressa no que diz respeito à utilização dos bois como uma verdadeira poupança, uma reserva de valor. O depoimento de Seu Pedro é elucidativo dessa questão:

O gado é uma poupança, a pessoa emprega o dinheiro no gado, pois quando aparecer uma precisão a gente vende o gado (Depoimento de Seu Pedro, camponês, setembro de 2011).

Quando ocorre alguma despesa que não faz parte das despesas diárias, como gastos referentes a cuidados com alguém que contraia alguma doença na família, são os bovinos que são vendidos, foi por isso que Seu Francisco vendeu seus bois, para suprir as necessidades do ciclo que ameaçava não se fechar, uma vez que haviam ocorrido imprevistos. É com a venda dos bois que se arca com as despesas com remédios, transporte para hospitais etc. Toda vez que ocorre algo que pode comprometer a reprodução do ciclo camponês (do seu habitar, da sua vida cotidiana) os bovinos são acionados. Mas não somente por isso. Em momentos de festa, como, por exemplo, no casamento de uma filha ou num batizado, o camponês poderá se desfazer de um de seus animais, caso isto não comprometa sua reprodução sobremaneira. Nesse último caso, o bovino é o que Wolf (1976) chama de “fundo cerimonial”, um fundo destinado à participação dos camponeses nas relações sociais, em sua sociabilidade no lugar, a comunicação que amalgama as diversas esferas da vida tornando-a só vida. Percebemos, assim que a poupança, essa palavra que muitos de nós relacionamos rapidamente ao econômico, costura-se com aquilo que não é estritamente econômico. A poupança não é algo que serve a um negócio, mas é antes de tudo algo que serve a uma casa, a uma família inserida em um lugar, a um habitar numa comunidade com um *habitus* estruturado e estruturante, com uma vida cotidiana onde se dialetizam ordem próxima e ordem distante. O camponês “(...) não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa” (WOLF, 1976, p. 14). O PRONAF nesses casos serve à economia de uma casa, de uma vida, e não à economia de uma empresa como sustentam as representações do agricultor familiar.

Fig. 08: A casa e a produção (Maraú)
Fotografia: Michell Tolentino, outubro/2011.

Fig. 09: Lugar para armazenar a produção (Maraú)
Fotografia: Michell Tolentino, outubro/2011

Fig. 10: Cadeiras para conversar, bicicleta para brincar
Fotografia: Michell Tolentino, outubro/2011

Figuras 11 e 12: Bois comprados com dinheiro tomado do PRONAF
Fotografia: Michell Tolentino/ setembro, 2011

Se os camponeses são suscetíveis a outras esferas que não a estritamente econômica, os mesmos não abdicam da racionalidade necessária para que continuem a se reproduzir. Quando não ocorre nenhuma despesa “imprevista”, os bovinos machos somente serão vendidos “no tempo”, ou seja, quando estiverem grandes o bastante para se obter uma quantia considerável como pagamento. Ficar com o gado por mais tempo faria com que o mesmo envelhecesse e tivesse seu preço depreciado. Há, portanto, um comportamento racional, como os depoimentos apontam.

Tem o tempo certo de vender o boi, mas quando a pessoa tá no sufoco e numa precisão muito grande tem que vender. (Depoimento de Seu Mizael, camponês, setembro de 2011)

É, vende *quando tem precisão*, os garrotes *a gente sempre segura*, agora os bois *a gente sempre vende*. (Depoimento de Marcos, camponês, agosto de 2011).

(...) quando você tá precisando do dinheiro aí vende o boi. Por exemplo, hoje em dia o preço está por R\$ 1500 ou R\$ 1600, aí vende, depois tira seiscentos ou setecentos (reais) e compra um (bovino) menor e com o restante do dinheiro faz as suas obrigações de precisão. (Depoimento de Seu Pedro, camponês, setembro de 2011).

A partir desse “cálculo”, opera-se uma criação cíclica de bovinos e não cumulativa no sentido de uma empresa capitalista, em direção a um futuro abstrato. Pode até haver acumulação, que não é de capital nem se ampara em esquemas abstratos, mas antes visa um futuro apreendido no concreto, como, por exemplo, quando o camponês, para assegurar a reprodução social dos seus filhos ainda como camponeses, acumula algumas cabeças de bois para que com a venda possa adquirir terra ou outros recursos necessários. Nestes casos o valor de uso se sobrepõe ao valor de troca.

Em nossas entrevistas alguns camponeses relatavam que já chegaram a ter um número X de bovinos (o X indicando o máximo de bois que já tiveram). Ao questionarmos se esse número X havia se dado antes ou depois do PRONAF, eles nos diziam que tanto antes como depois já tiveram esse número de bovinos e o que não podia se fazer era extinguir a criação de bois, pois aí sim ficariam sem reservas nenhuma para uma eventual dificuldade.

Já tive quinze bois, antes e depois dos empréstimos, tem tempo que aumenta e tem tempo que diminui. Apesar de que tenho lugar de vargem⁶³, no tempo da seca⁶⁴ (os animais) só se alimentam com o que eu coloco, porque no molhado eu coloquei o capim de corte. No tempo da seca nós diminuimos o gado para não dar muito trabalho (Depoimento de Seu Mizael, camponês, setembro de 2011)

Há, portanto, uma ciclicidade que foca na reprodução doméstica sem olvidar-se que existem condicionantes climáticas, elas mesmas alterando a reprodução da unidade

⁶³ Denominação local para a várzea.

⁶⁴ Muitas vezes o camponês se referirá à seca como algo que acontece todo ano, neste caso eles estão se referindo a uma estação do ano, período em que as chuvas cessam ou se precipitam muito irregularmente, não sendo um período em que se plante. Isso é diferente da conjuntura de seca, fenômeno cíclico, que ocorre com a periodocidade de anos.

doméstica. Há, portanto uma poupança de bovinos diretamente relacionada a um comportamento de minimização de riscos.

Essa ciclicidade pode, pois, ser compreendida como a reprodução simples que se opera na lógica da reprodução camponesa. O esquema M-D-M abordado por Marx (1980) se faz mais uma vez presente, negando uma reprodução ampliada. O camponês, ao vender o bovino que se torna nessa relação uma mercadoria e trocá-lo por dinheiro, utiliza tal dinheiro para as “obrigações da precisão”, como diz Seu Pedro, comprando mercadorias necessárias para a casa e não para se reproduzir de maneira ampliada. Comprando mercadorias necessárias a seu habitar, a sua vida cotidiana, concebendo-as ainda como valor de uso.

Ao perguntarmos aos camponeses sobre o que eles faziam com o dinheiro obtido com os bovinos quando vendidos “no tempo”, isto é, quando não têm que se desfazer do animal por uma urgência, os mesmos não sabiam muito bem precisar o que se fazia, o que de início nos incomodava. Entretanto, o seguinte trecho nos fornece algumas pistas.

Comecei a criar (animais) há muitos anos e eu mesmo comprava. Mas depois veio o PRONAF que deu uma força. Ainda tenho animais que foram comprados com o empréstimo, as vacas deram as crias. Eu “deixo eles” crescerem e vendo para os marchantes. *Com o dinheiro eu compro as coisas para a casa, divido com os filhos porque eles já me ajudaram muito e agora eu os ajudo.* (...) Quando meus filhos precisam eu ajudo, e junto para comprar outro (bovino). A gente podia aplicar também na plantação, mas o clima não ajuda muito, o boi é mais seguro (Depoimento de Seu Mizael, camponês, setembro de 2011).

Considerando outras conversas que tivemos com os camponeses juntamente com a que acabamos de nos referir, percebemos que a venda destes bovinos ia para despesas imediatas como dívidas contraídas e até mesmo para comprar comida e ajudar filhos que já haviam casado, como também para comprar um novo bovino. Não devemos, no entanto, olvidarmos que tudo o que foi dito até agora assenta-se também numa representação de futuro que parte do *habitus* camponês. Não se tem um futuro abstrato em vista, não se sabe ao certo se o animal será vendido “no tempo” ou para alguma necessidade repentina, sabe-se apenas que deve-se ter provimentos caso estas necessidades apareçam. Só então compreendemos que ao perguntarmos para o camponês qual o destino do dinheiro adquirido com a venda dos animais, a resposta que de início nos parecia evasiva, era na verdade a compreensão dos camponeses sobre o

processo, quase nunca eles sabiam ao certo antecipadamente onde seria alocado o dinheiro, só no momento específico isto se saberia.

Outra questão que merece ser ressaltada é a maneira como as vacas fazem parte do “cálculo” camponês. As vacas, diferente dos bois, dificilmente são vendidas já que as mesmas têm a função de procriar. É por esse motivo que alguns camponeses preferem adquirir vacas com o dinheiro do PRONAF e não bois.

Se for fêmea, que é um bicho bom, dá para aumentar (o rebanho). Antes do PRONAF tinha uns dois animais, agora tenho três. Teve tempo que tinha quatro animais, mas foi o tempo em que as coisas desandaram. (...) Foi o tempo que a crise apertou e vendi os animais. (Depoimento de Seu Francisco, camponês, setembro de 2011)

O boi é uma reserva, a vaca não é, porque serve para produzir, o boi a gente vende ele e às vezes compra outro e coloca no lugar. (Depoimento de Seu Mizaél, camponês, setembro de 2011)

A partir das vacas, os camponeses também jogam com o crédito de outra forma. Alguns deles já possuem bois, então compram vacas que multiplicam o rebanho. Enquanto o PRONAF está em período de carência, a vaca procria, assim pode-se vender alguma de suas crias para pagar o empréstimo. É isso que Dona Alice e Seu Pedro apontam em seus depoimentos:

A vaca era mais pra progredir, a vaca ia dando cria, era dois anos pra pagar, aí, por exemplo, nesses dois anos davam duas crias, uma dava pra pagar o banco e a outra ficava com eles (os camponeses), né? (Depoimento de Dona Alice, camponesa e ex-presidente da associação de agricultores da comunidade de Barra de Antas, agosto de 2011)

Teve uma vaca que foi com o dinheiro do PRONAF(...) Tirei mil e quinhentos reais e paguei mil trezentos e setenta, vendi o bezerro por mil e quatrocentos e deu para pagar, ficou a vaca, um boi e um bezerro e agora ela tá “buchuda”⁶⁵ (Depoimento de Seu Pedro, camponês, setembro de 2011.)

Esse tipo de racionalidade é muito próxima a uma relação de trabalho que os camponeses têm historicamente, a “meia”. Só atentamos para isso quando um camponês, que criava animais de outras pessoas a partir do sistema de meia, nos disse: *“É como se eu fizesse um PRONAF”*.

⁶⁵ Sinônimo de prenha.

A meia consiste no seguinte: suponhamos que o indivíduo A seja o dono de uma vaca, e o indivíduo B a crie. Quando a vaca der sua cria, todos os filhotes dessa vaca terão seu valor dividido em duas partes iguais, uma sendo do indivíduo A, outra do indivíduo B. É semelhante ao modo como eles pensam o PRONAF, quando a vaca der suas crias parte delas irá para o pagamento do PRONAF e a outra parte ficará para o camponês. É um velho *habitus* que joga com o PRONAF, algo que se forjou a partir das relações estabelecidas no lugar e que não foi imposto por nenhuma norma.

Outra maneira utilizada pelos camponeses para “jogar” com o PRONAF foi o fato de muitos, alguns sem possuírem animais machos, comprarem a vaca emprenhada, de maneira a já estar garantida a cria da mesma.

Também foram narradas outras situações que nos pareceram irracionais em um primeiro momento. Alguns produtores adquiriam um macho e vendiam esse animal para pagarem ao banco, parecia ser uma conta de resultado zero. Só depois de outras entrevistas e conversas é que começamos a entender qual a lógica dessa operação. Na verdade muitos deles já tinham fêmeas e compravam os touros para cruzarem com elas, depois vendiam o animal que tinham adquirido e ficavam com as crias, mais novas. Os depoimentos abaixo narram esse comportamento:

O empréstimo foi no meu nome mesmo e já fiz dois empréstimos, desde o início. O primeiro empréstimo foi mais ou menos em 2007 (mil e quinhentos reais) e o segundo mais ou menos em 2009 (dois mil reais), pois foi de dois em dois anos. O dinheiro dos empréstimos só foi utilizado para o gado. O dinheiro do primeiro empréstimo só deu para comprar o boi que já foi vendido, fiquei com a novilha do boi e, com o dinheiro da venda paguei o banco. (...) os outros gados foram comprados com o dinheiro do segundo empréstimo. Vendo o gado para pagar o banco, mas sempre fico com uma herança, uma novilha. Tem que saber trabalhar para não ficar com o nome sujo e depois perder o empréstimo. (Depoimento de Seu Francisco, camponês, setembro de 2011).

Os camponeses empreendiam assim mais uma subversão ao PRONAF. Ao investirem em criação de bois e vacas, os camponeses alocavam o PRONAF conforme sua racionalidade, para reproduzir o seu habitar. O PRONAF não atinge centralmente sua vida cotidiana, de modo a modificar tudo que existe, são antes os camponeses que articulam o PRONAF às suas estratégias de reprodução social. É antes o lugar tecido nas suas relações que rearticula a lógica global do PRONAF. As vacas sempre

estiveram presentes no cálculo camponês como animais diferenciados dos bois por parirem. Assim joga-se com uma antiga forma de racionalização da produção desses animais, para que com seus ganhos se possa pagar as dívidas contraídas com o PRONAF, sem, no entanto, haver maiores alterações com relação à vida cotidiana.

Desta forma, aquilo que para nós pareceu irracional em um primeiro momento correspondia na verdade ao entendimento que os camponeses tinham de que poderiam pagar o empréstimo com as crias do animal e, em alguns casos, com a venda do próprio animal.

Outro ponto que percebemos ser importante para que os recursos se direcionem para a aquisição de bovinos é o fato de haver relações comerciais, historicamente construídas no lugar, favoráveis para que se opere a venda destes animais. Os principais compradores dos bovinos são marchantes e a carne dos bois abatidos é vendida nas feiras locais. Logo, existe uma dinâmica favorável à venda desses animais no município.

Um fator que também leva os camponeses a utilizarem os recursos do PRONAF, mesmo possuindo um comportamento de aversão ao risco, é o fato desse programa contar com abatimentos nas dívidas para aqueles camponeses que pagam no prazo estabelecido. Esse comportamento do camponês acaba subvertendo o PRONAF mais uma vez. O PRONAF é um programa voltado para o incentivo do “empreendimento do agricultor familiar”. Contudo, os camponeses utilizam dos seus abatimentos para conseguirem algum dinheiro e não o empregam como investimento para conseguir mais dinheiro. O dinheiro obtido com a venda do animal é muitas das vezes gasto logo, não costuma haver uma acumulação, quando ela ocorre é bastante tímida e logo se desfaz, não há uma continuidade.

Michell: O empréstimo foi de mil, foi?

Carlos: Foi de mil, mil e pagava oitocentos reais.

Michell: Esses duzentos reais era meio que perdoado?

Carlos: Era, se pagasse com os dois anos tinha o abatimento. Aí antes dos dois anos eu paguei, aí só paguei seiscentos e setenta e cinco. (Depoimento de Carlos, camponês, agosto de 2011).

Por todo o exposto pode-se compreender que há sim uma racionalidade que orienta a relação destes camponeses com os recursos do PRONAF, entretanto trata-se de um cálculo que diverge do cálculo capitalista. A escolha de bovinos como principal

aplicação para os recursos do PRONAF obedece à racionalidade de um cálculo que nem se sabe enquanto cálculo, que se funda na experiência, naquilo que foi passado por gerações, num *saber-fazer* (cf. Woortmann e Woortmann, 1997) instaurado pela prática, em uma vida cotidiana que se espacializa no lugar. Não nos parece de modo algum que tal cálculo seja feito por cada um dos camponeses de maneira abstrata, a partir de uma racionalidade empresarial que tenta maximizar as condições de lucro tendo um plano de investimentos minimamente construído. Todo o cálculo é feito a partir de um bem apreendido no presente imediato, o boi. Um cálculo que considera no máximo as crias do animal adquirido. Um cálculo que se vale de um comportamento de minimização dos riscos, na tentativa de reproduzir ciclos, na tentativa de reproduzir sua vida cotidiana, seu habitar, a partir de seu *habitus*.

Quanto ao fato de fazerem uma poupança, o leitor pode questionar se somente isso já não seria suficiente para afirmar a existência de um futuro projetado. Respondemos que não, pois os bois servem a uma lógica das necessidades de um dado momento, necessidades que, muitas das vezes, nem se sabe quais serão, sabe-se apenas que virão. As respostas imprecisas dos camponeses demarcam a noção de futuro, mas sem saberem precisar esse futuro nunca é um futuro abstrato. É diferente, pois, de uma poupança feita a partir de um objetivo previamente posto no futuro a partir de esquemas quase que totalmente abstratos.

É assim que o PRONAF e seu “espírito empresarial”, “espírito de cálculo”, tomando por sujeito o *homo economicus*, demarca distâncias em relação a grande parte do seu público-alvo, imbuído muito mais da lógica das previdências do que das previsões. São, pois, as previdências que fazem parte do *habitus* do camponês e não as previsões. A previdência é que vale na prática como estrutura estruturada que funciona como estrutura estruturante. Assim subverte-se o PRONAF. Subverte-se toda a representação do agricultor familiar assentada em uma representação do tempo que prima pelo linear e cumulativo. A ciclicidade da vida cotidiana e de muitas de suas representações subverte as representações do PRONAF.

O PRONAF B, que havia sido elaborado em seu início com a concepção que depois que seus beneficiários tirassem três empréstimos eles se tornariam pronafianos C (o que pressupõe um comportamento que visa a acumulação), não funciona assim. É antes a subversão do habitar sobre a empresa; do valor de uso sobre o valor de troca; da

obra sobre o produto, da apropriação sobre a dominação, do ciclo sobre a linha cumulativa.

3.5. Pluriatividade no PRONAF?

No capítulo anterior, abordamos questões acerca da representação que foi feita das atividades não-agrícolas enquanto pluriatividade, como uma representação difundida pelo discurso do modelo de desenvolvimento flexível. Neste tópico, no entanto, queremos compreender como os camponeses das comunidades pesquisadas se valem dessa abertura no PRONAF, enquanto financiador de atividades não-agrícolas.

Dentre os camponeses que foram pesquisados, as atividades não-agrícolas não fazem parte de nenhum comportamento ou racionalidade empreendedora por parte dos mesmos, são antes atividades assentadas na vida cotidiana dos seus lugares. São atividades que não decorrem de nenhuma norma impositiva e sim de um tecido de relações históricas e espacialmente estabelecidas.

Tais atividades, encontradas em campo, não são realizadas pelos homens, mas em sua esmagadora maioria por mulheres e dizem respeito a tarefas simples como comprar roupas para revender, abrir uma pequena oficina de costura, fazer material de limpeza de maneira artesanal, entre outros “trabalhos invisíveis” que sempre foram do domínio feminino. Magalhães e Abramovay (2006), ao estudar o uso do PRONAF B em regiões do Nordeste e de Minas Gerais, já haviam percebido isso.

Sabe-se que atividades não agrícolas como artesanato, comércio, oficinas de costura, beneficiamento de alimentos, serviços de limpeza, perfumaria e cosméticos são atividades predominantemente femininas e que atividades agrícolas não tradicionais como produção de especiarias, plantas medicinais, bicho da seda e plantas ornamentais são atividades típicas do domínio feminino (MAGALHÃES e ABRAMOVAY, 2006, p. 17).

Dentro da nossa pesquisa, encontramos apenas uma atividade não-agrícola financiada pelo PRONAF que era comandada por um homem, esta era uma pequena mercearia, que já existia antes do PRONAF. A mercearia que também funciona como um pequeno bar onde os homens se reúnem à noite, sempre foi algo do domínio

masculino. Mulheres, ao que pudemos perceber, não se demoravam lá, apenas iam comprar algo que faltasse à casa e logo saíam.

Tomar crédito do PRONAF para atividades não-agrícolas como as que citamos é comportamento bem mais recente do que tomar empréstimo para aquisição de bovinos. Financiamentos para atividades não-agrícolas só passaram a acontecer com mais força quando o assessor do AgroAmigo começou a incentivá-las. Apesar disso, investimentos em atividades que não correspondam às atividades agrícolas e pecuárias ainda são bastante tímidos.

A nosso ver, essas atividades necessitam de estímulos para serem vistas como rentáveis, justamente porque, aos olhos dos camponeses, não são estas as atividades que logo se associam ao trabalho “produtivo”, ou seja, aquele que de fato traria um ganho. O trabalho produtivo é visto pelos camponeses como a atividade principal, aquela que de fato garante a reprodução social da família.

Em se tratando de campesinato, não estamos dizendo nenhuma novidade quando dizemos que os homens sempre foram vistos como os sujeitos que produziam e as mulheres sempre foram aquelas que “ajudavam” no roçado e eram responsáveis pelos serviços domésticos, contribuindo para o orçamento doméstico de maneira quase que “invisível”. Isso pode ser percebido até mesmo em atividades pecuárias, como a criação de galináceas. A criação de galinhas, que sempre foi tarefa feminina, não é quase percebida pelos camponeses. Ao perguntarmos o que eles criavam, fazia-se alusão apenas à criação de animais de médio ou grande porte como bovinos e caprinos, atividades predominantemente masculinas. Tínhamos sempre que lembrá-los das galinhas e eles nunca sabiam precisar muito bem a quantidade de cabeças que tinham, sempre ficava em um número aproximado.

Essa invisibilidade das tarefas femininas também se observa em relação a atividades não-agrícolas. É interessante pensar como as atividades não-agrícolas estão postas dentro do modo de vida camponês, refletindo também posições de gênero na família camponesa.

Sobre as atividades ligadas ao vestuário, sempre foi e de certa maneira ainda é comum encontrar mulheres camponesas que são costureiras. Anteriormente elas costuravam todas as roupas da família e ainda costuravam para aqueles que faziam parte

do seu círculo de vizinhos e parentes, algumas vezes chegavam a costurar até para famílias mais abastadas, disso se conseguia alguma renda monetária. Atualmente não se encontram tantas costureiras, embora ainda existam algumas, uma vez que as roupas que antes eram feitas por elas, agora são compradas prontas em lojas ou através de sacoleiras. No entanto, se o número de costureiras decresceu, o número de sacoleiras aumentou e esta última também é uma atividade financiada pelo PRONAF e de predomínio feminino.

Além disso, encontramos em Barra de Antas, mulheres que haviam feito um curso, viabilizado pela CPT, e haviam tomado empréstimos do PRONAF para iniciar um pequeno comércio. Essas mulheres produzem tudo em casa e vendem estes produtos também nas suas residências, sua clientela é composta somente por seus vizinhos e parentes. Sua clientela se apoia, pois, em sua rede de vizinhança, parentesco e comradio, especializadas no seu lugar.

Quando questionamos se essas atividades haviam se tornado a principal no orçamento familiar, elas responderam: *“Não. É só uma ajuda”*.

Para que essas tarefas sejam financiadas pelo PRONAF, assim como o boi, é extremamente importante o período de carência que o programa concede. Se as parcelas tivessem que ser pagas no curto prazo, dificilmente os camponeses poderiam pagá-las e assim não optariam pelo financiamento destas atividades.

Outro comportamento que merece um pouco mais de atenção diz respeito ao modo como a família “joga” com o crédito do PRONAF a partir destas relações de gênero e do tipo de atividade. Já sabemos que a maior parte das atividades não-agrícolas financiadas pelo PRONAF é de responsabilidade das mulheres. Isto se evidencia em casos como o da família de Seu Natanael. Enquanto ele tirou empréstimos voltados para a aquisição de bovinos, a sua esposa, Dona Lourdes, tomou empréstimos para comprar roupas e revendê-las, distribuindo parte do dinheiro para que as filhas e as noras que já não se encontram na sua casa fizessem o mesmo.

Michell: Aí vocês usaram o primeiro empréstimo para quê?

Natanael: Eu comprei um garrote.

Michell: Um garrote?

Natanael: É.

Michell: O segundo (empréstimo), que foi o primeiro (no nome) dela, foi para quê?

Lourdes: Foi para comprar roupa.

Michell: E o terceiro?

Lourdes: Foi no meu nome, pra comprar roupa também.

Michell: A mulher faz para roupa e o homem faz para boi, né?

Lourdes: É, eu vendo roupa em casa, aí eu tirei pra vender.

(Entrevista com Seu Natanael e Dona Lourdes, camponeses, em setembro de 2011).

A forma de agir estrategicamente com o dinheiro do crédito do PRONAF ilustrada na citação anterior é bastante comum nos lugares que pesquisamos. É muito corriqueiro o homem tomar empréstimo para adquirir bois e a mulher retirar crédito para comprar roupas e revendê-las.

Também é comum que aconteça de o homem tomar empréstimo para bois e as mulheres tomarem empréstimos com a mesma finalidade. No entanto, vale ressaltar que quando os empréstimos das mulheres se referem a bovinos, sempre são os homens que administram, desde a compra do boi, sua alimentação, até sua venda. Nestes casos as mulheres servem apenas para que a família possa retirar até dois empréstimos em pouco tempo, uma vez que, assim que retira o empréstimo, o camponês fica impossibilitado de tomar outro até que o crédito adquirido seja pago.

A nosso ver, o que permite ao campesinato atuar dessa maneira é o fato de o PRONAF, assentado na categoria do “agricultor familiar” empresário, conceber os camponeses enquanto indivíduos e não enquanto famílias camponesas. Por mais que o patriarcado seja dominante no campesinato, o chefe de família traça suas táticas de reprodução visando a reprodução da família e não de uma empresa de sua propriedade individual. Dessa maneira, a família acaba jogando com a burocracia do PRONAF. Assim os empréstimos de Natanel e Lourdes que aparecem no banco como empréstimos que não têm nada a ver um com o outro, a não ser os endereços, são empréstimos para a viabilização da reprodução social de uma família, da vida cotidiana de uma família.

A única atividade não-agrícola que encontramos de responsabilidade de um homem, como já fizemos alusão no início deste tópico, diz respeito a uma pequena mercearia que funcionava como bar. Algo que não é estranho aos lugares em que os camponeses vivenciam sua vida cotidiana e que sempre foram atividades masculinas. Dessa maneira, queremos enfatizar que, se a maior parte das atividades não-agrícolas é de domínio das mulheres, a sua totalidade não é.

Portanto, a partir de tudo o exposto, podemos compreender que, ao se utilizarem do crédito do PRONAF para atividades não-agrícolas, os camponeses reforçam atividades que sempre tiveram. Prova disso é a reafirmação dos papéis masculinos e femininos no interior da economia camponesa, além do mais, também não se servem de racionalidades empresariais. Há, portanto, um *habitus* que estrutura esses comportamentos.

Devemos, portanto, ter cautela com o discurso da pluriatividade e do “novo rural” e tentar identificar até que ponto as atividades não-agrícolas apontam para mudanças ou continuidades. Não se exclui aqui a possibilidade de estarem ocorrendo mudanças de monta no tocante às atividades não-agrícolas em outros espaços rurais e até mesmo em Sapé, apenas atentamos para o fato de que nem toda atividade não-agrícola deve ser vista como novidade no meio rural, como rompimento do que havia antes. Assim, devemos ter atenção para, quando lermos dados quantitativos de atividades não-agrícolas, não fazermos uma correlação automática com um processo inteiramente novo.

Figura 13: Camponês em sua mercearia com alguns produtos financiados pelo PRONAF (Barra de Antas)
Fotografia: Michell Tolentino/ setembro, 2011.

Figura 14: Camponesa em sua pequena oficina de costura, empreendimento financiado pelo PRONAF (Lagoa do Félix)
Fotografia: Michell Tolentino/ outubro, 2011

Apesar de tudo, a noção de pluriatividade, enquanto um componente do discurso hegemônico, foi sem dúvida responsável para que se passasse a conceder crédito para atividades não-agrícolas a partir do PRONAF. Tomando empréstimos para atividades não-agrícolas, os camponeses utilizaram o dinheiro de maneira a reafirmar as atividades

que já existiam, que fazem parte do seu *habitus*, do seu lugar, daquilo que é prática e não conforme um projeto baseado numa representação da empresa.

Entretanto, não se pode dizer que estas atividades estão congeladas no tempo. Entre as roupas que as costureiras fabricavam e as que as sacoleiras vendem, há todo um processo de desmantelamento das antigas relações que as costureiras mantinham com sua “clientela”. Além disso, a mercearia, apesar de conservar aspectos em sua maioria tradicionais, inclusive vendendo produtos como sequilhos, passou também a vender cerveja em lata da AmBev e outros produtos que há bem pouco tempo não faziam parte dos hábitos de consumo destes camponeses, como até mesmo suco instantâneo e quitutes. Enfim, os hábitos de consumo mudaram, mas muito ainda continuou.

Para que se desse essa continuidade, insistimos que a temporalidade dos camponeses, demarcada pela previdência e não pela previsão foi um fator essencial. O pequeno negócio que os camponeses têm não possui maiores projetos de expansão e nisso não há nenhuma frustração. Seus negócios são “ajudas”, que respondem a uma lógica da previdência, das necessidades, mais do presente que do futuro. Não se espera nenhum futuro abstrato, mas tão somente um gerenciamento da vida cotidiana ou um futuro apreendido no concreto. Não há nenhuma compreensão do tempo enquanto uma linha cumulativa assentada sobre esquemas abstratos, mas antes como ciclos, com fases de “produção de recursos” para a manutenção da família sendo sucedidas por fases de “consumo desses recursos”. Algo parecido também pode ser percebido em ciclos mais longos, como quando Chayanov (1985) analisa a lógica da produção e consumo nas famílias camponesas. Segundo Chayanov (1985) em uma família camponesa jovem em que os filhos ainda são pequenos, há uma maior discrepância na relação entre consumidores e trabalhadores. Os últimos terão que trabalhar mais para suprir as necessidades de toda a família. Esta relação começa a ficar mais igualitária quando os filhos crescem e passam de maneira gradual a ser trabalhadores. Daí a relação consumidor-trabalhador tende a decrescer até o momento que as noras entram nas famílias, tem filhos e os pais já envelheceram. Recomeça-se o ciclo.

O fato de as atividades não-agrícolas serem na grande maioria das vezes, senão em todas, classificadas como “ajuda” também representa um elemento interessante para a análise. Se o que os camponeses fazem além do agrícola é sempre “ajuda” e “ajuda” demarca uma categoria marginal ao trabalho, é porque sua identidade camponesa é

centrada antes de tudo na agricultura e na criação de animais, sendo o não-agrícola marginal à sua identidade. Essa é uma das razões pelas quais as atividades não-agrícolas têm participação tímida no PRONAF em meio aos camponeses que pesquisamos, tendo sempre que ser incentivadas pelos assessores do AgroAmigo. Os camponeses se reconhecem antes de tudo como agricultores ou criadores de animais e não como comerciantes ou artesãos. Impor a inversão entre o que consideram central e marginal parece-nos ser uma violência. Acreditamos que este seja um elemento importante para compreendermos o porquê do PRONAF ser no discurso uma política que possui como diretriz a pluriatividade e na prática se configurar muito mais como uma política setorial, pautada principalmente na agropecuária, como alguns estudiosos afirmam.

Além disso, reafirmamos, que, dentre os camponeses estudados, quase tudo se faz a partir da lógica das necessidades, da previdência, e não a partir de uma profissionalização do campesinato, como o PRONAF busca incentivar, não a partir de uma representação do tempo cumulativa e linear.

Além do que abordamos, uma outra questão que se apresenta é o fato de estes camponeses terem histórias completamente diferentes dos camponeses franceses, nos quais se baseia a noção de pluriatividade. Diferentes destes camponeses, os agricultores paraibanos não passaram por um processo de fordização de suas unidades, nem por crises de superprodução⁶⁶. As atividades não-agrícolas não foram meios criados pelo campesinato para conseguir se reproduzir em meio a uma crise de superprodução. As rendas não-agrícolas foram antes decorrentes de atividades que sustentavam a vida cotidiana camponesa, seu habitar, seus lugares. Não devem ser economicizadas, pensadas como atividades “puramente” econômicas. Estas atividades estão cheias de códigos relacionados a parentescos, vizinhanças, compadrios e famílias.

Esta é uma das razões pelas quais o Turismo Rural, embora já exista em Sapé, seja bastante tímido quanto à sua significância. Geralmente, empreendimentos como pesque e pagues não estão em propriedades de camponeses. Estes pertencem a indivíduos muito mais urbanos que acabam por “abraçar” a representação de um rural lúdico, calmo, enquanto contraposição do urbano caótico. Talvez, isso seja um elemento

⁶⁶ Existem alguns estudos que tentam delimitar o conceito de pluriatividade a determinadas áreas onde ocorreram processos similares, embora diferentes, àqueles ocorridos na França, como no Sul do Brasil. Entretanto, outras correntes propõem o uso do termo pluriatividade a qualquer combinação de atividades agrícolas e atividades não-agrícolas.

que explique o fato de não termos encontrado camponeses que tenham acessado o “PRONAF Turismo Rural”. Além disso, projetos voltados ao PRONAF Eco, PRONAF Agroecologia também são escassos. Não exageremos, contudo, essa oposição de representações, muitas vezes estas linhas especiais de PRONAF não são divulgadas pelo BNB e o camponês nem sabe da existência das mesmas, entretanto o fato de os camponeses nunca terem problematizado isso é algo que aponta para o estrangeirismo de algumas dessas representações. Muito embora seja verdade que algumas delas até serviriam para a reprodução camponesa.

A representação da natureza na qual o PRONAF se assenta, entretanto, não se coaduna com a representação que os camponeses têm da mesma. Longe de terem sistematizada sua representação com a natureza, percebemos que a maneira como o camponês se relaciona com a natureza é diversa de uma representação de “senhor da natureza”, ou que só convive com ela cuidando da mesma em bases patrimoniais, como se a natureza fosse uma criança. Tem-se antes uma relação, e portanto uma representação, da natureza enquanto algo que ao mesmo tempo que lhe serve precisa descansar.

O que queremos dizer com isso é que estas representações que respondem muitas vezes às necessidades urbanas não são de maneira alguma compartilhadas pelos camponeses dos lugares que estudamos. O “novo rural” não faz sentido para eles, uma vez que nem sequer o “velho” se resolveu ou desapareceu, como pretendem alguns teóricos.

3.6. Discursos ocultos como resistências ao PRONAF

3.6.1. Os rumores como discursos ocultos

Até o momento falamos daquelas resistências que resultam do *habitus* dos camponeses pesquisados. Abordamos um tipo de subversão que os próprios sujeitos que a fazem nem sabem que fizeram. Passaremos agora a falar de um tipo de resistência que também tem no *habitus* um elemento importante, entretanto agora os camponeses sabem que subvertem, sabem que estão mudando algo. Todavia, mesmo subvertendo, os camponeses não se servem de nenhum discurso revolucionário, nenhuma ideologia que

tente mudar tudo o que está posto, nenhuma representação sistematizada, é por isso uma tática no sentido de De Certeau (1996).

Estas resistências podem ser apreendidas na noção de Scott (2002) de *formas cotidianas de resistência*. Empreendendo esforços teóricos sobre esta noção, Scott (2002) se propõe a entender as formas cotidianas de resistência a partir do discurso oculto e do discurso público⁶⁷. Ao definir o discurso oculto, Scott (2000) afirma: “usarei o discurso público como uma descrição abreviada das relações explícitas entre os subordinados e os detentores do poder” (p. 24, tradução nossa). Já o discurso oculto se refere:

a conduta “fora de cena”, mais além da observação direta dos detentores do poder. O discurso oculto é, pois, secundário no sentido de que está constituído pelas manifestações linguísticas, gestuais e práticas que confirmam, contradizem ou tergiversam o que aparece no discurso público (SCOTT, 2000, p. 28, tradução nossa).

Um fator interessante nas comunidades nas quais fizemos nossa pesquisa é como os discursos ocultos se fazem, a partir do rumor ou do discurso dissimulado. Scott (2000), ao chamar atenção para exemplos de discursos ocultos, também relaciona o rumor enquanto forma de resistência.

Nem tudo, mas muito do que apreendemos desses discursos, se deu em “momentos informais” da pesquisa, quando nos encontrávamos com o gravador desligado e sem papéis em mãos, quando nos inserimos “desinteressadamente” nas suas conversas feitas nas calçadas, na mesa de jantar, na sala vendo televisão, no campinho de futebol e até mesmo na casa de farinha.

⁶⁷ Nos originais, Scott utiliza as expressões “hidden transcripts” e “public transcripts”. A obra na qual Scott trabalha de maneira mais enfática estas noções ainda não conta com uma tradução em português, mas, apesar disso, seus comentadores traduziram estas expressões. Porém as traduções são diferentes. Menezes (2002) traduz como “transcrições ocultas” e “transcrições públicas”, Monsma (2000) traduz como “transcrições escondidas” e “transcrições públicas”. Optamos por utilizar o termo “oculto” em detrimento de “escondido” como nas traduções em espanhol (em espanhol se usa discurso oculto e discurso público) e na de Menezes (2002) devido a uma justificativa da última, na qual acolhe uma sugestão do professor Frederico de Castro Neves, que diz: “Penso que o termo hidden, proposto por Scott, refere-se a situações ocultas pelas relações de poder e dominação: situações que se tornam visíveis ou pela pesquisa ou quando se tornam públicas, em determinados momentos de rebelião ou enfrentamento. Assim, Scott não parece demarcar a relação visível x invisível, mas outra público x oculto/privado. Oculto por permanecer num circuito de entendimento e enunciação que é restrito aos subordinados e, dessa forma, é privado ou privativo/restrito”.

No entanto, deixemos de apontar as maneiras como captamos estes discursos e passemos a abordá-los em sua riqueza, centrando-nos em um tipo específico, o rumor. Para isso nos remeteremos aos nossos primeiros dias em Barra de Antas, quando, ao falarmos com vários camponeses inadimplentes, eles nos relataram a má sorte que haviam tido com seus bovinos, sendo tais animais vítimas de doenças, chegando alguns a morrerem. Isto era o que justificava as dívidas e os desvios no PRONAF. Os desvios ocorriam porque vendo-se com um animal doente, tudo o que lhes restava era passar o boi “para a frente” e usar o dinheiro para outros fins.

Fátima: Pegamos o bicho, aí a gente “neguceia”. Ela (a vaca) não deu certo porque já veio doente, a gente teve que dar fim, ela já veio com o peito “coisado”, nós tivemos que dar fim a ela pra comprar roupa pra revender pra pagar o banco, “mode” trabalhar, lutar, botar o dinheiro da gente ‘pra’ pagar o banco.

(...)

Michell: Então vocês no começo nem pensavam em vender roupa, tiveram que vender pra pagar?

Fátima: Porque se não nós ia perder tudo, ficar devendo ao banco, né?

Michell: Mas essa roupa só deu pra pagar ao banco?

Fátima: Foi, pra pagar ao banco.

(Entrevista com Fátima, camponesa, em agosto de 2011).

Até então os camponeses de Barra de Antas nos pareciam sempre vítimas da má-sorte que tiveram com seus animais e com as instituições mediadoras do PRONAF. Essa visão começou a se modificar quando, conversando com outros camponeses de maneira informal, muitos nos relatavam que os desvios e o endividamento eram muitas vezes, mas nem sempre, premeditados pelos próprios camponeses beneficiários do PRONAF.

Iniciamos estas conversas nos aproveitando do fato de sermos de fora. Como para alguns camponeses éramos um tanto quanto exóticos, uns queriam se aproximar do “rapaz de fora” a partir de sua curiosidade. Para um deles éramos tão diferentes que chegaram a nos perguntar em que estado havíamos nascido, se Minas Gerais, São Paulo ou Rio de Janeiro. A curiosidade que tinham para conosco era maior que o estranhamento que causávamos, de maneira que, ao começarmos a conversar com um deles, alguns outros se chegavam e as crianças nos olhavam com um olhar curioso e envergonhado ao mesmo tempo, isso nos facilitou o contato e as conversas. Alguns chegaram a dar relatos pessoais acerca do PRONAF, como Carlos, camponês de Barra de Antas, que nos falou dos dois empréstimos que sua ex-mulher havia tomado. No

primeiro empréstimo, quando ainda era casado com ela, a mulher adquiriu um boi que foi “administrado” por ele, foi vendido, rendeu um “dinheirinho” e ainda deu para pagar o PRONAF. Contudo, da segunda vez que adquiriu o empréstimo, já separada de Carlos, a mulher havia utilizado o dinheiro para comprar móveis. Outro camponês, Seu Antônio, nos falava de que tinha tirado seu empréstimo e comprado uma vaca, mas ela havia ficado “meio fraca”, então acabou vendendo-a, utilizando o dinheiro para arrumar a sua casa, localizada próxima a um riacho que transbordou e derrubou boa parte da mesma. Depois de certo tempo de conversa, Seu Antônio nos disse que na verdade *“tinha comido mesmo o dinheiro do banco”* e que *“para o banco a gente tem que dizer que paga”*. Foi então que percebemos que alguns camponeses, *não todos*, agem de maneira dúbia com o banco. Começamos então a nos questionar até que ponto as doenças nas vacas eram desculpas dos camponeses para que não parecesse que haviam agido com uma esperteza condenável pelos demais camponeses e pelo banco.

O assessor do AgroAmigo, que se relaciona de maneira muito próxima com todos os camponeses beneficiários do PRONAF B, também nos assegurava que em muitos casos o desvio premeditado era muito mais a regra do que a exceção. Henrique, um camponês, também coloca que todos sabiam para que era o dinheiro do PRONAF.

Michell: Alguém orientava vocês com os recursos do PRONAF?

Henrique⁶⁸: Éramos orientados sim. Desviou-se? Desviou sabendo, pois éramos orientados pela questão dos desvios. (Henrique, camponês, em setembro de 2011)

Carlos, o camponês já citado, além de falar de sua ex-mulher também falou da sua mãe e da sua irmã.

A gente disse, vamos fazer empréstimo pra gado, se der sorte da gente chegar lá no curral⁶⁹ e tiver um (bovino) bom. Mas quando chegou lá a vaca já tava lá me esperando, só foi dizer é essa que dá pra gente, foi tanto que eu escolhi as três, a minha, a da minha mãe e a da minha irmã. *Agora mãe e a minha irmã não pagaram porque não quiseram pagar, mas graças a Deus tinha.* (Carlos, camponês, em agosto de 2011)

Foi então que descobrimos de fato a existência de um rumor em meios aos camponeses, de que o PRONAF seria a fundo perdido. Já havíamos escutado algo sobre isso em outro trabalho de campo, ainda no TCC, em meio ao campesinato do município

⁶⁸ Henrique não desviou o crédito do PRONAF, ele fala sobre desvio de terceiros.

⁶⁹ O Curral é uma feira de bovinos que ocorre em Sapé todo sábado, junto com a feira-livre.

de Belém, também na Paraíba. O rumor naquele outro município tinha tal força que as operações do PRONAF haviam sido suspensas devido à alta inadimplência. Vale ressaltar que o município de Belém não se limita com Sapé e que de carro fica a pelo menos 1 hora de distância, de modo que dificilmente o rumor teria surgido a partir de uma mesma fonte⁷⁰.

Começamos então a tentar resgatar entre os camponeses as origens daquele rumor. Quando tocávamos no assunto, todos falavam de maneira bastante imprecisa, diziam apenas que “o povo falava por aí”. Eles, no entanto, mostravam certa incerteza sobre se o PRONAF seria assim mesmo, se seria a fundo perdido. Só depois de certo tempo, percebemos que o rumor apresentava uma sutil diferença no modo como era apresentado. Enquanto alguns diziam que o PRONAF não era para se pagar, que era a fundo perdido; outros diziam que as dívidas seriam perdoadas. Apesar de bastante próximos, os dois argumentos revelam uma diferença fundamental. Enquanto, no primeiro a inadimplência poderia ser atribuída a um certo desconhecimento da estrutura do PRONAF; a segunda, que põe ênfase sobre a palavra “perdoar” já coloca o camponês inadimplente como ciente de que o PRONAF é um empréstimo que deve ser pago, mas, caso não seja, haverá o “perdão da dívida”. Durante o campo, ouvimos mais fortemente, da boca de alguns camponeses (não necessariamente os inadimplentes, que dificilmente falam de tal rumor), a segunda versão.

Muitos dos endividados, apesar de não terem certeza do rumor, acalentavam algumas esperanças de que ele fosse realmente verdadeiro. Alguns continuavam a nos relatar que “as pessoas diziam por aí que o dinheiro era do governo e dinheiro de governo não se paga”. Mais do que esperanças acalentadas, notávamos que alguns, não todos, mesmo incertos, adotavam tal discurso quando iam pedir o empréstimo já com o desvio premeditado ou quando, por força das circunstâncias, tinham de desviar o crédito. Entretanto, ao tentarmos “escavar” a origem de tal boato, descobrimos por meio de um ex-integrante da CPT, que o MST, em assentamentos atendidos por eles, havia orientado os camponeses a tomarem os empréstimos do PRONAF e não pagarem os mesmos, alegando que o Estado tinha uma dívida social histórica com os camponeses.

⁷⁰ Não estamos aqui falando que todos os camponeses que alegaram a morte de seus animais estão apenas justificando a inadimplência, de fato houve caso de mortes de animais. Até porque alguns vendedores de bois, quando sabiam que iam vender para compradores que utilizavam o PRONAF acabavam repassando bois que não estavam nas melhores condições. Entretanto, muitas vezes o fato das condições dos bovinos não serem as melhores foi utilizada como justificativa para se desviar crédito inclusive.

Já o técnico do escritório da EMATER-PB em Sapé e o gerente de negócios do PRONAF da agência daquele município nos apontavam outro motivo que, apesar de ter algumas correlações com o primeiro, está distante de ser idêntico, o que não quer dizer que um seja verdadeiro e o outro não. Eles afirmavam que pessoas com pretensões de ingressar na vida política haviam orientado os camponeses para o não pagamento das dívidas contraídas, entretanto o tipo de liderança que identificavam não convergia para uma orientação politizada como a do MST. Segundo estes representantes, as lideranças⁷¹, tentando se valer de relações paternalistas, haviam intermediado a relação dos camponeses com o PRONAF e orientado os beneficiários a não pagarem suas dívidas, dizendo simplesmente que não precisavam pagar o dinheiro, já que era do governo.

Estávamos com duas hipóteses acerca das origens do boato e só quem podia nos revelar qual delas prevaleceria eram os camponeses. Porém o caminho não era tão fácil assim, as imprecisões dos camponeses ao abordar tais rumores eram muitas, sempre afirmavam “*que o povo diz por aí que não é pra pagar*”. Como exemplo dessas imprecisões, reproduzimos abaixo um trecho da entrevista realizada com Dona Alice, ex-presidente da associação de agricultores da comunidade de Barra de Antas. Ao perguntarmos sobre o boato, ela diz:

Dona Alice: em todo lugar tem essas coisas assim, aí começou: “o dinheiro do banco é um dinheiro a fundo perdido, não precisa pagar”. Aí foi a partir daí que muita gente...

Michell: Disseram que era a fundo perdido?

Dona Alice: Mas não no banco, o pessoal daqui mesmo, de fora...

Michell: Mas quem começou essa história, dizendo isso?

Dona Alice: As comunidades por aí.

Michell: Então todo mundo pensava que era a fundo perdido?

Dona Alice: É, aí uns pagaram e outros não, é por isso que o daqui da Barra ficou com uma certa quantidade de inadimplência (Dona Alice, ex-presidente da associação de agricultores de Barra de Antas, agosto de 2011).

Seu Severino, do assentamento Padre Gino, por sua vez, diz:

Olhe, em toda região o povo fala isso (do PRONAF ser a fundo perdido ou perdoado), mas essas palavras que o povo usa... é esse pessoal que não tem mentalidade, porque todo dinheiro que sai do cofre público tem que ter retorno, tem que ser devolvido. (Depoimento de Severino, camponês, em setembro de 2011).

⁷¹ Em nenhum momento o técnico da EMATER ou o gerente de negócios do PRONAF relacionou as lideranças das quais falavam ao MST.

Começamos então a perceber que se a origem do rumor era uma, esta não era necessariamente a via pela qual o rumor havia se alastrado. Percebemos que muitos dos camponeses com os quais estávamos falando não tinham nenhum discurso politizado, descobrimos também que realmente houve presidentes de associações de pequenos agricultores que falaram que não era necessário o pagamento das parcelas. Entretanto, por mais que tivessem feito isso, o ato não era coordenado. Como já dissemos, em outras regiões do estado da Paraíba há o mesmo rumor, seja em Belém, onde realizamos nossa pesquisa de TCC, seja até mesmo no Litoral do Estado⁷². Havia, pois, algo em comum entre as várias configurações camponesas que fazia com que tal rumor fosse “produzido”.

Tínhamos também a hipótese de que o Estado já empreendeu políticas públicas a fundo perdido (não necessariamente em todas as comunidades pesquisadas) e isso poderia ter internalizado um certo *modus operandi* nos camponeses em relação às políticas públicas. No entanto, como nos alertou Henrique, um camponês, e o próprio assessor de microcrédito do Agroamigo, entre outros, grande parte dos que desviaram e desviam crédito, sabiam o que estavam fazendo.

O fato de muitos falarem que o governo “perdoa”, ao invés de dizerem que era a fundo perdido, também corrobora para o fato de que os camponeses ao desviarem o crédito sabiam o que faziam. Sabiam que não era “correto”, de acordo com as normas do programa, o desvio.

Antes de tudo, uma questão que só passamos a compreender com o tempo é o fato de que a imprecisão das origens do rumor, não eram somente encobrimentos, simulações dos camponeses para não nos contar a verdade. Muitos dos camponeses desconheciam realmente as origens dos rumores. Outras vezes, um reduzido número de presidentes de associações, que também espalharam esse rumor, acreditava nele. A força dos boatos não se encontrava nas suas origens, mas na oralidade que permeia as relações camponesas. O rumor do PRONAF se passava em meio a eles como tantos

⁷² No final de nossa primeira pesquisa de campo, tivemos acesso a um trabalho de autoria de Couto e Targino (2007) sobre o endividamento dos camponeses que haviam acessado o PRONAF A nos assentamentos da Zona da Mata paraibana e a “cultura” do não pagamento havia também entre eles. No entanto, por não ser um objetivo do trabalho, os autores não buscaram resgatar as origens desta “cultura”. Apesar disso, podemos inferir que esse rumor não é algo localizado e que possui importância na maneira como os camponeses entendem o PRONAF.

outros boatos do cotidiano, sem se saber das suas origens, permanecendo duvidoso em suas mentes, como se passava uma série de lendas e mitos, pela oralidade. Resumindo, a força do rumor não estava necessariamente nas suas origens, mas no modo como se operam cotidianamente as relações camponesas. Sobre isso, Scott (2000) expõe:

Antes do desenvolvimento dos modernos meios de comunicação e em todos aqueles lugares onde hoje em dia se desconfia desses meios, o rumor foi e é praticamente a única fonte de notícias sobre o mundo exterior. A transmissão oral do rumor propicia a aparição de um processo de elaboração, distorção e exagero que por ser difuso e coletivo torna impossível identificar seu autor (p. 175).

Vale ressaltar que se a máxima que se referia ao Estado era a de que “dinheiro do governo não se paga”, a máxima que se relacionava ao banco era a de que “banco não perde (dinheiro) para ninguém”. As duas sentenças foram constantes durante o campo, nas comunidades que visitamos. O caráter paradoxal das mesmas corroborava para as incertezas que marcavam o rumor. Ninguém sabia até que ponto era verdadeiro ou não, nem mesmo aqueles que dele se valiam.

Mas continuávamos a nos questionar como o rumor continuava a se perpetuar? Como foi concebido enquanto legítimo, embora nebuloso, pelos camponeses?

O modo como as políticas públicas se assentaram antigamente é sem dúvida um elemento fortíssimo para pensarmos a construção dessa legitimidade do rumor. No entanto, essa resposta explica somente o rumor quando este diz respeito ao fato do programa ser a fundo perdido, não explica o rumor quando este trata do “perdão” das dívidas, quando já se tem consciência do ato empreendido.

A nosso ver, o rumor ganha legitimidade a partir de uma representação acerca do Estado que os camponeses pesquisados produziram. Poderíamos admitir que o boato que diz que o PRONAF seria um programa a fundo perdido ou seria perdoado é, na verdade, fruto de uma concepção conservadora do camponês. Conservadora porque pensa o Estado de maneira paternalista, o que atravancaria qualquer possibilidade de mudança.

Sem descartar necessariamente essa reflexão, pensemos por outra via que pode apontar a resistência ao capital. Sabemos que o passado coronelista que se fez no espaço rural nordestino é um elemento importante para pensarmos a realidade do campo no Nordeste do Brasil. Sabemos que a utilização de políticas públicas a fundo perdido

também se fez presente no Nordeste. Ao se defrontarem, pois, com uma política que se baseia no crédito (em um toma lá dá cá) e não no fundo perdido, é “natural” que os camponeses estranhem tal modo de agir por parte do Estado.

Pensemos a partir de uma reflexão que Martins (1975) faz das relações de favores empreendidas entre camponeses e grandes proprietários. Nestas relações, cheias de paternalismo e personalismo, o favor, apesar de estar mediado por certa concepção camponesa de bondade, não se faz apenas a partir da bondade, mas também a partir de determinadas concepções de justiça do camponês. “O favor se passa enquanto obrigação moral de quem detém a propriedade. O favor não deve ser fruto do arbítrio de quem o faz, mas é obrigação embutida no direito de propriedade, tal como é reconhecido popularmente” (MARTINS, 1975, p. 22). O “favor” que o grande proprietário faz ao camponês se passa de maneira semelhante, mas não idêntica, ao dom e ao contradom, estudados por Mauss (2005).

Mas o leitor deve estar se questionando por que estamos nos referindo a essa questão para problematizarmos o rumor. Simplesmente porque essa concepção de poder que perpassa o campesinato e é fruto de determinadas condições sociais, não necessariamente simétricas, parece-nos ser a chave para compreender a relação de alguns camponeses com o Estado, e a visão que os camponeses têm dessa instituição.

Assim como é obrigação do grande proprietário de terra prestar favores aos camponeses que vivem nas suas terras ou se relacionam de algum modo a ele, sendo este fator condição do poder que exerce; o Estado, ou melhor, o presidente enquanto detentor do poder, também parece ser visto da mesma forma. Isso não é somente mera analogia, mas o fato de o Estado ter operado com programas a fundo perdido fundamenta na prática a visão que os camponeses têm do mesmo. Isso se reafirma na máxima de que “dinheiro do governo não se paga”, que alguns camponeses falam.

Parece-nos que o Estado de cunho neoliberal é diferente da visão que o camponês possui sobre esta instituição. Um Estado que lhes fornece uma política de crédito em que os mesmos são tratados apenas como pagadores de um empréstimo parece estranho a alguns camponeses, não todos. Nesse sentido o liberalismo não se coaduna com a visão que o campesinato tem do Estado. É estranho à concepção de poder que os camponeses possuem. É “desumano” pensar que o Estado pune todos aqueles que não pagam os seus empréstimos.

O fato de alguns camponeses desviarem o crédito do PRONAF para atividades que não são produtivas, muitas das vezes, também parece amparado nessa representação do Estado.

O crédito do PRONAF visto enquanto empréstimo não se funda apenas em uma esfera econômica, já que empréstimos para os camponeses em questão não são tirados apenas para potencializar as atividades econômicas, mas também para potencializar o atendimento das necessidades da família camponesa.

Há, pois, uma contradição entre o Estado e o *habitus* camponês, em certa medida também produzido a partir da relação dialética com este Estado. Surge, pois, uma contradição gerada na relação. A mercantilização de todas as relações e a regulação pelo mercado não é cara aos camponeses que fazem parte do presente estudo.

Há, pois, no “velho”, chamado somente de conservador, potencialidades de negação daquilo que se coloca como “novo”, mas que, no entanto produz um tipo de desumanização.

Podemos então afirmar que o boato do PRONAF funciona como uma resistência dos camponeses ao programa e que desempenha um papel importante no tocante aos desvios que sempre ocorrem.

Um dado curioso ainda merece ser ressaltado, em meio à nossa pesquisa de campo tivemos conhecimento que uma lei recente de número 12.249/2010 (em anexo) havia realmente “perdoado” alguns dos inadimplentes com o PRONAF (a remissão da dívida dependia de alguns condicionantes postos na lei). O rumor havia sido “coroadado” com a realização do fato anunciado, não era mais rumor, não totalmente.

Entretanto, pode se questionar se os rumores não teriam se originado devido à lei. Respondemos que não, o rumor e os desvios premeditados não são do ano de 2010, são anteriores, alguns do ano de 2006. O rumor é, portanto, anterior ao endividamento. Assim, o rumor não vem do conhecimento da lei, a lei é que é posterior a ele.

3.6.2. Os desvios do PRONAF: fala-se uma coisa e se faz outra.

Falar que vai usar o dinheiro para uma coisa e, na verdade, utilizar para outra é algo relativamente comum entre os camponeses pesquisados. Nessa prática há uma

dialética do discurso oculto e do discurso público, na verdade há uma dissimulação, o que também é registrado por Scott (2000) como forma de resistência cotidiana.

Para representantes do PRONAF, muitos dos camponeses que premeditam o desvio sempre falarão que investirão em uma determinada atividade que os primeiros julgam segura e para a qual costumam liberar o crédito, mas quando estão longe destes, alguns dos camponeses acabam agindo de maneira diferente daquela que haviam dito.

Por exemplo, quando se adquire um bovino pelo PRONAF é necessário que o vendedor do boi esteja cadastrado pela EMATER-PB (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba), além disso, esse bovino tem que ser vacinado e possuir a Guia de Trânsito Animal (GTA). Restringindo-se a compra dos bois a estes vendedores, é comum que o preço dos bovinos não seja o mais barato. Fora isso, o dinheiro do banco, quando destinado à aquisição de bovinos, até bem pouco tempo atrás, não ia direto para a mão do beneficiário, mas para a mão do vendedor do boi, de maneira que o camponês só “pegava” o restante do dinheiro, isto é, aquilo que restava quando da subtração do preço do animal em relação ao crédito disponibilizado pelo PRONAF, o que é pouco. Para driblar esta estrutura, os camponeses se utilizaram de algumas táticas.

Dona Benedita, por exemplo, fez um empréstimo para aquilo que chama de “negócio”, na verdade, atividade não-agrícola e depois utilizou o dinheiro para comprar um boi.

Michell: E o segundo (empréstimo) foi para quê?

Benedita: Negociar.

Michell: Negociar com quê?

Benedita: Com vassoura, essas coisas...(…)

Michell: Por que não deu certo? Era fiado demais...

Benedita: Eu não cheguei nem a negociar, aquele menino (o assessor do AgroAmigo) disse que era desvio de verba.

Michell: Ah! Então a senhora usou pra outra coisa?

Benedita: Eu comprei uma vaca.

Michell: Comprou uma vaca?

Benedita: Foi.

Michell: É um desvio que foi pra uma vaca?

Benedita: Foi.

(Depoimento de Benedita, camponesa, em setembro de 2011).

Alguns se questionariam porque a mesma não fez o empréstimo para bovinos. A explicação de Dona Benedita é que ela queria ter acesso a todo o dinheiro do empréstimo. Na verdade, ela queria pegar todo o dinheiro para comprar o boi com preço

abaixo do que os vendedores cadastrados praticavam. Entretanto ao investir no boi, ela queria pagar o seu empréstimo, isso só não ocorreu porque um dos filhos adoeceu e ela teve de vender o boi para arcar com as despesas, fazendo com que a mesma ficasse sem condições de honrar suas dívidas com o programa.

Falando sobre os desvios em conversas com assessores e ex-assessores do AgroAmigo, não só de Sapé mas de outros municípios, eles nos relataram vários casos, até inusitados, pelos quais já haviam passado.

Certa vez um assessor havia entrado no AgroAmigo para atuar em uma área que, embora fosse da incumbência da agência do BNB de Sapé, não pertencia aos domínios do município, e por não ter muita experiência não desconfiou da grande demanda por projetos para avicultura. Percebendo o grande número de financiamentos para avicultura, alguns funcionários do AgroAmigo foram até a área que o rapaz trabalhava para verificar o que havia ocorrido, ao chegarem lá perceberam que, apesar de terem liberado uma quantia considerável para esta atividade, poucos eram os camponeses que realmente haviam investido na mesma. A causa do grande número de projetos se devia, na verdade, ao fato de o camponês “pegar no dinheiro” quando o projeto é para aves, uma vez que para estes projetos não era necessário atender as mesmas exigências que para a compra de bois. Ao “pegarem no dinheiro”, os camponeses o desviavam para o que bem quisessem.

Outro caso que nos foi relatado por uma ex-assessora da área de Guarabira, município próximo a Sapé, dizia respeito a um camponês que queria fazer um projeto para aves. Quando ela começou a esboçar o projeto, a mesma perguntou ao camponês se já criava galinhas e se tinha galinheiro. O camponês respondeu às perguntas de forma afirmativa, pensava que a assessora não desconfiaria de uma pessoa que criava galinhas de longa data. Contudo, como ele respondeu que já tinha certa infraestrutura instalada para a atividade, a quantia do empréstimo ficou abaixo do que ele realmente queria, deixando-o descontente. Foi quando ele disse que queria, na verdade, pegar o dinheiro para comprar o boi que quisesse, sem que tivesse que se limitar aos vendedores cadastrados. Essa mesma ex-assessora nos contou de outra vez que várias pessoas de uma comunidade haviam combinado tomar empréstimos para bovinos e que após receberem a visita da assessora de microcrédito, iriam utilizar o dinheiro para aquilo que quisessem, como comprar motocicletas alienadas e até mesmo armas, e assim foi feito.

Quando a assessora descobriu o que eles haviam feito, ela marcou uma reunião com todos eles e o programa acabou sendo suspenso na comunidade.

Outra situação inusitada ocorreu quando um camponês utilizou o dinheiro do PRONAF para tirar sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Apesar do desvio, este acabou pagando o PRONAF posteriormente, com o dinheiro de outras atividades.

Também há casos como o de Dona Vera e Seu Reginaldo, que tomaram o empréstimo para compra de uma vaca. Cuidaram da mesma durante um bom tempo, porém seu Reginaldo que trabalhava havia algum tempo vendendo sorvetes em um carrinho pelas ruas de Sapé, teve a oportunidade de adquirir um *freezer* usado. O casal não pensou duas vezes, acabou vendendo a vaca e comprando o *freezer*. Não tardou muito para que o mesmo quebrasse e eles ficassem impossibilitados de aumentar a produção de sorvete. Sem a vaca e sem o *freezer*, acabaram ficando sem ter como pagar o PRONAF.

Diferente desse casal, Seu Raimundo, um camponês que retirou crédito do PRONAF e com o dinheiro custeou a passagem do filho para o Rio de Janeiro, acabou pagando o PRONAF, mesmo depois de ter renegociado suas dívidas inúmeras vezes.

Parece-nos que o camponês utiliza o dinheiro do PRONAF para as suas necessidades da vida cotidiana mesmo sabendo que o mesmo deve ser destinado para atividades econômicas, uma vez que ele está bem longe de ser um *homo economicus*. O PRONAF chega-lhes muitas das vezes como a única forma de acessar um determinado montante de dinheiro, de maneira que suas necessidades, que são antes as de um habitar que as de uma empresa, ganham primazia sobre o PRONAF enquanto política de desenvolvimento.

Como podemos ver, alguns tomam o empréstimo com o desvio premeditado, muito embora a inadimplência não esteja premeditada. O leitor pode argumentar: *“mas como você diz que a inadimplência não está premeditada se desviam o crédito para atividades que não lhes dá nenhum dinheiro, ao contrário, só gastam?”*.

Na verdade, ao se utilizarem do PRONAF para adquirir motocicletas alienadas, armas ou até mesmo para retirar a CNH, como vimos, o camponês é traído por esse jogo entre o futuro abstrato, no qual o PRONAF se assenta, e sua concepção de necessidades como sendo aquelas da vida cotidiana, do presente. Muitos pensam que acabarão por

conseguir pagar sua dívida com outras atividades que desempenham, até mesmo com a agricultura, aproveitando-se do período de carência do PRONAF. Ocorre que muitas das vezes os imprevistos ocorrem. O camponês, mesmo achando que acabará conseguindo juntar dinheiro para pagar o PRONAF, não faz nenhum plano metódico para que de fato consiga juntar esse dinheiro. Quando as necessidades da vida cotidiana surgem, que outra poupança tem a maioria dos camponeses senão os seus animais? Muitas vezes, até mesmo os animais adquiridos com o crédito do PRONAF. Ficam, assim, inadimplentes.

Quando se veem nestas condições, muitos começam a renegociar as dívidas. Alguns renegociam suas dívidas com o intuito de prorrogar o seu prazo para juntar o dinheiro necessário. Já outros renegociam sem o intuito de pagar ao banco, apenas para que não sejam tidos como inadimplentes. Outros desistem de pagar e nem renegociam as dívidas. É a partir daí que muitos começam a acalantar suas esperanças no rumor de que o governo perdoará as dívidas. Nesse sentido, afirmamos que, se o rumor que diz que o PRONAF é a fundo perdido atuou e atua com uma grande força, maior força tem o rumor quando se refere ao “perdão da dívida”.

Não sejamos ingênuos, contudo, no tocante aos rumores. Durante a nossa pesquisa de campo, por exemplo, ouvimos o caso de um casal, Seu Mariano e Dona Auxiliadora, que haviam retirado empréstimos do PRONAF e o estavam pagando quando, segundo eles, houve a anistia de sua dívida. Segundo o casal, quando isso ocorreu, alguns vizinhos, que também haviam acessado o PRONAF, chegaram a zombar deles pelo fato de terem começado a pagar suas dívidas. Também nos relataram que, quando começaram a pagar, apesar do burburinho do perdão das dívidas, alguns chegaram a dizer que o casal queria ser melhor do que os outros. Apresenta-se aqui claramente o fato de alguns camponeses tomarem o empréstimo já com a inadimplência premeditada.

Fica difícil discernir quando os camponeses passam a ficar inadimplentes devido a circunstâncias imprevistas ou quando fazem isso de maneira consciente, acreditando no perdão das dívidas. Podemos afirmar, apenas, que os dois comportamentos existem de fato.

Percebendo as várias finalidades para as quais o PRONAF é desviado, gostaríamos neste momento de nos remeter a uma reflexão anterior, na qual destacamos

que essa forma de crédito obriga o camponês a pensar, até certo ponto, na esfera econômica e por isso a bovinocultura é a principal atividade financiada pelo programa. Seria bastante ingênuo de nossa parte se acreditássemos que todos os camponeses iriam de fato acessar sua “memória econômica” para utilizar o crédito. Como ficou claro, muitos utilizam o dinheiro do PRONAF não para aquilo que daria um retorno ao banco, mas para o que julgam serem suas necessidades naquele momento, por vezes são necessidades urgentes, outras vezes necessidades não tão urgentes. Assume-se aqui as temporalidades que se ligam de maneira imediata ao presente, ao momento, ao habitar. Além disso, ao desviarem para necessidades que não se relacionam à esfera econômica, mas a outras esferas da vida, como, por exemplo, móveis para a casa e armas para os homens, reafirma-se a sustentação de todo um modo de vida e não de uma empresa ou de uma profissão. Reafirma-se uma vida cotidiana pautada em um habitar, amalgamando diversas esferas da vida e não somente o econômico. Assim, os desvios são para as mais variadas atividades, entretanto a compra de motocicletas alienadas é sem dúvida o caso mais citado. Em alguns casos, a lógica das necessidades urgentíssimas se faz presente, como quando Seu Antônio perdeu parte da casa e teve de reerguê-la.

Ao desviar para necessidades não tão urgentes ou necessidades urgentes, o programa tem sua finalidade subvertida. Essa lógica das necessidades como já sabemos se aplica também à compra de bois, entretanto o boi ainda é uma atividade considerada produtiva e assim “esconde” melhor a subversão. Quando se desvia para bens de consumo, a subversão é explícita e consciente, a lógica das necessidades se impõe de maneira gritante.

Percebemos, pois, que o PRONAF é utilizado pela maioria dos “desviantes” para comprar objetos que são verdadeiros “desejos adormecidos”. Dificilmente pediriam dinheiro para vizinhos e parentes para comprar algo que não é uma necessidade imediatíssima. Até porque, na grande maioria das vezes, os vizinhos possuem condições financeiras semelhantes ou iguais, sendo bastante limitado o dinheiro que podem emprestar. Mas a quantia que retiram do PRONAF os faz pensar para além das necessidades urgentíssimas como alimentação, pois para muitos é a oportunidade de satisfazerem seus desejos (em grande parte imputados por uma sociedade de consumo)

uma vez que os camponeses dificilmente teriam acesso a qualquer outro tipo de crédito nesse montante, já que não oferecem garantias aos bancos.

Se tirar um empréstimo bancário você vai ter que pagar em dobro por causa dos juros e esse é um ponto que funciona bem na cabeça das pessoas e, se você tira dinheiro do PRONAF, pagando em dia você paga menos do que tirou (Henrique⁷³, camponês, em setembro de 2011).

Assim, quando os camponeses desviam, a lógica das necessidades, urgentes ou não tão urgentes, se impõe. É bem verdade que nesses casos são necessidades menos urgentes do que imediatas, mas ainda assim, necessidades.

O desvio, contudo, segue a lógica do momento, daquilo que é necessidade sentida, seja pela urgência, pela falta ou pela vontade de ter, de possuir. Esteja essa vontade de ter assegurada no *habitus* do camponês ou nas imputações da sociedade de consumo, ou até mesmo pela dialética estabelecida entre estas duas influências. Nesse sentido, opera-se mais uma vez uma subversão ao PRONAF. As representações hegemônicas difundidas por seu discurso são como que traídas pelos camponeses.

3.7. O PRONAF A no assentamento Padre Gino

Durante nossa pesquisa de campo, muitos camponeses e técnicos nos falavam que a maioria dos endividamentos com o PRONAF ocorria nos assentamentos. Quando perguntávamos em quais assentamentos havia maiores problemas, sempre falavam que todos eles enfrentavam problemas com endividamento, fosse qual fosse. Logo pensamos na hipótese de haver uma ligação entre esse fato e o discurso politizado do MST que aconselhava o não pagamento das dívidas contraídas com o PRONAF e daí decidimos incorporar à nossa pesquisa uma comunidade que resultasse da luta por Reforma Agrária, um assentamento. O assentamento Padre Gino, mesmo tendo se originado com o apoio da CPT e não do MST, nos parecia o lugar perfeito para estudarmos, uma vez que se situava no mesmo município das outras comunidades estudadas, compartilhando instituições comuns como a Secretaria de Agricultura do Município e uma agência do BNB. Além do mais, Padre Gino é um dos assentamentos

⁷³ Henrique não é um camponês inadimplente com o PRONAF, nem mesmo desviante. Ao apresentarmos o depoimento dele queremos apenas expor as limitações que afastam o camponês do banco.

em que alguns dos assentados participam da bem sucedida Feira Agroecológica⁷⁴, de maneira que podíamos inferir que havia certa organização. Queríamos, portanto, compreender o porquê de o PRONAF ter uma alta percentagem de inadimplentes também em Padre Gino.

Figura 15: Vila do Assentamento Padre Gino
Fotografia: Michell Tolentino/ setembro de 2011

Assim fomos ao assentamento e lá, como nas outras comunidades visitadas, além de nos utilizarmos das entrevistas semi-estruturadas e dos gravadores, usamos as conversas informais com o gravador desligado para entender o problema que ali havia. Da segunda vez que lá estivemos, fizemos como em todas as outras comunidades, não utilizamos o gravador e as entrevistas semi-estruturadas serviram muito mais para dar início às conversas do que para norteá-las de fato. Embora tivéssemos sempre em mente as questões que deviam ser problematizadas.

Antes de entrarmos na problemática específica ao assentamento, queremos advertir que o fato de este tópico ser dedicado exclusivamente ao assentamento Padre Gino, não quer dizer que os demais não tratem de questões também existente no assentamento. Ao contrário, os camponeses de Padre Gino compartilham de uma série de características com os camponeses das outras comunidades, mesmo que os outros

⁷⁴ Para uma análise detalhada das Feiras Agroecológicas no Estado da Paraíba consultar a dissertação de Thiago Araújo dos Santos intitulada “Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba”, defendida em 2010 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP.

não vivam em assentamentos. No entanto, este tópico se fez necessário pelo fato de estes camponeses acessarem o PRONAF A, uma linha específica para assentados, com condições diferenciadas. Além disso, estes camponeses também acessaram o PROCERA, um programa de crédito específico para os assentados da “Reforma Agrária”, isso demarca diferenças com relação às outras comunidades.

Figura 16: Camponês indo trabalhar.
Fotografia: Michell Tolentino/setembro de 2011.

Deixemos agora de advertências e passemos a refletir acerca dos usos do PRONAF em Padre Gino.

Ao conversamos com os assentados, eles nos relatavam que já haviam tomado vários empréstimos, tanto do PROCERA como do PRONAF, e em todos não haviam conseguido quitar suas dívidas. Quando questionamos a dois camponeses porque tomavam empréstimos, uma vez que todos davam errado, eles disseram que tomam o empréstimo pensando em dar certo, mas infelizmente nunca dava. Isso se coaduna com análises já feitas por nós, de que a racionalidade das necessidades, do imediato, ou da previdência do camponês não se coadunam com o futuro entendido como abstrato. Apesar de alguns até quererem pagar, acabavam se vendo refém das necessidades do dia-a-dia e acabavam se endividando. Isso reafirma uma racionalidade da vida cotidiana e do habitar.

Voltemos, no entanto, para a nossa conversa com os camponeses. Continuamos insistindo na pergunta: “porque mesmo assim os camponeses tomavam empréstimo?” A resposta foi que “pegavam para ver se dava certo” e assim se vai “aventurando”. Foi a partir dessa palavra, “aventurando”, que percebemos que muitos dos camponeses não tinham grandes receios em tomar crédito. Parece-nos que aqui há uma confiança maior que em outras comunidades de que as dívidas sempre serão perdoadas pelo governo, que elas nunca se constituirão em problemas para eles, por isso o que parece ser uma “aventura”, na verdade, não é. Foi, justamente, em Padre Gino que encontramos o caso de Seu Mariano e Dona Auxiliadora, que, apesar de estarem pagando o PRONAF, acabaram sendo alvos de alguns vizinhos que deles zombaram quando houve a anistia das dívidas, o chamado “perdão”. Foram eles também que foram tidos como “querendo ser melhores”, simplesmente por começarem a pagar suas dívidas. Se, para alguns vizinhos, Dona Auxiliadora e seu Mariano ao começarem a pagar suas dívidas “queriam ser melhores”, podemos inferir que o rumor do “perdão” das dívidas, é algo que muitos compartilham no assentamento e até acreditam. Se não fosse assim, por que o casal a que estamos fazendo alusão seria diferente? Por que “queriam ser melhores”? Por que foram vítimas de vizinhos que fizeram de pouco deles?

O discurso politizado que coloca o PRONAF como dívida social do governo para com os camponeses não existe em Padre Gino, os rumores é que são fortes. Nossa hipótese inicial de que o maior endividamento dos assentamentos estaria fundamentado no fato de um discurso mais politizado não encontrou eco. Além disso, uma questão importante para se refletir é que os camponeses poderiam não ter aceitado esse discurso da “dívida social do governo”. A grande maioria dos camponeses de Padre Gino simplesmente ignorou os conselhos da CPT para que não contráíssem empréstimos. Por que não ignorariam a orientação do MST? Por que esta talvez lhes fizesse mais sentido? Mas se esta lhes fosse mais plausível, não poderíamos dizer que só seria plausível a medida que se encontrasse em consonância com um *habitus* camponês, com o vivido desse camponês?

Outra questão relevante é o fato de os camponeses de Padre Gino saberem que suas dívidas haviam sido verdadeiramente anistiadas, diferente das outras comunidades camponesas. Talvez uma hipótese para explicar isso é o fato destes camponeses terem um maior envolvimento, desde os tempos do acampamento, com instituições exteriores

ao assentamento. Corrobora para isso, o fato de ser nos assentamentos rurais que o Programa de Aquisição dos Alimentos (PAA) encontra maior assimilação. Em outras comunidades, os camponeses nem sabiam da existência do programa, embora contassem com associações de pequenos agricultores. Apesar desse não ser nosso objetivo na pesquisa, por isso não entraremos profundamente nele, tudo nos leva a crer que há uma maior articulação dos assentamentos com as instituições e movimentos sociais. Como é o caso do assentamento com a CPT e outras organizações que os ajudaram no momento da organização das feiras agroecológicas.

Fora estas, existem algumas outras diferenças entre o assentamento Padre Gino e as outras comunidades no contexto do PRONAF que também justificam o endividamento.

Ao contrário dos outros camponeses, os assentamentos contam com assistência técnica. Segundo os assentados, a assistência técnica é extremamente deficiente, é mais burocracia do que assistência. Antigamente, quem prestava assistência técnica para eles eram técnicos vinculados ao Projeto Lumiar, um projeto do governo para assentamentos. Atualmente uma ONG (é sobre essa assistência técnica que reclamam) chamada Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE) lhes presta assistência técnica. E por mais deficiente que sejam os serviços, tanto no PROCERA quanto no PRONAF, os técnicos, que elaboravam os projetos, tiveram participação decisiva no programa. Todos os projetos só eram elaborados para atividades relacionadas à agricultura, atividade arriscada para os camponeses investirem. Sobre isso Seu Marcílio, um assentado, nos explica:

Marcílio: (...) teve gente que queria comprar gado, mas fomos impedidos. Ele (o empréstimo) não veio pra comprar gado, mas a gente queria comprar gado e foi impedido.

Michell: Ah, vocês não puderam comprar gado?

Marcílio: Eles (os técnicos) disseram “se você comprar gado a gente não libera o resto do dinheiro”, porque o dinheiro não saiu todo na mão.

Michell: Isso tudo é do PROCERA ainda?

Marcílio: Sim. Então a gente queria comprar gado e foi impedido de comprar. E a gente achava que pagava com o gado, entendeu?

Michell: O gado era com o que vocês iriam pagar, né?

Marcílio: Exatamente

(...)

Marcílio: (A execução do Projeto) Foi todo acompanhado pelo técnico, a gente não desviava pra outra coisa, porque se não, não saía o segundo pagamento. (Depoimento de Geraldo, camponês, setembro de 2011)

Apesar de termos tomado um trecho da fala em que o camponês se refere ao PROCERA, conversando com este assentado e com outros, eles nos relataram que o mesmo se passou com o PRONAF. Na verdade muitos falam que os técnicos estabeleceram que os créditos do PRONAF e do PROCERA fossem para a agricultura, mas os técnicos também se encontravam amarrados a condicionantes dos bancos que estabeleciam o que seria um projeto “sustentável”. Entretanto não resta dúvida de que os técnicos atuaram como verdadeiros fiscais do programa, uma vez que, ao menor sinal de desvio, eles iam falar com os camponeses sobre o ocorrido.

Eles (os técnicos) diziam pra ninguém desviar dinheiro pra outras coisas, se você tirou pra roça, planta roça, se você tirou pra inhame, planta inhame, se tirou pra feijão e milho, planta feijão e milho, nenhum assentado desviasse dinheiro pra outras coisas (Seu Severino, camponês do assentamento Padre Gino, setembro de 2011).

Dessa forma, o banco, ao estabelecer que os camponeses deviam investir em agricultura e não em criação de bovinos, acabava “barrando-lhes” o *habitus* do assentado no cálculo do boi.

Entretanto, o banco não lhes barrou o *habitus* totalmente. Posteriormente, descobrimos que muitos dos camponeses que começaram a pagar suas dívidas fizeram isso a partir dos seus bois, desde os tempos que só retiravam empréstimo para agricultura, seja PROCERA ou PRONAF. Alguns já tinham gado bovino e com o filhote do seu animal, vendiam o animal adulto, pagavam a parcela e ficavam com o pequeno. Isso contradiz a representação do empresário, que pagaria o seu empréstimo a partir dos resultados de seu investimento. Com os camponeses não funcionava assim, os bois, nos empréstimos iniciais, nada tinham a ver com o empréstimo, entretanto o camponês utilizava-se do seu *habitus*, a partir do cálculo do boi, para pagar suas dívidas. Contudo, não exageremos isso, muitos camponeses acabaram realmente sem pagar seus empréstimos, seja devido a dificuldades, seja devido aos rumores.

Outro ponto que também concorreu para o fracasso do PROCERA e do PRONAF em Padre Gino, e talvez esse seja decisivo, se deve à demora na liberação dos recursos devido à burocracia do banco.

Porque não foi devolvido? Por que em toda região do estado da Paraíba, todo eles tiveram dificuldade, *os projetos que saíram, projetos atrasados, fora de época...Fizeram projeto na época do verão, época da seca*, eu acho que você já viu passar em jornal na televisão, os prejuízos que o povo tem no Nordeste, com enchente e com seca (...) o governo ainda fez um debate aí, pra pessoa pagar dez por cento de tudo aquilo que devia, mesmo assim dando os dez por cento ainda não teve condições de pagar, né? (Seu Severino, camponês assentado em Padre Gino, setembro de 2011)

O PRONAF A possui dois tipos de crédito, um para custeio e outro para investimento. O crédito de custeio que sempre foi retirado, foi revertido para a agricultura e conta com operações por volta de R\$ 2.000,00, já o crédito para investimento chega a operações de até R\$ 21.500,00. Muitos camponeses, apesar de estarem devendo vários créditos do PROCERA e do PRONAF, ainda retiraram crédito para investimento, e dessa vez investiram em gado. Entretanto, diferente dos camponeses que não são assentados, os seus projetos tinham que ser “sustentáveis” do ponto de vista do banco para que ocorresse a liberação do dinheiro. Dessa maneira tinham que investir não só em gado, mas também em cercados, coqueiras, cacimbões, depósitos, cerca e até plantio de gêneros alimentares voltados para a comercialização. Alguns até fizeram pequenas casas na parcela, já que o assentamento é em formato de agrovila. Assim, todos que tiraram o crédito para investimento acabaram também endividados. O fato de utilizarem o empréstimo para a construção de infraestruturas básicas faz com que parte do dinheiro não seja para algo diretamente produtivo, de maneira que quando começarem a ter seus ganhos, boa parte será para pagar esta infraestrutura, só posteriormente ganharão algo que custeie os bichos, as sementes etc. E só depois disso é que conseguirão ter ganhos de fato. Assim, não houve como pagar o empréstimo. O PRONAF e anteriormente o PROCERA se tornaram verdadeiras máquinas de produzir dívidas. Além disso, os imprevistos sempre ocorrem. Um exemplo extremo é o caso de Seu Marcolino, que teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC) e teve de custear seus remédios, hospital, transporte para hospital entre outras coisas, a partir da venda do gado. Afinal, não é para isso que eles servem para o camponês?

Vale ressaltar uma questão, ao contrário dos discursos da academia, os camponeses, na sua vida cotidiana, não veem grandes diferenças entre o PRONAF e o PROCERA. Para a grande maioria dos camponeses de Padre Gino, eles só serviram para endividar. Contudo, há alguns que ressaltam que a partir do PRONAF puderam fazer algumas benfeitorias em sua parcela e, mesmo se endividando, apontam tal fato como algo positivo produzido pelo PRONAF.

O que podemos apreender do que acabamos de expor é que os camponeses tiveram seu *habitus* barrado, até certo ponto, pelo banco e técnicos. O *habitus* dos camponeses coloca a atividade menos arriscada, no caso a criação de animais, como aquela na qual se deveria investir, entretanto o banco barrou tal comportamento. Além disso, a demora na liberação dos recursos fez com que muitos passassem a plantar com certo “atraso”. Dessa maneira, os riscos com a agricultura se fizeram reais, eles perderam toda a produção e ficaram inadimplentes com o PRONAF. Fora isso, é importante ressaltarmos que tanto o imbricamento das diversas dimensões da vida quanto o fato de os camponeses não possuírem maiores reservas acabam repercutindo sobre os empréstimos, uma vez que imprevistos que ocorram fora do domínio estritamente econômico podem repercutir neste domínio. O boi, por exemplo, historicamente utilizado para cobrir despesas que não são necessariamente ligadas ao econômico, poderá ser utilizado para outras despesas urgentes e não para o pagamento do empréstimo.

3.8. O AgroAmigo como solução ao PRONAF?

3.8.1. A concepção do AgroAmigo

No Nordeste o crédito do PRONAF é operado por dois bancos, ambos estatais, o Banco do Brasil e o BNB. No entanto, o BNB possui certa “exclusividade” nas operações. Entre outros fatores, isso se explica pelo fato de o BNB ter se constituído, desde seu início, como um banco voltado ao desenvolvimento, dessa maneira o BNB junto com seus parceiros realizaram alterações na metodologia de aplicação do

PRONAF. Isso foi realizado para que o BNB, através do PRONAF, pudesse atingir um público mais abrangente.

Nesse sentido, o BNB sempre procurou desburocratizar o acesso do camponês ao PRONAF. Em 2005, por exemplo, as mulheres puderam passar a acessar o PRONAF sem que fosse necessária a assinatura do cônjuge. Nesse mesmo ano surge o AgroAmigo.

De acordo com Abramovay (2008), o AgroAmigo surge da insatisfação do BNB com os resultados do PRONAF B aliada à experiência do CrediAmigo, um programa de crédito que já existia no interior do BNB. Dentre as insatisfações com o PRONAF B, sua própria metodologia desagradava ao BNB e seus parceiros, a começar pela Visão Mundial, assessora do CrediAmigo.

O CrediAmigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste, criado em 1998 com vistas a facilitar o acesso ao crédito a empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. “Associado ao crédito, o CrediAmigo oferece aos **empreendedores** acompanhamento e orientação para melhor aplicação dos recursos , a fim de integrá-los **de maneira competitiva ao mercado**” (FUNDAÇÃO PAULO BONAVIDES, 2011, p. 95) (grifos nossos).

Com a experiência do CrediAmigo, o banco inicia o AgroAmigo para atuar com a linha do PRONAF B. O AgroAmigo teve início em 2004 com projetos pilotos nas agências piauienses de Oeiras e Floriano, tendo realmente iniciado as suas ações somente no ano de 2005. O programa conta com parcerias entre o BNB e instituições como a Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDa) e o Instituto Nordeste Cidadania (INEC).

Sobre o papel de cada um dos parceiros:

O MDA entrou com o trabalho de adequação legislativa, mediante a incorporação dos conceitos de microcrédito, e ajuda com recursos para o treinamento dos assessores de microcrédito, e aquisição de motocicletas para uso pelos assessores; a GTZ prestou consultoria técnica para o desenho para a estrutura de controle e administração do programa e, em conjunto com a empresa de consultoria em microcrédito Crear Brasil, fazer a capacitação técnica dos assessores de crédito e gerir o seu desempenho conforme as metas do Programa e fazer a parte burocrática relacionada com a área de recursos humanos. Saliente-se que a escolha do INEC como operador do AgroAmigo está

relacionada com o objetivo de sustentabilidade do programa, porquanto o INEC trabalha com custos inferiores àqueles que o BNB incorreria em caso de ter que fazer a execução direta do Programa (GALARZA apud FUNDAÇÃO PAULO BONAVIDES, 2011, p. 182).

Apesar de guardar premissas semelhantes ao CrediAmigo, o AgroAmigo possui uma importante diferença com relação ao primeiro. “Ele será diferente de seu correlato CREDIAMIGO (...) pois suas taxas de juros ainda serão fortemente subsidiadas e sua estrutura de funcionamento não será custeada por suas próprias operações” (Magalhães e Abramovay, 2006, p. 07).

Abordando um pouco mais o assunto, Abramovay (2008) ainda esclarece:

A comparação entre PRONAF B e CREDIAMIGO é problemática, já que as atividades urbanas são financiadas com taxas de juros mensais líquidas que variam de 1,95 a 4% e nas agropecuárias as taxas são não apenas negativas (quando comparadas com a inflação), mas existe um prêmio de pontualidade no pagamento que corresponde a um subsídio de 25% sobre o principal (e os juros) (ABRAMOVAY, 2008, p. 27-28).

Mesmo havendo diferenças entre os dois programas, o AgroAmigo traz do CrediAmigo a mais importante inovação com relação ao “PRONAF tradicional⁷⁵”, a incorporação da figura do assessor de crédito.

Dentro da metodologia do programa, o assessor de crédito é o principal responsável por estabelecer laços de proximidade com os camponeses. O assessor de microcrédito, um técnico, deveria ser escolhido dentre moradores da própria comunidade, o que nem sempre acontece. Entretanto, o programa procura incorporar a seus quadros jovens que sejam provenientes de famílias do campo. Quando já escolhido, o jovem receberá treinamento do programa de maneira que possa fortalecer seus laços sociais com os camponeses e elaborar projetos que possam ser “eficientes” a partir de uma visão economicista.

Dessa maneira, o assessor passará a responder por uma carteira de crédito. Ele será responsável pela formação e ampliação da clientela do programa, bem como pelos resultados alcançados pelos camponeses que compõem sua carteira.

⁷⁵ Os funcionários do AgroAmigo, ao se referirem ao PRONAF B antes do AgroAmigo, costumam se referir ao mesmo como “PRONAF tradicional”.

Forma-se assim, uma **cadeia de responsabilidades** em que o agente de crédito procura gerir de maneira controlada a relação com um determinado número de clientes com base na proximidade e no conhecimento da organização de suas vidas. *Ele é formado para estimular atividades não convencionais, especialmente não agrícolas, voltadas a jovens aos quais a agricultura oferece horizonte muitas vezes pouco promissor* (Magalhães e Abramovay, 2006, p. 07) (grifos nossos).

O AgroAmigo é pois um programa que tenta resolver vários dos problemas do PRONAF B a partir das relações de proximidade do assessor de microcrédito com o camponês.

No ano de 2012, o AgroAmigo, além do público do PRONAF B, passou também a atender camponeses dos outros grupos do PRONAF, exceto o A e o A/C, voltado a camponeses assentados.

Assim, o Agroamigo, em resposta a necessidade de expansão, *passa a ter dois produtos*. Um voltado para agricultores com renda anual de até R\$ 10mil, com financiamentos de até R\$ 2.500,00; outro direcionado a agricultores com renda anual entre R\$ 10 mil e R\$ 160 mil, com financiamentos até R\$ 15 mil (site do BNB, acessado em 06/04/2013) (grifos nossos).

Sabemos que o PRONAF constitui-se a partir de uma representação do agricultor familiar com a racionalidade de um empresário que dirige uma empresa, em detrimento da representação do camponês que reproduz todo um habitat. A partir dessa representação, o PRONAF enfrentou protestos quando posto em prática, uma vez que algumas entidades, até mesmo aquelas que apoiaram a criação do programa, queriam que o mesmo incorporasse os segmentos de agricultores com renda mais baixa, massificando o programa. Ao lermos o site do BNB que explicita a existência de “dois produtos”, fica a dúvida sobre até que ponto o AgroAmigo está realizando uma bifurcação no programa, havendo de um lado os “agricultores familiares” com maior inserção no mercado e do outro lado aqueles “agricultores familiares” considerados inicialmente periféricos. Infelizmente, quando do trabalho de campo, o AgroAmigo estava iniciando o seu trabalho em Sapé-PB com a incorporação desses outros segmentos ao PRONAF, de maneira que não foi possível aprofundar a análise sobre o que ocorre na prática com esse novo público assistido pelo PRONAF.

Neste sub-tópico apenas abordamos, sucintamente, as concepções nas quais se fundamentam o AgroAmigo bem como sua metodologia de trabalho. Passaremos no

próximo tópico a expor e refletir acerca do que vimos da atuação do AgroAmigo no campo.

3.8.2. O AgroAmigo na prática

Durante nossa pesquisa de campo pudemos dialogar com alguns assessores (ou agentes) de microcrédito e assim conseguimos entender como o programa atuava na prática, para além do “programa perfeito” exposto nos manuais. Porém para realmente entendermos as ações do AgroAmigo, o trabalho de campo junto aos camponeses foi sem dúvida um elemento importantíssimo, uma vez que nos possibilitou confrontar algumas informações que os assessores de microcrédito nos forneciam com informações vindas dos camponeses. Por isso optamos por entrevistar o assessor de microcrédito que atua no município de Sapé somente após termos contato com os camponeses.

Em Sapé, no decorrer da nossa pesquisa, houve a mudança do assessor de microcrédito do AgroAmigo responsável por aquele município. Quando iniciamos o trabalho, o assessor era Jerônimo, no entanto, faz pouco mais de um ano, Jerônimo foi substituído por Cleondes Jeferson. Esta substituição gerou um certo ônus, pois enquanto o primeiro trabalhava há vários anos com os camponeses, de maneira que já conhecia toda a realidade do PRONAF, o segundo havia chegado há pouco tempo e nem todos os camponeses o conheciam ainda.

Apesar da mudança, conseguimos entrevistar ambos assessores, entretanto só conseguimos participar das idas ao campo de um dos assessores, Cleondes⁷⁶. Depois desta pequena advertência, passemos agora a abordar nossas reflexões acerca do AgroAmigo na prática.

De início todos aqueles que atuam com o AgroAmigo tentavam nos passar a ideia de que o programa era inovador e de que havia operado mudanças significativas no campo. É relevante destacarmos que os mesmos sempre faziam referência às atividades não-agrícolas como algo importante para o programa, algo a ser incentivado. No entanto, o discurso inovador dos funcionários se desfazia quando mostrávamos que

⁷⁶ Infelizmente, quando tentamos participar das idas a campo de Jerônimo, este protelou por um certo tempo e finalmente nos disse que já estava saindo do programa e que o programa teria que abrir concurso para colocar outro assessor na sua vaga.

sabíamos que o programa financiava principalmente bovinos. Entretanto, falemos disso mais a frente, por enquanto descrevamos como ocorrem as ações do programa.

O AgroAmigo chega às comunidades a partir das associações de produtores que elas possuem. A primeira atividade realizada é a palestra, na qual estão presentes os camponeses da comunidade para receberem as informações por parte do assessor de microcrédito. Na palestra são apresentadas questões relacionadas à operacionalização do programa, atividades financiadas, prazos, abatimentos quando as parcelas são pagas em dia etc.

Em entrevista com Jerônimo, quando este ainda era responsável pelo município de Sapé⁷⁷, ele nos falou que muitas vezes os camponeses desconfiam do fato de o PRONAF ter abatimentos. Para que essa desconfiança se desfça, o mesmo nos relatou que chegou a levar um camponês que gozava de boa fama em meio aos camponeses da comunidade e que já tinha acessado o crédito do PRONAF para que ele relatasse sua experiência, explicando que os abatimentos realmente existem. Só assim muitos camponeses deixaram de desconfiar dessa informação. Só quando um deles fala para eles é que se desfaz a desconfiança.

De alguma maneira, isto mostra uma certa desconfiança por parte dos camponeses em relação a atores externos que não compartilham de seus códigos, especializados no seu lugar. Se contrapusermos os rumores de que a dívida do PRONAF seria “perdoada” a esta informação, reafirma-se ainda mais a hipótese de que os rumores só podem ter força se sustentados por sujeitos que vivenciem o lugar e compartilhem do mesmo código, sem que seja trazido por alguém de fora.

Ainda sobre as palestras informativas, Jerônimo nos relata algo que reafirma a força que os camponeses possuem ao fazerem valer suas demandas. Ele nos diz:

Eu queria que você fosse a uma palestra em uma comunidade. A gente explica para que serve o programa. Diz que ele financia isso e aquilo. No final quando a gente pergunta pra que eles querem (o programa), 80% quer boi. Uma vez tinha uma jovem “que fazia unha”, eu perguntei se ela não queria investir naquilo, para colocar um pequeno

⁷⁷ Apesar de o AgroAmigo prever uma média de dois municípios por assessor, a agência de Sapé possui apenas dois assessores, polarizando 15 municípios, de maneira que um assessor é responsável por 8 municípios e o outro por 7 municípios.

salão de beleza, ela disse que aquilo não dava dinheiro, que era só uma ajuda (Jerônimo⁷⁸, assessor de microcrédito).

Reafirmam-se aqui, outros elementos apresentados ao longo da dissertação: o fato de os camponeses preferirem bois e o trabalho da mulher visto como marginal, como “ajuda”.

Além disso, o financiamento de bovinos feito pelo PRONAF, através do AgroAmigo⁷⁹ não é uma particularidade do município de Sapé. Os dados gerais do programa mostram que a pecuária é a principal atividade financiada pelo AgroAmigo em toda a área de atuação do BNB no Nordeste, sendo os bovinos os principais animais financiados dentro desse setor.

Gráfico 01: AgroAmigo- Quantidade de operações contratadas por setor de atividade
Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2013)

⁷⁸ O único nome que não é fictício entre aqueles que deram seus depoimentos é o do assessor do AgroAmigo, uma vez que é facilmente localizável por só haver ele nessa função.

⁷⁹ Quando nos referíamos ao AgroAmigo como PRONAF B, os funcionários nos corrigiam apresentando ambos como diferentes. Alguns até rejeitavam falar em PRONAF B, faziam alusão apenas ao AgroAmigo. Porém os recursos são do PRONAF B e os resultados do AgroAmigo valem para o PRONAF B.

Gráfico 02: AgroAmigo – quantidade de operações contratadas por setor da pecuária
Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2013)

Gráfico 03: Quantidade de operações contratadas acumuladas por setor da agricultura no AgroAmigo
Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2013)

Gráfico 04: Quantidade de operações contratadas acumuladas por setor no PRONAF
Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2011)

Além dos dados evidenciarem que a pecuária é a principal atividade financiada pelo AgroAmigo, portanto, até então, pela linha B do PRONAF, com 79% das operações (ver gráfico 01), sendo 56% para bovinocultura (ver gráfico 02), os números (estes de 2011) ainda atestam que a pecuária é a atividade com a maior quantidade de operações contratadas no tocante a todo programa, quando são consideradas todas as linhas do PRONAF, com 78% da quantidade de operações contratadas. Reafirma-se assim para contextos que extrapolam o nosso universo amostral a resistência dos camponeses em tomarem empréstimos para outras atividades que não seja a criação de bovinos. Entretanto, salientamos que o boi não deverá ser em todo lugar a atividade para qual os camponeses convergem. Esse comportamento encontra-se relacionado a questões históricas e espaciais.

Apesar de todo o discurso inovador, o maior “orgulho” do AgroAmigo é ter diminuído a inadimplência no PRONAF B. Existe até um ranking que avalia os estados nesse quesito e que premia as equipes de estados menos inadimplentes.

Em nosso trabalho de campo, a preocupação do AgroAmigo com a inadimplência também se evidenciava. Quando questionávamos os camponeses sobre que tipo de orientações o assessor de microcrédito lhes dava, o que os camponeses mais falavam é que o mesmo destacava que aquele empréstimo teria de ser devolvido e que não devia ser desviado.

Os desvios são vistos como bastante perigosos para o AgroAmigo, uma vez que é um sintoma bastante concreto de que haverá inadimplência naquela operação. Se a inadimplência se torna na prática do AgroAmigo sua principal preocupação, esta não é a única. Alguns camponeses que foram assistidos pelo AgroAmigo também nos falavam de orientações técnicas que o assessor de microcrédito, um técnico, lhes dava.

Dona Maria, camponesa de Lagoa do Félix, por exemplo, que tomou empréstimo para horticultura, já que suas terras não eram extensas o bastante para a criação de bois e a horta dá retorno rápido, nos disse que o assessor havia lhe recomendado colocar alguns “remédios” na sua horta. Ela, porém nos relatou que não gosta de por veneno na horta dela e por isso não havia seguido a orientação. Já os que haviam adquirido bovinos, nos diziam que ele vez ou outra passava e via como estava o

animal. Lembremos que a morte de bovinos é uma razão bastante citada pelos tomadores de empréstimos para justificar sua inadimplência.

Fotografia 17: Dona Maria e sua horta.
Fotografia: Michell Tolentino, outubro de 2011

A figura do assessor goza de boa reputação em meio aos camponeses por eles assistidos⁸⁰. Às vezes, antes de fazer um projeto para uma dada pessoa, o assessor consulta vizinhos que já tomaram empréstimo para saber da reputação do candidato a beneficiário, se é bom pagador, se é honesto etc. Apesar de estar inserido na vida cotidiana dos camponeses e ter com alguns deles relações amigáveis, não podemos afirmar que o assessor está para o camponês assim como um vizinho ou parente.

As relações de proximidade se veem prejudicadas por várias razões, dentre elas:

a-) Os assessores de crédito não são provenientes das comunidades nas quais trabalham, de maneira que muitas vezes seu primeiro contato com os camponeses se dá na palestra informativa;

b-) apesar do AgroAmigo estabelecer dois municípios por assessor, a agência de Sapé trabalha com 15 municípios e apenas 2 assessores, de maneira que é quase impossível que consigam estabelecer fortes relações de proximidade com todos os camponeses que se beneficiam do programa;

⁸⁰ Principalmente a de Jerônimo, que já era conhecido de longa data pelos camponeses.

Ademais, os assessores não têm como proibir de modo algum que os camponeses optem por bois em detrimento de qualquer outra atividade que o programa ache mais rentável. Assim, o AgroAmigo não tem como se impor aos camponeses, os camponeses, mais uma vez, é que se impõem a ele.

Quando participamos do trabalho de campo junto com o assessor do microcrédito, muito do que havíamos ouvido junto aos camponeses acaba se confirmando. Escolhemos participar das idas a campo do assessor somente ao final de nosso trabalho com os camponeses, por duas razões:

a) uma de cunho mais metodológico. Para podermos confrontar o programa com as opiniões dos camponeses e as análises que empreendemos acerca de suas relações;

b) para que, por ventura, não tivéssemos maiores dificuldades com o nosso trabalho de campo nas comunidades. Pois, se os camponeses nos conhecessem na ocasião em que estávamos acompanhando o assessor, poderiam pensar que tínhamos alguma ligação com o banco e acabaríamos enfrentando maiores resistências para colher informações.

Junto com o assessor (Cleondes) fomos a algumas comunidades. Na primeira casa visitada, quem estava naquele momento era a filha do camponês junto da sua mãe, seu pai estava pela trabalhando pela propriedade. Já adulta, a moça havia retirado crédito do PRONAF e agora o assessor perguntava à mesma se ela não queria tomar empréstimo novamente. Ela chamou o pai e perguntou qual a opinião dele. O pai respondeu afirmativamente e um novo empréstimo foi retirado. Reafirma-se aqui que a unidade camponesa se organiza em bases patriarcais e reconhece as principais atividades como masculinas. Neste caso, a filha servia apenas para assinar os papéis, quem “administrava” de fato a criação de bovinos era o pai enquanto chefe de família, que tinha por objetivo a reprodução social da família.

Logo após, com a mãe na sala, a filha pergunta se a mãe também não gostaria de tomar empréstimo, depois de uma breve conversa entre eles, o pai acaba decidindo que sim, de maneira que o boi adquirido com o crédito obtido em nome da mãe também será administrado pelo pai.

Depois nos dirigimos - eu, o assessor e o pai - para uma cocheira onde os bois daquela família se alimentavam, as mulheres ficaram no interior da casa. Durante nossa

conversa, o assessor questiona ao camponês se ele havia aumentado seu número de animais. Na verdade, o assessor fez essa pergunta supondo que a resposta seria positiva, uma vez que durante o campo este tentou enfatizar os pontos positivos do programa. O camponês, no entanto, não respondeu positivamente, disse somente que em alguns momentos teve mais e em outros teve menos. A resposta não nos surpreendeu, apenas reafirmou o que dissemos acerca da ciclicidade da criação de bovinos no interior do campesinato.

Fig. 18: Assessor de microcrédito e camponês beneficiário do PRONAF
Fotografia: Michell Tolentino, janeiro de 2013.

Fig. 19: Bois adquiridos “antes e depois do PRONAF”
Fotografia: Michell Tolentino, janeiro de 2013.

Durante todo o campo era visível que a maior parte dos camponeses haviam realmente tomado empréstimo para bois e que os programas, tanto o AgroAmigo quanto o PRONAF, haviam desembarcado nas suas vidas cotidianas sem produzir maiores mudanças. O tom das visitas do assessor era muito mais “burocrático” do que inovador. Parecia que o mesmo tinha como principal objetivo apenas fazer novas concessões de empréstimos. Não havia nada “inovador”, nem por parte do assessor, muito menos por parte dos camponeses.

As intenções “desenvolvimentistas” do AgroAmigo pareciam existir muito mais no papel. Na prática é simplesmente um programa que viabiliza a concessão de crédito aos camponeses.

...

De tudo o que foi colocado, podemos apreender como os usos que os camponeses fazem do PRONAF subvertem esta política de desenvolvimento. Estes usos, mediados por representações, se dão na prática, a partir de um *habitus*, de um habitar, de um lugar, que por sua vez se confronta e se conforma, dialeticamente, a uma ordem global, ordem esta que tenta prescrever normas sobre a vida cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, baseado em uma reflexão acerca das contradições entre as representações de desenvolvimento que respaldam o PRONAF e os usos que os camponeses fazem desse programa a partir da prática, permite-nos algumas considerações.

Primeiramente, destacamos as representações hegemônicas de desenvolvimento que se apresentam como um discurso assentado em representações etnocêntricas, criado em instâncias estranhas ao lugar e que tenta impor um modelo único global de desenvolvimento.

Legitimado por acadêmicos e, portanto, pela ciência, o desenvolvimento proposto parece ser um modelo livre de ideologias, impondo-se como o único caminho racional, já que a ciência que lhe serve de sustentação é posta como neutra. Porém, ao mesmo tempo em que a ciência tem papel fundamental na sua legitimação e na sua produção, não nos parece que os cientistas criem suas representações sozinhos, em uma redoma imune a tudo e todos. As representações difundidas pelo discurso do desenvolvimento e sua pretensa racionalidade se constituem juntamente com a definição de modelos voltados para a regulação do capitalismo.

Expandindo-se para o mundo durante o pós-guerra, as representações disseminadas durante o fordismo acabaram por respaldar mais do que um modelo de produção. A partir da estratégia fordista, erigia-se um modelo de desenvolvimento que prezava por consumo de massa e que ia à vida cotidiana das pessoas tentando programá-las. Daí a queda na cotidianidade. A partir do nível G foram estabelecidas uma série de mecanismos para subjugar o *nível P* à sua ordem. Nossas necessidades mais banais passaram a ser produzidas pelo capitalismo crescentemente em contextos externos ao lugar. O habitar foi subjugado.

Nesse contexto, a indústria foi o *locus* principal para a reprodução capitalista. Com as fábricas na cidade, a urbanização se empobrecia⁸¹ pelo primado da industrialização, advogado nas representações e estratégias fordistas.

O fordismo, no entanto, não permaneceu confinado à cidade, ele se expandiu para o campo a partir da estratégia da industrialização da agricultura. No Brasil, apesar de a indústria já existir desde antes, foi somente com o golpe militar que a industrialização da agricultura se expandiu a partir da Revolução Verde.

A Revolução Verde se apoiou em uma série de representações marcadamente fordistas, a representação do mundo como uma grande indústria talvez tenha sido a principal, mas daí se depreendem uma série de outras representações: a urbanização pela via da industrialização, o produtivismo, a natureza como algo a ser dominado, o camponês como ineficiente no caso do Brasil, etc.

Contudo, o fordismo não passou de mais uma tomada de fôlego por parte do capitalismo visando regular a reprodução deste modo de produção. Os anos de crescimento do pós-guerra acabaram por se converter em uma retumbante crise que assim como o fordismo também se espalhou para o mundo. Os ajustes espaciais realizados naquele momento já não davam mais conta de assegurar a reprodução do capitalismo. As rigidezes, típicas deste período, pareciam trazer mais problemas que soluções.

No espaço rural, a Revolução Verde também conhecia uma grave crise e com ela uma série de questionamentos às representações em que a mesma se sustentava. A industrialização conhecia seus limites, o emprego na fábrica já não enchia os olhos daqueles que chegavam às grandes cidades; o produtivismo crasso desse momento

⁸¹ De acordo com Lefebvre (1999) “A indústria estaria vinculada à cidade? Ela estaria, antes de mais nada, ligada à *não-cidade*, ausência ou ruptura da realidade urbana. (...) Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão de obra, mantida a baixo preço. Logo, ela pode se implantar em qualquer lugar, mas cedo ou tarde alcança as cidades preexistentes, ou constitui cidades novas, deixando-as em seguida, se para a empresa industrial há algum interesse nesse afastamento, (...) a não cidade e a anti-cidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescentes da cidade anterior à indústria. (...) Nesse movimento, a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilizada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais. Ela se povoa com os signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência.” (LEFEBVRE, 1999, P. 23).

também não; a questão ambiental se impunha depois de anos e anos de destruição da natureza e a cidade estava eivada de problemas decorrentes do fordismo.

Por todos os lados, eram evidenciados os limites do fordismo. No espaço rural, nunca dissociado do urbano, os camponeses lutavam contra a expropriação e aqueles que haviam sido expropriados lutavam bem mais que por um pedaço de terra, lutavam por todo um habitar. Diversos movimentos emergem no campo brasileiro.

Frente à crise do modelo de desenvolvimento fordista enquanto hegemônico e de suas representações surge o modelo de acumulação flexível. As rigidezes de antes foram flexibilizadas. Conheceram-se flexibilidades em diversas áreas, desde os contratos e relações de trabalho até as estruturas das fábricas, que de verticais passaram a ser cada vez mais flexibilizadas, horizontalizadas.

No campo, a flexibilização também se faz presente. O campesinato e suas “ineficiências”, típicas de sua vida cotidiana, do seu habitar, se antes eram combatidas, agora passam a ser “incorporadas” à flexibilização. As representações que não reconheciam o lugar do campesinato na contemporaneidade passam a ser substituídas por representações que realçam qualidades específicas deste sujeito social. Resumindo, o campesinato é descoberto como um potencial “cliente” do desenvolvimento. Entretanto, só incorporar o camponês do modo como ele é não parece interessante para o capitalismo, faz-se necessária uma série de ajustes.

O PRONAF, uma política de desenvolvimento, surge nesse contexto marcado por mudanças nas representações de desenvolvimento a partir das mudanças no próprio modelo de desenvolvimento, daí a incorporação do campesinato. O PRONAF, que em um primeiro momento parecia muito mais um programa fundado em um modelo de desenvolvimento rural fordista, passa cada vez mais a incorporar representações disseminadas no contexto da acumulação flexível.

O PRONAF concebe um rural que passa a ser identificado pelo territorial e não pelo setorial, demarcando distâncias em relação ao fordismo que associava de maneira estrita o rural ao setor agrícola. Nas “novas” representações que evidenciam uma perspectiva espacial, o rural passa a ser concebido como um espaço que abriga diversas atividades, sejam elas agrícolas, industriais ou pertencentes ao setor de serviços.

Defende-se por esta via o agricultor familiar pluriativo como sujeito a ser fortalecido (ou seria produzido?) pelo PRONAF. Continua se advogando um sujeito cada vez mais relacionado ao mercado, de racionalidade empresarial, um *homo economicus*, ignora-se que camponeses não dirigem empresas e sim reproduzem um habitar, que se não é estático é histórico, constituindo-se a partir de um *habitus*.

Na nossa compreensão, o *habitus* que é histórico também é geográfico, uma vez que se faz a partir de um lugar que se articula ao global. Contudo, se o lugar é incorporado ao global e à Informação, no lugar também se fazem resistências silenciosas que emergem de uma prática que preza pela comunicação em detrimento da Informação.

Assim, no nosso terceiro capítulo evidenciamos algumas dessas formas silenciosas, verdadeiras *táticas* que driblam as determinações oficiais do PRONAF. Racionalidades que repousam nos lugares e que driblam o PRONAF com todas as suas representações de desenvolvimento, rumores que se confrontam silenciosamente com o PRONAF, emperrando aquela que seria a “jóia da coroa” entre as políticas de desenvolvimento rural do governo federal. Ao mesmo tempo, o governo federal divulga o sucesso dessa política traduzido em números, com aportes financeiros cada vez maiores, sem fazer menções às contradições evidenciadas na prática do PRONAF.

Obviamente que sabemos que as subversões que encontramos nas quatro comunidades pesquisadas (Barra de Antas, Maraú, Padre Gino e Lagoa do Félix), todas pertencentes ao município de Sapé, não podem ser transpostas a toda e qualquer realidade. Também sabemos que muito embora tenhamos encontrado indícios de que essas subversões ocorrem em outros lugares, os desenvolvimentos geográficos desiguais merecem ser analisados. Isso quer dizer que podem existir, nestes outros lugares, diferentes formas de resistência.

Muitas dessas resistências se fazem justamente porque o desenvolvimento sempre foi feito a partir de normas prescritas, distanciadas do lugar, no *nível G*, que apesar de constituir uma ordem distante se impõe *ao nível P*, nível do habitar. Portanto são prescritas necessidades diferentes daquelas que realmente encontradas no lugar. São projetos que pensam saber das necessidades dos camponeses, mas que se fazem distantes deles, não os ouve. Por se fazerem distantes dos camponeses, estes lhes

confrontam silenciosamente, sem saber, muitas das vezes, que estão emperrando uma estratégia do Estado.

Se o camponês quando expropriado de suas terras pode perceber a desumanização das relações que o capitalismo lhe impõe, comparando-o à besta, essa tentativa de desumanizar não se faz a nosso ver apenas pela via da expropriação, muito embora esta seja a mais gritante. Na nossa compreensão, uma espécie de desumanização está posta na tentativa de “economicizar” o campesinato, destruindo assim seu habitar e propondo em seu lugar uma profissão, até mesmo a racionalidade da “pequena empresa”.

Se o camponês luta contra a expropriação ou até mesmo pela sua terra, ele luta por um habitar, em seu sentido poético. Sua vida cotidiana ganha sentido no habitar e não na economicização. Sua unidade de produção e consumo é também uma unidade de vida, de reprodução da vida.

Parece-nos que na dialética da produção das relações não-capitalistas de produção, criadas e recriadas pelo próprio capitalismo para sua reprodução, reside também a possibilidade da recriação de um certo modo de ser e de pensar não-capitalista, aqui camponês. Longe de se conceber tal recriação como apenas funcional, devemos pensá-la como contraditória.

É nessa contradição que o campesinato, apesar de subordinado ao capitalismo, se reproduz em sua diferença. Os camponeses ainda possuem uma certa poética no seu habitar, uma racionalidade que confronta as representações dos modelos de desenvolvimento capitalista, sempre economicistas. É esta vida cotidiana camponesa que o capitalismo tenta trazer para si, mas que no entanto resiste ao capitalismo. É para reproduzir essa vida cotidiana, esse habitar, que o camponês necessita de um pedaço de chão. É por meio de um pedaço de chão que ele trabalha, que ele habita, que ele se reproduz, é a partir dele que se gera um *habitus* com suas representações. É defendendo esse habitar que o camponês consegue perceber o capitalismo em sua totalidade, ameaçando-o. Nesse habitar ele reproduz seus ciclos, seja nas suas ações, seja nas suas representações.

A representação do tempo que o camponês possui, que prima por uma ciclicidade, se contrapõe à representação capitalista do tempo, que prima pelo linear e

cumulativo. No campesinato, há muito mais a gestão de um cotidiano, uma gestão do presente, que necessariamente de uma empresa, a gestão de um futuro abstrato. Por mais que os camponeses tenham sonhos que apontam para um futuro e até falem em enriquecer muitas vezes, um projeto em busca de um futuro abstrato nunca se desenha metodicamente. Prezam antes pelo seu habitar, pela sua vida cotidiana, por aquilo que fazem todo dia. No entanto, para que se assegure essa sobrevivência que pode até acumular em alguns momentos, sendo antes a acumulação de um patrimônio e não de capital, é necessário um comportamento de minimização dos riscos.

O que chamamos de “cálculo do boi” pode ser compreendido como um comportamento de minimização dos riscos. Por viver, muitas vezes, de acordo com os mínimos vitais o camponês está sempre ameaçado pela precarização de suas condições de vida. Para que isso não ocorra é necessário que ele se utilize de tal racionalidade e comportamento. Entretanto, não atribuíamos esse comportamento somente ao camponês, como se ele estivesse isolado de uma estrutura e conjuntura, o campesinato deve ser pensado a partir de uma totalidade dominada pelo capitalismo, na qual ele é levado a utilizar esse comportamento.

Na racionalidade de minimização dos riscos, da qual o camponês se vale, está implícita uma dimensão econômica que trabalha com mínimos vitais, questão já levantada por Cândido (2003). Como o capital se apropria de parte da renda camponesa a partir de mediações como, por exemplo, o baixo preço pago pelos produtos que o mesmo produz, acaba que o camponês se vê quase que obrigado a operar com estes mínimos vitais, para que possa perpetuar sua reprodução.

De acordo com Cândido (2003):

Dir-se-á, então, que um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações sociais não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo (p. 35).

Produzindo, além dos mínimos vitais, somente os excedentes típicos de uma economia de excedentes (Cf. MARTINS, 1975), o camponês acaba por ter nestes a possibilidade de criação de uma pequena reserva que lhe dá certa autonomia frente às crises. Aí está a autonomia relativa do campesinato, nos excedentes, que só são possíveis graças ao fato dos camponeses serem proprietários dos seus meios de

produção. O camponês consegue, mesmo nas crises, produzir seus mínimos vitais. Entretanto, ao mesmo tempo em que consegue fazer dos seus excedentes um “amortecedor” das crises, o camponês também é susceptível às intempéries climáticas, já que muitas vezes opera com mínimos vitais.

Podemos compreender, portanto, que a representação de tempo do camponês, que prima pelo ciclo, emerge de uma dialetização destas condições e das relações que ele próprio mantém com a natureza buscando reproduzir-se socialmente. É por viver, em grande parte das vezes, a partir dos mínimos vitais que para o camponês o que tem importância é o ciclo. É a tentativa de reprodução do ciclo que o camponês tenta realizar, é esse ciclo que assegura o habitar de toda sua família e lhe distancia da expropriação. O futuro abstrato é perigoso demais para o camponês, pode comprometer o habitar.

Ao internalizar esse comportamento dos mínimos vitais, essa racionalidade, da qual o “cálculo do boi”, a centralidade da produção agrícola e pecuária são apenas “sintomas”, o campesinato produz um *habitus*, um modo de ser e de haver que lhe informa a “maneira certa” de agir.

O Estado, por meio de políticas públicas como o PRONAF, gestadas a partir de uma compreensão que tenta “colar” o campesinato de maneira mais estreita ao mercado capitalista, transformando-o em empresário, desconsidera esse *habitus*, produzido a partir de uma dialética gestada no interior do próprio capitalismo.

Defrontam-se assim, de maneira silenciosa, a racionalidade camponesa e a racionalidade capitalista, incentivada pelo Estado. Defronta-se o habitar e o “mensurável”.

Todavia, por mais que haja um conflito, uma dialética entre os usos e as representações, entre o habitar e o “mensurável”, como já colocamos, é importante ressaltar que em meio a essas contradições o campesinato consegue, por meio do PRONAF, melhorias no tocante a sua reprodução social. Os bois, a poupança do camponês, são utilizados também para fazer melhorias na casa, nas próprias plantações, mesmo que estas melhorias não sejam calcadas na lógica do empresário. O que queremos dizer é que o PRONAF não se tornou tão simplesmente uma máquina de

dívidas, nem a maior parte dos camponeses o utiliza de maneira a construir dívidas, mas antes o PRONAF serve a uma lógica do habitar.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª ed. São Paulo-Campinas: Hucitec/Edunicamp, 1992.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, nº 702).

_____. Conselhos além dos limites. In: **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 121-140. São Paulo, 2001.

_____. **Alcances e limites das finanças de proximidade no combate à inadiplência: o caso do AgroAmigo** (Texto para discussão nº 10). São Paulo: FIPE, 2008.

_____. A densa vida financeira das famílias pobres. In: Ricardo Abramovay. (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2004.

_____ e VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília: FIPE/IPEA, 1998.

ALBANO, G. P. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN**. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2005.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? In: **Terra Livre**. v. 15, p. 87-112. São Paulo: 2000.

_____. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2001.

ALMEIDA, J. L. V. **Tá na rua**: representações da prática dos educadores de rua. São Paulo: Xamã, 2001.

ALMEIDA, R. A. Classe camponesa e *habitus* específico: identidade e distinção no campo. In: **Avepalavra**, v. 1, n. 5, p. 22-63. Alto Araguaia: UNEMAT, 2004.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

ARAÚJO, T. B. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JÚNIOR, O. A. (organizadores). **Políticas Públicas e Gestão Local**:

programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Apresentação dos relatórios e resultados**. 2011

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. 1. ed. São Paulo: Polis, 2006.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. A recomposição dos espaços. In. **INTERAÇÕES** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 1, N. 2, p. 7-12. Campo Grande: 2001.

BINSZTOK, J. Acumulação flexível, precarização e empreendedorismo no espaço agrário brasileiro. In: SAQUET, M. A. SUZUKI, J. C. e MARAFON, G. J. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa-preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2003.

BOMBARDI, L. M. O Papel da Geografia Agrária no Debate Teórico sobre os Conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar. **Geosp**, São Paulo, v. 14, p. 107-117, 2003.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In. ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRANDÃO, C. R. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de via. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. 1. ed. São Paulo-SP: Labur Edições/GESP, 2007.

CARNEIRO, M. J. Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do PRONAF. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, p. 70-85, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In. **Estudos Sociedade e Agricultura** v. 11, p. 53-75, Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CARVALHO, M. L. G. A cultura do abacaxi no município de Sapé: um exemplo de modernização. In. **GEONORDESTE**, ano 02, nº 02. Aracaju: UFS, 1985.

CASA CIVIL. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 (estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais)**. Brasília: 2006.

_____. **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011** (Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.) Brasília: 2011.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

ELIAS, D. **Globalização, fragmentação e reorganização do espaço agrário cearense**. In: **GEONORDESTE**, Vol. 01, nº 02. Aracaju: UFS, 2000.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación editorial el perro y la rana. 2007.

_____. Planejamento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e de desenvolvimento sustentável**. Relatório final do projeto UTF/BRA/036. Brasília, 1995.

_____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico, projeto UTF/BRA/036. Brasília: 1996.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. Agricultura familiar e agricultura camponesa. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa : Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Sposito, E. S.; Sant'anna Neto, J. L. (Org.). **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

FOUCAULT, M. **De outros espaços** (conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Estudes Architecturales), 1967. Tradução: Pedro Moura. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/outros.prn.pdf>. Acessado dia 22 de julho de 2011.

_____. **A ordem do discurso** (Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970). Tradução de Graciano Barbachan. Disponível em www.sabotagem.revolt.org. 1970. Acessado dia 24 de julho de 2011.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FUNDAÇÃO PAULO BONAVIDES. **Microcrédito e desenvolvimento regional**. Fortaleza: Premius, 2011.

GARCIA JR, A. R. **O sul**: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, Universidade de Brasília, 1989.

GAZOLA, M. e SCHNEIDER, S. As duas caras do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Ribeirão Preto, 2005.

GIULIANI, G. M. Neorruralismo: O Novo Estilo dos Velhos Modelos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, 1990.

GOMES DA SILVA, A. et al (Org.). **Financiamento Rural**: dos objetivos às escolhas efetivas. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996

_____. O novo rural. In: **Nova economia** 7(1):43-81. Belo Horizonte: 1997.

_____. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

_____. e GROSSI, M. E. O novo rural brasileiro. In: José Graziano da Silva. (Org.). **Ocupações rurais não-agrícolas**: Oficina de atualização temática, , v. 1, p. 25-39. Londrina: IAPAR, 2000.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, p. 301-328, 2007.

_____. Pronaf: Desafios e perspectivas. **Marco Social**, v. 8, p. 23-32. Rio de Janeiro, 2007.

GUANZIROLI, C. E. e CARDIM, S. E. Novo Retrato da Agricultura Familiar, o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA /MDA, 2000

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2005.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: _____. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes: 2012.

_____. "...Poeticamente o homem habita...". In: _____. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes: 2012.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M. I. M., SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária**: Teoria e Poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IANNI, O. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.

_____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: XLII **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Cuiabá: 2004.

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. In. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n.84, p. 93-104, jul. 2006.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: UNICAMP, v. 1, 1993

LEFEBVRE, H. Towards a leftist cultural politics: remarks occasioned by the centenary of Marx's death. In: Cary, N. e Grossberg, L. **Marxism and the interpretation of culture**. Chicago: University of Illinois Press, 1988.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. Tradução de Oscar Barahona y Uxo Doyhamboure. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no Terceiro Mundo. Tradução de Catherine Marie Mathieu. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre: 1989

_____. **Audácia**: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

_____ e LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. In: **Espaço & Debates**, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v. III, n. 25, 1988.

LIMA, A. B. et al. Pobreza Rural e Políticas Públicas: o Pronaf e o Projeto Cooperar na Paraíba. In: **Cadernos do LOGEPA**. Série Texto Didático (UFPB), v. 03, p. 40-48. João Pessoa: UFPB, 2003.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5ª ed. São Paulo: Cortez: 1994.

LUTFI, E. P. et al. As representações e o possível. In: MARTINS, J. M. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAGALHÃES, R. e ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B**. São. Paulo: MDA/FIPE, 2006.

MARAFON, G. J. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. Nº 03, Rio de Janeiro: **Geo UERJ**, 1998, p.7-21.

MARQUES, M. I. M **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. Dissertação de mestrado (Geografia Humana). São Paulo: 1994.

_____. O conceito de espaço rural em questão. In: **Terra Livre**, v. 18, n. 19, p. 95-112. São Paulo: 2002.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. In. **Revista NERA** v. 11, p. 57-67. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

_____. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **A chegada do estranho**. 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**, 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____ e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MATTEI, L. Análise da produção acadêmica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. Estudos **Sociedade e Agricultura**. v. 18, p. 56-97. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

_____. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, p. 143-158, 2006

_____. **Impactos do Pronaf**: Análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD Estudos; 11), 2005.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In _____. **Sociologia e Antropologia**: São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MDA/SDT/CONDRAF. **Referências para um programa territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, CONDRAF/NEAD, Texto para Discussão nº 04, 2003.

MDA/SAF. **Manual de Crédito Rural Plano de Safra da Agricultura familiar – 2004/2005**. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília: 2004.

MENEZES, M. A. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. In. **Raízes**, v. 21, n. 21, p. 32-44. Campina Grande: UFCG, 2002.

MEPF/INCRA/SDR. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural** – Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília: 1999.

MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C. R (org). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná**: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital. Dissertação de Mestrado (Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá:2002.

_____. O 'desenvolvimento' como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares. In: **Revista Pegada** (UNESP). Presidente Prudente, v. 6, n.1, 2005.

_____. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese de Doutorado (Geografia)– Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: 2006.

MONSMA, K. **James C. Scott e a resistência cotidiana no campo**: uma avaliação crítica. In: BIB, nº 49, p. 95-121. Rio de Janeiro: 2000

MOREIRA, E. R. F. Notas sobre o processo de modernização recente da agricultura brasileira. In: **Boletim de Geografia do Departamento de Geociências da UFPB**, João Pessoa, v. 1, n. 7, p. 45-55, 1988.

_____ e TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1997.

MOREIRA, R. Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho. In: **Programa Integrar – Trabalho e tecnologia**. São Paulo: CUT/CNMIntegrar, 1998.

MORUZZI MARQUES, P. E. . Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do PRONAF. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. **Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: Sober, 2004.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: Quantos Acoroadouros! In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M. I. M., SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007

PAULINO, E. T. Terra de Vida: **A Geografia dos Camponeses do Norte do Paraná**, Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003

PAZ, O. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1982.

PEET, R. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M. I. M., SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. . Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENÁ, A. E. e SADER. E. (Org.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

PRONAF. **Lei nº 146 de 28 de junho de 1996** (cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e dá outras providências). Brasília: 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, F. e LIMA, A. B. . A agricultura Familiar sob a Ótica do Estado: uma leitura do PRONAF na Paraíba. In: **Anais do I Simpósio Internacional de Geografia**. São Paulo: USP, 2003.

SACHS, W. Introdução. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, M. **Economia Espacial**. São Paulo; Hucitec, 1979.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, T. A. **Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba** - Dissertação de Mestrado em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, São Paulo: 2010.

SEBRAE. **Cartilha de Acesso ao PRONAF**. Brasília: 2011

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18. Nº 51, (p. 99-121). São Paulo, 2003

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

_____ *et al.* Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF. In. SCHNEIDER, S. *et al.*(Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004.

SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Ciudad de Mexico: Ediciones Era, 2000.

_____. Formas cotidianas de resistência camponesa. Tradução de Marilda Menezes e Lemuel Guerra. In. **Raízes**, vol. 21, nº 01. Campina Grande: UFCG, 2002.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: **Território**, v. 2, n. 3, p. 13-29. Rio de Janeiro: 1997.

SHANIN, T. **La clase incomoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo: Rusia 1919-1925**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

_____. A Definição do Camponês: conceituações e desconceituações: O velho e o novo de uma discussão marxista. In: **Revista Nera**. Presidente Prudente, Ano 8, nº. 07, 2005

_____. Lições Camponesas. In. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato: territórios em disputa**. Expressão Popular: São Paulo, 2008

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, Marcelo J. L. O subdesenvolvimento das teorias do desenvolvimento. In: **Princípios**, v. 35, p. 27-33. São Paulo: 1994

TARGINO, I e COUTO, A. Política de crédito e endividamento de trabalhadores assentados: o caso da Zona da Mata paraibano. In. **Emancipação**, v. 7, p. 135-164. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

TEDESCO, J. C (org). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2001.

THOMPSON. E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. In: **Reforma Agrária**, p. 128 – 141. Campinas: 1995.

_____. A face territorial do desenvolvimento. In: **Anais do 27º Encontro Nacional de Economia**. Belém:1999.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001.

_____. **Cidades Imaginárias**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. Nem tudo é urbano. In. **Ciência e Cultura**, São Paulo: SBPC, 2004a.

_____. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, Rio de Janeiro, n.22. 2004b

VILELA, S. L. O. Qual Política para o Campo Brasileiro? (do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um novo modelo). In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Natal: Sober, 1997

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In. **Reforma Agrária**, v. 25, n. 2/3, p. 37-57. Campinas, 1995.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 69-129. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

WILKINSON, J. **O Estado, a agricultura e a pequena produção**. Rio de Janeiro: 2008.

WOLF. E. R. **Sociedades Camponesas**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral, in **Anuário Antropológico/87**, pp. 11_73. Brasília/Rio de Janeiro, 1990.

_____ e WOORTMANN, E. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. 1. ed. Brasília: EDUnB, 1997.

Sites consultados:

Banco do Nordeste do Brasil

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/agroamigo/gerados/apresentacao.asp, acessado no dia 21 de março de 2013.

APÊNDICES

Formas de flexibilização

Formas de flexibilização	Breves comentários de Benko (1999) sobre as formas de flexibilização
Técnicas de produção flexível	Na esfera da produção e do trabalho, a utilização de novas tecnologias se materializa pelo desenvolvimento e difusão de máquinas e sistemas de equipamentos mais flexíveis.(...)
Estruturas industriais flexíveis	O porte médio dos estabelecimentos diminui sensivelmente (...). No entanto, a multiplicação do número de pequenas empresas foi o resultado de processos muito variados. Podem-se citar: 1. A descentralização de funções tais que a fabricação de componentes, módulos ou atividades de serviço das grandes empresas em benefício de subempreiteiros de porte pequeno ou médio; 2. O surgimento de distritos industriais organizados a partir de redes de pequenas ou médias empresas; 3. A perfileração, sob forma de pequenas empresas <i>high-tech</i> , de funções como a concepção, as atividades de pesquisa-desenvolvimento de estabelecimentos maiores; 4.O surto em pequena e média escala de empresários e empresas que têm por objetivo a valorização dos recursos locais; 5. O desenvolvimento das pequenas empresas em zonas afetadas pelo declínio industrial e em setores nos quais a inserção era tanto mais facilitada quanto aí se encontravam trabalhadores licenciados nas pesquisas de outros meios para assegurar a subsistência; 6. A existência de uma subnegociação que recorre aos <i>sweatshops</i> ⁸² e ao trabalho a domicílio; 7. A persistência nos interstícios das sociedades em desenvolvimento de artesãos tradicionais dependentes de mercados monopolistas.
Estrutura do capital	Um grupo é um conjunto de empresas reunidas em <i>holdings</i> financeiras hierarquizadas e submetidas a um centro de decisões, uma sociedade-máter. É esta última que, de um lado, desenvolve as estratégias econômicas globais, tanto produtivas quanto comerciais e, de outro, as estratégias financeiras , incluindo as fusões, aquisições , as tomadas e abandonos de participação. Todas essas operações são reversíveis. Como forças financeiras, centros de controle econômico e centro de produção e de apropriação do valor, os grupos são por isso mesmo muito flexíveis.
As práticas flexíveis na esfera do trabalho	Trata-se sobretudo de duas formas de flexibilidade, uma das quais se refere à organização do trabalho (a flexibilidade funcional) e a outra ao mercado de trabalho (a flexibilidade numérica). (...) A capacidade funcional caracteriza a capacidade de uma empresa de modular as tarefas efetuadas por seus empregados em virtudes de mudanças na demanda, na tecnologia ou na política de marketing. Essa forma de flexibilidade está associada a novos modelos de organização que recorrem necessariamente a um grupo de trabalhadores qualificados polivalentes, operando de maneira permanente em tempo integral, uma vez que é nesses trabalhadores que repousa a continuidade da produção e em que não raro é a eles que compete a manutenção do equipamento industrial. Espera-se desses trabalhadores permanentes que sejam adaptáveis, flexíveis e, se necessário, geograficamente móveis.

⁸² Uma oficina de superexploração, geralmente de negros.

A flexibilidade no mercado de trabalho	A flexibilidade numérica diz respeito à facilidade e à rapidez com que as empresas podem ajustar seus efetivos e o nível dos salários em virtude das flutuações da demanda, e é também associada às variações de efetivo dos trabalhadores periféricos. Na categoria periférica distinguem-se grupos: 1. os trabalhadores empregados em estabelecimentos de subempreiteiros, os trabalhadores independentes especializados e o pessoal fornecido pelas agências de trabalho temporário; 2. Os empregados das empresas desprovidos de estatutos e que podem ser contratados e reempregados em virtude das condições econômicas, os que têm contrato de duração limitada, o pessoal de tempo parcial ou temporário, os que ocupam postos que têm <i>turnover</i> elevado ou ainda postos cujos efetivos podem ser facilmente comprimidos mercê de uma política de não substituição.
Os modos de consumo	(...) maior diferenciação dos produtos e (...) aceleração da inovação na produção, assim como no encurtamento do ciclo de vida dos produtos (...). Nessas condições, “ a estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar ao fermento estético pós-moderno que glorifica a diferença, o efêmero, o espetáculo, a moda e a mercantilização das formas culturais” (HARVEY, 1989)
A intervenção mínima do Estado	No decorrer dos anos 1970 os gastos do Estado-providência atingiram níveis sem precedentes.(...) No final da década, as forças neoliberais mobilizaram um número suficiente de adeptos para fazer eleger governos cujos programas previam reduzir a intervenção do Estado. Houve então tentativas para acelerar os cortes nas despesas públicas e tendência a reduzir a um nível menor a intervenção do Estado nos domínios econômico e social (...). Estratégias de privatização e subcontratação de atividades do setor público foram ativamente aplicadas num momento em que os interesses capitalistas buscavam novos domínios de valorização do capital. A lógica da política social foi transformada com a substituição dos princípios de assistência pública e de garantias coletivas em prol dos membros mais favorecidos da sociedade pelas garantias, cujas vantagens potenciais dependeriam das possibilidades individuais a pagar.

Fonte: Benko (1999), organizado por Tolentino.

ANEXOS

Presidência da República

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996

Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere art. 84 inciso VI, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.

§ 1º A aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF requer a adesão voluntária dos Estados, dos Municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas.

§ 2º As ações do Programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda,
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;

h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;

i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras.

Art. 3º Caberá ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento a coordenação do PRONAF, competindo-lhe, especialmente:

I - promover gestões e apoiar a reorganização institucional que se fizer necessária junto aos órgãos federais que atuem no setor, bem como junto aos Governos Estaduais e Municipais, visando o reajustamento das políticas públicas aos objetivos do Programa;

II - apoiar e promover, em parceria com os Estados, os Municípios e os agentes financeiros, linhas de financiamento para a adequação e implantação da infra-estrutura física e social necessária ao desenvolvimento e continuidade da agricultura familiar;

III - propor mecanismos mais adequados à concessão de crédito aos agricultores familiares, orientando-os sobre os respectivos procedimentos de acesso e de reembolso;

IV - levar em consideração, na formulação das políticas de preços agrícolas, a realidade da agricultura familiar, promovendo, ademais, a criação de centros primários de comercialização e a redução da cadeia de intermediários;

V - promover ações para a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e de suas organizações e parceiros, de modo a proporcionar-lhes os conhecimentos, habilidades e tecnologias indispensáveis ao processo de produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização, assim como para a elaboração e acompanhamento dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDR;

VI - assegurar o caráter descentralizado de execução do PRONAF e o estabelecimento de processos participativos dos agricultores familiares e de suas organizações na implementação e avaliação do Programa.

Art. 4º O PRONAF será constituído por organismos co-participantes, cujas ações confluirão para os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR, Conselhos Estaduais do PRONAF e Conselho Nacional do PRONAF.

§ 1º Integram a estrutura do PRONAF, no plano municipal, mediante adesão voluntária:

a) a Prefeitura Municipal, cabendo-lhe:

1. instituir, em seu âmbito, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR e o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR;

2. participar do CMDR e da execução, acompanhamento e fiscalização das ações do PMDR;

3. celebrar acordos, convênios e contratos no âmbito do PRONAF;

4. aportar as contrapartidas de sua competência;

5. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

b) o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, o qual terá como membros, representantes do poder público, dos agricultores familiares e das entidades parceiras, inclusive das vinculadas à proteção do meio ambiente, cabendo-lhe:

1. analisar a viabilidade técnica e financeira do PMDR e o seu grau de representatividade das necessidades e prioridades dos agricultores familiares;
2. aprovar em primeira instância o apoio do PRONAF a projetos contidos no PMDR, relatando o Plano à Secretaria Executiva Estadual do PRONAF;
3. negociar as contrapartidas dos agricultores familiares, da Prefeitura Municipal, do Estado e dos demais parceiros envolvidos na execução do PMDR;
4. fiscalizar a aplicação dos recursos do PRONAF no município;
5. articular-se com as unidades locais dos agentes financeiros com vistas a solucionar eventuais dificuldades na concessão de financiamentos aos agricultores familiares, relatando ao Conselho Estadual do PRONAF sobre os casos não solucionados;
6. elaborar e encaminhar à Secretaria Executiva Estadual do PRONAF pareceres e relatórios periódicos sobre a regularidade da execução físico-financeira do PMDR;
7. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

c) os agricultores familiares, aos quais cabe:

1. apresentar e priorizar suas demandas;
2. participar da execução do PRONAF;
3. aportar as contrapartidas de sua competência;

d) as organizações de agricultores familiares, cabendo-lhes:

1. formular propostas de ação compatibilizadas com as demandas dos agricultores;
2. participar da elaboração e da execução do PMDR e do acompanhamento e fiscalização das ações do PRONAF;
3. celebrar e executar acordos, convênios e contratos com órgãos da administração pública e entidades parceiras privadas;
4. aportar as contrapartidas de sua competência;

e) as entidades parceiras, públicas e privadas, que direta ou indiretamente desenvolvam ações relacionadas com o desenvolvimento rural e a proteção ambiental, cabendo-lhes:

1. participar da elaboração e da execução do PMDR, dentro de suas áreas de atuação específica;
2. aportar as contrapartidas de sua competência;
3. colaborar na elaboração de relatórios de execução físico-financeira do PRONAF.

§ 2º Integram a estrutura do PRONAF, no plano estadual, mediante adesão voluntária:

a) o Governo Estadual, cabendo-lhe:

1. instituir, em seu âmbito, o Conselho Estadual do PRONAF, e sua Secretaria Executiva;
2. participar da execução, do acompanhamento e da fiscalização do Programa no âmbito estadual;
3. celebrar acordos, convênios e contratos com órgãos da administração pública e com entidades parceiras privadas;
4. aportar as contrapartidas de sua competência;
5. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

b) o Conselho Estadual do PRONAF, o qual terá como membros representantes, no âmbito estadual, do poder público, das organizações dos agricultores familiares e das entidades parceiras, inclusive das vinculadas à proteção do meio ambiente, cabendo-lhe:

1. analisar o apoio do PRONAF a projetos contidos nos PMDR, relatando os Planos à Secretaria Executiva Nacional do PRONAF;
2. promover a interação entre o Governo Estadual, os Governos Municipais e as entidades parceiras, com vistas à obtenção de suas contrapartidas aos PMDR;
3. acompanhar e avaliar a execução do PRONAF no âmbito estadual;
4. elaborar propostas de políticas públicas a serem encaminhadas aos órgãos da administração estadual e federal;
5. articular-se com as unidades administrativas estaduais dos agentes financeiros, com vistas a solucionar eventuais dificuldades encontradas, a nível municipal, na concessão de financiamentos aos agricultores familiares, relatando ao Conselho Nacional do PRONAF sobre os casos não solucionados;
6. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

c) a Secretaria Executiva Estadual do PRONAF, a ser chefiada por Secretário Executivo Estadual designado pelo Governo do Estado, cabendo-lhe:

1. analisar os PMDR, relatando-os ao Conselho Estadual do PRONAF;
2. implementar decisões do Conselho Estadual;
3. monitorar e avaliar a execução dos PMDR, relatando ao Conselho Estadual;
4. emitir pareceres técnicos.

§ 3º Integram a estrutura do PRONAF, no plano nacional:

a) o governo federal, por intermédio do Conselho Nacional do PRONAF e sua Secretaria-Executiva, que funcionarão no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

b) o Conselho Nacional do PRONAF, cabendo-lhe:

1. aprovar o seu regimento interno;

2. definir diretrizes nacionais para o PRONAF;
 3. propor a adequação de políticas públicas às necessidades da agricultura familiar;
 4. recomendar normas operacionais para o Programa;
 5. identificar fontes de recursos para o PRONAF;
 6. recomendar critérios para a alocação e aplicação de recursos;
 7. aprovar a programação físico-financeira anual do PRONAF e apreciar os pertinentes relatórios de execução;
 8. examinar estudos de avaliação do PRONAF e propor redirecionamentos;
- c) a Secretaria Executiva Nacional do PRONAF, a ser exercida pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento e chefiada por um Secretário Executivo Nacional designado pelo titular da Pasta, cabendo-lhe:
1. implementar decisões do Conselho Nacional do PRONAF;
 2. analisar e aprovar o apoio do PRONAF a projetos contidos nos PMDR;
 3. propor normas operacionais para o Programa;
 4. promover estudos com vistas à adequação de políticas públicas às necessidades da agricultura familiar;
 5. elaborar a proposta de programação físico-financeira anual do PRONAF, monitorar e avaliar sua execução, relatando ao Conselho Nacional;
 6. receber pedidos, preparar acordos, convênios e contratos e promover a liberação de recursos para o financiamento dos projetos aprovados no âmbito dos PMDR;
 7. emitir pareceres técnicos;
 8. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;
- d) as Delegacias Federais da Agricultura - DFA, cabendo-lhes:
1. assessorar os Estados, as Prefeituras Municipais, as organizações de agricultores familiares e as entidades parceiras, na elaboração dos processos para celebração de convênios, no âmbito do PRONAF, com o Ministério da Agricultura, instruindo-os quando aprovados;
 2. fiscalizar a aplicação dos recursos dos convênios de que trata o item anterior;
 3. emitir pareceres técnicos sobre a execução dos convênios antes referidos;
 4. promover a divulgação e articular apoio institucional ao PRONAF;
- e) os órgãos e entidades de âmbito nacional, públicos e privados, vinculadas à agricultura e à proteção do meio ambiente, cabendo-lhes:
1. participar, mediante articulação da Secretaria Executiva Nacional do PRONAF, de estudos e debates com vistas à adequação de políticas públicas à realidade sócio-econômica da agricultura familiar;

2. mobilizar recursos financeiros, materiais e humanos, em suas respectivas áreas de atuação, para o apoio às ações do PRONAF;
3. participar da operacionalização, acompanhamento e avaliação do Programa, segundo suas atribuições e aptidões institucionais;
4. mobilizar e orientar suas unidades estaduais e municipais, no sentido de integrá-las na operacionalização dos PMDR.

Art. 5º Integram o Conselho Nacional do PRONAF:

I - o Secretário Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que será o seu Presidente;

II - um representante do Ministério do Planejamento e Orçamento;

III - um representante do Ministério da Fazenda;

IV - um representante do Ministério do Trabalho;

V - um representante da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento;

VI - um representante da Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária.

§ 1º Poderão ainda integrar o Conselho Nacional do PRONAF um representante de cada entidade a seguir indicada:

- a) Fórum dos Secretários Estaduais de Agricultura;
- b) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
- c) Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- d) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER.

§ 2º Os membros do Conselho Nacional do PRONAF serão designados pelo Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representados.

§ 3º O Conselho Nacional do PRONAF deliberará por maioria simples, presente, no mínimo, a metade de seus membros.

§ 4º Nas deliberações do Conselho, o seu Presidente terá, além do voto ordinário, o de qualidade.

§ 5º Em suas ausências e impedimentos, o Presidente do Conselho indicará seu substituto, dentre um dos representantes do Governo Federal.

§ 6º A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

§ 7º Das reuniões do Conselho poderão participar, sem direito a voto e a convite de seu Presidente, especialistas, autoridades e outros representantes dos setores público e privado, quando necessário ao aprimoramento ou esclarecimento de matéria incluída na ordem do dia.

Art. 6º O financiamento da produção dos agricultores familiares e de suas organizações será efetuado pelos agentes financeiros, no âmbito do PRONAF, segundo normas específicas a serem estabelecidas para esse fim nas instâncias competentes e de modo a atender adequadamente às características próprias desse segmento produtivo, contemplando, inclusive, a assistência técnica.

§ 1º Nos financiamentos de que trata este artigo, será dada prioridade ao investimento e ao custeio associado ao investimento de propostas de candidatos localizados em municípios nos quais já tenham sido instituídos os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR e os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDR, sem exclusão, porém, dos financiamentos para custeio isolado e, ainda, de candidatos localizados nos demais municípios, na medida das disponibilidades de recursos.

§ 2º As propostas de financiamento apresentadas pelos agricultores familiares e suas organizações prescindem do exame pelos Conselhos do PRONAF e devem ser submetidas diretamente ao agente financeiro, a quem cabe analisá-las e deferi-las, observadas as normas e prioridades do Programa.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Arlindo Porto Neto

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; ([Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011](#))

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois

hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;

II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;

II - infra-estrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.7.2006

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010.

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nºs 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nºs 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.

[Mensagem de veto.](#)

[Conversão da Medida Provisória nº 472, de 2009](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA NAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - REPENEC

Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 2º a 5º desta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e co-habilitação ao regime de que trata o caput.

Art. 2º É beneficiária do Repenec a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e uréia a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado.

§ 1º Compete ao Ministério de Minas e Energia a aprovação de projeto e a definição, em portaria, dos projetos que se enquadram nas disposições do caput.

§ 2º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), e as pessoas jurídicas de que tratam o [inciso II do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), e o [inciso II do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), não podem aderir ao Repenec.

§ 3º A fruição dos benefícios do Repenec fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos impostos e as contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos projetos protocolados até 31 de dezembro de 2010 e aprovados até 30 de junho de 2011.

§ 5º [\(VETADO\)](#).

Art. 3º No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação nas obras referidas no caput do art. 2º, ficam suspensos:

I - a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Repenec;

II - a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Repenec;

III - o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do Repenec;

IV - o IPI incidente na importação, quando a importação for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do Repenec;

V - o Imposto de Importação, quando os bens ou materiais de construção forem importados por pessoa jurídica beneficiária do Repenec.

§ 1º Nas notas fiscais relativas:

I - às vendas de que trata o inciso I do caput, deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS”, com a especificação do dispositivo legal correspondente;

II - às saídas de que trata o inciso III do caput, deverá constar a expressão “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

§ 2º As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.

§ 3º A pessoa jurídica que não utilizar ou incorporar o bem ou material de construção na obra de infraestrutura fica obrigada a recolher as contribuições e o imposto não pagos em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição ou do registro da Declaração de Importação - DI, na condição:

I - de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à Cofins-Importação, ao IPI vinculado à importação e ao Imposto de Importação;

II - de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e ao IPI.

§ 4º Para efeitos deste artigo, equipara-se ao importador a pessoa jurídica adquirente de bens estrangeiros, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

§ 5º (VETADO).

§ 6º No caso do imposto de importação, o disposto neste artigo aplica-se somente a bens e materiais de construção sem similar nacional.

Art. 4º No caso de venda ou importação de serviços destinados às obras referidas no caput do art. 2º, ficam suspensas:

I - a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a prestação de serviços efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País quando prestados a pessoa jurídica beneficiária do Repenec;

II - a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre serviços quando importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Repenec.

§ 1º Nas vendas ou importação de serviços de que trata o caput, aplica-se, no que couber, o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 3º desta Lei.

§ 2º O disposto no inciso I do caput aplica-se também na hipótese de receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos para utilização em obras de infraestrutura quando contratados por pessoa jurídica beneficiária do Repenec.

Art. 5º Os benefícios de que tratam os arts. 3º e 4º desta Lei podem ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contado da data de habilitação ou co-habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.

§ 1º Na hipótese de transferência de titularidade de projeto de infraestrutura aprovado no Repenec durante o período de fruição do benefício, a habilitação do novo titular do projeto fica condicionada a:

I - manutenção das características originais do projeto, conforme manifestação do Ministério de Minas e Energia;

II - observância do limite de prazo estipulado no caput deste artigo, contado desde a habilitação do primeiro titular do projeto;

III - revogação da habilitação do antigo titular do projeto.

§ 2º Na hipótese de transferência de titularidade de que trata o § 1º, são responsáveis solidários pelos tributos suspensos os antigos titulares e o novo titular do projeto.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO - PROUCA

E DO REGIME ESPECIAL DE AQUISIÇÃO

DE COMPUTADORES PARA USO EDUCACIONAL - RECOMPE

Art. 6º Fica criado o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e instituído o Regime Especial para Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 7º a 14 desta Lei. ([Produção de efeito](#))

Art. 7º O Prouca tem o objetivo de promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento. ([Produção de efeito](#))

§ 1º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e da Fazenda estabelecerá definições, especificações e características técnicas mínimas dos equipamentos referidos no caput, podendo inclusive determinar os valores mínimos e máximos alcançados pelo Prouca.

§ 2º Incumbe ao Poder Executivo:

I - relacionar os equipamentos de informática de que trata o caput; e

II - estabelecer processo produtivo básico específico, definindo etapas mínimas e condicionantes de fabricação dos equipamentos de que trata o caput.

§ 3º Os equipamentos mencionados no caput deste artigo destinam-se ao uso educacional por alunos e professores das escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou das escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, exclusivamente como instrumento de aprendizagem.

§ 4º A aquisição a que se refere o caput será realizada por meio de licitação pública, observados termos e legislação vigentes.

Art. 8º É beneficiária do Recompe a pessoa jurídica habilitada que exerça atividade de fabricação dos equipamentos mencionados no art. 7º e que seja vencedora do processo de licitação de que trata o § 4º daquele artigo. ([Produção de efeito](#))

§ 1º Também será considerada beneficiária do Recomepe a pessoa jurídica que exerça a atividade de manufatura terceirizada para a vencedora do processo de licitação referido no § 4º do art. 7º.

§ 2º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), e as pessoas jurídicas de que tratam o [inciso II do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), e o [inciso II do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), não podem aderir ao Recomepe.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará o regime de que trata o caput.

Art. 9º O Recomepe suspende, conforme o caso, a exigência: [\(Produção de efeito\)](#)

I - do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre a saída do estabelecimento industrial de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 7º quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime;

II - da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da:

a) venda de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 7º quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime;

b) prestação de serviços por pessoa jurídica estabelecida no País a pessoa jurídica habilitada ao regime quando destinados aos equipamentos mencionados no art. 7º;

III - do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação, do Imposto de Importação e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação incidentes sobre:

a) matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 7º quando importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime;

b) o pagamento de serviços importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime quando destinados aos equipamentos mencionados no art. 7º.

Art. 10. Ficam isentos de IPI os equipamentos de informática saídos da pessoa jurídica beneficiária do Recomepe diretamente para as escolas referidas no art. 7º. [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 11. As operações de importação efetuadas com os benefícios previstos no Recomepe dependem de anuência prévia do Ministério da Ciência e Tecnologia. [\(Produção de efeito\)](#)

Parágrafo único. As notas fiscais relativas às operações de venda no mercado interno de bens e serviços adquiridos com os benefícios previstos no Recomepe devem:

I - estar acompanhadas de documento emitido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, atestando que a operação é destinada ao Prouca;

II - conter a expressão "Venda efetuada com suspensão da exigência do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com a especificação do dispositivo legal correspondente e do número do atestado emitido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 12. A fruição dos benefícios do Recomeço fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 13. A pessoa jurídica beneficiária do Recomeço terá a habilitação cancelada: [\(Produção de efeito\)](#)

I - na hipótese de não atender ou deixar de atender ao processo produtivo básico específico referido no inciso II do § 2º do art. 7º

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010.

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nºs 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nºs 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.

[Mensagem de veto.](#)

[Conversão da Medida Provisória nº 472, de 2009](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

(...)

Seção V

Das Taxas e Demais Disposições

(...)

Art. 69. São remetidas as dívidas decorrentes de operações de crédito rural renegociadas nas condições do [art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#), cujos saldos devedores na data de publicação desta Lei, atualizados pelos encargos financeiros contratuais aplicáveis para a situação de normalidade, excluídos os bônus, sejam de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), desde que as operações sejam:

I - lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE;

II - lastreadas em recursos mistos do FNE com outras fontes;

III - lastreadas em outras fontes de crédito rural cujo risco seja da União; ou

IV - contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

§ 1º Do valor de que trata o caput deste artigo excluem-se as multas.

§ 2º A remissão de que trata este artigo também se aplica às operações de crédito rural que se enquadrem nas condições para renegociação previstas no [art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#), efetuadas com recursos do FNE, ou com recursos mistos do FNE com outras fontes, ou com recursos de outras fontes efetuadas com risco da União, ou ainda às operações contratadas no âmbito do Pronaf, cujos mutuários não as tenham renegociado nas condições ali estabelecidas e cujo saldo devedor atualizado até a data de publicação desta Lei, nas condições abaixo especificadas, seja inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais):

I - até 15 de janeiro de 2001, pelos encargos financeiros originalmente contratados, sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento;

II - de 16 de janeiro de 2001 até a data de publicação desta Lei:

a) para as operações efetuadas no âmbito do Pronaf, taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano);

b) para as demais operações, pelos encargos financeiros previstos no [art. 45 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008](#), para cada período, sem encargos adicionais de inadimplemento, observado o porte do mutuário.

§ 3º Para fins de enquadramento na remissão de que trata este artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:

I - por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;

II - no caso de operação que não tenha envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados, pelo resultado da divisão dos saldos devedores pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade;

III - no caso de condomínios de produtores rurais, por participante identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoa Física - CPF, excluindo-se cônjuges; ou

IV - no caso de crédito grupal ou coletivo, por mutuário constante da cédula de crédito.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo aplica-se às operações ali enquadráveis renegociadas com base em outros instrumentos legais, mantida a vedação prevista no [§ 8º do art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#).

§ 5º A remissão de que trata este artigo abrange somente o saldo devedor, sendo que em nenhuma hipótese haverá devolução de valores a mutuários.

§ 6º É o FNE autorizado a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações lastreadas em seus recursos e às operações lastreadas em recursos mistos do FNE com outras fontes.

§ 7º É a União autorizada a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações efetuadas com recursos de outras fontes no âmbito do Pronaf e às demais operações efetuadas com risco da União.

§ 8º É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às instituições financeiras públicas federais os custos da remissão e dos rebates definidos neste artigo para as operações ou

parcelas das operações efetuadas com risco da instituição financeira, observado o disposto nos §§ 6º e 7º.

Art. 69-A. Ficam suspensos, até 30 de junho de 2013, as execuções fiscais e os respectivos prazos processuais, cujo objeto seja a cobrança de débitos inscritos em Dívida Ativa da União ou que venham a ser incluídos até 31 de dezembro de 2012, oriundos de operações de crédito rural contratados entre 17 de maio de 1984 e 31 de maio de 2002, de responsabilidade de produtores rurais vinculados ao Projeto Agro-Industrial do Canavieiro Abraham Lincoln - PACAL, situado no Estado do Pará (Km 92 da Rodovia Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba), desapropriado pela União Federal na forma do Decreto nº 89.677, de 17 de maio de 1984. [\(Incluído pela Lei nº 12.678, de 2012\).](#)

~~Art. 70. É autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de novembro de 2011, das operações de crédito rural que tenham sido renegociadas nas condições do [art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#), e que estejam lastreadas em recursos do FNE, ou em recursos mistos do FNE com outras fontes, ou em recursos de outras fontes efetuadas com risco da União, ou ainda das operações realizadas no âmbito do Pronaf, em substituição a todos os bônus de adimplência e de liquidação previstos para essas operações na [Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#), e no [art. 28 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008](#), não remetidas na forma do art. 69 desta Lei, observadas ainda as seguintes condições:~~

Art. 70. É autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 29 de março de 2013, das operações de crédito rural que tenham sido renegociadas nas condições do [art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#), e que estejam lastreadas em recursos do FNE, ou em recursos mistos do FNE com outras fontes, ou em recursos de outras fontes efetuadas com risco da União, ou ainda das operações realizadas no âmbito do Pronaf, em substituição a todos os bônus de adimplência e de liquidação previstos para essas operações na [Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#), e no [art. 28 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008](#), não remetidas na forma do art. 69 desta Lei, observadas ainda as seguintes condições: [\(Redação dada pela Lei nº 12.599, de 2012\)](#)

I - para liquidação antecipada das operações renegociadas com base nos [incisos I e II do art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#), será concedido rebate de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o saldo devedor da dívida, atualizado pelos encargos financeiros contratuais aplicáveis para a situação de normalidade, excluídos os bônus, sendo que nas regiões do semiárido, no norte do Espírito Santo e nos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o rebate para liquidação será de 85% (oitenta e cinco por cento);

II - para liquidação antecipada das operações renegociadas com base no [inciso III ou no § 5º do art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#), observado o disposto no [art. 28 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008](#):

a) aplica-se o disposto no inciso I deste artigo para a parcela do saldo devedor que corresponda ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) na data do contrato original;

b) será concedido rebate de 45% (quarenta e cinco por cento) sobre a parcela do saldo devedor da dívida, atualizado pelos encargos financeiros contratuais aplicáveis para a situação de normalidade, excluídos os bônus, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo que nas regiões do semiárido, no norte do Espírito Santo e nos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o rebate para liquidação será de 75% (setenta e cinco por cento).

§ 1º O disposto neste artigo também pode ser aplicado para liquidação das operações de crédito rural que se enquadrem nas condições para renegociação previstas no [art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#), lastreadas em recursos do FNE, ou em recursos mistos do FNE com outras fontes, ou em recursos de outras fontes efetuadas com risco da União, ou ainda das operações contratadas no âmbito do Pronaf, cujos mutuários não as tenham renegociado nas condições ali estabelecidas, sendo que os rebates serão aplicados sobre o saldo devedor atualizado da seguinte forma:

I - até 15 de janeiro de 2001, pelos encargos financeiros originalmente contratados, sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento;

II - de 16 de janeiro de 2001 até a data da liquidação da operação:

a) para as operações efetuadas no âmbito do Pronaf, taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano);

b) para as demais operações, pelos encargos financeiros previstos no [art. 45 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008](#), para cada período, sem encargos adicionais de inadimplemento, observado o porte do mutuário.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo aplica-se às operações ali enquadráveis renegociadas com base em outros instrumentos legais, mantida a vedação prevista no [§ 8º do art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006](#).

§ 3º Caso o recálculo da dívida de que trata o § 1º deste artigo, efetuado considerando os encargos financeiros de normalidade, resulte em saldo devedor zero ou menor que zero, a operação será considerada liquidada, não havendo, em hipótese alguma, devolução de valores a mutuários.

§ 4º O mutuário de operação de crédito rural que se enquadrar no disposto neste artigo, cujo saldo devedor atualizado pelos encargos financeiros contratuais aplicáveis para a situação de normalidade, excluídos os bônus, seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), observado o disposto no § 2º do art. 69, e que não disponha de capacidade de pagamento para honrar sua dívida, recalculada nas condições e com os rebates de que trata este artigo, poderá

solicitar desconto adicional para liquidação da sua dívida mediante apresentação de pedido formal à instituição financeira pública federal detentora da operação, contendo demonstrativo de sua incapacidade de pagamento.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º deste artigo, caberá ao Poder Executivo definir em regulamento:

I - os prazos para a solicitação do desconto adicional;

II - os documentos exigidos para a comprovação da incapacidade de pagamento do mutuário;

III - os percentuais de descontos adicionais que poderão ser concedidos, considerando as diferentes situações;

IV - a criação de grupo de trabalho para acompanhar e monitorar a implementação das medidas de que trata este artigo; e

V - demais normas necessárias à implantação do disposto no § 4º deste artigo.

§ 6º É o FNE autorizado a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações lastreadas em seus recursos e às operações lastreadas em recursos mistos do FNE com outras fontes.

§ 7º É a União autorizada a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações efetuadas com outras fontes no âmbito do Pronaf e às demais operações efetuadas com risco da União.

§ 8º É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às instituições financeiras públicas federais os custos da remissão e dos rebates definidos neste artigo para as operações ou parcelas das operações efetuadas com risco da instituição financeira, observado o disposto nos §§ 6º e 7º deste artigo.

§ 9º Fica autorizada a suspensão das execuções judiciais e dos respectivos prazos processuais referentes às operações enquadráveis neste artigo até a data limite para concessão de rebate definida no caput, desde que o mutuário formalize interesse em liquidar a operação perante a instituição financeira. [\(Incluído pela Lei nº 12.599, de 2012\)](#)

§ 10. O prazo de prescrição das dívidas de que trata o caput fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 29 de março de 2013. [\(Incluído pela Lei nº 12.599, de 2012\)](#)

Art. 70-A. Aplica-se o disposto no art. 70 às operações de crédito rural contratadas até 31 de dezembro de 2006 no âmbito do Pronaf nos Municípios da área de abrangência da Sudene com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem reconhecido pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º de dezembro de 2011, desde que as operações se enquadrem nas demais condições definidas no art. 70. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 610, de 2013\)](#)

§ 1º A liquidação das operações de que trata o caput deverá ser realizada até 30 de dezembro de 2014. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 610, de 2013\)](#)

§ 2º Não se aplica o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 70 para efeito da liquidação de operações de crédito rural. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 610, de 2013\)](#)

§ 3º O prazo de prescrição das dívidas de que trata o caput fica suspenso a partir de 4 de abril de 2013 até 30 de dezembro de 2014. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 610, de 2013\)](#)

Art. 71. São remitidas as dívidas referentes às operações de crédito rural do Grupo 'B' do Pronaf contratadas até 31 de dezembro de 2004 com recursos do orçamento geral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, efetuadas com risco da União ou dos respectivos Fundos, cujo valor contratado por mutuário tenha sido de até R\$ 1.000,00 (mil reais).

§ 1º Para fins de enquadramento na remissão de que trata o caput deste artigo, no caso de operações de crédito rural grupais ou coletivas, o valor considerado por mutuário será obtido pelo resultado da divisão do valor contratado da operação pelo número de mutuários constantes da cédula de crédito.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo às operações nele enquadradas que tenham sido renegociadas ao amparo de legislação específica, inclusive àquelas efetuadas por meio de resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo às operações nele enquadradas que tenham sido inscritas ou estejam em processo de inscrição na Dívida Ativa da União - DAU.

§ 4º A remissão de que trata este artigo é limitada ao saldo devedor existente na data de promulgação desta Lei, não cabendo devolução de recursos aos mutuários que já tenham efetuado o pagamento total ou parcial das operações.

§ 5º São a União e os Fundos Constitucionais de Financiamento autorizados a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações realizadas com os respectivos recursos.

~~Art. 72. É autorizada a concessão de rebate de 60% (sessenta por cento) sobre o saldo devedor atualizado pelos encargos financeiros contratuais aplicáveis para a situação de normalidade, excluídos os bônus, para a liquidação, até 30 de novembro de 2011, das operações de crédito rural do Grupo 'B' do Pronaf contratadas entre 2 de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2006, com recursos do orçamento geral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, efetuadas com risco da União ou dos respectivos Fundos, cujo valor contratado por mutuário tenha sido de até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).~~

Art. 72. É autorizada a concessão de rebate de 60% (sessenta por cento) sobre o saldo devedor atualizado pelos encargos financeiros contratuais aplicáveis para a situação de normalidade, excluídos os bônus, para a liquidação, até 29 de março de 2013, das operações de crédito rural do Grupo 'B' do Pronaf contratadas entre 2 de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2006, com recursos do orçamento geral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, efetuadas com risco da União ou dos respectivos Fundos, cujo valor contratado por mutuário tenha sido de até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). [\(Redação dada pela Lei nº 12.599, de 2012\)](#)

§ 1º Para fins de enquadramento na concessão do rebate de que trata o caput deste artigo, no caso de operações de crédito rural grupais ou coletivas, o valor considerado por mutuário será obtido pelo resultado da divisão do saldo devedor da operação pelo número de mutuários constantes da cédula de crédito.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às operações nele enquadradas que tenham sido renegociadas ao amparo de legislação específica, inclusive àquelas efetuadas por meio de resoluções do CMN.

§ 3º O rebate previsto neste artigo substitui os rebates e os bônus de adimplência contratuais, inclusive nos casos previstos no § 2º deste artigo.

§ 4º São a União e os Fundos Constitucionais de Financiamento autorizados a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações realizadas com os respectivos recursos.

§ 5º Fica autorizada a suspensão das execuções judiciais e dos respectivos prazos processuais referentes às operações enquadráveis neste artigo até a data limite para concessão de rebate definida no caput, desde que o mutuário formalize interesse em liquidar a operação perante a instituição financeira. [\(Incluído pela Lei nº 12.599, de 2012\)](#)

§ 6º O prazo de prescrição das dívidas de que trata o caput fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 29 de março de 2013. [\(Incluído pela Lei nº 12.599, de 2012\)](#)

Art. 73. O CMN poderá definir normas complementares para a operacionalização do disposto nos arts. 69, 70, 71 e 72 desta Lei.

Art. 74. O art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

[“Art. 7º](#) Os bancos administradores aplicarão 10% (dez por cento) dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como

a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.

§ 1º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, a que se refere o caput deste artigo, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º aos contratos de financiamento de projetos de estruturação complementar daqueles assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária já contemplados com crédito da espécie, cujo valor financiável se limita ao diferencial entre o saldo devedor atual da operação e o teto vigente para essas operações de crédito, conforme deliberação do Conselho Monetário Nacional.

§ 3º Para efeito do cumprimento do percentual de que trata o caput deste artigo, poderão ser computados os recursos destinados a financiamentos de investimento para agricultores familiares enquadrados nos critérios definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, conforme programação anual proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde que os financiamentos contemplem as seguintes finalidades:

I - regularização e adequação ambiental dos estabelecimentos rurais, reflorestamento, recuperação ou regeneração de áreas degradadas ou formação ou melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para conservação da biodiversidade;

II - implantação de infraestrutura hídrica e de atividades produtivas adequadas à convivência com o semiárido;

III - pagamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural e remuneração da mão de obra familiar para implantação das atividades referentes às finalidades constantes dos incisos I e II deste parágrafo; e

IV - outras, a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 4º Os financiamentos concedidos na forma deste artigo terão os encargos financeiros ajustados para não exceder o limite de 12% a.a. (doze por cento ao ano) e redutores de até 50% (cinquenta por cento) sobre as parcelas da amortização do principal e sobre os encargos financeiros, durante todo o prazo de vigência da operação, conforme condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 5º Os agentes financeiros apresentarão ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário, demonstrativos dos

valores que vierem a ser imputados aos Fundos Constitucionais em função do disposto neste artigo.” (NR)

Art. 75. Os arts. 1º e 2º da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único do art. 2º para § 1º:

“Art. 1º

.....

§ 4º São recursos destinados ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO os provenientes:

I - do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT;

II - da parcela dos recursos de depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003;

III - do orçamento geral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, somente quando forem alocados para operações de microcrédito produtivo rural efetuadas com agricultores familiares no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF;

IV - de outras fontes alocadas para o PNMPO pelas instituições financeiras ou instituições de microcrédito produtivo orientado, de que tratam os §§ 5º e 6º deste artigo, respectivamente.

§ 5º

.....

III - com fontes alocadas para as operações de microcrédito produtivo rural efetuadas com agricultores familiares no âmbito do Pronaf, para as instituições autorizadas a operar com esta modalidade de crédito.

.....” (NR)

“Art. 2º

§ 1º

§ 2º As operações de microcrédito produtivo rural efetuadas no âmbito do Pronaf com agricultores familiares enquadrados na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, desde que obedeçam à metodologia definida no § 3º do art. 1º desta Lei, podem ser consideradas como microcrédito produtivo orientado, integrante do PNMPO.

§ 3º Na operacionalização do microcrédito produtivo rural de que trata o § 2º deste artigo, as instituições de microcrédito produtivo orientado, de que trata

o § 6º do art. 1º desta Lei, poderão, sob responsabilidade da instituição financeira mandante, prestar os seguintes serviços:

I - recepção e encaminhamento à instituição financeira de propostas de abertura de contas de depósitos à vista e de poupança;

II - recepção e encaminhamento à instituição financeira de pedidos de empréstimos e de financiamentos;

III - análise da proposta de crédito e preenchimento de ficha cadastral;

IV - execução de serviços de cobrança não judicial." (NR)

(...)

Art. 139. Esta Lei entra em vigor:

I - na data de sua publicação, produzindo efeitos:

a) a partir da regulamentação e até 31 de dezembro de 2011, em relação ao disposto nos [arts. 6º a 14;](#)

b) a partir de 1º de janeiro de 2010, em relação ao disposto nos [arts. 15 a 17;](#)

c) a partir de 1º de abril de 2010, em relação aos [arts. 28 e 59;](#) e

d) a partir de 16 de dezembro de 2009, em relação aos demais dispositivos;

II - em 1º de janeiro de 2010, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2010, em relação ao disposto nos [arts. 48 a 58.](#)

Art. 140. Ficam revogados:

I - a partir de 1º de abril de 2010:

a) a [Lei nº 7.944, de 20 de dezembro de 1989;](#)

b) o [art. 2º da Lei nº 8.003, de 14 de março de 1990;](#)

c) o [art. 112 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995;](#) e

d) a [Lei nº 10.829, de 23 de dezembro de 2003;](#)

II - a partir da publicação desta Lei:

a) o [parágrafo único do art. 74 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966;](#)

b) o [art. 2º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979;](#)

- c) o [Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969](#);
- d) o [§ 2º do art. 288 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#) - Código de Trânsito Brasileiro; e
- e) o [art. 15 da Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010](#).

Brasília, 11 de junho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Guido Mantega
Miguel Jorge
Paulo Bernardo Silva
Luis Inácio Lucena Adams

Este texto não substitui o publicado no DOU de 14.6.2010